

Sílvia Helena Zanirato

organizadora

DEMARCANDO MUDANÇAS SOCIAIS

Intercursos de tensões em
diferentes contextos



DEMARCANDO MUDANÇAS SOCIAIS

CONSELHO EDITORIAL

Comitê Científico

Ana Paula Fracalanza – USP

André Felipe Simões – USP

Cristiane Kerches – USP

Diamantino Alves Correia Pereira – USP

Douglas Roque Andrade – USP

Marco Antonio Bettine de Almeida – USP

Marcos Bernardino de Carvalho – USP

Marilia Velardi – USP

Martin Jayo – USP

Sidnei Raimundo – USP

Ursula Perez – USP

DEMARCANDO MUDANÇAS SOCIAIS

Intercursos de tensões em
diferentes contextos

Sílvia Helena Zanirato

Organizadora

Demarcando mudanças sociais: intercursos de tensões em diferentes contextos

© 2024 Autores

Editora Edgard Blücher Ltda.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenador editorial Rafael Fulanetti

Pré-produção Aline Flenic

Coordenação de produção Andressa Lira

Produção editorial Helena Simões Miranda

Diagramação Negrito Produção Editorial

Revisão de texto Maurício Katayama

Capa Laércio Flenic

Imagem da capa iStockphoto

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4o andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme 6. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras, julho de 2021.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Demarcando mudanças sociais : intercursos de tensões em diferentes contextos / organizado por Sílvia Helena Zanirato. – São Paulo : Blucher, 2024.
258 p.

Bibliografia
ISBN 978-65-5550-310-4

1. Ciências sociais I. Zanirato, Sílvia Helena
24-511 CDD 300

Índices para catálogo sistemático:
1. Ciências sociais

Conteúdo

Apresentação 9

Dossiê: “Tensões da arte e suas manifestações”

1. Receita de família: o método perfeito para uma pesquisa 15

Anna Carolina Longano, Marília Velardi

2. Pedagogias de afeto: histórias de aprendizagem contadas com as mãos enfiadas na terra 29

Lígia Helena de Almeida

3. Teatro como prática de alteridade e radicalidade em pesquisa: aportes desde o teatro verbatim 39

Marília Velardi, Paulo Maron, Yuri Bassichetto Tambucci

Dossiê: “Tensões urbanas”

4. Conhecimentos tradicionais e transformações socioespaciais: tensões em comunidades extrativistas no litoral nordeste brasileiro 53

*Sílvia Helena Zanirato, Raquel Fernandes de Araujo Rodrigues,
Marcos Paulo Sales do Nascimento*

5. Especulação fundiária, turistificação e comunidades tradicionais:
um estudo comparativo da Colônia Z-13 (Copacabana – Rio de Janeiro-RJ)
e Paraty Mirim (Paraty-RJ) 81
Marcelo Vilela de Almeida, Luzimar Soares Bernardo, Angela Fileno da Silva
6. Aspectos institucionais da resiliência urbana em áreas vulneráveis à inundação:
o caso do Jardim Santo André (Santo André-SP) 95
Amanda André Sabino Santos, Ana Paula Fracalanza
7. Agricultura e mudanças climáticas 105
Giovanna Xavier Zacarias, Diamantino Alves Correia Pereira

Dossiê: “Tensões em torno do esporte e do lazer”

8. O acessório do amor: Antígona entre antagonismos e agonismos na Copa do
Mundo do Catar 119
Marina Thereza Santos de Souza Özdemir, Marco Antonio Bettine de Almeida
9. Manifestações práticas do esporte adaptado e paralímpico no processo de
desenvolvimento da pessoa com deficiência 137
Danilo Lutiano Valerio
10. Esporte e lazer na cidade: a trajetória da municipalização de uma política
pública federal no município de São Bernardo do Campo-SP 149
Evandro Brandão Secco, Edmur Antonio Stoppa, Douglas Roque Andrade

Dossiê: “Tensões em torno de saberes científicos e tradicionais”

11. Perspectivas teóricas do estudo da razão comunicativa em Jürgen Habermas 169
Marco Antonio Bettine de Almeida
12. Economia política da ignorância: a difusão dos negacionismos científicos
entre o capitalismo de vigilância e os regimes de pós-verdade 183
Thiago Pires Oliveira, Gisele da Silva Craveiro
13. Ideologia racista e capitalismo no Brasil: uma crítica à interpretação
institucionalista do racismo 195
Rodrigo de Araujo Merida Sanches, Dennis de Oliveira
14. Experimentações enteogênicas: devires no Santo Daime 207
Jessica Rocha, Salvador Schavelzon

Dossiê: “Tensões em torno da educação e de práticas educativas”

15. Violência nas universidades e vidas precárias – Diálogos a partir de <i>The hunting ground</i>	225
<i>Elizabete Franco Cruz, Vima Lia de Rossi Martin, Cláudia Lago, Maria Luisa Sandoval Schmidt</i>	
16. Estudos de gênero: ideologia, ciência e currículo escolar	237
<i>Lenina Vernucci da Silva, Cynthia Harumy Watanabe Correa, Juliana Pedreschi Rodrigues</i>	
Índice remissivo	249
Sobre os autores	251

Apresentação

*En esta frágil tierra incierta
hemos cavado tumbas
y concebido dioses,
hemos construido y destruido ciudades
con furia redoblada,
siempre con esperanza y miedo,
la fórmula de nuestra alma.*

Rafael Argullol, poema número 23, *in: Poema de la serpiente*, 2003¹

Esperança e medo, sentimentos que tensionam nossos espíritos de diversas maneiras e que, neste livro, se apresentam associados às mudanças pelos processos de transformação sociocultural que estamos vivendo. Os capítulos aqui reunidos trazem diferentes aspectos de tensões que anunciam os desafios da complexidade contemporânea nas quais sentir/pensar, viver/sobreviver, formular/responder, avançar/retroceder/prosseguir... se imbricam.

Um primeiro conjunto de textos traz as tensões em torno da compreensão do viver com a arte. Neles se encontram abordagens a respeito dos contextos das formulações

¹ Referido por Sabino Sanches, Fernando. *Poetas Siglo XXI – Antologia mundial*. Disponível em <https://poetassigloveintiuno.blogspot.com/2015/02/rafael-argullol-14840.html>. Acesso em 09/10/2024

baseadas nas artes para problematizar as formas cartesianas e seculares de produção e difusão do conhecimento. Com essa abordagem, os autores indagam se existe uma receita para fazermos uma pesquisa acadêmica e respondem com pesquisas dialógicas e implicadas com o contexto por eles vivido a respeito das interlocuções no processo de pensar sobre o que se cria e se realiza e a experiência do vivido nas relações de aprendizagem na constituição da escrita em si. São textos, como dizem as autoras, que trazem uma escrita poética, feita com as mãos enfiadas na terra, e capaz de articular arte e conhecimento acadêmico sem sobreposição de formas e estéticas.

O segundo dossiê contempla tensões espaciais associadas ao modo de viver urbano, ao processo de produção do espaço que institui o sentido de urbe como a parte edificada da cidade, nas quais se adotam políticas e megaprojetos que, na maioria das vezes, excluem os habitantes. Os capítulos desse conjunto versam sobre o avanço da expansão urbana em áreas ocupadas por populações que até então viviam da extração e transformação de bens naturais, com vistas a compreender como as modificações têm repercutido na conservação de conhecimentos considerados patrimônios culturais imateriais. Em semelhante direção se vê o capítulo que envolve o processo de turistificação associado às disputas territoriais e seus efeitos nas sobrevivências das comunidades tradicionais. Ainda vinculado aos efeitos das tensões da urbanização se encontra outro capítulo que se volta para o extravasamento da água dos rios em áreas urbanas inundáveis e a urgente necessidade de investimentos em gestão e estratégias de contingência das inundações. Fecha o conjunto o capítulo que trata das práticas de agroecologia e dos desafios da soberania alimentar em contraposição ao sistema alimentar hegemônico, em um mundo urbano, moldado para atender aos interesses de acumulação dos capitais em suas diferentes formas e nas lutas para além das (sobre)vivências.

O terceiro conjunto congrega textos que aportam tensões no esporte e no lazer. O primeiro deles se volta para as implicações morais e políticas a respeito dos posicionamentos de uma mulher, ministra de Estado de um país europeu na Copa do Mundo do Catar, sobre direitos humanos de ser/viver/se expressar; tema que também aparece em discussões a respeito de práticas esportivas adaptadas e paralímpicas e da busca do desenvolvimento pleno da pessoa com deficiência (físico/cognitivo/social). Um terceiro texto fecha o conjunto com questionamentos em torno da aplicabilidade de programas federais de esporte e lazer recreativo em âmbitos locais.

O quarto dossiê envolve capítulos que tensionam a racionalidade científica e que têm na teoria do agir comunicativo de Habermas, ancorada no interacionismo simbólico, nos jogos de linguagem e na hermenêutica, formas de sentir/pensar e interpretar o mundo. Também relacionado à racionalidade científica se encontra o capítulo que considera os impactos do capitalismo de vigilância e a difusão de ne-

gacionismos científicos como prática discursiva e um artifício ideológico de recusa da legitimidade dos produtos gerados pelo campo científico. Ainda nessa direção se encontra o capítulo que versa a respeito da função da ideologia racista no capitalismo brasileiro, manifesta em instituições permeadas por práticas ideológicas desse teor. A concluir, uma discussão voltada para os estudos culturais e a produção de subjetividades na disputa de narrativas a respeito do devir negro, que reúne sentidos, vidas que insistem em prosseguir, em que pesem os parcos avanços.

A fechar o livro, o dossiê que traz as tensões na educação e nas práticas educativas expressas nas dinâmicas das decisões políticas e nos imaginários que imbricam a trama das organizações educativas e as formas de agir dos docentes. Um dos capítulos traz a perspectiva teórico-política e os conceitos de vida precária de Judith Butler, de relações de gênero e das noções de poder e amizade de Michel Foucault para analisar a violência na universidade; por último e não menos importante, está o capítulo que analisa as ofensivas antigênero no Brasil, que levaram à retirada do tema do currículo na educação pública. Uma vez mais, a narrativa nos convida a sentir/pensar e a considerar os avanços e retrocessos que nos imbuem de força para prosseguir.

O conjunto de capítulos impõe respostas a questões de como pensar em formas que têm a arte como expressão do conhecimento em um mundo ainda conformado pela confiança cartesiana. Como viver em um mundo cada vez mais urbanizado em espaços nos quais se aglomeram populações com demandas múltiplas? Como permitir o direito dos sujeitos sociais ao esporte e ao lazer, à vida, com direitos iguais? Como tornar a escola, cujo arcabouço é intensamente homogeneizante, uma instituição que responda às necessidades de um mundo plural e diverso? Como confiar no sentido do que formamos se as certezas científicas e a confiança afirmadas pelo processo indefinido do conhecimento estão sendo profundamente questionadas?

Enfim, são múltiplos questionamentos acerca do sentir/pensar, viver/sobreviver, formular/responder, avançar/retroceder/ prosseguir, um convite ao leitor a mergulhar nas páginas deste livro, fruto das reflexões oriundas de docentes e discentes do Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo (USP), do qual, com muito orgulho, faço parte.

SÍLVIA HELENA ZANIRATO
Universidade de São Paulo

DOSSIÊ

“Tensões da arte e suas
manifestações”

CAPÍTULO 1

Receita de família: o método perfeito para uma pesquisa

Anna Carolina Longano

Marília Velardi

COLOCANDO O AVENTAL

Para começar nossa receita, é importante destacar que este texto possui uma alta dose de humor. Se não da pessoa que lê, certamente das mulheres que o escreveram. Emprestando as palavras da filósofa Djamila Ribeiro (2017), as opressões estruturais – inclusive as de estilo de escrita – são responsáveis por tornar invisíveis diferentes pessoas e saberes. Não querendo nos tornar invisíveis, deixamos nosso humor aparecer nestas linhas.

Porém, sabemos que o humor é facilmente negado às pessoas que desestabilizam a “norma hegemônica”, e rapidamente nossa ação bem-humorada pode passar a ser definida como “inapropriada ou agressiva” (Ribeiro, 2017, p. 79). Assim, fica o aviso: sorria, pois, se você entrar na cozinha com agressividade, a receita desandarará. Mas o que tem a ver a cozinha com fazer uma pesquisa acadêmica?

ENTRE O FAST FOOD E A GOURMETIZAÇÃO

Antes de entrarmos de fato na cozinha, pensamos que talvez valha a pena deixarmos claro o seguinte: aqui nós falaremos das receitas de família. Isso significa que há uma série de questões envolvidas que vão desde a quem pertenceu a receita que faremos até o tempo em que está na família. Envolve também questões que vão além do ambiente familiar, porque é preciso estabelecer alguns parâmetros: não estamos falando nem do fast food nem da comida gourmetizada. Nada (ou quase nada) contra! Claro,

tem dias em que dá vontade de tentar fazer um *steak au poivre vert*, noutros dá vontade de pedir um número 4 com porção extra de batatas fritas e refrigerante superadoçado, mas a coisa aqui é outra. Por receita de família nós entendemos aquela que traz, além dos ingredientes e do modo de fazer, relações estreitas com as subjetividades e intersubjetividades. Envolve não apenas a necessidade de se alimentar ou a obrigação de comer isso ou aquilo, mas a consciência de que fazer aquela comida significa retomar encontros, desejos, histórias e tradições. Significa perpetuar algo velho em novas cozinhas, novas panelas, outros fogões. Significa propagar aromas noutras casas e usar a louça antiga da avó, ainda que falte um pouco daquela risada à mesa.

Nós comentamos que não temos nada contra o fast food, nem nos opomos à comida gourmet. Mas é fato que temos algumas críticas (e não é só porque achamos o bife acebolado digno de tanto respeito quanto o bife com pimentas verdes e molho escurecido por cima), mas porque o que está no mundo nos impele ao diálogo sempre que notamos a sua presença.

No ano de 2011 o pesquisador dinamarquês Svend Brinkmann escreveu um texto que foi comunicado num evento sobre pesquisa qualitativa falando sobre a macdonaldização da pesquisa. A expressão usada por ele é emprestada do sociólogo estadunidense Geroge Ritzer, que, em 1993, usou essa expressão já no título do livro *The macDonaldization of society*. Para o sociólogo, entender o alimento a partir de seu processo de produção industrial e de hiper ou ultraprocessamento, atrelado a uma lógica fabril de produção do produto “comida”, parecia se tornar um paradigma de como as sociedades estavam se organizando.

Voltando ao pesquisador Svend Brinkmann, ele discutiu que a macdonaldização da pesquisa sobre subjetividades na atual sociedade de consumo conduzia as pesquisas a adotarem princípios da eficiência, da calculabilidade, da previsibilidade e do controle. Do apreço à forma uniforme: mesma aparência, milimetricamente calculada. Mesmo sabor, seja o sanduíche-produto-pesquisa-comida fabricado aqui, na Bélgica ou na Malásia. E aí ele tece muitas críticas.

Qual pesquisa (ou comida) que considere o social, as subjetividades, a cultura e a arte poderá resultar de processos que tenham que prever exatamente todas as ocorrências ao longo do percurso, não permitem a substituição de nenhum ingrediente em função da sazonalidade ou da renda, e que sejam rigorosamente controlados em relação ao tamanho e à forma da porção ou do prato? Pois é. Brinkmann falava sobre pesquisa. Nós também. Mas também pensamos em comida...

Num outro extremo nós vemos a disseminação da culinária gourmet. Pense rápido: quantos programas que ensinam a comida dos chefs (mais dos do que das) você conhece? Faculdades para chefs, cursos rápidos para chefs. Balanças são equipamento de ordem nas cozinhas atentas: medir, pesar, peneirar duas, três, cinco vezes...

procurar o melhor produtor, os melhores ingredientes... seguir à risca (lembre-se de usar o dólman) e a disseminação do raio gourmetizador chega às nossas cozinhas. Mas não só:

O conceito atual de gourmet pode englobar tanto um prato da haute cuisine (alta culinária) feito com ingredientes diferenciados e que possui uma apresentação elaborada, quanto, por exemplo, um serviço como o Uber; que é basicamente um serviço de táxi gourmetizado, no qual são utilizados carros de luxo, equipados com petiscos e playlists com músicas do agrado do consumidor. Gourmet se tornou sinônimo de uma versão luxuosa, e, portanto, diferenciada, de um produto ou serviço já existente. Essa última ressignificação da palavra gourmet é o resultado do fenômeno da gourmetização. Não há uma data exata para o início deste fenômeno, mas segundo matéria publicada no jornal Estado de São Paulo, o termo gourmetização começou a ganhar destaque na Internet em 2014 (Lourenço, 2016, p. 13-14).

No caso da pesquisa, sobrenomes franceses, ingleses e alemães aparecem como orientadores de procedimentos, técnicas e como base conceitual. O modo de apresentar o prato com uma estética milimetricamente pensada, o estilo, o modo de conceber e fazer, a estética, a rigorosidade dos procedimentos. Talvez gourmetização e macdonaldização estejam em pontos distintos de uma linha horizontal. Mas estão de algum modo ligadas, ainda que sejam opostas: ambas remetem a comidas feitas fora de casa. Há critérios muito rigorosos sobre tempos de cozimento, tipos de produtos, medidas, formas, tamanhos e estéticas, por exemplo.

Aqui nós estamos noutro ponto. Talvez num espectro sobre comidas nós estejamos borrando essa linha horizontal: pensamos numa comida que tenha algo de comum e de divino, que adote procedimentos aprendidos ao longo da vida tanto quanto use elementos da vida de ontem e de hoje. Às vezes é uma comida que alimenta o corpo, noutras uma que alimenta a alma, outras vezes o espírito... ou tudo isso simultaneamente. Nossa cozinha é assim, um pouco o que disse Charles Wright Mills (1969) sobre a pesquisa, que deve ser feita de modo artesanal e, daí, uma boa dose de imaginação e de capacidade inventiva não faz (nada) mal!

Começemos, então, a nossa reflexão pela cozinha, um entre os diversos espaços domésticos cuja responsabilidade é atribuída socialmente à mulher. Bem, ajeite o avental, prenda o cabelo, lave bem suas mãos e vamos começar.

PICANDO CEBOLA

Você já deve ter lido/ouvido/tentado alguma receita milagrosa para não chorar enquanto corta cebola. Nós até tentamos seguir algumas dessas receitas, mas não teve jeito, as lágrimas rolaram de qualquer forma. E foi assim, cansada de tanto chorar, que Anna, uma das autoras deste texto, iniciou sua trajetória na pesquisa acadêmica.

Anna é, entre muitas coisas, uma artista. Graduada em Artes Cênicas, foi no cruzamento entre suas vivências artística/pessoais e seus estudos formais/não formais que Anna decidiu realizar um mestrado. Porém, ao levar suas experiências e saberes para um programa de pós-graduação em Arte, logo descobriu que não era aquilo que esperavam dela. O que pediam era uma receita bem simples, que tivesse um objeto, algumas hipóteses e um método. Ela poderia ser uma artista, mas agora iria fazer ciência:

Eu não sabia por onde ir. Meu pensamento não é científico, ele é ordenado e orientado por cena, eu penso em diálogos, eu penso por movimentos e imagens. Eu me comunico escrevendo ficção, dramaturgias, criando partituras corporais. Eu penso no público que está me assistindo (ou lendo), nas alunas que interpretam minhas indicações, nos corpos que irão me ver (quando sou atriz), nos corpos que irão me ler (quando sou dramaturga). Eu busco referências por afinidade, não por reconhecimento social ou cultural. E eu realmente amo o que faço. Eu sou passional, são as minhas experiências que me movem a ir atrás da teoria, e não o caminho contrário. A Ciência, para mim, não era artística (Longano, 2023, p. 25).

Apresentavam para Anna uma possibilidade de pesquisa acadêmica. Mas a apresentavam como *a única* possibilidade. Felizmente, entre uma lágrima e outra, Anna encontrou a outra autora deste texto, Marília, que, entre muitas coisas, é professora universitária. Desde o primeiro encontro, Marília sempre questionou:

Será possível abrimos mão dos referenciais clássicos das Ciências Sociais, das Humanidades ou da Filosofia, apoiadas nas teorias e autorias reconhecidas num determinado campo e tomarmos como perspectiva outras formas de ver/conceber/conhecer/interpretar as coisas da vida, especialmente em situações limite como a que vivemos agora? Os conceitos-chave das Ciências podem dar lugar aos aforismos ancestrais, por exemplo, quando pensamos nas investigações que tratam de temas no âmbito das Mudanças Sociais e Participações Políticas? (Velardi, 2020, p. 239).

Por que os saberes de alguém devem ser ignorados, esquecidos, soterrados ao fazer uma pesquisa acadêmica? Ao tratarmos das coisas da vida, da nossa vida, faz sentido deixar de lado o que sabemos e quem somos? Quem definiu que a ciência só é feita dessa forma? E, ainda, a quem interessa manter essa distância entre ciência, arte e outros saberes?

Ao decidir realizar uma pesquisa, Anna não partia do zero. Após quatro anos de graduação, ela passou dez anos trabalhando diariamente com aquilo que queria pesquisar, estudando em outros lugares, lendo outros livros e, principalmente, percebendo aquilo que os referenciais clássicos não haviam contado.

Atentamos ao fato de que a investigação que seria feita tinha como temática corpo, arte e pedagogia. Anna não queria, por exemplo, negar os estudos científicos de uma vacina, dizendo sem base alguma que um remédio que ela conhecia poderia curar uma doença nova. Ela procurava uma forma de dar voz às suas experiências e inquietações, compartilhando suas percepções como possibilidade de transformar seu meio (Longano, 2023).

E foi assim que, secando suas lágrimas com a barra do avental, Anna encontrou Marília, conheceu a pesquisa qualitativa e, finalmente, nossa receita vai para o próximo passo.

REFOGANDO

Colocar a cebola picada numa panela com óleo quente: de um simples arroz até a mais deliciosa feijoada, o refogado sempre foi a base das receitas de nossas mães. Aquele cheirinho inconfundível que alcança qualquer pessoa num raio de cem metros e parece instantaneamente abrir nosso apetite.

Essa talvez seja a base mais importante para uma pesquisa: algo que abra o seu apetite. Algo que te anime, te dê vontade de prosseguir até transformar aqueles ingredientes do início em um delicioso banquete. E, hoje, é a pesquisa qualitativa, em específico a radicalmente qualitativa, que dá base para a nossa comilança.

Segundo as professoras e pesquisadoras Yvonna S. Lincoln e Norman Denzin (2006, p. 16-17), a pesquisa qualitativa pode ser genericamente definida como “uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo”, atravessando “disciplinas, campos e temas”. A pesquisa qualitativa é definida de maneira genérica, pois não ignora a pessoa que pesquisa nem o mundo em que vive essa pessoa, aceitando que nem tudo (ou quase nada) pode ser recortado do mundo e estudado em um ambiente controlado.

Realizar uma pesquisa qualitativa no mundo real e sem controle envolve “tensões e contradições constantes em torno do projeto propriamente dito, incluindo

seus métodos e as formas que suas descobertas e suas interpretações assumem” (Lincoln; Denzin, 2006, p. 21). Assim, ao falar de pesquisa qualitativa, não podemos dizer que há apenas uma forma de realizá-la, pois tratamos de um amplo espectro, que pode ir desde “tradições associadas [...] ao positivismo” (Lincoln; Denzin, 2006, p. 16) até um conjunto de práticas radicais não reconhecidas em metodologias e ações tradicionais.

Desde práticas tradicionais até as mais radicais, a pesquisa qualitativa nos oferece uma grande possibilidade de caminhos. No nosso caso, o caminho escolhido foi o da pesquisa radicalmente qualitativa. Mas não basta apenas escolher um caminho e seguir. Esse caminho foi escolhido por conta de quem somos, o que nos dá a responsabilidade não apenas de nos apresentarmos, mas de contextualizarmos o mundo em que vivemos, expondo nossa relação com o período histórico no qual pesquisamos. Mais do que isso, assumimos que é preciso “relacionar a pesquisa qualitativa às esperanças, às necessidades, aos objetivos e às promessas de uma sociedade democrática livre” (Lincoln; Denzin, 2006, p. 17).

Então, antes de sabermos qual a trajetória que iremos seguir, é fundamental sabermos: quem somos nós? Quem é você?

Como aponta a pesquisadora e artista Grada Kilomba (2019, p. 13), revelar a pessoa que pesquisa é um processo de reconfigurar “as estruturas de poder”, quando “identidades marginalizadas podem também, finalmente, reconfigurar a noção de conhecimento”.

Dessa forma, quando Anna se apresenta como uma artista que está fazendo uma investigação científica, ela evidencia que trará outros conhecimentos, outras perspectivas, que não os referenciais clássicos, para a pesquisa que realiza.

A Investigação Baseada nas Artes (IBA) é uma das possibilidades de investigação entendida como radicalmente qualitativa. São muitas as semelhanças entre as formas de realizar uma investigação científica e uma investigação artística:

[...] exploração disciplinada, criativa e sistemática de problemas e fenômenos naturais, utilizando procedimentos caracterizados por investigação e experimentação indutivas, profundamente afinadas com o precedente histórico, a clareza da comunicação e o avanço da condição humana (Mcniff, 2011, p. 387, tradução nossa).

Por meio da IBA, uma pesquisadora artista sente-se livre para “incorporar o valor cognitivo da produção artística na reflexão crítica de uma ciência comprometida” (Fischetti; Chiavazza, 2017, p. 129, tradução nossa). Ela pode fazer ciência como se fizesse uma cena, pensando no público (pessoa que está lendo), pensando num

cenário (uma cozinha), pensando em uma ação (cozinhar), pensando num figurino (aventilador), pensando nas palavras (dramaturgia)...

E, ao invés de a ciência recusar outras possibilidades de interpretações de mundo, ela pode agregar essas outras visões, resultando em uma ciência que recuse a opressão, o elitismo e que não seja excludente.

Os pontos de partida podem ser algo construído não apenas nas Ciências, mas nas Culturas, nas Artes e em outras formas de conhecimento. Os desdobramentos que orientam a pesquisa prescindem de encontros com autoras e autores, teorias e conceitos diversos. E aqui não há a pretensão da criação de uma nova forma de fazer Ciência, mas a discussão sobre formas de construção, produção e comunicação de investigações feitas na Academia. [...] E daí toda pesquisa passa a ser também uma pesquisa sobre método (Velardi, 2020, p. 240).

Prescindem, mas não excluem. Prescindem porque pode ser sem. Mas se você quiser pode colocar. Como a pimenta. Mas ainda não chegamos nessa parte.

MUDANDO A RECEITA

Antes que a cebola queime, responda rápido: o que você entende por método? Calma, tire a panela do fogo porque ainda temos mais uma pergunta: qual o método da sua pesquisa? Como você desenvolveu a metodologia até chegar nesse método – sim, você estudou o estudo dos métodos para depois, e só depois, escolher o que lhe parece mais adequado a você e àquilo que você se propõe a pesquisar?

Uma das perguntas que fizeram para Anna e, muito provavelmente, fizeram pelo menos uma vez para qualquer pessoa que tenha realizado alguma pesquisa foi qual seria o método de sua pesquisa.

Porém, vamos voltar para as palavras de Marília há algumas linhas. Se estamos partindo de um outro ponto, discutindo sobre as formas de construção, produção e comunicação de investigações feitas na Academia, será que existe um método prático para nós? Será que existe uma receita mágica, que contenha todos os ingredientes necessários para realizar sua pesquisa?

RECEITA INFALÍVEL PARA SUA DISSERTAÇÃO/TESE

- Ingredientes:
 - 1 entrevista
 - 4 livros inteiros
 - 10 artigos
 - 8 capítulos de livro (metade em inglês)
- Modo de fazer:
 - Leia metade dos livros indicados, misture com citações de todos os artigos, decore o nome e autoria dos capítulos de livro.
 - Reserve.
 - Realize uma entrevista (receita da entrevista na próxima página), depois finalize a leitura dos livros restantes, deixando descansar por 3 meses.
 - Assim que o desespero bater, corra para seu computador e comece a juntar os diversos textos, utilizando as referências sem necessidade de contextualização ou coerência.
 - Assim que o texto atingir uma média de 100 a 120 páginas (mestrado) ou 200 a 250 páginas (doutorado), encerre a escrita e aproveite.

Boa refeição!

Desculpe-nos, mas a verdade é que a gente te enganou o tempo inteiro: não vamos dar uma receita para você fazer uma pesquisa.

É importante não reificar os nossos hábitos de investigação, caindo em posições dogmáticas que ditam como conduzir toda e qualquer investigação. A pesquisa implica a resolução de problemas em cada fase da investigação, e não a adoção de procedimentos rotineiros, muito à semelhança de um livro de receitas (Augusto, 2014, p. 2).

O método, como o apresentado por Marília, não pode ser entendido como uma receita dada a priori para ser seguida. Não, o método não é entendido como regra anterior, mas sim “como forma de pensamento, as proposições e tomadas de decisão sobre as formas de investigação” (Velardi, 2018, p. 46). O método, então, é a forma como uma pessoa vai pensando-agindo-pensando-agindo-agindo-pensando-pensando enquanto realiza a pesquisa.

Quando Marília afirma que a pesquisa passa a ser também sobre método, não é apenas uma forma de falar. Pesquisar sobre método não significa sair correndo atrás de todos os métodos que já existem e torcer para que algum se encaixe com a pesqui-

sa ou, ainda, distorcer a pesquisa para que corresponda à cansativa lista de métodos que você conseguiu!

Nessa proposta radicalmente qualitativa, o método é criado junto com a investigação: “não há uma receita pronta, e não apenas porque não sabemos quais ingredientes usaremos, mas porque talvez precisemos de ingredientes que nunca tenham sido utilizados” (Longano, 2023, p. 40). E se você precisar usar um ingrediente desconhecido, ele será aceito?

Ao questionamos as formas de investigar, questionamos também as validações dadas a uma pesquisa acadêmica. A Academia “predominantemente branca, heterossexual, masculina e privilegiada” está preparada para validar outras referências, produções e métodos? (Gerrard; Rudolph; Sriprakash, 2017, p. 390, tradução nossa)

Assumindo o entendimento de método apresentado por Marília, provavelmente você passará por diversas situações que necessitarão de coragem. A primeira situação que exige coragem é assumir, logo ao iniciar uma pesquisa, que você não tem um método. A outra é saber recusar os ingredientes oferecidos se não fizerem sentido para você. E a última é organizar e apresentar a sua própria receita, correndo o risco de que ela não seja reconhecida nem como um banquete nem como um petisco para enganar a fome antes do jantar!

Ao afirmarmos que não há um método anterior à pesquisa, não queremos dizer que uma criança pode entrar na cozinha, mexer no fogão e usar facas. Porém, a cozinha não está restrita apenas às pessoas que possuam pelo menos uma estrela no famoso guia mundial de restaurantes.

Na cozinha, coisas são misturadas em várias combinações, gerando novos materiais no processo que, por sua vez, são misturados a outros ingredientes em um processo interminável de transformação. Para cozinhar, recipientes têm que ser abertos, e seu conteúdo derramado. É preciso que tiremos as tampas das coisas. Confrontado com as inclinações anárquicas de seus materiais, o cozinheiro ou a cozinheira tem que lutar para manter alguma aparência de controle sobre o que está acontecendo (Ingold, 2015, p. 305).

Nós mesmas, por exemplo, estamos longe, muito longe de sermos consideradas boas cozinheiras. Talvez não sejamos nem cozinheiras medianas. Porém, a gente já entrou na cozinha, já lemos sobre cozinhar, já fizemos algumas receitas... já sabemos que, mesmo que você apague o fogo, o óleo da panela continua a cozinhar o alimento por mais tempo. Sabemos que colocar açúcar ao invés de sal em uma sopa não é a

melhor escolha. Assim, ainda que não tenhamos um método anterior, nós temos pistas, direções, referências que nos ajudam a começar a trilhar nossa jornada.

Ao realizar uma pesquisa que também é uma pesquisa sobre método, ao destampar novas coisas e lidar com a transformação, novas perguntas devem ser feitas, deixando outras tantas perguntas para trás. Paramos de nos questionar: *para que* fazer uma pesquisa?, e nos defrontamos diariamente com: *como* fazer essa pesquisa?

A socióloga Silvia Rivera Cusicanqui apresentou como a mudança na forma de encararmos nossas ações, nossas pesquisas, nossa forma de viver é fundamental especialmente se refletirmos sobre quanto as colonizações nos afetam em diferentes situações:

O “para que” é uma intenção finalista, enquanto o “como” seria a maneira situacionista existencialista de enfrentar a diversidade. Aproveito para salientar que sempre há a tentação de buscar uma meta, [...] e esse tipo de solução tende a reproduzir um dos legados coloniais mais escondidos, que é o antropocentrismo. Finalmente, assume-se que o “para que” é para salvar a humanidade. Então, a tentação antropocêntrica tem que mudar, essa visão deve ser superada com toda humildade, para perguntarmos, no que se refere à comunidade, a partir do “como”, e não do “para que”, porque o “como” é o que nos dá a diferença civilizatória, o “como” é o que nos leva a olhar formas sacralizadas, secularizadas, racionais e mágicas coexistindo e coincidindo muitas vezes (Lohman, 2015, p. 144, tradução nossa).

Assumindo que não estamos salvando a humanidade com o tipo de pesquisa que fazemos, nós podemos ter mais calma para recusar o menu que nos é oferecido logo de cara, e começamos a lidar com outros olhares para nós e para a pesquisa. Confiança em nós, somos mais gentis com nossas experiências e menos cruéis com os nossos erros. Tornamo-nos mais abertas para as coexistências e coincidências que surgem no caminho.

Como já foi dito, estamos falando sobre um processo acadêmico de uma artista, no qual nosso discurso pode parecer muito libertador, muito bonito e poético. Mas e para quem não é artista? Será que essa forma de entender/realizar uma pesquisa acadêmica pode ser coerente com outras pessoas/pesquisas?

Bem, desligue de uma vez o fogo, tire o avental, sirva-nos uma taça de vinho e vamos continuar.

Imagine, por exemplo, que você está realizando uma pesquisa e, de repente, começa uma pandemia mundial. Você se vê trancada em casa, sem acesso à biblioteca,

às salas de aula, ao mundo, vendo tudo pela tela do seu computador e pela sua janela. Será possível continuar o método que você havia planejado anteriormente? Será possível seguir qualquer método utilizado até hoje? Sendo você uma pessoa que pesquisa no Brasil, será possível ignorar o período no qual você realiza sua pesquisa? Será possível ignorar seus privilégios ou a ausência deles na construção de sua pesquisa?

Quando se cozinha, ou quando se faz uma pesquisa, você pode e deve usar ingredientes que já são reconhecidos, que você sabe que tornarão sua comida única e saborosa. Mas o mais importante é usar os ingredientes certos, bem combinados e na quantidade adequada, senão a receita e a pesquisa irão desandar!

BANQUETE

Mas, calma, não somos tão más assim. Se não demos uma receita para pesquisar, pelo menos compartilharemos as marcas que nos auxiliam em nossas investigações. Mas, antes de servir mais uma taça de vinho, aguarde um pouco.

Realizar uma pesquisa que considere a nós e a nossa realidade é um alívio. Não, mais do que isso, afinal uma opressão está sendo destruída ao podermos ser/existir em um lugar. E isso causa muito mais coisas do que apenas alívio.

Mas fazer isso dá trabalho. No meio do caminho talvez surjam momentos de incredulidade, momentos em que você se amaldiçoe por não ter seguido a cartilha que te disseram para seguir. Aquele momento em que você pense em usar caldo Knorr, afinal ele não é tão diferente do que um caldo de legumes caseiro, e tudo bem que ele tem muito sódio, pois você põe pouco sal na comida...

Por isso, apresentamos as marcas que estão presentes ao realizarmos uma pesquisa qualitativa, marcas apresentadas pela autora Sarah J. Tracy (2010, p. 839, tradução nossa): “(a) tópico importante, (b) muito rigor, (c) sinceridade, (d) credibilidade, (e) ressonância, (f) contribuição significativa, (g) ética e (h) coerência”.

Não esquecer que você tem um tópico importante que poderá ajudá-lo a não voltar para a pergunta: *para que* estou fazendo essa pesquisa? Ninguém deveria entrar em uma pós-graduação, e muito menos em uma cozinha, se não fosse pelo prazer/necessidade/desejo de estar ali.

Rigor e sinceridade estão presentes nos nossos acertos e nas nossas falhas. E tanto acertos quanto falhas fazem parte de uma pesquisa. Nesse tipo de pesquisa – assim como na troca de receitas entre amigas – contar o que deu errado e o que deu certo faz parte da conversa.

Ressaltar que credibilidade, ressonância e contribuição significativa não estão apartadas de quem somos e do mundo em que vivemos. Se sua referência for desprezada, acalme-se. Ouça quem criticou, mas lembre-se de considerar com quem você quer falar!

E realmente acreditamos que ética e coerência deveriam ser marcas de tudo o que fazemos. Sabemos que essas palavras estão sendo esquecidas em muitas partes do mundo; ondas políticas e sociais vão e vem. Mas, principalmente por isso, essas marcas precisam estar mais evidentes do que nunca naquilo que fazemos.

Com base naquelas oito marcas é que nós temos procurado fazer as nossas pesquisas. Artísticas e acadêmicas (se escrevêssemos em alemão nos proporíamos a juntar essas duas palavras). Sabemos que todas as investigações acadêmicas são também sobre os métodos que utilizam e não nos furtamos a essa responsabilidade. É essa consciência que explica por que algumas pesquisas transitam entre departamentos, unidades, faculdades, escolas. É o como, já anunciado por Silvia Rivera Cusicanqui. É uma pesquisa feita nas salas de aula, nas coxias de um teatro, nos palcos, na rua, no início de uma pandemia e na cozinha da casa da mãe da Anna. Uma pesquisa feita com a junção de estudos formais, não formais, leituras, espetáculos, músicas, sabores e cheiros. Uma pesquisa pessoal e coletiva. Uma pesquisa científica e artista.

Talvez você esteja um pouco chateada com a nossa mentira e ainda queira uma receita. Sim, nós entendemos. Então vamos cumprir com o combinado e, como não somos boas cozinheiras, utilizaremos uma receita da dona Ilda, uma senhora de 70 anos, mãe de uma das autoras deste texto.

Enquanto Anna, filha da dona Ilda, estava cortando cebola, limpando lágrimas e tentando entender como ela, sua história, seu mundo e a ciência poderiam dialogar, dona Ilda cozinhava. Quando o cheiro de sua comida era irresistível, Anna sempre perguntava qual era a receita daquele prato, ao que dona Ilda respondia:

QUALQUER RECEITA DE DONA ILDA

- Ingredientes:
 - 1 pouco disso
 - 1 punhado daquilo
 - 3 pitadas de outra coisa... ou um pouco menos
- Modo de preparo:
 - Aqueça o fogo, até perceber que ficou bom.
 - Coloque o primeiro ingrediente, ou o segundo, depende do dia.
 - Acrescente o terceiro ingrediente, mas também pode colocar um quarto se você perceber que precisa...
 - Ah, e se você não gostar disso, ou daquilo, não precisa colocar.

Tanto faz qual é a receita, mas, quando dona Ilda cozinha, ela sempre termina dizendo a mesma coisa: dê para sua comida o que ela está pedindo!

Por isso, enquanto você abrir o aplicativo para pedir comida, perceba se a pergunta que iremos fazer será indigesta ou resultará apenas em uma boa conversa durante a refeição: você está seguindo uma receita ou está dando para a pesquisa o que ela pede?

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, A. Metodologias quantitativas/metodologias qualitativas: mais do que uma questão de preferência. *Forum Sociológico* [online], v. 24, 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/sociologico/1073>. Acesso em: 26 ago. 2021.
- BRINKMANN, Svend. Qualitative research between mcdonaldization and craftsmanship. *IIQM – The Qualitative Research Blog*, 17 nov. 2011. Disponível em: <https://iiqm.wordpress.com/2011/11/17/qualitative-research-between-mcdonaldization-and-craftsmanship/>. Acesso em: 15 abr. 2024.
- FISCHETTI, N.; CHIAVAZZA, P. Arte e ciencia en los márgenes de la academia. In: ALVARADO, M.; DE OTO, A. (eds.). *Metodologías en contexto: intervenciones en perspectiva feminista/poscolonial/latinoamericana*. [S.l.]: CLACSO, 2017.
- GERRARD, J.; RUDOLPH, S.; SRIPRAKASH, A. The politics of post-qualitative inquiry: history and power. *Qualitative Inquiry*, v. 23, n. 5, p. 384-394, 2017.
- INGOLD, T. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LINCOLN, Y. S.; DENZIN, N. K. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- LOHMAN, H. S. Sobre la comunidad de afinidad y otras reflexiones para hacernos y pensarnos en un mundo otro. *El Apantle, Revista de Estudios Comunitarios*, v. 1, p. 141-165, 2015.
- LONGANO, A. C. *Seu corpo, sua arte: uma jornada artística-pedagógica-corporal*. São Paulo: Annablume, 2023
- LOURENÇO, E. U. *O fenômeno da gourmetização*. Projeto final (Curso de Publicidade e Propaganda) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, 2016.
- MCNIFF, S. Artistic expressions as primary modes of inquiry. *British Journal of Guidance & Counselling*, v. 39, n. 5, p. 385-396, 2011.
- MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- SAFFIOTI, H. I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.
- TRACY, S. J. Qualitative quality: eight “big-tent” criteria for excellent qualitative research. *Qualitative Inquiry*, v. 16, n. 10, p. 837-851, 2010.

- VELARDI, M. Questionamentos e propostas sobre corpos de emergência: reflexões sobre investigação artística radicalmente qualitativa. *Revista Moringa*, v. 9, n. 1, p. 43-52, 2018.
- VELARDI, M. O futuro está às nossas costas: uma brevíssima reflexão sobre projetos de pesquisa num presente-passado-(sem)-futuro. In: PEREIRA, D. (org.). *Estudos transdisciplinares em tempos de terra em transe: ambiente, sociedade e pandemia*. São Paulo: Annablume, 2020.

CAPÍTULO 2

Pedagogias de afeto: histórias de aprendizagem contadas com as mãos enfiadas na terra

Lígia Helena de Almeida

CENA 1 OU CENA ÚNICA: EU ERA UMA CRIANÇA BONITA

palco de um teatro qualquer, duas cadeiras viradas de frente uma para a outra, o menino sentado em uma, um homem sentado na outra. na beira do pé da cadeira do menino está uma pequena lousa infantil verde escrita em giz branco: [sozinhas elas criaram aquilo que você nem se propôs a ver].

o homem é, na verdade, um boneco destes de exposição de roupas em lojas, mantém uma expressão inalterável de um sorriso plástico, os olhos não se movem. o menino é magro, pequeno, fala baixo, parece ter medo do tom da própria voz e do movimento que ela pode causar no espaço. ambos são negros.

o menino: me diga de onde você é.

o homem: *silêncio*

o menino: me diga o que você faz.

o homem: *silêncio*

o menino: me diga com quem você vive.

o homem: *silêncio*

o menino: me diga que marcas seu corpo tem.

o homem: *silêncio*

o menino: me diga algo.

o homem: *silêncio*

o menino: qual é a tua voz?

o homem: ...

o menino se levanta, caminha até as costas da própria cadeira, ficando de costas também para o homem, senta-se no chão.

off de vozeril: Onde está seu pai? Quem é seu pai? Você se parece com seu pai? Diga-me. Onde está seu pai? Quem é seu pai? Você se parece com seu pai? Quem é seu pai? (*o menino leva as mãos às orelhas, força os dedos nos buracos dos ouvidos, empurra!*) Quem é você? Quem é você? Quem é você?

o menino chora, não há som em seu choro, são apenas lágrimas que escorrem de seus olhos, feito cachoeira, feito catarata, águas profundas que se desatam de seu globo ocular sem que o menino expresse nenhum sentimento de ódio ou dor, elas são dele, mas estão além dele, são águas de muitos meninos e muitas meninas que estão sentados diariamente diante de um homem que não se move.

a água escorre e vai formando debaixo do corpo pequeno e leve do menino um rio, colo de Oxum, a água vai corroendo a madeira velha do palco, a madeira se rompe e o menino afunda no rio, queda livre nos braços da mãe d'água. primeiro um desespero por não saber, não saber entregar o corpo ao fluxo do rio, não conseguir puxar o corpo para cima, voltar para a superfície, pensa que talvez, vendo aquilo, o homem se levante, o homem venha até o rio que se formou por detrás da cadeira, o homem estenda a mão dentro do buraco/rio, talvez até que o homem mergulhe para salvá-lo. (silêncio). depois a percepção de que pode estar ali, corpo submerso, de que pode mover-se e se movendo seguir o fluxo, de que não lhe falta ar. já mais tranquilo os pés alcançam o chão e ele agora caminha no fundo do rio.

no fim de onde o olhar alcança o menino vê uma criança. uma criança negra de corpo robusto e cabelos em cachos que dão muitas voltas em um preto forte, os olhos grandes, brilhosos e curiosos. há uma luz leve e clara em volta dela. sem pensar e por impulso caminha até ela.

O menino: oi.

a criança brincando com pequenas pedras: oi.

o menino *encantado com a beleza da criança*: me diga de onde você é.

a criança: eu sou daqui, do fundo desse rio, do ventre de oxum.

o menino: me diga o que você faz.

a criança: eu brinco.

o menino: me diga com quem você vive.

a criança: com minhas mães. a mãe que é mãe, a mãe que é avó, a mãe que é irmã, a mãe que é sobrinha.

o menino: me diga que marcas seu corpo tem.

a criança: é só você olhar.

o menino tenta chegar mais perto para ver.

a criança: não! não em mim, em você.

o menino: eu tenho muitas.

a criança: eu sei, eu tava lá.

o menino: tava?

a criança: eu sempre estou.

o menino: mas eu... não faz sentido.

a criança: o quê?

o menino: você é uma criança bonita.

a criança: sim.

o menino: eu não sou um menino bonito.

a criança vai até ele, pega sua mão direita e direciona a palma na direção de seu rosto, o menino vê nas palmas de sua própria mão seu reflexo, mas aos poucos, sua imagem se transforma na imagem da criança. ele entende. as águas, que ainda corriam de seus olhos, cessam, o rio começa a baixar. a criança se despede sorrindo, vai fluir com as águas.

o menino faz o caminho de volta e enquanto caminha ganha altura, musculatura, os cabelos se trançam em fios amarelos, o centro do peito se projeta pra frente. o rio seca e o menino, que agora é o moço, está de novo no palco, cadeiras, está diante do homem que não se moveu.

ele empurra a própria cadeira, abre espaço, dança, uma dança firme, de gestos fortes, de um corpo inteiro, ele dança para o homem, apesar do homem, para além do homem, o olho brilha arregalado da direção do homem, ele dança e sua dança diz:

“EU POSSO EQUILIBRAR MEU PRÓPRIO CORPO, EU POSSO CAMINHAR POR MIM, EU POSSO SER MINHA PRÓPRIA BÚSSOLA, EU NÃO PRECISO SABER DE ONDE VOCÊ VEM, COM QUEM VOCÊ VIVE, NEM QUAIS SÃO AS MARCAS DO SEU CORPO, EU NÃO PRECISO SABER QUEM VOCÊ É, PORQUE EU SEI QUEM SOU EU E EU SOU UMA CRIANÇA BONITA!”

a dança termina, o moço sai, o homem, que na verdade é um boneco, cai no chão, e como qualquer boneco, não se levanta nunca mais.

a dança: <https://youtu.be/NKpAtzqQMq8>

[COMO] ESCREVO QUANDO ESCREVO COM AS ADOLESCÊNCIAS

Meu nome, como indica a abertura deste artigo, é Lígia Helena de Almeida. Lígia me foi dado por minha mãe por afeto à música de Tom Jobim e à autora Lygia Fagundes Telles – não herdei o “y” talvez por minha mãe ter entendido que ele dificultaria minha vida escolar. Helena é o nome de minha avó materna, uma senhora nascida no interior paulista, que nunca teve facilidade em manifestar afeto pelo corpo, mas o fazia pelas comidas, canja de galinha, bolinho de chuva nos dias mais lentos, lasanha e pimentão recheado nos domingos em família.

Daqui, desta escrita, tenho 40 anos. Me acostumo aos poucos com essa nova década; nasci, cresci, vivo e tenho trabalhado em Santo André, cidade para a qual migrou a família de meu pai, vinda de Canhotinho, Pernambuco, depois de uma longa parada em Cafeara, Paraná. Nasci, cresci, vivo e crio meu filho, hoje com 10 anos, no mesmo quintal da casa no Parque João Ramalho – periferia da cidade – em que já moraram tios, tias, minha avó e avô paternos, meus pais, e agora só moramos nós.

Me tornei, ou me reconheci como pesquisadora, há pouco tempo, depois mesmo do ato de aprovação de meu projeto no Programa de Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (ProMuSPP-Each). Me reconheci pesquisadora no ato e no processo mesmo de pesquisar, buscando compreender quem eu sou enquanto pesquiso, buscando compreender por que pesquiso.

Sou atriz desde os 11 anos – considerando aqui a importância do teatro na infância e na adolescência e reconhecendo que, profissionalizantes ou não, minhas experiências de teatro desde o início interferem na minha leitura de mundo hoje –, e sou arte-educadora desde os 22 anos. Desde 2012 me dedico a programas públicos de descentralização da cultura por meio de ações culturais da chamada educação não formal por meio da linguagem teatral. Tenho trabalhado principalmente com adolescentes na faixa dos 14 aos 19 anos.

O desenho da minha pesquisa nasce da experiência vivida do encontro com esses e essas adolescentes e do desejo de contar – como uma contadora de histórias que conta tocando o fio das imagens visíveis e invisíveis – aquilo que se testemunha, se estabelece ao acessar estes e estas adolescentes por meio do vínculo que o teatro nos permite promover.

Antes de pesquisar, precisei encontrar o [como] de minha pesquisa – [como] em colcheias porque envolto da relação com quem eu sou, minha classe, meu gênero, minha cor, minha maternidade, meu território, minha trajetória, a universidade em que estou e as pessoas que encontro nela, quem me lê, entrelaçados do modo como experiencio a vida e o meu estar no mundo. [Como] penso? [Como] faço escolhas?

[Como] crio flexões e reflexões entre quem sou e quem são meus aprendizes quando nos encontramos?

Como eu penso quando me proponho a lembrar um processo ou experiência que vivi? Como eu penso? Como dizem para eu pensar? Rompo ou aceito? E quando penso, observo e descrevo um processo artístico ou pedagógico que estou (vi)vendo, como descrevo e escrevo? Atuo na escrita? Permito erigir uma escrita atuada, performática? ou atuo conforme as regras de escrita do tipo: nunca em primeira pessoa, seja impessoal!

Pensando desses modos, o que é possível? Ver? Enxergar? Compreender? Analisar? Narrar? Sintetizar? Repare: o verbo vem depois: a ação é consequência...objetivo da ação é consequência do pensamento. Mas e o pensamento? Muitas vezes vem depois da imersão, da vida, da experiência corporificada, vivida ou encarnada. Sabemos disso. Sabemos? (Velardi, 2018, p. 48).

Reconhecer quem eu seria na pesquisa se pudesse ser eu mesma considerando, inclusive, que meu principal objetivo em sala de aula – mais que o ensino da linguagem teatral como técnica – é permitir que aprendizes se reconheçam em suas identidades, seus territórios, que reconheçam a estrutura política e social em que estão sociabilizados e o quanto essas mesmas estruturas alteram suas relações pessoais e suas trajetórias.

Se a eles peço que não deixem de ser eles, por que deveria eu deixar de ser eu para fazer esta pesquisa?

Como atriz, penso poeticamente, gosto da metáfora, gosto da imagem que se traça no invisível e toca o centro do peito, gosto que você, ao me ler, acesse seus sentimentos outros que não apenas o da razão. Gosto que você saiba que você é você e que eu sou eu, que possa sentir sua existência e reconhecer a minha enquanto me lê.

A narrativa que abriu este texto, “Eu era uma criança bonita”, é uma cena escrita a partir de minha relação com um dos alunos que fazem parte da experiência artístico-pedagógica que escolhi como recorte para minha pesquisa: o programa Territórios de Cultura da Secretaria Municipal de Cultura de Santo André e minha atuação dos anos de 2017 a 2019 no CEU das Artes Jardim Marek, no bairro de mesmo nome.

Os dados de minha pesquisa são traçados pelos anos em que convivi com esses adolescentes e por algumas rodas de conversas feitas no contexto da pesquisa em si com esses mesmos adolescentes, já mais velhos, divididos em pequenos grupos. Para o primeiro, a criação de um vínculo estruturado ao longo de um processo que

envolveu aulas de teatro, apresentações em diversos contextos e lugares, inclusive no exterior em um Festival de Teatro Adolescente na Argentina, e a construção de uma amizade ao longo dos anos, mesmo depois que deixamos de nos relacionar no contexto de professora e alunos. Para o segundo, as rodas, um encontro que retomou alguns procedimentos das aulas conduzidas anos antes e as imagens de registro dessa trajetória como provocadores do diálogo e da retomada de memórias.

No caso específico da pessoa narrada na dramaturgia, Dofitziet Risol da Silva, hoje com 24 anos, há uma trajetória por políticas públicas que partilhamos – um antes e um depois do recorte de tempo da pesquisa: antes de ser alune no CEU das Artes Jardim Marek, foi alune em um projeto independente do meu coletivo teatral, quando ocupamos, por meio de um programa de fomento municipal, por um ano, a escola em que ele cursava o terceiro ano do ensino médio; no ano seguinte procurou minhas aulas no Jardim Marek e também a Escola Livre de Teatro (também um programa público de formação e cultura de Santo André criado em 1990). Em 2020, ingressou no Núcleo de Formação de Atores e Atrizes dessa Escola, tendo se formado como ator no início de 2024 e ingressado no mesmo ano na Graduação em Dança da Unicamp.

Além de nos encontrarmos em sala de aula, e além de nos encontrarmos pelos corredores da Escola Livre, éramos vizinhos de bairro – o território nos constrói –, íamos e vínhamos juntas para os lugares. No trajeto – a trajetória se constrói – dividíamos intimidades, falávamos das nossas relações afetivas, desabafávamos, dividíamos cones de chocolate com Nutella, ele lia os textos e letras de música que tinha escrito para a aula que iria fazer logo mais; já em casa, me mandava links com músicas que eu “tenho que ouvir!”.

Durante a roda de conversa em que Dofi esteve veio o relato:

[...] em lugares que eu tenho minha voz, na verdade eu tenho minha voz, nessa questão de me impor, principalmente, e que isso é uma coisa que até hoje em dia me bate, porque eu sou uma pessoa introspectiva e eu tenho que saber lidar com isso, em relações pessoais, ou grupos e coletivos, e que isso mexe comigo até hoje, eu tenho que saber lidar, que eu tenho que ver meus meios, ver meus lugares, e me conhecer mais, a cada momento, e que eu sou foda pra caralho, que eu sou grande, mesmo não percebendo as vezes, e nossa, eu senti falta de uma coisa muito foda assim, que eu em casa estava vendo uma foto minha, e vi uma foto de criança, e tipo, eu era lindo pra caralho, tipo criança mesmo, e eu não me via isso, eu não me via dessa forma, o meio, principalmente a ELT, mas o meio artístico no geral me fez entender que eu sou bonito, que eu

tenho autoestima, que eu sou desejável também, não só sexual. E que eu sou bonito e que eu era uma criança bonita pra caralho, e que um monte de gente escrota fez eu pensar que não, por eu ser preto sabe, foda.

Ao escrever esta dramaturgia/cena/poesia/imagem escrevo *com*, *com* Dofi, *com* nossa trajetória, *com* aquilo que vi, ouvi, testemunhei. As imagens, os gestos, as palavras nascem desse *com*. Mas também *com* outros alunos, alunas, alunes com os quais me encontrei e que, por serem adolescentes periféricos e periféricas, passam por trajetórias muito semelhantes às dele. Ao deslocar os dados desta pesquisa para uma escrita poética, crio uma narrativa sobre adolescentes que vivenciam a arte e reconhecem nela um caminho possível para a afirmação de si no mundo, crio o diálogo afetivo com quem sou e com [como] penso a partir de quem sou.

Sou atriz, sou educadora, sou escritora, me tornei, aqui, pesquisadora. Audre Lorde, em seu texto “A poeta como professora – a humana como poeta – a professora como humana” (Lorde, 2020, p. 103), diz que “todo poema é, além de tudo, uma ferramenta de aprendizagem” e que “todo escritor é, por definição, um professor”. Penso: e se todo professor fosse, por definição, um escritor? Que poemas teríamos? Que livros teríamos? Que tantas histórias das tantas e tantas salas de aula que abrem suas portas rangendo depois do sinal estrondoso? E das oficinas, cursos, formações de teatro – das artes todas? As gentes estão todas por aí, sempre a aprender. Onde estão os diários desses professores, não os burocráticos, anais, mas os que contam dos sentimentos, dos medos, dos encontros, das descobertas, das subjetividades, de como aprende um professor quando encontra um aluno, que, pela existência, o ensina?

Existe algo a ser aprendido ao compartilhar um sentimento verdadeiro entre duas ou mais pessoas; comunicar é ensinar – tocar – realmente tocar outro ser humano é ensinar – escrever poemas de verdade é ensinar – cavar boas trincheiras é ensinar – viver é ensinar (Lorde, 2020, p. 104).

Por um tempo, ao pensar nas formas possíveis para uma pesquisa acadêmica, eu me perguntava: pode a pesquisa acadêmica ser poesia? Pode a pesquisa acadêmica conter ficção? Pode a pesquisa acadêmica ser um conto fantástico? Hoje eu acredito que as formas de escrita podem ser muitas, podem ser todas, mas devem agir em coerência com quem sou, com como penso. Caminhar na pesquisa não apartada de como penso como educadora, de como penso como atriz, como penso escritora, mas criando um elo entre, numa espiral que intersecciona todos esses [como]. Uma escrita que faz parte da minha história, da minha trajetória de aprendizado entre a

educanda e a educadora que sou com os educandos e educandas que encontro. Tem corpo, tem experiência do vivido, tem afeto.

Nunca um acontecimento, um fato, um feito, um gesto de raiva ou de amor, um poema, uma tela, uma canção, um livro têm por trás de si uma única razão. Um acontecimento, um fato, um feito, uma canção, um gesto, um poema, um livro, se acham sempre envolvidos em densas tramas, tocados por múltiplas razões de ser de que algumas estão mais próximas do ocorrido ou do criado, de que outras são mais visíveis enquanto razão de ser. Por isso é que a mim me interessou sempre muito mais a compreensão do processo em que e como as coisas se dão do que o produto em si (Freire, 1992, p. 25).

EPÍLOGO: ESCRREVENDO COM AS MÃOS SUJAS DE TERRA

Escrevo porque em mim há um rasgo, porque vivi violências e só quando escrevo, sobre elas, sem elas, para além delas, é que as reconheço, escrevo porque em mim há um impulso que me lança no mar, o mesmo que insiste minhas mãos enfiadas na terra, cavando, buscando raiz e vida, buscando plantio, um impulso que me diz que algo precisa sair, algo precisa morrer, algo precisa nascer.

Hoje mesmo precisei enfiar as mãos na terra, sentir a terra dentro das unhas, cavar com os dedos, puxar o bicho que sai de dentro dela, arrancar as sujeiras lançadas pelos homens. Essa terra era de minha avó. Era o pouco pedaço de vida que ela trouxe consigo. Minhas tias também são assim, alguns tios. Vieram pra cidade, mas precisam de um tanto de terra e mato pra cuidar, feito bicho precisa de água, feito homem precisa do corpo do outro homem, feito eu preciso da escrita.

Ver vida nascendo, folha, fruta, comida, alimento. Encantamento.

Foi mesmo porque tiramos ela de perto do mato que ela foi ficando pequenininha, miúda, os ossos esfarelado, a mente faltando. Foi porque nunca mais botou a mão na terra que ela, minha avó, morreu.

Meu corpo tem dia que, parece, quer conversar com ela, minha avó e eu parece que aprendo força e movimento que não tenho. Pego a enxada na mão e cavuco a terra até achar vida. Terra seca, cheia de pedra, pedregulho, pedaço de concreto que homem passou por aqui e lascou em cima do que era planta, do que era árvore. Mas sempre tem vida no meio. Bicho, rasteja, come terra. Sempre tem vida no meio. Raiz. Então eu junto com a minha vida, muda, pedaço de mim, e tem vez que brota. Brota em verde vivo e eu penso que é a resposta dela pra nossa conversa, ela, minha avó.

Palavra quando salta de mim é feito vida que nasce da terra seca, feito resposta da minha avó dada pelo movimento das minhas mãos, meu corpo desenhando em letra

coisa que ela quem disse, disse hoje, oração, disse ontem, grito, disse muito antes de tudo, canção.

Hoje eu enfiei a mão na terra, demora sair vida, mas saiu palavra, às vezes é assim, demora, mas quando vem jorra, transbordo, sentido, ou um sem razão, apenas sentir.

REFERÊNCIAS

- FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- LORDE, A. *Sou sua irmã*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- RIVERA CUSICANQUI, S. *Sociología de la Imagen: miradas ch'ixi desde la historia andina*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.
- VELARDI, M. Questionamentos e propostas sobre corpos de emergência: reflexões sobre investigação artística radicalmente qualitativa. *Revista Moringa – Artes do Espetáculo*, João Pessoa, UFPB, v. 9, n. 1, p. 43-54, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/moringa/article/view/40646>. Acesso em: 10 abr. 2024.

CAPÍTULO 3

Teatro como prática de alteridade e radicalidade em pesquisa: aportes desde o teatro verbatim

Marilia Velardi

Paulo Maron

Yuri Bassichetto Tambucci

TEATRO DOCUMENTÁRIO-VERBATIM

O teatro verbatim é uma técnica de teatro documental em que a dramaturgia é construída a partir de depoimentos reais, na maioria das vezes gravados, que são reproduzidos fielmente pelas pessoas artistas, palavra por palavra, remetendo ao significado da palavra latina *verbatim*. Em geral os materiais gravados são originais e foram produzidos por pessoas em seus contextos reais de vida. As pessoas são, então, compreendidas como as personagens ou motivadoras da proposta teatral. Diante da plateia, artistas reproduzem o que ouvem: fones de ouvido são utilizados para que a reprodução seja feita com a maior fidelidade possível, buscando atingir um grau de autenticidade que conecte intimamente artistas às pessoas entrevistadas.

Essa técnica teatral surgiu na Inglaterra na década de 1990, mas desde a década de 1970 há estudos apontando as possibilidades da técnica. Derek Paget, pesquisador acadêmico, estudioso e diretor de peças verbatim, outorga ao dramaturgo Rony Robinson o pioneirismo no uso da técnica no teatro, sendo ele quem de algum modo apresentou os contornos do teatro verbatim para os autores como

[...] uma forma de teatro firmemente baseada na gravação e posterior transcrição de entrevistas com pessoas “comuns”, feitas no contexto, em uma determinada região, área de assunto, questão, evento ou combinação de essas coisas. Esta fonte primária é então transformada em um

texto que é representado, geralmente pelos performers que coletaram o material. Na maioria das vezes, essas peças recebem um feedback e são realimentadas nas comunidades (as pessoas que na verdade são as criadoras da peça), através das performances naquelas comunidades. No Teatro Verbatim, o mais firme de compromissos é, assim, assumido pelo uso da fala vernácula, registrada como material de origem primária da peça. Na performance, a dinâmica da gravação determina a natureza da encenação, a movimentação cênica e a caracterização (Paget, 1987, p. 317, tradução nossa).

Paulo: A ideia de pensar *Cânticos dos imigrantes* como uma ópera documental levou-me a reconhecer que, se quiséssemos propor uma experiência de escuta, alteridade e consciência sobre o tema da imigração, seria necessário encontrar uma técnica de encenação e representação capaz de trazer a voz das pessoas para o palco. O teatro documental costuma utilizar imagens de vídeo para expor as falas das pessoas que contam as histórias. Outras vezes os textos de entrevistas ou documentos são interpretados por atores e atrizes.

Marilia: Olhando como pessoa que pensou em como ajudar artistas a integrem-se com aquilo que ouviam nos fones, e o que eu chamei de escuta com todo o corpo a partir de técnicas corporais, e como pesquisadora qualitativa, entendo que o processo de criação da peça se converteu em um instrumento de interpretação que permite a quem a assiste envolver-se com os depoimentos como histórias vivas, que promovem aproximações entre pessoas e realidades próximas, muitas das quais são pouco problematizadas.

Acredito que esta ideia nos leva a pensar que é possível compreender que as pesquisas possam ser realizadas e compartilhadas por um tipo de comunicação sensível. Ou, como destacou Norman Denzin, compreendendo que conhecer e envolver-se com algo se refere às experiências corporais e sensoriais que criam condições para a compreensão (Denzin, 1984). E mais:

Através deste tipo de performance experimento os sentimentos do outro que estão presentes na memória. [...] As experiências atuadas são os lugares onde a emoção, a memória, o desejo e a compreensão se unem e são sentidas. Procuo interpretações performativas que sejam poéticas, dramáticas, críticas e imaginativas. Interpretações que são intervenções, interpretações que importam (Denzin, 2016, p. 60).

Ao longo do percurso e entendendo o teatro verbatim como uma possibilidade em pesquisa qualitativa crítica por se configurar como um teatro contemporâneo eminentemente político e engajado, como descrito por Cyrielle Garson (2021), eu fui tentando compreender como a interpretação poderia valorizar aspectos das narrativas e comunicar não apenas seus significados e compreensões, mas sensações e emoções que estão contidas nas narrativas, abrindo espaço para a sensibilização da plateia para um tema tão fundamental quanto as migrações, os territórios, as fronteiras, os racismos, as xenofobias.

Para Paulo, a motivação era o encontro legítimo com as pessoas e trazer à tona e para o palco toda a profundidade contida nas experiências narradas, movimentando sentidos para além do que a palavra pode expressar. Para mim, foi a possibilidade de lidar com a escuta que movimenta sentidos e sensações corporais como material da performance, bem como sobre o teatro verbatim como um espaço de representação de matérias ou dados de pesquisa.

Contexto e migração

Cânticos dos imigrantes estreou em 2017, um ano antes da ascensão de Jair Bolsonaro ao poder e um ano depois do golpe institucional que retirou Dilma Rousseff da presidência da República. E foi naquele período que a resistente e muitas vezes ocultada xenofobia ganhou as manchetes no Brasil e de outras partes do mundo, especialmente nos Estados Unidos da América, liderada pelas ações do governo daquele país sob a presidência de Donald Trump. A questão da migração parecia delicada em nosso país, principalmente na cidade onde moramos e que é a sede da companhia, São Paulo, local marcado por diversos ciclos migratórios, assim como nosso país. Aqui mesmo, entre nós, Marília tem parte da sua ascendência italiana, outra parte espanhola, Paulo tem ascendência libanesa e italiana, Yuri tem ascendentes italianos. A maioria da nossa população é afrodiáspórica, a maior parte descendente de pessoas que foram sequestradas e trazidas escravizadas. E esses ciclos estão relacionados com diferentes períodos e condições históricas, que também influenciam a forma como as populações imigrantes encontram espaço num tecido social complexo. Os fluxos migratórios constituem as identidades brasileiras e movimentam os marcadores de diferença não só de origem e língua, mas também de raça, classe, gênero... Além disso, a violência contra as populações tradicionais do território que era conhecido por diferentes nomes e habitado por diversas nações deu origem a uma sociedade marcada por constantes migrações e imigrações.

Mas a migração contemporânea, ameaçada pela xenofobia que parecia agravar-se pelo racismo estrutural – um dos maiores, senão o nosso maior desafio enquanto sociedade –, implicava saber o que estava acontecendo com as pessoas imigrantes dos

países africanos, dos países da América Latina, dos países árabes que nos pareciam representar as novas culturas que chegaram ao país, ao contrário do que aconteceu depois, no período posterior à Primeira e Segunda Guerras Mundial, em meados do século passado.

Radicalidade e alteridade

Yuri: Estamos trabalhando aqui com um interesse fundamental, muito anterior à criação da Antropologia como disciplina: a percepção e interesse pela diferença. A própria identidade tem como base o contraste promovido pela diferença. Se posso dizer que sou alguma coisa é porque reconheço que há outros que não o são.

Paulo: De qualquer forma, eu, assumindo o papel de dramaturgo, além de pesquisador, sou também sujeito de experiências. E contar as histórias na minha perspectiva e na dos atores e atrizes também é importante. Faço um paralelo com a visão da etnografia que propõe uma reflexão sobre como os diários de campo dos etnógrafos são por vezes mais interessantes do que os relatórios formais elaborados. Isso marca uma posição contrária à crença de que discursos sensíveis e impressões afetivas levam necessariamente à perda de objetividade.

Na verdade, eu também me preocupei e, desde o doutoramento, questioneei-me sobre quem fala por outrem, não só na investigação, mas também no teatro. Assumimos, com *Cânticos dos imigrantes: uma ópera verbatim*, uma posição que valorizou as ausências e os silêncios daquelas pessoas que não teriam voz se não falassem por si. Então, eu me preocupei não só em evidenciar minha visão, mas em colocar foco nas histórias, enfatizando a beleza das narrativas, suas marcas mais fortes: histórias humanas contadas como experiências e não como fragmentos.

Marília: Histórias humanas que, como destacou Paulo Freire, poderiam humanizar tanto quem fala quanto quem ouve. Neste ponto atrevo-me a refletir sobre o que me faz pensar que projetos desse tipo são radicais. Penso na noção de radicalidade na perspectiva de Paulo Freire. E essa noção de radicalidade que é uma característica presente ao longo de toda a sua carreira, e que se refere à consciência histórica a partir da qual é possível compreender os significados e as origens das causas que mantêm as pessoas em situações de opressão. Uma proposta radicalizadora está, em Freire, focada na análise dos efeitos alienantes da sociedade por meio de propostas problematizadoras. E a peça se propôs a fazer isso. A ideia de radicalidade tem a ver com o desenvolvimento da consciência e com a problematização do que acontece no cotidiano... no cotidiano em que as causas estruturais da opressão muitas vezes passam despercebidas porque por todo lado existem formas de opressão, especialmente determinadas pelos mecanismos de colonização, pelas ditaduras, pelas guerras e pelo racismo, pelo fascismo, por toda forma de destruição. Um processo radical envolve

o contato com as pessoas a partir de suas autodefinições: o conhecimento das realidades vem do que as pessoas podem narrar com base em sua consciência histórica e identidades culturais. Por ser uma opção crítica, para Freire esta é uma opção amorosa, comunicativa e humilde, pois se preocupa com o outro, com a outra, com outrem com a oportunidade que tem de se expressar. E parece-me que é isso o que se tem feito neste tipo de teatro.

Poder

Yuri: A antropologia como ciência surgiu para trazer uma nova chave explicativa aos diferentes povos que os europeus encontravam ao redor do mundo, propondo explicações sociais e culturais do que até então se entendia a partir da biologia ou da teologia. Contudo, ao longo do século XX, um dos movimentos mais importantes que ajudaram a moldar a nossa forma atual de compreender a disciplina, as suas potencialidades e os seus limites, foi a reflexão sobre as relações de poder entre investigadores (geralmente dos centros de poder – a Europa e os Estados Unidos) e investigados (nas periferias do mundo ou das grandes cidades). A chamada Crise da Representação conduziu a disciplina por múltiplos caminhos para tentar, por um lado, dar alguma validade aos dados recolhidos e às teorias desenvolvidas ao longo de tantas décadas e, por outro, a um período rico de experimentação e criatividade para corrigir os problemas dessa estrutura de produção de conhecimento. Mas o que nos ajuda a refletir sobre o teatro documentário e o teatro verbatim é entender a antropologia não como “ciência do outro” mas como ciência da alteridade. Na “equação” antropológica (para fazer uma metáfora com as ciências exatas) há duas variáveis: quem é observado e quem observa. Até o momento da crise de representação gerada pelas críticas pós-modernas, o observador, ponto ativo na equação, tinha rosto, cor, gênero e origem bem definidos. Claro que essa simplificação precisa de nuances ao ser transposta à situação atual da disciplina, especialmente em nosso contexto dos estudos urbanos na cidade de São Paulo.

A alteridade, no caso das nossas investigações, é menos marcada que no caso dos antropólogos europeus que viajavam para os “limites” do mundo, mas ainda assim informa um objetivo fundamental da disciplina hoje: fortalecer uma ciência que busca romper com relações coloniais. Isso se refere à construção de um centro de pesquisa em uma cidade do sul global e também a movimentos políticos como a luta por vagas em programas de pós-graduação para a população de baixa renda, para os indígenas, para os negros. A diversidade da perspectiva não tem apenas importância social, mas é um fundamento epistemológico, uma necessidade para uma ciência cuja forma de produção de conhecimento nunca pode ser neutra. Se somos todos nativos, todos podemos ser antropólogos.

Com a inspiração da diversidade e alteridade radical da perspectiva antropológica, o espetáculo construído no NUO-ÓperaLab procurou propor tanto a artistas quanto à plateia escuta e fala atentas, com alteridade, partilha e convívio de vozes, corpos, histórias e vidas diversas.

Paulo: Por isso, todas as características do espetáculo foram pensadas para conectar ouvintes: artistas que ouviram depoentes, a plateia que ouviu artistas. Para isso, os fones de ouvido utilizados por artistas ficam expostos e colocados por eles e elas diante do público. Também por essa razão propus um cenário em que artistas encarassem as pessoas na plateia, sentando-se com o público, olhando nos olhos das pessoas, rompendo a quarta parede.

Marília: A linguagem e a fala em si não refletem a experiência, mas criam um processo de transformação e deslocamento de significados móveis, incompletos, parciais e contraditórios. A descrição feita por artistas se torna uma performance que elimina a análise e permite um estímulo à interpretação coletiva. A música, a atmosfera, os figurinos contribuem para tudo.

Yuri: Uma das riquezas da etnografia como método-teoria de pesquisa qualitativa é que não estamos preocupados com uma única noção de “verdade”. Nem sei se é possível dizer que existe uma verdade única para fenômenos sociais complexos, mas, se houver, não somos nós que podemos acessá-la. Isso ocorre porque os próprios atores e atrizes sociais constroem suas teorias sobre o mundo em que vivem, produzindo narrativas muitas vezes conflitantes e incompletas. Quem pesquisa também traz seus próprios corpos, histórias, habilidades e interesses para o campo. As narrativas que emergem do trabalho etnográfico precisam ser rigorosas, precisas e sinceras, mas sabemos que duas pessoas diferentes pesquisando poderão trazer relatos completamente diferentes sobre uma mesma situação vivenciada no campo. Costumo trabalhar com uma definição de etnografia de José Guilherme Magnani (2009):

A etnografia é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo do que é investigado e compartilha seu horizonte, não para ficar ali ou para testemunhar a lógica de sua visão de mundo, mas para, acompanhá-los até o tanto quanto possível, numa verdadeira relação de troca, confrontar as suas próprias teorias com as deles e assim tentar chegar a um novo modelo de compreensão ou, pelo menos, a uma nova pista, não prevista anteriormente.

Paulo: Aqui volto aos escritos de Walter Benjamin (2006) que podem nos apontar para algo que é fundamental: há experiências que precisam ser contadas para que possamos compreender o que acontece ou aconteceu em um tempo/lugar. Não

precisamos apenas de fatos: as experiências narradas também são importantes, pois têm o potencial de trazer à luz não só o que foram, mas também onde e como aconteceram e como o que foi vivenciado teve impacto social em quem conta a história e para quem a lê ou ouve e vê. Trazer fatos recortados e analisá-los não é trazer experiência. Portanto, no campo da pesquisa qualitativa e da pesquisa em etnografia e autoetnografia, há na atualidade uma tendência em buscar novas formas de pesquisa e narração, justamente para combinar pesquisa e experiência como tarefas complementares e coexistentes.

Marília: A dramaturgia de Goffman, Conquergood, a performance etnográfica proposta por Madison, bem como Saldaña e o etnodrama; Schechner e o teatro social; Norris e o *playacting* são importantes referências para o que se passou a considerar o giro da performance nas pesquisas qualitativas. Vemos no teatro verbatim uma possibilidade de criar processo e produto, espaço de reflexão, crítica e mobilização nesses campos.

Radicalidade e alteridade nas artes

Paulo: Eu quis dar vida aos processos, narrados, organizados por uma malha de memórias, porque uma experiência narrada pode levar-me ao reconhecimento da sua gênese noutro campo/lugar, com as experiências de outras pessoas ou a sua relação com o tempo vivido ou com alguma reflexão já feita ou sobre um tipo de experiência que já conhecia, mas sobre a qual ainda não tinha refletido.

Marília: Talvez tenha sido Augusto Boal quem mais se preocupou em trazer as propostas radicais de Paulo Freire para as artes, especialmente o teatro. Paulo Freire e Augusto Boal são usados por Norman Denzin como personagens em uma performance de um capítulo da obra *Autoetnografia performativa* intitulado “Performing critical pedagogy: learning from Paulo”. Nesse texto Denzin afirma que sua proposta é caminhar em direção a novos espaços, novas identidades, novas relações e formas radicais de conhecimento acadêmico. Lá escreveu sobre teatro social, baseado em Paulo Freire e Augusto Boal, afirmando que por meio de sua atuação as pessoas poderiam traduzir problemas privados em problemas públicos; isto é, em representações que possam ser utilizadas para promover diálogos com o mundo, provocando conflito, curiosidade, crítica e reflexão. A ideia desse teatro que Denzin chamou de social também pode nos aproximar da “Pesquisa baseada nas artes” que se iniciou na década de 1980, acompanhando a virada narrativa das ciências sociais, e que questiona as formas hegemônicas de pesquisa que visam captar a “realidade” e utilizar procedimentos artísticos para dar conta dos fenômenos e experiências da pesquisa.

O processo dos *Cânticos dos imigrantes*

Paulo: Artistas integrantes do NUO-ÓperaLab, a nossa companhia, realizaram as entrevistas. Pedi a artistas que encontrassem imigrantes e coletassem depoimentos de quem havia chegado ao Brasil, de diferentes lugares e períodos, entre 1960 e 2017, para pensarmos a dramaturgia. Mas eu queria ir mais fundo... queria trazer para os corpos das artistas a experiência do som da voz, da música e da musicalidade da linguagem, e para o público a experiência de lidar com todos esses elementos ao mesmo tempo. É por isso que eu propus a técnica verbatim. As entrevistas foram gravadas e as pessoas entrevistadas receberam três perguntas básicas: por que você escolheu o Brasil para morar? Como foi a viagem ao Brasil? Como foi seu primeiro dia em solo brasileiro? Com base nessas três questões, cada imigrante contou a sua história.

Eu ouvi todo o material coletado inúmeras vezes e fui selecionando trechos que ora aproximavam, ora contradiziam uns aos outros. Em alguns havia singularidades, particularidades, noutros oposições e aproximações em relação a diversos temas. Essas aproximações e distanciamentos foram, então, selecionados por mim. Foram selecionadas dez entrevistas, totalizando quinze horas de gravação. A partir dessas gravações fiz uma edição, selecionando os momentos mais importantes dos depoimentos, relacionando-os também tematicamente e fazendo com que a ordem de sua reprodução determinasse a dramaturgia. Portanto a dramaturgia foi criada a partir do que imigrantes, as pessoas entrevistadas e suas histórias nos contaram.

Após a edição das entrevistas e depois do trabalho de preparação de artistas, distribuí as entrevistas editadas para cada artista. As pessoas que coletaram os depoimentos não foram aquelas que interpretaram as falas, uma vez que a escolha de “quem faria quem” foi decidida com base em critérios artísticos e estéticos.

Ao final optei por utilizar os depoimentos de Maria (Portugal-Brasil, 1960); Corina (Argentina-Brasil, 2015); Nael (Palestina-Brasil, 2006); Andreia (Minas Gerais-Aldeia Kamaiurá); Ahmad (Síria-Brasil, 2014); Efren (Peru-Brasil, 2005); Mahamad (apátrida/Líbano-Brasil, 2014); Shambuye (República Democrática do Congo-Brasil, 2016); Marie (França-Brasil, 2015); Antônio (Portugal-Brasil, 1960).

Foram três meses de preparação com o elenco para a aprendizagem da técnica verbatim, já que não se trata de “imitar” a voz que se ouve, mas sim de reproduzi-la fielmente, com pausas, respiração, inflexões, sotaques... então os atores e as atrizes têm que captar o som, a musicalidade da fala, sem prestar atenção ao significado das palavras, justamente para que não haja a tentação de criar uma personagem ou de corrigir um erro de pronúncia, e muito menos de julgar quem de fato produziu a narrativa, dizendo apenas a reprodução exata do que se está ouvindo. Esse é um dado importante: os sotaques, a musicalidade, as emoções contidas nas vozes que tomam conta do corpo dos e das artistas. Poucos dias antes da estreia eles e elas receberam

as gravações que seriam utilizadas, as ouviram apenas uma ou duas vezes para que as narrativas não fossem memorizadas.

Para os atores e atrizes, essa ideia de estar em um teatro no qual não se cria uma personagem foi difícil no início. O treinamento começou com depoimentos em diferentes idiomas desconhecidos dos e das artistas para que a musicalidade das palavras fosse compreendida como mais importante do que os seus significados.

Outra questão não menos importante é a contínua proposta do NUO-ÓperaLab de criar uma maneira nova de se fazer ópera. As músicas incluídas no espetáculo, entre cada um dos depoimentos, são obras que vão desde o período barroco até o século XX, incluindo também cânticos religiosos africanos e da Igreja ortodoxa árabe, com seus idiomas originais. Ainda em relação às músicas, elas foram interpretadas pelos atores e atrizes e pela camerata que faz parte do grupo, não foram traduzidas ou legendadas, mas permaneceram nos idiomas originais, cada uma delas associada a uma nacionalidade ou cultura diferente. A ideia era despertar no público a consciência de que é possível compreender sentidos e significados ao lidarmos com os contextos, mesmo que não se entenda exatamente o que as palavras significam. Algo similar ao que pode acontecer a imigrantes em seu novo país.

Perigos

Yuri: Se a fala é da pessoa entrevistada, por que não a convidar a falar com sua própria voz no palco? – esse foi um dos meus receios quando conheci a técnica verbatim. Mas percebi que esse desconforto inicial tinha como solução precisamente a lógica da etnografia: quando se sai para o trabalho de campo etnográfico, há duas esferas que se sobrepõem, dialogam e passam a englobar-se – como descreve Marilyn Strathern (2014). O resultado de uma investigação etnográfica nasce do diálogo entre pesquisador e interlocutores, bem como do encontro entre a intenção de produzir um texto baseado na experiência e a experiência que só ocorre porque houve vontade de produzir um texto. O que resulta de algo assim costuma surpreender, como ocorre nas etnografias e como foi o caso do *Cântico dos imigrantes*.

As emoções, as histórias, o humor que artistas contavam no palco não roubavam as palavras das pessoas entrevistadas. O que ocorria ali era o surgimento de algo novo: uma compreensão nova, inovadora, imprevista, que teve a sua origem num encontro muito profundo, embora distante no tempo e no espaço.

A surpresa também se manifestou quando algumas das pessoas entrevistadas, ao assistirem à peça, ficaram surpresas ao ouvirem suas próprias palavras, seu modo de pensar e seu sotaque saindo do corpo de outras pessoas. Uma delas, argentina, chegou a dizer que temia que a imitação do sotaque fosse ridícula, motivo para zombaria, mas, ao sentar-se na plateia, percebeu o respeito que a atriz dedicava ao som

de sua voz e demonstrou surpresa ao perceber uma espécie de reflexo distorcido. Emocionou-se. E nós também.

Esse “espelho mágico” também foi percebido por um palestino, que contou a história da chegada ao Brasil com um tom cômico, mas, ao “ouvir-se” na voz de um ator, sentiu nas entrelinhas um peso que não percebeu ao contá-la. E concordou: não havia nada de leve naquela história. Com atores e atrizes não foi diferente: dessa vez, no entanto, a surpresa se revelou ao assistirem à filmagem do espetáculo, quando perceberam, já fora do momento do encontro, as interações surpreendentes entre seus corpos e as vozes das pessoas entrevistadas, sua musicalidade, seu timbre, silêncios, suspiros e tremores não marcados, mas determinados pela escuta para além das palavras e seus sentidos.

Talvez a experiência da imigração seja uma boa metáfora para pensar estas reflexões e deslocamentos: uma voz migrante que navega no tempo (da entrevista, do teatro, do vídeo) e que sai da boca de outra pessoa. Um corpo que, dentro dos seus limites, se adapta às falas e emoções de outros corpos. A interpretação é dupla: é a interpretação cênica, com concepção de temas e dramaturgias; e é a interpretação de uma história de vida, coletada como dado e experiência e interpretada a partir de uma atitude antropológica, de preocupação com o encontro, de respeito e de se deixar levar pela alteridade. A radicalidade do encontro, da escuta, da presença: propostas da Arte e de uma pesquisa radicalmente implicada com a vida comum.



Teaser da montagem do NUO-ÓperaLab para *Cânticos dos imigrantes: uma ópera verbatim*

https://youtu.be/RiO8t5DfWYk?si=_zQeq4yxA_q3pclz

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, W. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- DENZIN, N. K. *On understanding emotion*. Jossey-Bass, 1984.
- DENZIN, N. K. *Performance autoethnography: critical pedagogy and the politics of culture*. New York: Routledge, 2018.
- DENZIN, N. K. Re-leyendo performance, praxis y política. *Investigación Cualitativa*, Vol. 1, n. 1, p. 57-78, 2016.

- ENRIGHT, H. "Letting it breathe": writing and performing the words of others. *Studies in Theatre and Performance*, v. 31, n. 2, p. 181-192, 2011.
- GARSON, C. Verbatim theatre. In: BRADFORD, R.; GONZALEZ, M.; BUTLER, S.; WARD, J.; ORNELLAS, K. (ed.). *The Wiley Blackwell companion to contemporary British and Irish literature*. Chichester: John Wiley & Sons, 2021. v. II, p. 759-769.
- MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*, v. 15, n. 32, p. 129-156, 2009.
- PAGET, D. Verbatim theatre: oral history and documentary techniques. *New Theatre Quarterly*, v. 3, n. 12, p. 317-336, 1987.
- STRATHERN, M. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

DOSSIÊ

“Tensões urbanas”

CAPÍTULO 4

Conhecimentos tradicionais e transformações socioespaciais: tensões em comunidades extrativistas no litoral nordeste brasileiro

Sílvia Helena Zanirato

Raquel Fernandes de Araujo Rodrigues

Marcos Paulo Sales do Nascimento

INTRODUÇÃO

Países em desenvolvimento estão enfrentando desde meados do século XX o fenômeno da urbanização, com altas taxas de concentração populacional em cidades que experimentam transformações profundas nas formas de uso e ocupação do espaço. O Brasil é um dos países que registra uma das maiores taxas de urbanização do mundo, com 84,36% (IBGE, 2023).

A região Nordeste do país, ainda que tenha menores taxas de urbanização comparadas ao Sudeste e Sul, tem vivenciado nas quatro últimas décadas um processo acelerado de transformações socioespaciais, particularmente na faixa costeira. Os municípios que se situam nessa faixa passam por intensas mudanças nas formas de uso e ocupação do solo, com o alargamento de empreendimentos urbanos associados ao turismo de sol e praia e a atividades ligadas à silvicultura. Isso é o que se vê no litoral dos estados de Sergipe e da Bahia.

Tais transformações têm se dado em áreas ocupadas por populações que até então viviam da extração e transformação de bens naturais, com saberes e fazeres associados à biodiversidade local. As modificações têm repercutido na conservação de tais conhecimentos, aqui considerados patrimônios culturais imateriais.

Compreender esse processo e suas implicações é a preocupação deste artigo, que se volta aos saberes de comunidades de mulheres extrativistas no litoral nordestino do Brasil, mais especificamente o litoral sergipano e baiano.

Para tal é feita uma contextualização da região litorânea onde se veem mudanças socioespaciais recentes e onde vivem as comunidades tratadas. A seguir, são apresentados os saberes e fazeres dessas comunidades e é explicitado por que esses conhecimentos são considerados patrimônio cultural imaterial, e, ao fim, são discutidas as implicações das alterações socioespaciais em relação à conservação e transmissão desse patrimônio.

Para atender aos propósitos do artigo foi elaborada uma abordagem qualitativa, fundada nas leituras de Maria Cecília Minayo (2002), de modo a compreender a dinâmica das relações sociais e os significados delas decorrentes. Para tal, foi realizada uma análise bibliográfica para fundamentar as transformações ocorridas na região. O levantamento bibliográfico recorreu às bases de dados SciELO, Google Acadêmico e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações utilizando descritores como: litoral nordestino, transformações espaciais e conhecimentos tradicionais.

Os dados empíricos foram coletados em campo, no início de 2023, por meio da técnica de entrevistas semiestruturadas, dirigidas a membros das comunidades mais afetadas – as catadoras de mangaba e as artesãs de piaçava. As entrevistas foram orientadas pelas leituras de Boni e Quaresma (2005), com perguntas abertas e fechadas, previamente definidas, aplicada num contexto mais informal. Os dados colhidos foram considerados na ótica da análise de conteúdo, proposta por Laurence Bardin (1977) e “numa busca do sentido contido nos conteúdos de diversas formas de textos, de maneira a permitir compreender o acesso à informação de certos grupos e a forma como esses grupos a elaboram e transmitem” (Reigota, 1995, p. 73). Também foram feitas fotografias, que são aqui tomadas como documentos, cuja análise se funda nas orientações metodológicas de Zanirato (2005).

A REGIÃO EM ESTUDO

O processo de produção do espaço contemporâneo apresenta um fenômeno de urbanização extensiva (Monte-Mór, 1994, 2006), heterogênea e multicêntrica. As grandes cidades se estendem para as periferias, de modo a acomodar as necessidades de produção, gerando amplas regiões urbanizadas no seu entorno.

Isso tem sido visto no Brasil como um todo, um país no qual a concentração de população e a produção de atividades associadas à urbanização se deram de forma extensiva, formando grandes aglomerados ao longo de todo o contorno litorâneo, que são mais densos no Sudeste e no Sul do Brasil.

Até o início da década de 1980, isso pouco se passava na costa leste/nordeste do Brasil, mais particularmente na área litorânea entre os estados de Sergipe e Bahia, que era de difícil acesso. Nela prevaleciam dunas (Figura 4.1), zonas úmidas e planícies costeiras, com pequenos povoados cujos moradores viviam da pesca e de atividades artesanais. A taxa de urbanização era de 50,44%, ao passo que no Sudeste do país esse valor era superior a 82% (IBGE, 2001).



Figura 4.1 – Faixa de dunas no litoral norte da Bahia.

Fonte: Marcos Paulo Sales do Nascimento (2023).

A partir de então, a faixa que vai do litoral sul de Sergipe ao litoral norte da Bahia (Mapa 4.1) passou a receber investimentos estatais que tiveram o propósito de potencializar ao máximo a exploração da paisagem. Os governos da Bahia e Sergipe, junto com o governo federal e empresas privadas, fomentaram o turismo na região, por meio do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (Gerco) e do Projeto Orla e do Prodetur – NE I e II (MTUR, 2013). Os recursos desses programas e projetos foram destinados à pavimentação asfáltica, implantação de sistemas de água e esgoto, sinalização de pontos turísticos, serviços de hospedagem e construção de pontes que possibilitaram o tráfego rodoviário entre as duas capitais, Aracaju e Salvador (MTUR, 2013).

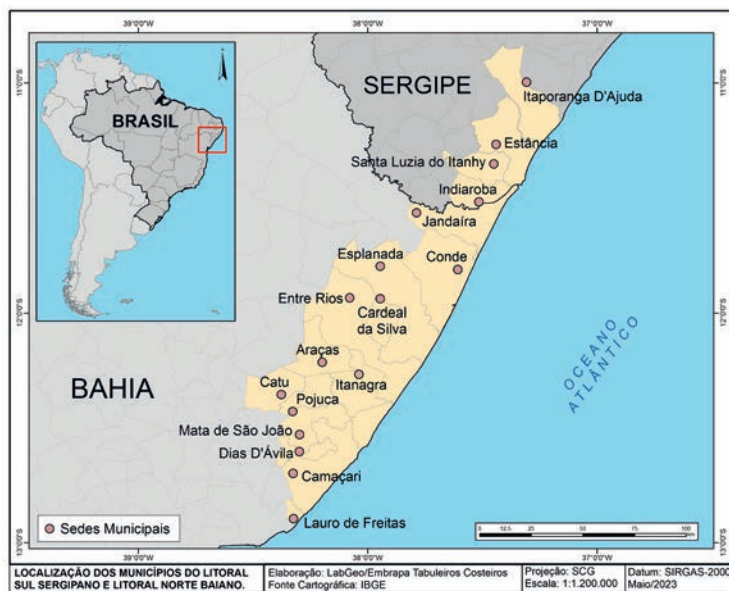


Figura 4.2 – Disposição cartográfica dos locais aqui estudados.

Fonte: IBGE (2001).

Foi com esse propósito que se viu a infraestrutura rodoviária ao longo da costa litorânea, como a SE-100 Sul, a SE-318 e a extensão da BA-099, em 1993. Essas vias interligaram os estados de Sergipe e Bahia pelo litoral e favoreceram a ocupação para o veraneio, com o surgimento de condomínios de segunda residência e hospedagens. O acesso rodoviário às terras litorâneas e a abertura para o turismo não deixaram de atrair cadeias hoteleiras internacionais (espanhola, italiana, belga e portuguesa), interessadas na construção de hotéis do tipo *resort*. Até o início da década de 2010, em torno de quinze empreendimentos de grande e excepcional porte se voltaram para a região (Gomes, 2011). As construções se fizeram sobre as faixas de dunas e restingas, ao lado de comunidades que há tempos viviam ali.

A concentração espacial das atividades de turismo e de veraneio e infraestruturas a elas associadas se deu em paralelo à expansão, também em contiguidade, da silvicultura para a extração primeiro de madeira, depois de papel e celulose (Santos, 2017). As plantações de espécies para a silvicultura ocuparam as melhores terras da planície costeira e do entremeio de zonas úmidas e promoveram significativas alterações na mata nativa.

Diante das modificações provocadas e com vistas a controlar a ocupação do litoral e mitigar os impactos derivados da construção do eixo rodoviário, foram instituídas, em âmbito estadual, Áreas de Proteção Ambiental (APA), a APA Litoral Norte, no estado da Bahia em 1992, e a APA Litoral Sul, no estado de Sergipe em 1993.

No art. 5º do Plano foi definida a Zona de Manejo Especial (ZME), que corresponde às áreas que contêm remanescentes de matas, restingas, cerrados e brejos, que sofreram alguma ação antrópica, mas que poderão ser conservadas se submetidas a estudos específicos para definição de sua utilização. O art. 10º, por sua vez, definiu a Zona de Reservas Extrativistas (ZRE), correspondente a áreas utilizadas pelas populações tradicionais para extração de mariscos e matérias-primas para manufaturas de artesanato, que deverão ter acompanhamento e assistência técnica dos órgãos governamentais para sua utilização. E o art. 12º estipulou que a Zona de Urbanização Restrita (ZUR) compreende as povoações com elementos de patrimônio histórico, população com características socioculturais tradicionais, que utilizam processos produtivos voltados essencialmente para a subsistência (pesca artesanal, extrativismo do manguê e piaçava) (Bahia – PMALNB, 1995).

A APA Litoral Sul de Sergipe, por sua vez, teve seu plano de manejo aprovado em setembro de 2021. Segundo o Plano, no item 3.3.2.8.4 (“Aspectos sociais e infraestrutura”),

[...] a APA engloba diversos grupamentos sociais como: pescadores, agricultores rurais, pecuaristas, assentados rurais, catadoras de mangaba, pescadores e marisqueiras [...] o desmonte parcial ou total de dunas; desterritorialização dos moradores para áreas mais distantes do seu local de origem em virtude da valorização do solo pela especulação imobiliária, entre outros (Sergipe – PMALSS, 2021, p. 3.91).

No referido Plano, distinguem-se as diversas atividades realizadas pelos moradores das comunidades da região, por exemplo, o extrativismo, e nele se vê o reconhecimento da aprovação da Lei Estadual nº 288 de 2010, das catadoras de Mangaba como grupo tradicionalmente diferenciado, “que deve ser protegido segundo as suas formas próprias de organização social, seus territórios e recursos naturais, indispensáveis para a garantia de sua reprodução física, cultural, social, religiosa e econômica” (Sergipe – PMALSS, 2021, p. 3.95).

No entanto, o mesmo Plano admite que

[...] a especulação imobiliária, a monocultura e a carcinicultura caracterizam-se como desafios enfrentados por esta população, os quais comprometem seu modo de vida e põem em risco a sua sobrevivência, nos aspectos socioeconômico, cultural e ambiental (Sergipe – PMALSS, 2021, p. 3.96).

Por isso mesmo nele está o argumento de que “o extrativismo da mangaba por comunidades tradicionais tem sido ameaçado” e que “houve inclusive relatos pelos entrevistados denunciando a derrubada de uma área de cultivo de murici, cambuí, ouricuri, mangaba, tucum etc., para o plantio de eucalipto, no município de Itaporanga D’ajuda” (Sergipe – PMALSS, 2021, p. 3.97).

Prossegue o diagnóstico afirmando que “as áreas naturais de ocorrência de mangabeiras vêm sendo convertidas para outros usos, especialmente construção de condomínios, causando forte desmatamento na área” e que, desde 2016, Sergipe perdeu o posto de maior produtor de mangaba do Brasil para a Paraíba, devido ao forte desmatamento que as áreas de restinga vêm sofrendo (Vieira, 2023). As áreas de mangabeiras nativas passam por desmatamento com a expansão dos centros urbanos, e “a expansão e melhoria da malha rodoviária na região litorânea (onde ficam as áreas de mangabeiras) têm atraído mais investimentos imobiliários e turísticos para o litoral de Sergipe” (Sergipe – PMALSS, 2021, p. 3.97).

Rodrigues *et al.* (2017, p. 3101) constataram que, em um período de seis anos, houve uma redução de 29,6% nas áreas de ocorrência natural de mangabeiras mapeadas, o que equivale a 10.456 hectares.

Diante disso, o Plano de Manejo da APA Litoral Sul de Sergipe buscou controlar as formas de uso e ocupação do solo em seu interior e dispôs as zonas de maior e de menor restrição (Figura 4.4). A zona de uso restrito abrange 26.222,32 hectares, correspondendo a 54,5% da área da APA. Esta é a zona de maior representatividade e contempla fragmentos do bioma Mata Atlântica em regeneração, fragmentos de restinga (vegetação de influência marinha) e áreas com alta suscetibilidade a erosão, áreas com adensamentos restritos e áreas de extrativismo vegetal de mangaba.

É tolerada na área a “implantação de unidades de apoio às atividades e empreendimentos de agropecuária e turismo” e, ao mesmo tempo, é proibida

[...] a impermeabilização do solo ou aterramento em mais de 25% da área do terreno/propriedade imóvel; o plantio de bosque de eucalipto ou de coqueiro ou de outra espécie arbórea que cause sombreamento sobre o bosque de extrativismo (Sergipe – PMALSS, 2021, p. 4.14).

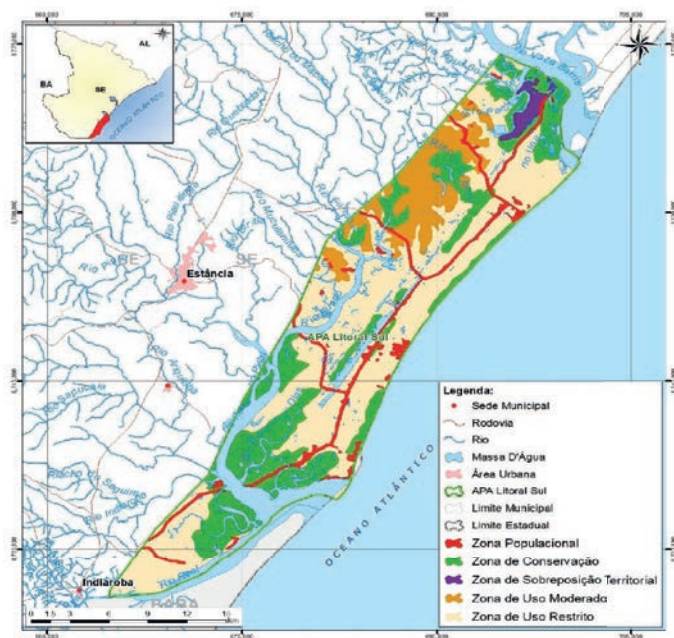


Figura 4.4 – Zoneamento da APA Litoral Sul de Sergipe.

Fonte: Sergipe – PMALSS (2021).

As Figuras 4.3 e 4.4 permitem ver que, retirando a linha divisória que separa geopoliticamente os dois estados, não há descontinuidade entre as APA, sendo o litoral referido no texto uma área toda protegida.

Mesmo havendo a proteção legal definida pelas normas que regem as APA, tanto a implantação de empreendimentos de turismo e de veraneio como o plantio de pinus e eucalipto para a silvicultura não deixaram de ocorrer nas duas unidades de proteção, com a supressão de manguezais, restingas e matas ciliares seja para a construção de casas de veraneio, seja para empreendimentos associados ao turismo ou ainda para a silvicultura.

Na Bahia, a silvicultura havia sido fomentada por incentivos governamentais e crescera de forma acelerada nas décadas finais do século XX, chegando a ultrapassar os limites previamente estabelecidos, ocupando, segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, cerca de 13% do litoral norte e agreste baiano (2003). “Estima-se que nesse processo mais de 70% das matas ciliares tenham sido degradadas e precisem ser recuperadas” (Matos *et al.*, 2017, p. 74).

Em Sergipe, a quantidade produzida pela silvicultura aumentara 77% entre os anos de 2017 e 2021. Os municípios de Itaporanga d’Ajuda, Estância e Indiaroba, no litoral sul sergipano, foram responsáveis por 69% da produção silvícola do estado em 2021, sendo quase 100% destinada para a confecção de lenha de eucalipto (IBGE, 2021).

Em se tratando do turismo de veraneio, somente entre 1991 e 2008, o litoral norte da Bahia recebeu mais de 1.500 empreendimentos turísticos e hoteleiros, compreendendo hotéis, pousadas e segundas residências, campos de golfe, áreas de serviços, esporte e lazer à beira-mar. A implantação desses equipamentos se fez à custa da retirada da vegetação de restinga. Todo esse processo se deu em paralelo ao cercamento de terras onde havia matas livres.

Essas ações não deixaram de provocar as comunidades que secularmente ocupavam as terras do litoral nordestino e que sobreviviam extraindo, transformando e comercializando bens naturais locais, em terras até então de livre acesso. Nesses espaços elas não só coletavam, por exemplo, a mangaba e a piaçava, como transformavam a fruta e/ou a fibra em diversos bens de uso pessoal e de comercialização (alimentos, objetos de uso cotidiano, material de construção etc.). As atividades mostravam um profundo e diversificado conhecimento das propriedades tanto da mangaba quanto da piaçava, tornando os saberes e fazeres a elas associados um patrimônio cultural imaterial, relacionado aos bens naturais.(2009)

PATRIMÔNIO EM SUA DIMENSÃO IMATERIAL

O patrimônio cultural imaterial definido pela Convenção da Unesco de 2003 compreende as práticas, representações, expressões, conhecimentos, habilidades – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais a eles associados – que comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos reconhecem como parte de sua herança cultural. Trata-se de um patrimônio transmitido de geração em geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu ambiente, da sua interação com a natureza e da sua história. Esse tipo de patrimônio se manifesta nas tradições e expressões orais; nas práticas sociais, rituais e eventos festivos; nos conhecimentos e práticas sobre a natureza e o universo e no artesanato tradicional (Unesco, 2003). Esse patrimônio é uma herança, transmitida ao longo do tempo, e que experimenta transformações reinventando-se, posto que é um patrimônio vivo.

Nele se encontram os saberes e fazeres usualmente praticados por comunidades tradicionais, que têm como característica a transmissão oral, a ligação com o território habitado e as apropriações simbólica e prática dos bens naturais ali existentes (Pereira; Diegues, 2010).

A consideração de um grupo como comunidade tradicional está associada às suas histórias de conquista ou de luta para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui, dentre outras características, o uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social e traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados (Almeida, 2009). As atividades culturais e econômicas estão diretamente relacionadas à ocupação dos

territórios para o acesso à extração de bens naturais de que seus fazeres e saberes se valem (Pereira; Diegues, 2010).

O conhecimento tradicional associado aos bens naturais é definido pela Convenção da Diversidade Biológica (CDB), de 1992, que dispõe que tal conhecimento deve ser mantido e que para isso é necessário que a população detentora desses saberes e fazeres tenha a garantia de sua ligação com o território. No Brasil, a posse da terra, ou mesmo o acesso a ela, é um dos principais problemas das populações extrativistas (Diegues *et al.*, 2000), que não têm a posse legal das terras que ocupam e que são afetadas tanto pelo “crescimento populacional associado à falta de planejamento para o uso do espaço e dos recursos disponíveis de forma sustentada” (Mantovani, 2003, p 432) quanto em relação à “fragmentação dos ambientes naturais, à introdução de espécies exóticas, ao uso exaustivo dos recursos biológicos, à contaminação e poluição” (Bensusan, 2002, p. 233).

Os grupos das catadoras de mangaba e de artesãs de piaçava são portadores desse tipo especial de conhecimento, considerado patrimônio imaterial associado à biodiversidade, pois diz respeito a um conjunto de saberes construídos e reconstruídos na lida cotidiana e na interação direta com o meio que a cerca (Almeida; Cunha, 2009).

Catadoras de mangaba

A mangabeira (*Hancornia speciosa* Gomes) é uma planta frutífera, nativa da Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica no Brasil, que produz flores brancas e frutos de aparência e sabores singulares. É uma árvore de porte médio, que mede de 3 a 4 metros e, excepcionalmente, pode atingir 10 metros de altura (Figura 4.2).



Figura 4.5 – Árvore, flor e fruto da mangabeira.

Fonte: Saulo Coelho Nunes (2023).

Relatos do extrativismo da mangaba para fins alimentares e medicinais se veem desde 1587, época das primeiras invasões no Brasil (Mota *et al.*, 2011). No estado de Sergipe, o extrativismo é praticado no litoral, por mulheres pobres e negras (Mota; Silva Júnior, 2004; Mota *et al.*, 2011; Santos; Souza, 2016; Rodrigues *et al.*, 2017), a maioria sem a propriedade da terra, autodenominadas “catadoras de mangaba”, cujos saberes associados a essa atividade são transferidos pela oralidade por diferentes gerações.

As catadoras conhecem a vegetação nativa, sabem as épocas de produção e colheita, como identificar plantas mais produtivas, fatores climáticos que interferem na quantidade e qualidade de frutos e formas de propagação da espécie (Mota; Silva Júnior, 2004). Isso permite que identifiquem as plantas-mães mais produtivas e os frutos maiores e de sabor adocicado para serem utilizados na reprodução das plantas (Mota *et al.*, 2011).

A coleta dos frutos da mangaba é realizada em áreas de terceiros, em sítios próprios, em áreas da União, do estado e dos municípios, bem como em áreas de proteção ambiental (Santos; Souza, 2016; Rodrigues *et al.*, 2017). A colheita ocorre nos meses de dezembro a abril, a chamada safra de verão, e de maio a julho, a safra de inverno. As catadoras de mangaba preferem a safra de verão, pois, além de ser a época de maior produção, os frutos têm melhor aparência, apresentam uma coloração amarelada, com pequenas pintas vermelhas. No inverno, a produção é menor e os frutos têm manchas mais escuras, menos polpa e muitas sementes (Mota; Silva Júnior, 2004).

O deslocamento até as áreas de coleta ocorre a pé, de carroça e de barcos, nos complexos estuarinos dos rios do litoral sul sergipano (Figura 4.3).

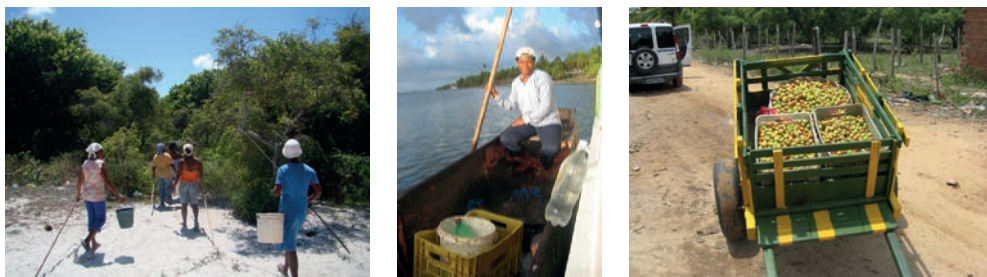


Figura 4.6 – Deslocamento das catadoras de mangaba para a prática do extrativismo da espécie no litoral sul de Sergipe.

Fonte: Raquel Fernandes de Araujo Rodrigues (2011).

Ao acessar o local de ocorrência da mangabeira, as catadoras de mangaba, com as mãos ou com um gancho, realizam a poda com a remoção de galhos secos que dificultam o acesso aos frutos. Nesse processo acabam por também retirar uma erva invasora comum do local, que é conhecida como enxerto-de-passarinho. Quando a propriedade é das próprias catadoras, pequenos sítios ou lotes em assentamentos de reforma agrária, além dos cuidados descritos anteriormente, também realizam o coroamento (limpeza ao redor do tronco), adubação com esterco de gado, “molham” as plantas ainda jovens e promovem a sua reprodução por meio do transplante de mudas que crescem naturalmente. Fazem, assim, tanto o plantio do fruto inteiro e do fruto amassado como de mudas produzidas por sementes (Mota *et al.*, 2011).

A colheita é realizada individualmente, no caso das plantas localizadas próximas à residência, e em locais mais distantes, em grupos de pessoas da mesma família e vizinhança (Mota *et al.*, 2011).

Há, segundo as catadoras de mangaba, três estágios de maturidade dos frutos: mangaba “verde”, que não sai com facilidade do galho e não pode ser coletada; mangaba “de vez”, que permanece na árvore, no entanto se solta facilmente do galho e é coletada com a mão por catadoras de mangaba mais jovens e leves que sobem nas árvores para coletá-los, ou com um gancho preso a uma vara. As mangabas de vez precisam ser encapotadas, ou seja, colocadas em um recipiente coberto por um pano até que amadureçam. A maturidade final é a da mangaba “de queda” ou “caída”, fruta totalmente madura e que cai da árvore naturalmente. Essa acaba sendo a preferida, por ser mais adocicada e com menos látex, popularmente chamado de leite da mangaba, presente em todas as partes da planta. A coleta do fruto “de queda” muitas vezes é atribuída às crianças e jovens, pois requer longos períodos na posição de agachamento, o que é mais difícil para as mulheres com mais idade. Após a coleta, os frutos “de vez” e “de queda” são colocados em baldes específicos e transportados para as residências (Mota *et al.*, 2011).

Os frutos de vez são lavados e postos à sombra para secar, sobre uma esteira de palha ou tecido de algodão, em seguida são acondicionados em caixas ou baldes para serem entregues a intermediários ou transportados para os locais de comercialização (Figura 4.4). Já os frutos “de queda”, por serem altamente perecíveis, são vendidos pelas catadoras em feiras livres e às margens das rodovias (Figura 4.5) no mesmo dia em que são coletados ou destinados ao consumo familiar na forma de suco.



Figura 4.7 – Venda de mangaba em barracas instaladas nas rodovias do litoral sul de Sergipe.

Fonte: Raquel Fernandes de Araujo Rodrigues (2011).



Figura 4.8 – Mangabas “de vez” lavadas e postas para secar à sombra, sobre tecido de algodão e acondicionadas em caixa para comercialização.

Fonte: Raquel Fernandes de Araujo Rodrigues (2011).

Além dos frutos, outras partes da mangabeira são empregadas.

A casca é utilizada contra doenças de pele e como estimulante de funções hepáticas, o chá da folha da mangabeira é usado para combater cólicas menstruais e leite [látex] é usado para combater a tuberculose e para o tratamento de úlcera (Lima; Scariot, 2010, p. 27).

Para retirar o leite são feitos cortes superficiais no tronco das árvores. As catadoras de mangaba têm opiniões divergentes sobre a retirada do leite. Algumas entendem que ele pode ser extraído em pequenas quantidades por meio de cortes verticais e um recipiente que é colocado no chão, na direção do corte para aparar o leite. Outras, por sua vez, são contrárias à extração do leite em qualquer quantidade, pois consideram que isso pode acarretar a morte da planta (Mota *et al.*, 2011).

A atividade extrativista aporta 65% da renda familiar das mulheres catadoras de mangaba.

Mas, em que pese a importância socioeconômica, cultural e ambiental das áreas de ocorrência de mangabeiras, no período de 2010 a 2016, em Sergipe, houve uma redução de 10.456 hectares (29,6%) dessas áreas. Como principais causas são apontados o desmatamento e os efeitos de borda da construção da Linha Verde (BA-099) entre o estado de Sergipe e a Bahia, que favoreceram o acesso rodoviário às praias e, com ele, o turismo, a especulação imobiliária e a agricultura de monocultivo (eucalipto, cana-de-açúcar e coco) (Mota; Pereira, 2008).

Artesãs de piaçava

A piaçava da Bahia (*Attalea funifera* Martius) é uma palmeira nativa e endêmica do Brasil (Figura 4.6), conhecida como piaçava ou piaçaba, termo de origem tupi, que significa “planta fibrosa” (Bueno, 1982). Sua ocorrência se dá na faixa litorânea, em solos arenosos, associados à vegetação secundária sob mata, em áreas expostas à luz. As palmeiras são distribuídas de forma desordenada, em diferentes estágios de desenvolvimento vegetativo (Barreto, 2009, p. 85).



Figura 4.9 – Palmeira de piaçava.

Fonte: Marcos Paulo Sales do Nascimento (2023).

A piaçava serve de base para a produção de diversos tipos de artesanato, cujos empregos remontam às comunidades indígenas originárias do Brasil, os Tupinambá, que habitaram a costa da Bahia durante muitos anos e transmitiram aos povoados a arte de trançar a palha da piaçava. O trançado Tupinambá é um saber tradicional que ocorre no litoral norte da Bahia e é considerado único no mundo (Dantas, 2009).

O processo de produção do trançado de piaçava é composto por oito etapas, que se inicia com a coleta da folha (Figura 4.10) e vai até o beneficiamento e a comercialização do produto final (Figura 4.11).



Figuras 4.10 – Corte e coleta das folhas da piaçava.

Fonte: Marcos Paulo Sales do Nascimento (2023).

É preciso um conhecimento específico, detido pelas artesãs, para a retirada das fibras que estão no pé da piaçava, para não levar à morte da planta. A extração da palha é feita três vezes ao mês, no período de maio a setembro, época de chuvas e quando as fibras ficam mais flexíveis. Da palmeira da qual se colheram as fibras é preciso o tempo de um ano para a nova extração, o que possibilita a recomposição e a formação de fibras mais longas. Segundo uma das artesãs, citada por Barreto (2009, p. 89):

Tem que chegar junto à piaçava. Retira muitas vezes a folha com um só golpe do facão sem tirar o olho, que é a parte principal da planta e fica no centro da piaçava. Se retirar o olho, a piaçava morre e o nosso trabalho não vai existir mais. As pessoas que não entendem terminam tirando o olho, que é a parte principal da planta. Você tem que puxar a folha da árvore e depois ir retirando a palha amarela que está dentro da folha. Tem que ter jeito, força e cuidado, pois é com essa palha que se faz o trançado.

Do mesmo modo:

Tem que saber coletar a piaçava e não é qualquer um que sabe. Quando vai retirar com o facão, tem que ir sempre pelo lado direito, que é onde ela mais cresce. Se alguém já passou por ali, não pode tirar mais, senão a piaçava morre, e é pior pra gente (D.J.G., aposentada e artesã de piaçava, jan. 2023).

E ainda:

Quando a gente vai fazer a coleta, tem todo cuidado para não matar a planta. Quando a gente chega na mata e percebe que outra artesã já passou ali pra coletar, já vamos para outra e é assim sempre. Se a gente tirar a fibra de onde já foi tirado recente, a planta não dura muito tempo e morre. A gente tem esse cuidado pra planta não morrer e ter sempre, pois isso é o nosso ganha pão (D.J.G., aposentada e artesã de piaçava, jan. 2023).

A palmeira também produz coco em cacho, que é aproveitado tanto para comer quanto para a produção de óleo comestível. A casca do coco também é utilizada para a confecção de bijuterias.

Parte significativa da palmeira vem dos usos de folhas maiores e mais amareladas da piaçava, que servem para a produção de fios que são trançados em diferentes emaranhados e modelados para a confecção de esteiras para dormir, separação de portas de casa, chapéus para proteger a labuta do sol, tipitis para a produção de farinha de mandioca, cofos para a mariscagem ou pescaria, bolsas, utensílios de uso doméstico e de decoração, entre outros. Os artefatos são trançados exclusivamente pelas mulheres, demonstrando a sua ancestralidade ancorada no conhecimento tradicional.

“O trabalho começa [...] no início da manhã, quando o sol está fraco, ou no final da tarde. O percurso até o piaçabal geralmente é feito a pé, em grupos de três ou mais artesãs” (Barreto, 2009, p. 90).

Colhidas as folhas, as artesãs começam o preparo, que se inicia com batidos no chão para separar e desligar as fibras. Em seguida, as folhas são levadas a cozinhar por cerca de meia hora. Terminada essa fase e com as folhas ainda mornas, começa o trabalho de abrir as fibras e formar círculos amarrados em fio de outra palmeira, o licurizeiro (*Syagrus coronata*). As formas circulares de fibras são postas para secagem nas varandas de suas casas ou outros locais com sombra. Uma vez seca, inicia-se o trabalho de riscagem, tintura e trançada.

A riscagem corresponde à produção com uma faca de tiras em comprimento e largura diferenciadas, a depender do que será depois confeccionado. A tintura é o procedimento para obtenção de fibras em cores diferentes, feita com produtos naturais (cipó do rego, urucum, cebola) ou industriais. A seguir começa a fabricação de tiras trançadas, que são depois costuradas com fio de licuri e moldadas conforme o objeto escolhido como produto final.

As etapas de produção compreendem, como se vê na Figura 4.8, a coleta da matéria-prima e o seu beneficiamento (1), o cozimento da fibra da piaçava (2), a preparação do câimbo e secagem das fibras (3), o processo de corte das fibras em pequenas tiras, chamado de riscagem (4), o tingimento da fibra com produtos naturais e/ou industrializados (5), o trançado da fibra que dará origem a formas diversas de artesanato (6), a modelagem e costura do trançado (7) e a comercialização do artesanato (8).



Figuras 4.11 – Etapas de produção do artesanato Tupinambá.

Fonte: Marcos Paulo Sales do Nascimento (2021).

As técnicas utilizadas são aprendidas numa rede familiar por mães, avós e tias, sem uma precisão temporal demarcada. As artesãs com mais idade são maioria. Os homens são inseridos no processo produtivo como extrativistas, quando as próprias artesãs já não vão até onde se encontram as palmeiras. Eles comercializam a matéria-prima – a fibra da piaçava – em uma unidade de medida que chamam de “braças”, que corresponde a um feixe capaz de ser contido pelo abraço e que custa em torno de R\$ 50,00.

A possibilidade de compra da fibra beneficia sobretudo as artesãs com mais idade, que já não coletam mais a piaçava nas matas, seja pela raridade das palmeiras, agora cada vez mais distantes dos povoados, seja por limitação da idade, de saúde. Isso diminui o lucro obtido com as vendas, conforme explica uma artesã: “Quem não consegue entrar na mata para coletar, compra, mas aí diminui o lucro, que já é pouco e as pessoas não valorizam muito o nosso trabalho” (J.B.A.S., proprietária de uma barraca de praia e artesã de piaçava, jan. 2023).

A piaçava está ficando cada vez mais escassa, e ainda tem um grande número de construções que está ocorrendo aqui, né! Nas áreas das empresas de celulose, quando a plantação era de pinus, a piaçava ainda crescia. Hoje, com o plantio do eucalipto, a piaçava é mais difícil de crescer, não temos aquela piaçava bonita, ostensiva, das palmas grandes (T.G., professora da rede municipal de ensino e artesã, jan. 2023).

Ambos os conhecimentos estão sofrendo efeitos da expansão do turismo e da silvicultura, que tem levado à diminuição tanto da área de ocorrência da mangaba quanto da piaçava.

IMPLICAÇÕES DAS ALTERAÇÕES SOCIOESPACIAIS NOS SABERES E FAZERES DAS CATADORAS DE MANGABA E DAS TRANÇADEIRAS DE PIAÇAVA

Comunidades tradicionais são definidas como aquelas nas quais se vê a lógica de conservar, desenvolver e transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, de acordo com seus próprios padrões culturais, instituições sociais e sistemas jurídicos. Tal definição é aceita pelo Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Populações Indígenas no Estudo do Problema da Discriminação contra as Populações Indígenas (ONU, 2007).

Esse sentido pode não se manter por mais tempo para os povos e comunidades tradicionais do litoral sul de Sergipe e litoral norte da Bahia em face das alterações socioespaciais ali havidas.

Como visto, as comunidades de catadoras de mangaba e artesãs de piaçava aqui tratadas têm em comum o vínculo com seus territórios tradicionais, pois dependem dele para a apropriação dos bens e reprodução de seus saberes e fazeres. As pressões sobre o solo onde se fazem têm limitado o acesso a ele e aos bens nele encontrados, pondo em risco de desaparecimento não apenas os aspectos materiais que compõem

a base dos conhecimentos como também a riqueza imaterial desses saberes transmitidos por gerações.

As catadoras de mangaba do litoral sul de Sergipe têm sofrido mudanças significativas nos seus modos de vida, a partir das transformações das áreas de ocorrência de mangabeiras, impostas por terceiros. Uma das mudanças mais significativas é a forma de acesso às mangabeiras, em especial por grupos de catadoras de mangaba que processam os frutos em unidades de beneficiamento localizadas nos municípios de Estância e Indiaroba.

De acordo com catadoras de mangaba entrevistadas em janeiro de 2023, a quantidade de frutos coletada, mesmo no período da safra, não tem sido suficiente para a confecção dos produtos. Essa situação obriga essas mulheres, na condição de sem-terra, a exercerem um novo ofício na rede de comercialização da espécie, o de compradoras de mangaba. Nesse caso, os vendedores são outras catadoras de mangaba, que acessam os recursos naturais por meio do arrendamento de terras com mangabeiras nativas, e proprietários de terras com mangabeiras plantadas, que delegam a trabalhadores temporários e caseiros a atividade da colheita. Portanto, nota-se que está em risco a socialização e transmissão de saberes e fazeres entre familiares e vizinhos que ocorrem concomitantemente à prática extrativista realizada pelas catadoras de mangaba.

As catadoras de mangaba, por sua vez, consideram que:

As mulheres que iam pegar mangaba nos tabuleiros não vão mais porque derrubaram tudo. Quando esses condomínios chegam, a gente pensa que vai gerar emprego, mas isso não acontece. Esse condomínio é mais veraneio. Não mora ninguém, quando vem, passa o final de semana, já traz suas funcionárias da cidade e não pega ninguém da região praticamente. São pouquíssimas pessoas que trabalham nos condomínios. Então, o que acontece... as mulheres têm que voltar para a pesca, ou então se arriscar indo mais longe, em lugares mais afastados para tentar trazer a mangaba (T.S., catadora de mangaba, jan. 2023).

Em suas falas se veem a perda da diversidade biológica do local e os receios de que a mangaba também se acabe:

Antigamente, aqui tinha jatobá, bacupari e todas essas frutas que a gente não conhecia e não chupava. Um tempo desse, eu fui para uma viagem... lá onde eu fui tinha jatobá e bacupari, e eu falei que também tinha no Pontal e eu fui citada como mentirosa. Pois se você acha que eu estou

mentindo pergunte a seu pai, e a seu avô, sua vó, porque aqui tinha. Se um dos meus netos ou alguém mais tarde perguntar o Pontal foi o que? Ninguém vai saber que tinha mangaba” (I.S.T., catadora de mangaba, jan. 2023).

Também tem havido dificuldades ao acesso à matéria-prima para o artesanato praticado pelas comunidades das artesãs de piaçava.

Hoje achar uma piaçava boa e perto da vila é difícil. Sabe por quê? Desmataram muita piaçava aqui para plantar eucalipto. E onde o eucalipto está, não nasce mais nada. Isso é difícil pra gente que não tem carro e precisa andar mais pra conseguir uma piaçava de qualidade pro artesanato. E ainda tem muitos terrenos aqui dentro de Massarandupió que viraram lotes. Eles estão sendo desmatados para a construção de casas. (D.J.G., aposentada e artesã de piaçava, jan. 2023).

A escassez é uma realidade sentida, como destaca uma das artesãs: “Muita área daqui já foi desmatada pelo eucalipto, que acaba com tudo, e a gente já está sentindo isso com a falta da piaçava para o nosso artesanato” (D.J.G., artesã de piaçava, jan. 2023).

Antes a gente não andava muito pra pegar a piaçava pra fazer o artesanato, sabe? Tudo era aqui [...], a piaçava, o licuri, a tintura pra tingir a palha. Hoje não tem mais piaçava que preste aqui por perto e a gente tem que andar muito pra conseguir uma boa, com qualidade pra fazer o artesanato (D.J.G., artesã de piaçava, jan. 2023).

Na fala a seguir, T.G. resume o tanto das angústias que se somam:

Uma das áreas melhores que temos aqui na região é a área que pertence à empresa Entre Rios Vilas & Resorts. Essas áreas hoje estão cercadas e a empresa colocou umas pessoas para “olhar” as terras... Com tudo isso, com essas dificuldades, as artesãs vão perdendo o interesse. As novas gerações, que percebem essas dificuldades maiores, vão desistindo. O que a gente vê é uma cultura centenária, quem sabe milenar, se acabando. Isso que é muito triste! (T.G., artesã de piaçava, jan. 2023).

Para as populações tradicionais, o território é um elemento fundamental dos direitos e prerrogativas constitucionais previstos. “O território é elemento primordial para a sobrevivência de populações tradicionais que dependem de preservar os elementos da natureza como meios para a própria subsistência digna, com base para identidade cultural” (Meda, 2017, p. 333). Sem o acesso às terras, as comunidades tradicionais “se tornam sujeitas aos riscos de desintegração cultural, à perda de identidade étnica e à dissolução dos vínculos históricos e antropológicos” (Meda, 2017, p. 333).

Se os saberes se fazem em relação à territorialidade e se a maioria dos portadores de conhecimento aqui tratados não detém a propriedade da terra, como disse uma das artesãs, pode haver sérias implicações na manutenção e transmissão dos saberes referidos. Isso leva a considerar os direitos territoriais, um tema bastante complexo e não definido na norma jurídica brasileira.

A Constituição Federal de 1988, no art. 231, garante direitos territoriais aos povos indígenas e quilombolas e direitos culturais a todos os povos e comunidades tradicionais, chamados de “diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (art. 216), incluindo entre estes direitos culturais, a proteção dos “modos de criar, fazer e viver e as criações científicas, artísticas e tecnológicas” (Marés, 2017, p. 95).

As áreas de proteção instituídas nos lugares onde são colhidas tanto a mangaba quanto a piaçava têm planos de manejo aprovados, que especificam a proteção aos saberes e fazeres havidos no interior das APA, e restrições à ocupação dos lugares onde estão os bens dos quais as comunidades se valem em seus saberes e fazeres.

A se somar a essas normas, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003), assinada e ratificada pelo Brasil, deixa clara a obrigação do Estado de garantir a salvaguarda do patrimônio imaterial, incluindo conhecimentos e práticas relacionadas à natureza e ao universo (§2 d, art. 2). Do mesmo modo, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005) explicita a necessidade de os países signatários implementarem políticas e adotarem medidas para proteger e promover a diversidade cultural, o que abarca os conhecimentos tradicionais, e a Lei n 13.123/15 reconhece o conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro (§ 2º e 3º, art. 8).

Todavia, em que pese essa normativa toda, o que se vê é a pressão crescente de agentes identificados com as ações de mudança, como o agronegócio, os setores imobiliários e do turismo, em relação ao acesso das populações tradicionais ao território de ocorrência de seus saberes e fazeres.

Por isso mesmo, a saída pensada neste caso seria a de respeito aos documentos jurídicos que tratam da proteção, a serem confirmados por um pacto de ordenamento territorial, com ações concertadas. O ordenamento territorial é esse “instrumento de

articulação transetorial e interinstitucional que objetiva um planejamento integrado e especializado da ação do poder público” (Morais, 2005, p. 46). Nele se integram diferentes políticas a fim de que uma não entre no campo de atuação já definido por outra. O ordenamento territorial permitiria uma melhor organização do uso e funções do espaço, convergindo políticas urbanas, regionais e setoriais com o que aqui nos interessa, as políticas de proteção aos territórios de ocorrência dos conhecimentos tradicionais.

O desafio é o de

[...] colocar a questão do ordenamento territorial em diálogo e de tornar claro aos atores que disputam o território, os valores sociais, culturais e ambientais do lugar; de defender a construção do plano de gestão administrativo e interinstitucional, com atos e competências de diferentes órgãos e entidades, tanto públicos quanto privados, que convirjam para a gestão compartilhada com as instituições envolvidas nos espaços e nas manifestações que se pretende proteger. Para isso há que se abrir mais ainda para a sociedade, superar o sobreposição de competências das instituições e a existência de legislações e interesses conflituosos no mesmo território, a partir da definição clara de papéis e responsabilidades para uma atuação compartilhada (Zanirato, 2020).

Resta, ao final, uma questão não tão simples a ser investigada em pesquisas futuras. Se temos que o patrimônio, posto que é cultural, é também dinâmico e permanentemente transformado, como as transformações estão a provocar adaptações nas comunidades analisadas? As transformações podem resultar na reorganização dos valores?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto teve como objetivo tratar dos saberes de comunidades de mulheres extrativistas no litoral sergipano e baiano do Brasil e os desafios que se colocam para a garantia de manutenção e transmissão desses conhecimentos, reconhecidos como um patrimônio imaterial.

Para isso buscou a literatura que já se voltou para o tema, bem como se valeu de normas legais para as áreas em estudo, em particular os planos de manejo das áreas de proteção que se colocam nos locais selecionados para a pesquisa. No texto também se buscaram as falas das mulheres que são as portadoras dos saberes e fazeres nos usos da mangaba e da piaçaba.

A literatura bem como os documentos e as falas das entrevistadas mostraram que os conhecimentos tradicionais das catadoras de mangaba e das artesãs de piaçava encontram-se em risco em face das pressões que se colocam nos territórios por elas ocupados. A alternativa para a continuidade das práticas e saberes está diretamente ligada à garantia de acesso aos territórios para a manutenção física e cultural. Não reconhecer suas territorialidades é impedir a continuidade de suas existências.

Por isso a imprescindível necessidade de um pacto de gestão concebido como uma meta, sem o qual as ações protetivas incorrem no risco de continuarem fragilizadas. Construir esse pacto, de fato, é um enorme desafio, mas que tem que ser enfrentado. Essas são algumas das dificuldades que se apresentam para que possa haver ações capazes de fazer frente às pressões sobre os espaços, com políticas que favoreçam a proteção desses saberes e fazeres e suas continuidades, com planos especiais de manejo e proteção, estudos de impacto, coordenação das políticas públicas dos diferentes entes territoriais envolvidos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CUNHA, M. C. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- ANDRADE, M. L. de; OLIVEIRA, G. G. de. Monocultura do eucalipto na Bahia: um retrato da apropriação privada da natureza. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 237, p. 294-326, 2016.
- BARRETO, R. O. Técnicas de manejo e sustentabilidade da palmeira *Attalea funifera* Martius – piaçava da Bahia: estudo de caso em Massarandupió, Litoral Norte – Bahia. *Candombá – Revista Virtual*, v. 5, n. 2, p. 80-97, jul.-dez. 2009.
- BENSUSAN, N. Biodiversidade. In: CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J. P.; OLIVEIRA, J. A. P. de. *Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92*. São Paulo: Estação Liberdade; Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2002.
- BRASIL. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 5 out. 2024.
- BONI, V.; QUARESMA, J. S. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan.-jul. 2005.
- BUENO, F. da S. Vocabulário tupi-guarani português, 2. ed. São Paulo: Brasiliavras, 1982.
- CRUZ, R. C. A. *Geografias do turismo de lugares a pseudo-lugares*. São Paulo: Roca, 2007.

- DANTAS, T. C. P. R. Sustentabilidade em iniciativas de organização popular e solidária no segmento artesanal: um olhar sobre as associações de palha da Costa dos Coqueiros. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2009.
- DIEGUES, A. C. *et al.* *Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*. São Paulo: MMA, COBIO, NUPAUB-USP, fev. 2000.
- GOMES, L.; OLIVEIRA, S. Turismo em áreas litorâneas protegidas: o exemplo da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia. *In: I SEMINÁRIO ESPAÇOS COSTEIROS*, UFBA, 2011.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário estatístico do Brasil*. [S.l.], 2001.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Entre rios. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/entre-rios/panorama>. Acesso em: 13 jan. 2023.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção da extração vegetal e da silvicultura. Tabela 291. [S.l.], 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/tabelas/brasil/2021>>. Acesso em: 12 maio 2023.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produção da extração vegetal e da silvicultura*: tabela 289: quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal, por tipo de produto extrativo. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/289>. Acesso em: 1 mar. 2023.
- LIMA, I. L. P.; SCARIOT, A. *Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável da Mangaba*. Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2010.
- MAIA, M. P.; SANTOS, S. S. Conservação e uso sustentável da biodiversidade no litoral norte da Bahia – Importância, Ameaças e estratégias de conservação. [S.l.]: CEAMA, 2009. Disponível em http://www.ceama.mpba.mp.br/2013-03-15-18-55-53/doc_view/1324-conservacao-e-uso-sustentavel-da-biodiversidade-no-litoral-norte-dabahia-importancia-ameacas-e-e.html. Acesso em: 12 mai. 2023.
- MANTOVANI, W. A degradação dos biomas brasileiros. *In: RIBEIRO, W. C. Patrimônio ambiental brasileiro*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- MARÉS, C. F. Conhecimentos tradicionais, consulta prévia e direitos territoriais. *In: MOREIRA, E. C. P. (org.)*. A “nova” Lei n.º 13.123/2015 no velho marco legal da biodiversidade: entre retrocessos e violações de direitos socioambientais. São Paulo: Inst. O Direito por um Planeta Verde, 2017.
- MATOS, M. R. B. de; QUEIROZ, Erivaldo P.; POUSADA, Hortensia B. Fitogeografia. *In: NUNES, J. M. de C.; MATOS, M. R. B. de (orgs.)*. *Litoral norte da Bahia: caracterização ambiental, biodiversidade e conservação*. Salvador: EDUFBA, 2017.
- MEDA, Renata Vieira. Desafios para a convivência entre direitos fundamentais ambiental com cultural das populações tradicionais em unidades de conservação. *Insurgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais*, Brasília, v. 2, n. 2, p. 322-344, 2017.

- MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MONTE-MÓR, R. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.; SILVEIRA, M. (orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 169-181.
- MONTE-MOR, R. L. O que é o urbano no mundo contemporâneo. *Texto para Discussão*, Cedeplar/UFMG, n. 281, 2006.
- MORAIS, Antônio C. R. Ordenamento territorial: uma conceituação para o Planejamento Estratégico. In: BECKER, B. *Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasília, 13-14 de novembro de 2003*. Brasília:Ministério da Integração Nacional, 2005. p. 43-47.
- MOTA, D. M. da; PEREIRA, E. O. Extrativismo em Sergipe: a vulnerabilidade de um modo de vida? *Raízes*, Campina Grande, v. 27, n. 1, p. 71-79, 2008.
- MOTA, D. M. da; SILVA JÚNIOR, A. da; SCHMITZ, H. Mobilizações a favor e contra a reserva extrativista do litoral Sul de Sergipe. *Revista Nera*, n. 57, p. 127-157, 2021.
- MOTA, D. M. da; SILVA JÚNIOR, J. F. da. Populações tradicionais e formas de gestão das áreas de ocorrência natural de mangabeira. *Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Campina Grande, v. 22, n. 2, p. 225-234, 2004.
- MOTA, D. M. da; SILVA JUNIOR, J. F. da; SCHMITZ, H.; RODRIGUES, R. F. de A. (ed.). *A mangabeira, as catadoras, o extrativismo*. Belém (PA): Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011.
- MTUR – MINISTÉRIO DO TURISMO. *Polo Costa dos Coqueirais: revisão do plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável*. Aracaju: Secretaria de Estado do Turismo, 2013. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/SERGIPE/PDITS_POLO_COSTA_DOS_COQUEIRAIS.pdf. Acesso em: 14 fev. 2023.
- ONU – Organização das Nações Unidas. *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas*. [S.l.], 2007.
- PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010.
- PÉREZ, Ana Pastor; DÍAZ-ANDREU, Margarita, Evolución de los valores del patrimonio cultural. *Revista de Estudios Sociales* [online], v. 80, n. 2, 27 abr. 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/revestudsoc/52078>. Acesso em: 6 mar. 2023.
- PIMENTEL, Noara M. *Uso tradicional, manejo e processamento da piaçava da Bahia*. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) – UNB, Brasília, 2015.
- REIGOTA, M. *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez, 1995.

- RODRIGUES, R. F. de A. *et al.* *Mapa do extrativismo da mangaba em Sergipe: situação atual e perspectivas*. Brasília: Embrapa, 2017.
- SALES, Marcos P.; DE MOURA, Geraldo J. B. Conhecimento tradicional e artesanato: trançado de piaçava, respeito à natureza e educação ambiental em Massarandupió (BA). *In: III CONGRESSO INTERNACIONAL IBERO-AMERICANO DE BIOÉTICA, IX CONGRESSO DE HUMANIZAÇÃO E BIOÉTICA E SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO E BIOÉTICA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE BIOÉTICA REGIONAL PARANÁ, 2020, Curitiba*. p. 74-74.
- SALES, Marcos P.; ZANIRATO, Sílvia H. Conhecimentos artesanais tupinambá: práticas e saberes em risco no litoral norte da Bahia. *In: Anais do X Encontro Nacional da Anppas*. Campinas: Unicamp, 2021. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/x_enanppas2021/395460-conhecimentos-artesanais-tupinamba--praticas-e-saberes-em-risco-no-litoral-norte-da-bahia. Acesso em: 13 fev. 2023.
- SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. *In: Memória e patrimônio*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SANTOS, C. N. C. dos. *Entre o litoral sul de Sergipe e o litoral norte da Bahia: onde as políticas territoriais se encontram*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.
- SANTOS, C. N. C. dos; VILAR, J. W. C. Os conflitos ambientais da implantação do imobiliário-turístico no litoral de Sergipe. *Revista Geosaberes*, Fortaleza, v. 6, n. 3, jul. 2016.
- SANTOS, C. N. C. dos; VILAR, J. W. C. Territórios e conflitos ambientais do turismo de segunda residência na APA Litoral Sul (SE). *Revista Ateliê Geográfico*, v. 7, n. 2, 2013.
- SANTOS, E. A.; SOUZA, R. M. Territorialidade das catadoras de mangaba no litoral Sul de Sergipe. *Geosaberes*, Fortaleza, v. 6, número especial (3), p. 629-642, fev. 2016.
- SERGIPE. Decreto N.º 13.468, de 21 de janeiro de 1993. Institui a Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul do Estado de Sergipe. Disponível em https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1993/dec_se_13468_1993_uc_instituiapalitoralsul_se_altrd_dec_13468_1993.pdf. Acesso em: 7 out. 2024.
- SERGIPE – PMALSS, 2021. Elaboração dos planos de manejo das unidades de conservação estaduais de Sergipe – Área de proteção ambiental (APA) litoral sul. Disponível em https://docs.sedurbs.se.gov.br/wl/?id=f0LQrLdekdRTCWOGmcOmKTGAYiFs3s-9f&path=PM%2FPM_APALS.pdf&mode=default Acesso em: 9 out. 2024.
- SERGIPE. Lei nº 8.980, de 10 de fevereiro de 2022. Aprova o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro do Litoral Sul de Sergipe, de que trata o § 3º do art. 11 da Lei nº 8.634, de 27 de dezembro de 2019, com redação conferida pela Lei nº 8.924, de 22 de novembro de 2021. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-8980-2022-Sergipe-SE.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2022.

- SILVA, M. do S. F. da.; SOUZA, R. M. e. Território usado e implicações do turismo na APA Litoral Sul em Sergipe. *Revista Nordestina de Ecoturismo*, Aquidabã (SE), v. 4, n. 2, 2011.
- SOUZA, G. S. de. *Tratado descritivo do Brasil: em 1587*. Rio de Janeiro: Typografia de João Inácio da Silva, 1879. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242787/000088617.pdf?sequence=9&isAllowed=y>. Acesso em: 28 fev. 2023.
- TINÔCO, M. S. *Restinga: a herpetofauna do litoral norte da Bahia*. 1. ed. São Paulo: Barro de Chão, 2019.
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*. Paris, 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2023.
- VIEIRA, T. R. S. Conservação in situ e produção de frutos da mangabeira (*Hancornia speciosa* Gomes) no Estado de Sergipe. Tese de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, 2023. Disponível em https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/18484/2/THIAGO_ROBERTO_SOARES_VIEIRA.pdf. Acesso em 10/10/2024.
- ZANIRATO, Sílvia H. *Dimensões da imagem*. Maringá: Eduem, 2005.
- ZANIRATO, Sílvia H. Paisagem cultural e espírito do lugar como patrimônio: em busca de um pacto social de ordenamento territorial. *Revista CPC*, v. 15, n. 29, p. 8-35, 2020.

CAPÍTULO 5

Especulação fundiária, turistificação e comunidades tradicionais: um estudo comparativo da Colônia Z-13 (Copacabana – Rio de Janeiro-RJ) e Paraty Mirim (Paraty-RJ)

Marcelo Vilela de Almeida

Luzimar Soares Bernardo

Angela Fileno da Silva

INTRODUÇÃO

Neste capítulo propomos algumas reflexões acerca da luta de duas comunidades tradicionais para permanecer em seu território de trabalho e/ou moradia: a comunidade tradicional de pescadores artesanais alocada em Copacabana (Rio de Janeiro-RJ) e a população caiçara residente em Paraty Mirim (Paraty-RJ). Tais indivíduos, ainda que não estejam na mesma cidade, enfrentam questões similares que afligem os povos tradicionais há muito tempo.

A Colônia de Pescadores Z-13 tem um de seus núcleos localizado em Copacabana. Essa colônia está dividida em outros sete núcleos espalhados pela cidade do Rio de Janeiro. O Posto Seis, lócus de estudo desta pesquisa, detém a centralidade organizacional e documental da Colônia e, por conseguinte, trata-se do núcleo mais procurado pelas autoridades, sendo o espaço mais disputado, além de ser o mais valorizado territorialmente.

A comunidade de Paraty Mirim, situada em um espaço territorial maior quando comparado ao de Copacabana, também tem uma localização geográfica de alto valor comercial, ainda que a densidade de sua ocupação territorial seja menor. Neste estudo, veremos que ambas as comunidades sofreram, ao longo de décadas, processos de expulsão e de objetificação. De formas diversas e em tempos históricos distintos, os dois grupos populacionais estudados tiveram de resistir a um conjunto de ações sus-

tentadas pelos poderes públicos, cujos resultados foram a expulsão dos mais pobres de territórios valorizados e a tutela do trabalho na pesca artesanal.

Os pescadores de Copacabana e de Paraty Mirim vivem de suas incursões ao mar, do qual tiram seu sustento, realizando um ofício que resulta de uma tradição legada de pai para filho. Mesmo nos tempos atuais, esse conhecimento continua sendo transmitido por meio da oralidade. A baixa escolaridade e o analfabetismo contribuem para que a oralidade acerca dos processos mais recentes de luta pela permanência no território perpetue narrativas, o que explica o uso da metodologia de história oral nas duas pesquisas.

Dividimos os procedimentos que integram este capítulo em duas etapas: (1) breve retomada da historiografia que antecedeu a luta pelo território; (2) análise das entrevistas com as comunidades tradicionais, tomando como suporte metodológico a história oral. As discussões apresentadas integram pesquisas maiores, ainda em andamento, que levantam alguns pontos em comum da resistência dessas duas comunidades em permanecer no lugar onde vivem e/ou tiram seu sustento. Para além de estarem localizados em áreas praianas do mesmo estado (Rio de Janeiro), essas coletividades guardam histórias de lutas e de resistência, medo de expropriação, diminuição do valor de seus trabalhos, escassez do pescado, disputa pelo uso dos seus territórios, entre outras questões. É importante mencionar também que, embora todos os indivíduos que integram as pesquisas tenham assinado um termo que autoriza a divulgação do conteúdo das entrevistas, consideramos prudente identificar os participantes apenas pelas iniciais de seus nomes, evitando assim uma excessiva exposição dos entrevistados.

Sublinhamos que este capítulo é um desdobramento de uma pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP), cuja linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão Participativa ampara as análises acerca de como os atores sociais pesquisados tiveram suas trajetórias de vida e de trabalho impactadas por determinadas políticas públicas.

PARATY-MIRIM: TURISTIFICAÇÃO E ESPECULAÇÃO FUNDIÁRI

As primeiras disputas por lotes na vila de Paraty Mirim são anteriores aos anos de 1970. No entanto, foi a partir dessa década que a especulação fundiária se intensificou em razão da abertura de uma rodovia federal ligando, pelo litoral, os municípios de Santos e Rio de Janeiro. Nomeada BR-101 e popularmente conhecida como Rio-Santos, essa rodovia foi responsável por um expressivo incremento da atividade turística e por uma intensa especulação fundiária ao longo dos territórios pelos quais passou.

A obra foi idealizada no início da década de 1960, mas só ganhou concretude no contexto da ditadura civil-militar iniciada em 1964 (Fontanelli, 2019, p. 46). Este

também foi o momento de implantação do Sistema Nacional de Turismo, da criação do Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e da então denominada Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), todos eles implementados no ano de 1966 (Aguiar, 2010, p. 138).

Em linhas gerais, as novas instituições tinham o propósito de promover políticas públicas de incentivo ao turismo doméstico e de atrair turistas internacionais por meio da divulgação de uma imagem positiva do país, que, desde o golpe de 1964, estava estremeçada. Em 1973, a Embratur lançou o Projeto Turis, produzido pela estatal francesa Société Centrale pour l'Équipement du Territoire (Aguiar, 2010, p. 5). De acordo com Siqueira (1989, p. 62-63), sob o olhar desenvolvimentista da época, o Projeto Turis propunha normas para a ocupação turística do território e estabelecia os usos de cada região.

O relatório final desse projeto reconheceu os impactos ambientais decorrentes da abertura da BR-101 e sublinhou a necessidade de preservação da cobertura vegetal como um dos pilares do desenvolvimento turístico local. É importante perceber que essas preocupações ambientais sustentavam um projeto turístico exclusivista, a partir do qual os recursos naturais seriam conservados para o usufruto de uma parcela economicamente privilegiada da sociedade. O fato de o Projeto Turis sequer mencionar a existência de comunidades tradicionais (caiçaras, quilombolas e indígenas) na região é um indicativo de que, desde o início do processo de turistificação de Paraty Mirim, havia um alijamento desses grupos em relação às ações formuladas pelo poder público para o território.

Em resposta, a participação desses grupos se deu por meio do embate com o poder público e da resistência à sua atuação impositiva. Sob uma retórica preservacionista, cujo cerne estava na manutenção do bioma da Mata Atlântica com o propósito especulativo e excludente, foi criado o Parque Estadual de Paraty Mirim (1972). Nos anos de 1980, o poder público encabeçou novas ações protetivas, desta vez conservacionistas, com a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Cairuçu (1983) e a APA Municipal da Baía de Paraty (1984), cujo redimensionamento incluiu o território de Paraty Mirim, em 1987. Em nenhuma dessas ações há registros de que a população local teve suas demandas ouvidas. Com o tempo, as disputas entre os moradores da vila e os agentes públicos se intensificaram, atingindo seu auge no ano de 2002, com a expulsão de cinco famílias caiçaras de uma área próxima à praia, sob tutela do Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Inepac) e do Instituto Estadual do Ambiente (Inea).

Sob o argumento de que as famílias ocupavam uma área não edificante, uma vez que estavam em um território de preservação ambiental e sobre o sítio arqueológico Complexo Arquitetônico Ruínas de Paraty Mirim, o Inea retirou as cinco famílias

que há décadas moravam na localidade. Esse episódio foi narrado por N.P., de 65 anos, morador de Paraty Mirim desde a década de 1990:

Depois de dez anos que eu já estava morando aqui, comecei a ver muita coisa errada, muita desigualdade, muita falta de informação, muita gente manipulando, principalmente o Estado. Aí comecei a participar daquelas reuniões da Associação de Moradores, a entender o que era aquele grupo. [...] Foi o início do meu entendimento da questão fundiária. Era assim, o Estado vinha até aqui querendo expulsar todos os moradores. Dizia que eram invasores. Notificava todo mundo, fazia um processo gigante. Aquela papelada! Foi nessa época que o Inea veio *pra* ocupar uma área de três hectares. Eles queriam construir a sede deles lá e botaram até placa. Já *tavam* com o projeto pronto! Só que *pra* levar o projeto adiante eles iam retirar cinco famílias. Fui defender a casa desse pessoal. Queria saber *aonde* o INEA ia botar essa gente (Entrevista concedida em 6 de março de 2020).

Embora os caiçaras tenham solicitado, de imediato, uma alternativa de realocação que permitisse a permanência no território, a resposta a essa demanda tardou a chegar. Uma das raras mulheres que aceitaram fazer parte desta pesquisa, M.S., 61 anos, contou como a violência da ação impactou sua família, colocando seus membros em uma situação de extrema precariedade:

Tiraram *nóis*. Parece que fizeram a gente igual um cachorro. Veio Polícia Militar, Defesa Civil, veio todo mundo *pra* ver a gente saindo. Uma humilhação. *Num* tinha onde a gente *ficá*. A polícia falou que se *nóis* não *saiisse* eles *ia pegá* nossas coisas, botar num caminhão e *levá* embora. Daí *resolvemo buscá* abrigo na Igreja [de Nossa Senhora da Conceição]. *Perdemo* tudo e *nã* tinha dinheiro *pra comprá* as *coisa pra* construir uma casa nova. *Saímo* só com a roupa do corpo e as *coisa* que a gente tinha. Foi muito triste *deixá* a casa que construí. Depois, *viémo morá* numa casa de lona e bambu. Nem piso tinha. Era areia pura. Meu esposo teve depressão por causa do que aconteceu. A minha filha, que tem bronquite, também ficou doente. Foi nessa época que comecei com pressão alta (Entrevistas realizadas nos dias 31 de outubro e 19 de dezembro de 2019).

A casa em que o grupo familiar de M.S. vivia foi reformada e transformada em sede da Unidade da Polícia Ambiental (Upam) da Reserva Ecológica Estadual da Juatinga. Em 2015, o Inea foi autuado, sob justificativa de haver permitido novamente a

ocupação, desta vez por um organismo do Estado, de uma área não edificante. Não houve, no entanto, nenhuma ação prática e a Upam permanece ocupando o mesmo imóvel que um dia serviu de residência para a família de M.S., 66 anos:

Foi despejo. Não era esse o nome que *tava* no documento assinado pelo juiz. O nome do papel era “re-in-te-gra-ção-de-pos-se”. Nome bonito *pra* coisa feia que eles *fizero* conosco. O que a gente viveu foi despejo mesmo. A polícia chegou com um caminhão e um trator. Um policial disse que ia *colocá* todas as nossas *coisa* naquele caminhão. Disseram que o nosso nome ia *pra* um tal de cadastro e a gente ia *ganhá* uma casa do governo. Como é que a gente ia *morá* longe daqui? Enfrentei o policial. Na hora que eu vi que meus *filho* iam *ficá* sem teto a valentia subiu. “Pelo amor de Deus, eu tô com esses quatro *filho pra criá*. É tudo criança pequena. Como é que *vô fazê*? *Faiz* o seguinte, seu *polícia*, leva meus *filho pr’ocê criá!*” Nessa hora meus *olho* se afogaram. Meus *filho* tudo olhando aquela humilhação e eu sem *podê fazê* nada. Um policial que *tava* lá baixou a cabeça e chorou. Até hoje eu me emociono de *contá*, desculpa... (Entrevistas realizadas em 31 de outubro de 2019 e em 4 de março de 2020).

As entrevistas realizadas com as famílias reassentadas em lotes mais distantes da praia revelaram o trauma da expulsão, a ausência de amparo legal por parte da Defensoria Pública e de aporte de recursos para a construção de novas moradias. A violência objetiva e simbólica ocasionada pelo despejo e demolição das residências é parte de uma narrativa que reaparece em várias conversas e que expõe a luta pela permanência caíçara em um território em acentuado processo de especulação fundiária e de turistificação.

Em que pese o fato de as famílias ocuparem uma área pertencente ao governo do estado e onde vigoram, desde a década de 1970, os preceitos de preservação ambiental e patrimonial, é importante sublinhar que esses caíçaras viviam no local muito antes de tais preceitos existirem. As narrativas recolhidas com os despejados dão conta da chegada desses moradores antes da abertura da rodovia Rio-Santos, em 1974. Esse fato demonstra que o princípio da anterioridade caíçara no território não foi considerado no momento da expulsão das famílias.

Além desse aspecto, o expurgo dos caíçaras não garantiu a preservação ambiental e tampouco a conservação dos bens patrimoniais existentes na localidade. Não foram raros os entrevistados que atribuíram a degradação do antigo casarão da Fazenda Paraty Mirim à ausência de moradores. Nas recordações dos mais velhos, aquele era um espaço de reunião, em que aconteciam os bailes, regados por cachaça, nutridos por

bolo de milho e animados por cantorias que só cessavam ao amanhecer. As narrativas recolhidas tratam de um tempo em que os bailes no casarão atraíam moradores de localidades distantes de Paraty Mirim, conforme conta P.C., 70 anos, cujo ressentimento acerca do atual estado de conservação do imóvel contrasta com as memórias de quando o uso da edificação também garantia sua conservação:

O casarão que eu cheguei a *conhecê* era bonito. Tinha muitos *quarto*. E o assoalho? O assoalho do casarão era lindo! Com meus doze, treze *ano*, dancei muito bailão naquele chão. Até folia de carnaval a gente fazia ali. E a varanda? Quando tinha chuva em dia da festa de Nossa Senhora da Conceição ou quando não cabia todo mundo dentro da igreja, a turma se abrigava naquele *lugá*. O casarão encostava na igreja e ia até onde é hoje o ponto de ônibus. Aquilo ali era enorme! Mas o pessoal do patrimônio histórico, do Iphan [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional], que é o responsável, não liga muito *pra* isso (Entrevista concedida em 20 de dezembro de 2019).

A resistência da comunidade em ocupar a sede da antiga Fazenda Paraty Mirim, como um espaço de exercício público e coletivo de práticas culturais caiçaras, não foi suficiente para que o Inepac e o Iphan permitissem que o lugar permanecesse sob a tutela da população local. Ao inviabilizar o uso coletivo do casarão e, ao mesmo tempo, deixar de zelar pela conservação do lugar, o Inepac, autor da ação de tombamento que incide sobre as construções históricas de Paraty Mirim, acelerou o desmantelamento físico do casarão. Além disso, uma ação de restauro equivocada, autorizada pelo Iphan, teve como resultado o desabamento da já precária edificação. Esse episódio foi narrado por N.P.:

Várias vezes a comunidade foi até o Instituto pedir licença *pra* acertar o telhado do casarão, que *tava* começando a ceder, *pra* colocar um alambrado em volta das ruínas, porque teve uma época que as pessoas retiravam as pedras dali. A resposta era sempre a mesma: não podia mexer. Não podia fincar nada. Não podia cercar. Proíbiam a comunidade de tentar manter o casarão em pé. Daí chegou essa ONG [...]. Primeiro eles *cobriu* com uma lona preta o telhado da construção, depois *retirou* as telhas. Só sei que, depois da retirada do telhado, o Casarão caiu. O telhado tinha um papel de amarração das paredes. Quando tirou o telhado, com a ação do tempo, não teve jeito, as paredes caíram. Daí não apareceu mais ninguém, nem da ONG, nem do Iphan (Entrevista concedida em 6 de março de 2020).

As narrativas da população local e a constatação empírica do atual estado de precariedade do patrimônio histórico edificado e dos vestígios arqueológicos existentes expõem os limites da atuação do poder público diante da voracidade de uma especulação fundiária que expulsa a comunidade das áreas mais valorizadas e a empurra para localidades mais distantes da praia. Em Paraty Mirim, esse processo viabilizou o consumo, por turistas, de territórios de elevado valor ambiental e histórico, desterritorializando os caiçaras, que passaram a viver mais afastados da praia, em moradias precárias, sem esgoto ou captação de água tratada.

Neste ponto retomamos o eixo central que orienta esta análise comparativa e que consiste em expor como as diferentes instâncias do poder público atuaram na contensão da proteção aos mais vulneráveis. A situação ganha novos contornos quando verificamos que as disputas mencionadas ocorreram em meio a um intenso processo de turistificação que, por vezes, se apropriou da retórica preservacionista para justificar expulsões territoriais dos mais pobres, servindo como estratégia de criação de espaços excludentes e exclusivistas, configurando assim, segundo Duncan e Duncan (2005 *apud* Pérez Winter, 2017), paisagens de “privilégio” para um seletivo grupo social que possui os meios econômicos para consumi-las.

A turistificação designa o processo e o resultado do desenvolvimento turístico planejado e intencional do espaço (Dewailly, 2005). Trata-se da apropriação, através do tempo, de um território pelo turismo, caracterizado pela predominância de espaços destinados a hotéis, serviços e equipamentos para visitantes, pela polarização espacial e temporal de fluxos turísticos, e por diversos efeitos sociais, econômicos e espaciais no território de recepção. O termo turistificação alude à forma excessiva que ocupa o turismo e o turista indivíduo-consumidor nas atividades sociais, culturais, econômicas e identitárias do lugar de destino (Navarrete Escobedo, 2022, p. 116).

É bem verdade que, em se tratando de litoral brasileiro, o processo de turistificação se espalhou nacionalmente. De forma rápida e contínua, as comunidades tradicionais foram atropeladas, sufocadas e, muitas vezes, expulsas de seus lugares de moradia e trabalho. No caso das comunidades pesqueiras ainda há o agravante do escasseamento de espécies, provocado pelas questões ambientais que vêm a reboque dos usos turísticos dos territórios.

Em acréscimo, a turistificação dos territórios, bem como a concessão de utilização do mesmo solo a outros trabalhadores, cria uma sobreposição dos usos desses espaços, causando conflitos entre os sujeitos, além de diminuir o espaço físico e de

elevar o nível de insegurança quanto à possibilidade de uso do mar para a pesca artesanal, aspectos que serão tratados a seguir.

TRABALHADORES DA PRAIA DE COPACABANA (RIO DE JANEIRO/RJ)

Uma das principais características das praias urbanas é justamente a facilidade de acesso, tanto para turistas que as usam para seu desfrute quanto para trabalhadores que usam esses espaços para suprir suas necessidades financeiras. Entre as muitas peculiaridades de Copacabana, está a presença de uma colônia de pescadores que insiste e resiste: a colônia de pescadores artesanais Z-13. Registrada oficialmente em 1923, completou em 23 de junho de 2023 seu centésimo aniversário.

O surgimento das colônias de pescadores trouxe, a reboque, uma série de obrigações para o pescador, uma delas, era a obrigatoriedade da associação. No caso da não associação, o pescador não poderia exercer sua profissão. A criação de uma das primeiras dessas colônias de pesca no Rio de Janeiro, que é justamente objeto desta pesquisa, é a Colônia Z-13, fundada em 29 de junho de 1923 (Bernardo, 2020, p. 39).

Seu registro oficial, em que pesem os benefícios propagados pelo governo federal à época da criação das colônias, foi também uma forma de impor restrições para pescadores que não eram brasileiros natos ou naturalizados. O processo de controle da pesca por meio da criação de colônias foi iniciado no final da segunda década do século XX, estendendo-se por todo o litoral brasileiro, normatizando e reunindo sob o mesmo estatuto mais de oitocentas colônias em todo o território nacional. Lima e Pereira (1997), ao estudarem esses estatutos, apontam que tais documentos têm “como finalidade reunir por laços de solidariedade fraternal os pescadores brasileiros natos e naturalizados que se dediquem à indústria da pesca, promovendo a instrução, o auxílio mútuo e a prosperidade das suas famílias” (Lima; Pereira, 1997, p. 23).

Muito daquilo que foi iniciado há mais de cem anos ainda permanece. A Colônia Z -13, por exemplo, continua limitada em muitos aspectos por determinações das instâncias públicas. Mesmo no ano de 2023, os pescadores de Copacabana permanecem sujeitos às normativas impostas pelo poder público – isso significa que, em caso de necessidade de modificações, é necessária a solicitação de autorização aos órgãos competentes, ou seja, qualquer alteração na estrutura física só pode ser executada mediante uma análise das autoridades e a constatação da real necessidade, além de prestação de contas prévias, durante a execução e pós-obra.

Para continuarem exercendo suas atividades, os pescadores têm a obrigatoriedade de renovar o “termo de entrega”, ou seja, o direito de uso do território, a cada dois anos. De acordo com a pescadora K.M., (que já foi presidente da colônia por duas vezes), a permanência dos pescadores naquele lugar é muito instável. Sabendo que o espaço físico pertence ao Serviço de Patrimônio da União (SPU), a entrevistada ponderou:

Isso aqui era Ibama, tá, e aí foi passado pro SPU, então o SPU que dá um termo de cessão de direito de uso local. Então isso a gente tem que tá sempre renovando porque na verdade, na verdade nunca tive uma esperança que eles fossem uma hora dar definitivo isso daqui. Eles sempre falam: ah não, tá renovando, mas depois vai sair um definitivo da área de vocês, tal. Eu não acredito! (Entrevista concedida em 15 de fevereiro de 2018).

A narrativa da pescadora pode ser corroborada com as determinações que estão disponíveis na sede da própria colônia. O termo de posse carrega em suas páginas todas as obrigações dos pescadores, bem como as proibições. O espaço garantido aos pescadores é delimitado, por um lado, como espaço físico do Forte de Copacabana e, por outro lado, apenas com a determinação do uso da área. Nesse espaço, os pescadores não podem modificar nenhuma edificação sem a autorização e acompanhamento do SPU.

[...] CLÁUSULA PRIMEIRA – que a UNIÃO é senhora e legítima possuidora do terreno da marinha e acrescidos com uma área medindo 1.668,30 m², situado junto ao calçadão da Av. Atlântica, Posto Seis, bairro Copacabana, Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. [...] a) cessada a aplicação, reverterá a área à administração da OUTORGANTE, independentemente de ato especial; b) a ENTREGA fica sujeita à confirmação 2(dois) anos após a lavratura deste instrumento, cabendo à OUTORGANTE ratificá-la através de apostilamento [...] (BRASIL, [s.d.]).

Para os pescadores, para além da questão da utilização do solo, eles buscam um pouco mais de liberdade de ação na cotidianidade, ou seja, as atividades que os pescadores podem exercer naquele local estão limitadas à pesca e à comercialização de seus pescados *in natura* direto ao consumidor; para facilitar as vendas e torná-las mais atrativas, os trabalhadores montaram ao lado do quiosque de exposição dos

pescados um espaço para limpeza e corte dos produtos; todavia, suas permissões se limitam a essas atividades.

Durante a pesquisa executada em 2018, foi constatada a vontade dos pescadores de aproveitarem aquele espaço para auferirem maiores rendimentos, colocando ali uma atividade como o fornecimento do pescado pronto para ingestão pelos interessados nos espaços da colônia; entretanto, tal atuação não é permitida. O pescador J.R. (atual presidente da Colônia), 58 anos, acredita que, se houvesse interesse ou apoio do poder público, os trabalhadores pertencentes à Colônia poderiam ter outras atividades:

[...] Nós não temos outras *atividades*, poderia ter algumas atividades com relação a artesanato, por exemplo, poderia ter algo, por exemplo, se chegar ali: ah, quero um frutos do mar preparado! E ter uma cantina adequada *pra* fazer isso, *pra* você, *pro* turista, né, *pras* pessoas que passam... principalmente *pro* turista, que muitas vezes tá num hotel que lá não faz esse tipo de coisa, *né*? Sabendo que o pescador chega ali e pode ao mesmo tempo comprar um peixe e fazer em seguida. A gente não tem ainda, por conta até digamos assim no... É lógico que precisamos melhorar muita coisa, mas por falta também de apoio do poder público, *né*, acompanhando e gerando, digamos assim, uma oportunidade *pra* que isso aconteça, *né*? (Entrevista concedida em 27 de maio de 2018).

As proibições de uso das instalações funcionam como uma forma de “domesticação” dos pescadores, haja vista que isso os impede de manter outras atividades que possibilitem melhores ganhos. As normas de uso dos bens públicos de maneira geral são bastante rígidas, e isso se aplica a todos aqueles que trabalham autonomamente e usam os espaços públicos, por exemplo, os vendedores ambulantes que também ocupam aquele espaço.

As legislações que regem os usos dos espaços públicos trazem em seus arca-bouços uma série de restrições e proibições, bem como as liberações, ou seja, tudo aquilo que rege o trabalho dos ambulantes está bem delimitado pelo poder público. Não cabe aqui enaltecer e/ou criticar qualquer que seja a lei reguladora para essas atividades, apenas salientar que exercer atividade de ambulante nas areias de Copacabana, assim como em toda a orla carioca, exige daquele que o faz muita atenção para não incorrer em multas e suspensões das licenças.

No ano de 2017, uma nova lei orgânica foi promulgada para adequar alguns itens sobre o trabalho ambulante. O artigo 42-E versa exclusivamente sobre o trabalho nas areias: em um dos seus itens há uma menção específica sobre a proibição de

utilização de fogo nas areias; aqui possivelmente está contida a resposta para o que o pescador J.R. questiona: “VIII – usar bujão de gás, churrasqueiras, fritadeiras, fornos, aparelhos de som, alto falante, aparelhos elétricos ou eletrônicos na praia” (BRASIL, [s.d.]).

O mesmo sistema que regula também limita, e a precariedade do trabalho se agrava ainda mais com as restrições impostas pelo poder público. Ser trabalhador nas areias de Copacabana, especificamente no local designado pelo poder público para a Colônia Z-13, é desafiador, instável e pautado por disputas de espaços. Essas disputas não estão restritas aos trabalhadores, pois ali também é lugar de turistas.

Um regresso à história da cidade do Rio de Janeiro nos leva aos planos de reestruturação da cidade acontecidos ao longo dos anos e que, de maneira geral, expulsaram os menos favorecidos financeiramente dos espaços de grande valorização monetária. Chalhoub (1996) aborda a forma pela qual a pobreza, vista como algo perigoso, deve ser adestrada, regulada e punida, uma vez que os pobres se tornaram “as classes perigosas”; por conseguinte, agir de maneira a limitar essas pessoas passa a ser uma ferramenta de controle e também de expulsão.

Assim é que a noção de que a pobreza de um indivíduo era fato suficiente para torná-lo um malfeitor em potencial teve enormes consequências para a história subsequente de nosso país. Este é, por exemplo, um dos fundamentos teóricos da estratégia de atuação da polícia nas grandes cidades brasileiras desde pelo menos as primeiras décadas do século XX. A polícia age a partir do pressuposto da suspeição generalizada, da premissa de que todo cidadão é suspeito de alguma coisa até prova em contrário e, é lógico, alguns cidadãos são mais suspeitos do que outros (Chalhoub, 1996, p. 22).

O exposto acima, trazido para a atualidade dos trabalhadores da colônia de pescadores, pode ser visto no grande paradoxo que a cidade do Rio de Janeiro se tornou, especialmente naquele pedaço de território que carrega o peso do nome: Copacabana é conhecida ao redor do mundo por uma série de razões, e, naquele lugar famoso e cosmopolita, uma colônia de pescadores tradicionais resiste.

De modo a desarticular as lutas, mas também os sentimentos de pertencimento, as políticas públicas e os poderes agem de maneira a deixar mais aparente a presença dessa separação. Para Melo (2003), estudioso do lazer, existe uma separação imposta pelos poderes e uma limitação no uso da cidade para o divertimento.

O que se observa então é o tornar-se mais aparentes os paradoxos da cidade: uma cidade partida em que alguns têm acesso a muitas coisas (e efetivamente a cidade oferece muito), mas grande parte dos habitantes pouco podem desfrutar. Nesse processo, o cidadão dissocia-se da cidade, não a reconhece, não se identifica completamente com ela. Obviamente que isso muito interessa aos que pretendem manter a atual ordem social. Ao separar o cidadão da cidade, esvazia-se a dimensão do coletivo e dificulta-se a articulação de possibilidades concretas de reivindicação (Melo, 2003, p. 77).

As análises dos dois estudiosos – Chalhoub (1996) e Melo (2003) – expõem o sistema público de ordenação dos trabalhadores, que regula o trabalho e também afasta o homem comum dos usos da cidade para divertir-se. A praia é lugar de turismo, de lazer, de convivência, todavia, também é de trabalho e resistência. A turistificação do lugar pode ser uma forma de dissociar o pescador do lugar, ou seria o contrário? A paradoxal Copacabana é o lugar dos trabalhadores e dos turistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A turistificação das áreas ocupadas por comunidades tradicionais tem como consequência imediata a expulsão dos mais vulneráveis e o seu distanciamento do mar.

Em Paraty Mirim, os caçaras que conseguiram se manter próximos ao mar viram seus lotes diminuir em função de disputas e suas lavouras de subsistência serem tuteladas por organismos de preservação ambiental.

Em Copacabana, os pescadores artesanais do posto Z-13 carregam o pesado fardo de se utilizarem de um dos solos mais caros da cidade do Rio de Janeiro (e do Brasil); assim, sentem-se como alvos das disputas pelo território. Entre esses pescadores, constatou-se que as políticas públicas, da mesma forma que permitem a presença desses trabalhadores, também limitam sua atuação no impulsionamento de possíveis melhorias para suas próprias vidas. Nessa análise, verificou-se o quão paradoxal pode ser uma política pública, ou seja, ela protege e cerceia ao mesmo tempo.

Embora este capítulo apresente os resultados parciais de pesquisas mais amplas e ainda em andamento, procuramos refletir a respeito da atuação dos poderes públicos em lugares originalmente ocupados por comunidades tradicionais. Nossa intenção foi discutir como a especulação fundiária, a turistificação do espaço e ações dos poderes públicos que foram na contramão dos interesses dos mais vulneráveis colocaram em questão a permanência dessas populações nos territórios estudados.

Ao longo deste capítulo, buscamos também expor como os processos de turistificação da praia de Copacabana e da vila de Paraty Mirim transformaram física e

simbolicamente os territórios onde o turismo se desenvolveu. No entanto, ainda que a inserção da atividade turística tenha ocasionado profundas mudanças nos fazeres tradicionais de ambos os grupos, percebe-se que essas comunidades têm desenvolvido estratégias de resistência, garantidoras de sua tradição e da sua permanência no território. Resta saber por quanto tempo tais estratégias permitirão a continuidade desses grupos em seus espaços diante do avanço das dinâmicas territoriais contemporâneas e futuras, e como se darão as disputas entre todos os sujeitos presentes nos lugares estudados.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, L. B. Estado, turismo, cultura e desenvolvimento: organização empresarial e a construção do consenso sobre a importância do turismo para o Brasil. In: *Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2010.
- BERNARDO, L. S. *Nas ondas do mar carioca: o moderno e as tradições vistos a partir da história dos pescadores da Colônia Z - 13 na praia de Copacabana*. São Paulo: e-Manuscrito, 2020.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. Superintendência Regional do Patrimônio da União no Rio de Janeiro. *Termo de entrega*. SPU/RJ, [s.d.]. Livro n. 2, fls. 187-188.
- CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FONTANELLI, M. M. *A rodovia e os caiçaras: a construção da Rio-Santos e suas consequências para as comunidades locais em Ubatuba (SP)*. 2019. 86 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Escola de Ciências Sociais da Faculdade Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/28888>. Acesso em: 1 set. 2023.
- LIMA, R. K. de; PEREIRA, L. F. *Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.
- MELO, V. A. de. *Lazer e minorias sociais*. São Paulo: IBRASA, 2003.
- NAVARRETE ESCOBEDO, D. Matices de la turistificación y de la gentrificación en México: comparativa de impactos socioespaciales en la Roma-Condesa y en el centro patrimonial de San Miguel de Allende. *Tlalli – Revista de Investigación en Geografía*, n. 7, p. 115-140, jun./nov. 2022. DOI <https://doi.org/10.22201/ffyl.26832275e.2022.7.1748>. Disponível em: <http://www.revistas.filos.unam.mx/index.php/tlalli/article/view/1748>. Acesso em: 6 maio 2023.
- PÉREZ WINTER, C. V. Los procesos de patrimonialización y turistificación en la legitimación de paisajes desiguales. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 29, n. 2, p. 195-208, maio/ago. 2017. DOI <https://doi.org/10.14393/SN-v29n2-2017-1>. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/36692>. Acesso em: 6 maio 2023.

SIQUEIRA, P. Os caiçaras e a Rio/Santos. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 3 n. 4. p. 62-64, out./dez. 1989. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v03n04/v03n04_12.pdf. Acesso em: 6 maio 2023.

CAPÍTULO 6

Aspectos institucionais da resiliência urbana em áreas vulneráveis à inundação: o caso do Jardim Santo André (Santo André-SP)

Amanda André Sabino Santos

Ana Paula Fracalanza

INTRODUÇÃO

A água tem sido, historicamente, o núcleo de desenvolvimento das cidades, que se situam nas proximidades de recursos hídricos para garantir a subsistência das populações. No entanto, à medida que as grandes aglomerações urbanas se amplificaram, surgiram desafios significativos relacionados à expansão urbana desordenada e ao gerenciamento inadequado dos recursos hídricos, abrangendo questões de drenagem e qualidade da água. Esse cenário resultou no aumento de riscos substanciais que estão vinculados a diversas formas de perigos. A água, no contexto urbano, assume um caráter de notável complexidade, abarcando uma variedade de aspectos que, por sua vez, geram obstáculos diversos e muitas vezes perdem prioridade quando comparados a outras urgências urbanas, como a falta de alimentos e a necessidade de segurança e moradia. É compreensível, no âmbito das políticas públicas, que haja uma hierarquização dos riscos (Di Giulio *et al.*, 2008), priorizando determinados temas em relação a outros. Logo, o problema das inundações persiste, já que, mesmo ocorrendo em intervalos espaçados, não se torna menos relevante e, portanto, requer uma atenção contínua, a fim de que se preveja e impeça ao máximo que esses eventos se perpetuem com o passar dos anos. Assim, torna-se fundamental a compreensão e estudo da capacidade resiliente de territórios potencialmente afetáveis, para que, na impossibilidade de evitar o evento danoso, as cidades possam recompor-se brevemente.

O território examinado neste estudo corresponde ao bairro Jardim Santo André (em Santo André, no ABC Paulista). Está inserido em uma região que, intrinsecamente, já possui restrições físicas significativas (tanto geológicas quanto geomorfológicas), conforme dados do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), datados de 2014 e 2015. As características dessa região exigem investimentos em adaptações territoriais para torná-la adequada ao desenvolvimento urbano; o que, por sua vez, não foi considerado durante sua ocupação (Sabino, 2020).

Este trabalho tem como objetivo analisar a capacidade resiliente (aspectos institucionais) diante dos potenciais danos causados por eventos de inundação nas áreas de risco do Jardim Santo André.

A partir do conhecimento acerca da capacidade resiliente de um território, torna-se possível embasar decisões relacionadas às interações entre seres humanos e o ambiente. Quando se examina um território em seu estado atual e se faz previsões sobre como ele enfrentará eventos futuros, é possível determinar se as localidades que enfrentaram problemas no passado estão mais ou menos propensas a sofrer com eventos semelhantes no futuro. Portanto, a análise da resiliência de áreas específicas, em relação a tipos particulares de eventos, desempenha um papel fundamental na tomada de decisões em matéria de gestão ambiental e planejamento urbano.

A pesquisa foi realizada por meio de um estudo de caso, fazendo-se uso de métodos mistos para a análise.

O estudo de caso não corresponde a uma unidade de amostra; ou seja, seus resultados não podem ser generalizados. Em contrapartida, a teoria utilizada durante o desenvolvimento do trabalho permite que, em momentos futuros, outros dados sejam incorporados e analisados – de forma continuada –, de modo que venham a contribuir para pesquisas futuras (Creswell, 2010).

No âmbito do “conjunto de dados” a serem analisados, para a realização de um estudo de caso, deve-se fazer uso de três fontes de dados, de modo que seja possível a sua respectiva triangulação. Para esta pesquisa, fez-se uso de dados obtidos de: (i) mídia impressa, representada pelo Jornal *O Diário do ABC*; (ii) pesquisa documental e bibliográfica; e (iii) informações do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

Tanto os dados correspondentes à fonte midiática quanto aqueles que possuem origem no Cemaden obtiveram a intenção de análise de um intervalo temporal correspondente a dez anos (2009 a 2019), de modo que houvesse uma representatividade do conteúdo encontrado. Isso se justifica pois inferiu-se, no início da pesquisa, que as inundações costumam acontecer em um mesmo período do ano (verão), todos os anos. Ou seja, para mensurar a magnitude do problema considerou-se cabível avaliar um intervalo temporal que permitisse constatar (ou não) a repetibilidade do even-

to; e, no caso, acreditou-se que o período de dez anos permitiria avaliar de forma adequada essa situação. Um intervalo maior inviabilizaria o prazo para o desenvolvimento da pesquisa, considerando-se que a quantidade de informações teria um volume muito mais expressivo.

O uso de métodos mistos foi respaldado por meio da possibilidade de examinar múltiplas abordagens à coleta de dados. Entende-se que, por meio da convergência entre os métodos, existe a possibilidade de ampliar a perspectiva de completude. Ou seja, os dados qualitativos e quantitativos são apresentados lado a lado e permitem reforço de um para com o outro (Creswell, 2010).

O uso dos métodos combinados se deve:

- (i) à utilização do enfoque quantitativo, quando da elaboração de medições e deduções que permitiram constatar quais localidades possuem, numericamente, maior ou menor vulnerabilidade socioambiental. Além disso, fez-se uso de dados relacionados à frequência e incidência dos processos de inundação no território. E também foi possível a mensuração da resiliência institucional por meio de indicadores de análise (indicadores estes propostos por Suassuna, 2014). Ou seja, por intermédio do enfoque quantitativo pôde-se “delimitar” a informação, medindo-a com precisão para que fosse possível avaliar os resultados;
- (ii) ao uso do enfoque qualitativo na análise dos significados (extraídos dos dados), a qual é realizada com profundidade sobre o fenômeno da resiliência. Ou seja, por meio do enfoque qualitativo permitiu-se “expandir” os dados e a informação (Sampieri *et al.*, 2013).

O tipo de pesquisa mista é a concomitante, pois significa que ambas as etapas foram sendo desenvolvidas de modo simultâneo (Creswell, 2010).

O JARDIM SANTO ANDRÉ

O Jardim Santo André encontra-se na porção urbana do município de Santo André, especificamente na Área de Recuperação Urbana (ARU). As ARU são, de acordo com o Zoneamento Municipal, localidades caracterizadas por infraestruturas e edifícios degradados e ultrapassados. Nas ARU os procedimentos de licenciamento e de obras de reabilitação possuem um caráter facilitado (Seixal, [s.d.]).

Ilustrações obtidas no site Google Maps permitiram corroborar a existência de construções simples e sem grandes infraestruturas aparentes no bairro, além de constatar relevos mais acentuados em sua área de abrangência – assim como disposto no mapeamento realizado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM, 2014b), acerca de todo o território do município de Santo André. A ausência de constatação acerca de facilidades de transporte, existência de atividades comerciais e demais infraestrutu-

ras que lhe permitam um maior desenvolvimento econômico, associada à tipologia construtiva no território, permite considerar o Jardim Santo André como uma área socioambientalmente vulnerável (Sabino, 2020).

Tanto o Plano Municipal de Redução de Riscos do município de Santo André como o mapeamento apresentado pela CPRM (2014b) indicaram o Jardim Santo André como um território propenso a deslizamentos apenas a partir de movimentos de massa. Contudo, o Planejamento Estratégico de Macro e Microdrenagem do Consórcio ABC (2016) apresenta a área como um território propenso aos processos de inundação.

Constava, em 2019, solicitação no website da Prefeitura para a manutenção emergencial dos seguintes córregos do município de Santo André, os quais se encontram no entorno próximo do bairro em estudo: São Bernardo, Xavantes, Vila Luzitá, Hamurabi, Rua dos Dominicanos (CDHU), Dos Missionários e Laplace (Núcleo Larmartine).

RESILIÊNCIA URBANA E SEUS ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Existem diversas conceituações sobre o termo resiliência, as quais são obtidas por meio de diferentes olhares para uma determinada situação. Os níveis de análise podem abranger aspectos físicos, os sistemas ecológicos, o viés social, a análise da cidade, da comunidade e até mesmo apresentar uma avaliação atinente ao aspecto individual (Pastorelli Jr., 2018 p. 48). O autor ressalta que, independentemente da escala de análise, há algo que é coincidente às diferentes conceituações existentes, que é o fato de a resiliência sempre estar associada à capacidade de adaptação bem-sucedida diante de distúrbios, estresses ou adversidades.

Carvalho e Costa (2015) fazem menção à resiliência, contrapondo-a à vulnerabilidade. Isso porque a vulnerabilidade designa a maior ou menor suscetibilidade de indivíduos, lugares, infraestruturas ou ecossistemas virem a sofrer algum tipo de agravo (Acsehrad, 2006 *apud* Kuhnen, 2009). Assim, enquanto a vulnerabilidade pode ser interpretada como um reflexo do grau de suscetibilidade de um sistema para lidar com os efeitos adversos de determinado perigo, a resiliência corresponde à habilidade do sistema em absorver impactos preservando a mesma estrutura básica e os mesmos meios de funcionamento (Suassuna, 2014).

Pastorelli Jr. (2018) ressalta que o processo de ocupação das cidades brasileiras, sem o devido planejamento, fez com que os aglomerados urbanos fossem constituídos por um sistema denso de serviços interconexos, enfrentando um número crescente de possibilidades carregadas de riscos. Essa preocupação vem sendo cada vez mais incorporada às mesas de discussão. O autor ressalta ainda que, dependendo dos processos de desenvolvimento social e ambiental de determinada localidade, esses

riscos podem ser agravados. E, por esse motivo, o aumento populacional implica em uma maior exposição de indivíduos aos riscos, por ampliar sua exposição ao perigo, ou seja, ampliar sua vulnerabilidade. Evidencia-se, portanto, que, no que se refere aos aspectos associados às cidades, a complexidade é muito maior do que se fosse averiguada a resiliência de um único indivíduo. Uma cidade, ou seja, os ambientes urbanos, é carregada de fenômenos interligados que acabam ampliando os níveis de dificuldade no que se refere ao seu entendimento e gestão. Significa, portanto, afirmar que uma cidade se torna resiliente quando garante o funcionamento dos seus sistemas, de modo que as pessoas que vivem e trabalham em seu território, principalmente a parcela da população sujeita a algum tipo de vulnerabilidade, possa sobreviver e prosperar, independentemente de eventos extremos (Strengari *et al.*, 2015 *apud* Pastorelli Jr., 2018). A situação dos ambientes urbanos, cada vez mais deteriorada pela atividade antrópica, permite exemplificar esse tipo de questão. É perceptível que as áreas degradadas ambientalmente acabam, muitas vezes, sendo coincidentes às regiões com algum tipo de vulnerabilidade social. Essa configuração acaba sobrepondo perigos, o que amplifica os riscos e os seus potenciais efeitos e danos (Torres, 2000 *apud* Marandola; Hogan, 2006).

A questão da resiliência e os seus desdobramentos em sociedades resilientes, de acordo com Mendes (2018), não apresenta nenhuma perspectiva teórica inovadora, contudo, reforça a responsabilidade e o papel fundamental do Estado na segurança estrutural das populações, concedendo ao Estado, portanto, o poder de ampliar ou não a capacidade de resistência aos desastres de uma determinada localidade e/ou grupo social. Essa situação pode ser observada como um direito do indivíduo enquanto cidadão: o direito de resistir e se reconstruir diante dos desastres que o assolam (Mendes, 2018).

Essa concepção traz à tona a ideia de que o risco, por meio de sua definição social, estrutura as sociedades, acentuando as desigualdades e condicionando o modo como as comunidades e os grupos sociais se organizam, confrontam ou resistem aos diferentes tipos de perigos (Mendes, 2018). A capacidade de um ambiente urbano ser resiliente está associada aos agentes, às redes sociais e às instituições. Neste trabalho, contudo, serão analisados apenas os aspectos institucionais, que, por sua vez, estão associados à governança, à capacidade de aprendizado e à capacidade de organização. Esta última (capacidade de organização) pode ser fragmentada em capacidade de investimentos, capacidade de organização para redução de desastres e capacidade de organização do uso e ocupação do solo (Suassuna, 2014). Para entender, portanto, se uma cidade está sendo resiliente institucionalmente falando, deve-se averiguar, segundo Suassuna (2014), quais instituições estão envolvidas no processo de regulação, prevenção e mitigação dos riscos; e deve-se compreender, ainda, se os desafios

vivenciados pela sociedade, associados ao evento perigoso em questão – neste caso, inundações urbanas –, estão relacionados às deficiências legais, restrições financeiras, de recursos humanos e/ou tecnológicos. Para a mensuração dessas questões foram selecionados alguns dos indicadores (de resiliência institucional) apresentados por Suassuna (2014), para acompanhar a capacidade de resiliência urbana que determinado grupo populacional (moradores do Jardim Santo André) possui diante dos processos de inundação em sua área de abrangência.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A resiliência urbana está intrinsecamente associada às instituições gestoras do território. Isso pode ser mais bem constatado a partir do fato de:

[...] que a resiliência de uma cidade está fortemente relacionada com a governança, a capacidade de organização dos espaços ocupados, com a capacidade de entendimento acerca dos riscos, com os investimentos em redução de riscos de desastres e a capacidade de organização para prevenção e enfrentamento de desastres [...] (Suassuna, 2014, p. 133).

Nesta lógica, a autora dialoga com três categorias para a elaboração do sistema de indicadores. As três categorias correspondem à atuação das instituições (regulação, prevenção e mitigação dos riscos); à deficiência das bases legais (instrumentos legais, instrumentos de planejamento e gestão e instrumentos de apoio ao planejamento e à gestão); e às restrições econômicas (de recursos humanos e tecnológicos).

No âmbito desta pesquisa optou-se por avaliar apenas a primeira categoria, a fim de entender como as instituições respondem em face dos problemas ocasionados pelas inundações. Focaram-se, portanto, os indicadores que se propõem a mensurar a capacidade institucional de reduzir o risco de desastres (RRD). No caso, o desastre aqui considerado é o que acontece a partir do evento “inundação”.

O Quadro 6.1 apresenta a análise a respeito dos indicadores diante do território de interesse deste estudo. Salienta-se, por esse motivo, que o quadro de indicadores proposto por Suassuna (2014) sofreu algumas adaptações, de modo que o conteúdo dos indicadores dialogasse com o objeto de estudo.

A partir do quadro, pode-se perceber que, quando se trata de instituições, é muito comum obter informações em uma escala municipal. Os indicadores selecionados apresentam uma perspectiva mais global do município, contudo, quando existem ações municipais, torna-se mais factual a fragmentação dos dados e o posterior enfoque em um bairro específico. E, na ausência de ações municipais, é muito mais provável (em terminologias dedutivas) que também não haja medidas locais (no âmbito

distrital). Admitiu-se que a ausência de medidas municipais também representa a inexistência de ações pontuais para o Jardim Santo André.

Evidenciou-se a partir da análise dos indicadores supramencionados que tanto o município de Santo André como também o Jardim Santo André não possuem planos específicos e direcionados para o controle e a gestão das inundações em ambientes urbanos. Há ações mais atuais, comandadas pelo Consórcio Intermunicipal do ABC, como um grupo de estudos a respeito da drenagem, além do estudo que subsidiou a presente pesquisa, com um planejamento estratégico que implica no direcionamento de ações estruturais para mitigação e para o controle desse tipo de evento na região do ABC como um todo. Contudo, o gerenciamento das inundações implica em um aprofundamento teórico muito mais amplo, uma vez que o investimento em medidas estruturais nem sempre resolve o problema, mas apenas o transfere para outra localidade da bacia hidrográfica (Tucci, 1997).

Quadro 6.1 – Análise dos indicadores (até o momento de conclusão desta pesquisa)

Indicador	Análise da autora
Adequação do Plano Municipal de Redução de Riscos	O município de Santo André tinha um plano relativamente recente, datado de 2016 e elaborado pelo Consórcio ABC. O referido plano elenca as intervenções estruturais a serem realizadas no território, com a indicação dos recursos necessários. Foi realizado de forma participativa.
Adequação do Plano de Contingência ou Emergência para casos de desastres ambientais	O município de Santo André não possuía um direcionamento específico para contingenciar eventos inundáveis. Existiam apontamentos de ações para prevenção, mas não medidas de contingência. O Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) do município contempla apenas movimentos de massa.
Grau de abrangência dos instrumentos de apoio ao gerenciamento de riscos decorrentes de inundações ou deslizamentos	O Consórcio Intermunicipal do ABC realizou um plano de micro e macrodrenagem que apresenta as áreas com maiores propensões aos eventos inundáveis, por localidade. O estudo contempla os sete municípios do ABC e menciona, inclusive, o Jardim Santo André, foco deste trabalho.
Grau de abrangência de cadastros de recursos humanos	Não existia um cadastro único, facilitado, no qual se consultassem todos os contatos fundamentais (em caso de emergências).
Grau de abrangência do sistema de alarme de enchentes	Em março de 2018 foi iniciada a utilização do aplicativo para celular (IOS e Android) denominado Alerta ABC. Além das condições climáticas, o aplicativo permite a participação da população, que pode informar a respeito de eventos de alagamentos e inundações no território. O único município do ABC que não participava é Diadema.
Adequação do sistema de monitoramento (recebimento, organização e comunicação de dados hidrometeorológicos)	O sistema de monitoramento de dados hidrometeorológicos é realizado em conjunto com o Cemaden, que possui técnicos especializados para a compilação e o monitoramento das informações.
Grau de abrangência de atenção básica à saúde	No Jardim Santo André existe o programa de Saúde da Família e também uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e uma Assistência Médica Ambulatorial (AMA).

Grau de abrangência dos serviços de urgência médica	Existe uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no Jardim Santo André.
Grau de adequação de mapas de vias de acesso ao município e aos distritos	Não existia mapa atualizado e disponível com informações sobre vias de acesso ao município e ao Jardim Santo André.
Capacidade de organização: equipe de busca e salvamento	Existia a possibilidade de entrar em contato com a Defesa Civil 24 horas, a fim de informar um evento inundável.
Capacidade de organização de abrigos temporários.	Não existiam abrigos temporários nas proximidades do Jardim Santo André nem no recorte territorial do município de Santo André.
Capacidade de organização de armazenagem/distribuição e controle de suprimentos.	O município de Santo André não dispunha de nenhuma capacidade de organização para armazenagem/distribuição e controle de suprimentos pós-inundações.
Capacidade de organização de equipe de restabelecimento de serviços essenciais	O Jardim Santo André e o município de Santo André não possuíam planos de ação específicos para o restabelecimento dos serviços de limpeza urbana, descontaminação, desinfecção, desinfestação de escolas e prédios públicos, após eventos de inundação.

Fonte: Elaboração própria a partir de Suassuna (2014).

No quadro, observa-se que, mesmo com o território municipal sofrendo recorrentemente com os episódios de inundações em sua área de abrangência, não há estrutura previamente estabelecida para auxiliar os indivíduos que venham a ter seus bens materiais comprometidos por conta dos eventos.

No que se refere à saúde, observou-se que existe uma estrutura básica para atendimento da população que possa necessitar de atendimento médico. Em casos emergenciais, o Jardim Santo André conta com uma Assistência Médica Ambulatorial (AMA), uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA). A UPA conta com uma estrutura com recepção, farmácia, cinco consultórios médicos e um odontológico, duas salas de classificação de risco, salas de procedimentos (sutura, curativo, coleta e medicação), raio-x e eletrocardiograma e sala de nebulização (FUABC, 2018). Há ainda dezoito leitos de observação, dois de isolamento, uma sala de urgência com quatro leitos e uma sala de reanimação. Para eventos de inundação em localidades pontuais, a estrutura pode ser suficiente. Contudo, em casos de desastres extremos oriundos de inundações no bairro, a estrutura elencada pode não ser suficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender como as áreas afetadas respondem aos processos de inundação permite identificar lacunas na gestão do território e constatar como a população afetada poderá se reconstruir a partir dos danos causados. Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar a capacidade resiliente que o Jardim Santo André (município de Santo André) possui em face de potenciais danos causados diante de eventos de inundação.

Para isso, optou-se por utilizar como elemento norteador os “aspectos institucionais” da resiliência urbana, os quais foram mensurados a partir de indicadores de análise propostos por Suassuna (2014) e adaptados pela autora, para que dialogassem de modo satisfatório com a pesquisa.

Percebeu-se que há movimentos institucionais atuantes no município de Santo André de forma generalizada (por meio do Consórcio Intermunicipal do ABC), a fim de minimizar os riscos a que a população residente está sujeita em sua área de abrangência, por conta de perigos variados; contudo, não existe uma medida concreta de planejamento para as áreas afetadas por problemas de inundação. A generalidade do Plano Municipal de Redução de Riscos de Santo André também se apresentou como um obstáculo para a adoção de medidas preventivas e mitigatórias satisfatórias. O Jardim Santo André, especificamente, possui estrutura básica para atendimento emergencial, em caso de necessidade de aportes médicos (que talvez não sejam suficientes em casos extremos). O Jardim Santo André conta com UPA, AMA e UBS. Contudo, não há quaisquer tipos de medidas de contingências e tampouco planejamento prévio para compensar ou reparar, de maneira acelerada, o reestabelecimento das pessoas que enfrentam de modo específico o problema das inundações.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, C. C. DE; COSTA, L. N. L. A DA. *O papel da resiliência urbana e do metabolismo urbano na questão da redução de riscos de desastres*. Projeto (Graduação), Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/17851/1/monopoli10013654.pdf>. Acesso em: out. 2024.
- CPRM – Serviço Geológico do Brasil. *Setorização de riscos*. [S.l.], 2014a. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Apresentacao-37>. Acesso em: jan. 2018.
- CPRM – Serviço Geológico do Brasil. *Suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundações*. [S.l.], 2014b. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Apresentacao-37>. Acesso em jan. 2018.
- CRESWELL, J. *O projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DI GIULIO, G. M. *et al.* O papel da mídia na construção social do risco: o caso Adrianópolis, no Vale do Ribeira. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos* (online), v. 15, n. 2, p. 293-311, 2008.
- FUABC – Fundação do ABC. Prefeitura entrega modernização da UPA Jardim Santo André. [S.l.], 2018. Disponível em: <https://fuabc.org.br/noticias/prefeitura-entrega-modernizacao-da-upa-jardim-santo-andre/>. Acesso em: set. 2023.

- KUHNEN, A. Meio ambiente e vulnerabilidade: a percepção ambiental do risco e o comportamento humano. *Geografia*, Londrina, v. 18, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/>. Acesso em: mar. 2018.
- MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. As dimensões da vulnerabilidade. *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n. 1, 2006.
- MENDES, J. M. Risco, Vulnerabilidade social e resiliência: conceitos e desafios. *RG&SA*, Florianópolis, v. 7, n. esp., p. 463-492, jun. 2018.
- PASTORELLI JR., J. H. *Estudo da sustentabilidade e resiliência urbana no contexto da redução de risco de desastres*. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Campinas, 2018.
- SABINO, A. A. *Estudo sobre a resiliência institucional em áreas socioambientalmente vulneráveis aos processos inundáveis no ABC Paulista: o caso do Jardim Santo André*. Dissertação (Mestrado), Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9912483#. Acesso em: set. 2023.
- SAMPIERI, R. H.; CALLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. B. *Metodologia de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Ed. Penso, 2013.
- SANTO ANDRÉ. Cidade de Santo André. [S.l.], 2013. Disponível em: <https://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/cidade-de-santo-andre>. Acesso em: set. 2019.
- SEIXAL. ARU. Área de Recuperação Urbana. Seixal, [s.d.]. Disponível em: https://www.cm-seixal.pt/sites/default/files/documents/aru_folheto.pdf. Acesso em: fev. 2020.
- SUASSUNA, C. *Cidade resiliente: sistema de indicadores dos aspectos institucionais*. Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/13171/1/TESE%20Cynthia%20Carneiro%20Suassuna.pdf>. Acesso em: ago. 2019.
- TUCCI, C. E. M. Água no meio urbano. [S.l.], 1997. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/atuaacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/encerrados/residuos/documentos-diversos/outros_documentos_tecnicos/curso-gestao-do-territorio-e-manejo-integrado-das-aguas-urbanas/aguanomeio%20urbano.pdf. Acesso em: set. 2023.

CAPÍTULO 7

Agricultura e mudanças climáticas

*Giovanna Xavier Zacarias
Diamantino Alves Correia Pereira*

A agricultura convencional dominante na atualidade, apesar de ter apresentado ganhos de produtividade, levou a impactos negativos sobre o ambiente, além de efeitos sociais e econômicos. Nesse sentido, uma abordagem que vem sendo propagada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) atualmente é a “intensificação sustentável” e a sua extensão denominada “agricultura climaticamente inteligente”, apesar das críticas existentes ao fato de desvirtuar o conteúdo original da abordagem da agroecologia. Com a demanda crescente por formas alternativas de agricultura e o surgimento de diferentes movimentos, a agroecologia vem sendo entendida, de um lado, como uma ciência que estabeleceu uma base teórica para os diferentes métodos de agricultura alternativa que estavam se desenvolvendo, mas também como uma prática e um movimento social que se integrou ao movimento pela soberania alimentar. O presente trabalho buscou contribuir para a discussão a respeito da alternativa agroecológica para a produção de alimentos na perspectiva da soberania alimentar, considerando as abordagens da FAO e do Banco Mundial e as críticas a essas abordagens. Verificou-se que a FAO propõe como solução os mesmos métodos convencionais que resultaram na atual crise socioambiental e que a agroecologia traz uma metodologia baseada no estudo dos agroecossistemas, que busca entender de forma mais profunda o funcionamento deles e os impactos da aplicação de tecnologias, práticas e conhecimentos, considerando de forma integrada aspectos ecológicos, agronômicos e socioeconômicos.

AGROECOLOGIA

Em contraponto à agricultura convencional altamente quimificada, mecanizada e monocultural, baseada na produção de *commodities*, a agroecologia tem se estabelecido como uma forma de produção que se propõe a atacar os grandes problemas relativos à intensa utilização de insumos baseados em recursos naturais, os impactos ambientais gerados e suas consequências nas mudanças climáticas.

A viabilização desse contraponto não se estabelece apenas como uma forma de agricultura alternativa, apesar de também o ser. É uma forma que tem buscado inspiração na prática secular dos agricultores e tem sido enriquecida pela reflexão mais ampla a respeito não só das técnicas produtivas, mas também de sua articulação social e ambiental.

Do ponto de vista das técnicas agrícolas, a agroecologia busca “a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis” (Costabeber; Caporal, 2004), o que envolve um processo gradual e multilinear no tempo que integra conhecimento local e conhecimento científico. Configura, portanto, um processo produtivo que visa a “otimização do sistema como um todo e não apenas o rendimento máximo de um produto específico” (Costabeber; Caporal, 2004). Ou seja, os papéis atribuídos à agroecologia não se limitam à aplicação de tecnologias ou aspectos agrônômicos da produção, mas indica as questões ambientais e, ao apontar para os “agroecossistemas sustentáveis”, torna imprescindível tecer reflexões a respeito de seu conteúdo.

Uma das principais características dos sistemas de produção agroecológicos é a procura pelo estabelecimento de agroecossistemas que funcionem de forma muito próxima dos ecossistemas naturais. A lógica desse princípio é clara: quanto mais próximo desse funcionamento, menor será a necessidade de alterações implementadas pela intervenção humana na dinâmica do ecossistema. Associada a isso, a agroecologia busca uma menor dependência de insumos externos e, conseqüentemente, a preferência por insumos produzidos no local da propriedade, além da conservação dos recursos naturais (Costabeber; Caporal, 2004).

Para tal, os sistemas agroecológicos priorizam a reciclagem de energia e nutrientes durante o processo produtivo, o que é viabilizado com o desenho de sistemas produtivos complexos e diversificados baseados, por exemplo, em policultivos associados com criações de animais. Com a diversificação, esses sistemas se tornam mais capazes de resistir a perturbações, como é o caso do ataque de doenças e pragas e das mudanças no microclima, o que permite desenvolver a autorregulação e a possibilidade de se obter rendimentos estáveis no longo prazo.

Os sistemas agroecológicos diversificados incluem práticas abrangentes, mas que estão referenciadas nos denominados princípios agroecológicos (FAO, 2018) que se

lastreiam, sobretudo, na valorização da saúde geral do agroecossistema e na justiça e equidade em todos os segmentos do sistema alimentar.

A transição para o sistema agroecológico pode ser feita em fases, que representam transformações cumulativas, em primeiro lugar sob o aspecto agrônomo, por meio da racionalização das práticas e dos insumos convencionais, seguida da sua substituição por insumos e práticas alternativas e cumulando no redesenho do agroecossistema com base em processos e relações ecológicas (Gliessman; Friedmann; Howard, 2019). Mas a mudança substantiva do modelo de produção convencional implica também em mudanças no processo de comercialização e consumo, o que justifica que os autores tenham acrescentado mais dois níveis nesse processo de transição, sendo que um deles considera importante o estabelecimento de uma conexão mais intensa entre os que produzem e os que consomem os alimentos e, finalmente, o último nível transcende o aspecto produtivo, considerando-o como uma fase de atuação no sistema alimentar global, o qual deveria se basear na equidade, participação, democracia e justiça.

Note-se que não se trata mais apenas de atuar nas técnicas de produção, mas de uma tomada de posição relativa à forma e aos métodos do sistema alimentar hegemônico que vem sendo moldado no sentido de atender aos interesses de acumulação dos capitais e suas diferentes formas. Em consequência, esse sistema hegemônico está cada vez mais concentrado e, portanto, desigual.

Não se trata mais apenas das discussões da agroecologia enquanto uma ciência que articula e potencializa conhecimentos ancestrais e que se estabeleceu como uma forma de produção concorrente e alternativa. O movimento que cresceu em torno da agroecologia espalhou-se para muito além, para o movimento pela soberania alimentar. Ambos os movimentos “têm afinidades profundas e, de maneiras distintas, comprometem-se a colocar o cultivo, a comercialização, a preparação e o compartilhamento de alimentos na direção da saúde da terra e das pessoas” (Gliessman; Friedmann; Howard, 2019).

A soberania alimentar foi proposta pela Via Campesina, uma organização internacional formada por movimentos sociais e organizações camponesas de todo o mundo. Ela transcende o termo “segurança alimentar” na medida em que, além de propugnar o acesso das populações a uma alimentação suficiente e saudável, acrescenta a noção de soberania com o sentido de autodeterminação, considerando que as populações dos diferentes países, regiões e locais não devem ficar reféns dos esquemas e imposições das formas dominantes de produção e comercialização dos alimentos. As populações manifestam o direito de definir a forma de produzir, o que vai ser produzido e a comercialização, de acordo com suas tradições econômicas e culturais, e repudiam as formas de cerceamento dessa autodeterminação.

A soberania alimentar também destaca o acesso dos agricultores à terra e aos recursos necessários à produção, além da autonomia e do fortalecimento de mercados locais e a cooperação entre agricultores. Para a Via Campesina, é por meio da produção agroecológica que será possível alcançar efetivamente a soberania alimentar.

Além da promoção e manutenção da biodiversidade dos agroecossistemas, a agroecologia também destaca a importância da manutenção da diversidade cultural local que maneja esses ecossistemas. Apesar dos diferentes contextos, todos os sistemas agroecológicos possuem um grande número de espécies, exploram diferentes microambientes, mantêm os ciclos de materiais e resíduos por meio de práticas eficientes de reciclagem e visam conservar interdependências biológicas complexas, o que contribui para a supressão biológica de pragas. Ademais, utilizam baixos níveis de insumos tecnológicos, mobilizando recursos locais baseados na energia humana e animal, fazem uso de variedades locais e de espécies silvestres de plantas e animais e produzem sobretudo para consumo local (Altieri, 2009).

Dessa forma, o movimento pela soberania alimentar adotou a bandeira da agroecologia por considerar que é uma alternativa viável ao modelo hegemônico, não só do ponto de vista das práticas agronômicas, mas sobretudo pela dimensão social do processo produtivo no qual a sociedade estabelece como valor o bem-estar equânime de suas populações. É justamente por essas motivações que não se trata apenas de garantir a alimentação, mas a garantia deve ser baseada na autodeterminação, na justiça social e no estabelecimento de práticas que considerem o ambiente um ente a ser respeitado para não entrar em colapso e impactar a si mesmo e à sociedade.

É por isso que a Via Campesina afirma em seu manifesto de Nyéléni que a agroecologia seria capaz de esfriar o planeta. Não devemos entender essa afirmação de forma literal, mas com o sentido de que, no rumo da soberania alimentar, o ambiente é considerado em sua própria dinâmica, e seu equilíbrio é essencial para que se possa atingir o bem-estar das populações. Além disso, a agroecologia é uma referência que contraria os impactos causados pelo sistema alimentar hegemônico, o qual se articula em torno das grandes corporações de produção de insumos, equipamentos, comercialização e investimento, influencia de forma decisiva os rumos das políticas dos países aglutinados em articulações como o G7, o Fórum Econômico Mundial e as ONG empresariais mundiais e impõe o direcionamento até aos denominados “órgãos multilaterais” vinculados à ONU, como a FAO e o Banco Mundial.

E esse direcionamento de políticas e ações tem se justificado por meio do rótulo adotado da busca da sustentabilidade do sistema alimentar, e, para isso, fomentam-se as possibilidades de investimentos destinados a financiar esse processo de transformação. Então, ao invés de centrar as ações nas pessoas e promover ações “ecologicamente justas, como a agroecologia” (Via Campesina, 2021), os órgãos multilaterais

caminham no sentido de amparar as propostas das corporações baseadas em opções tecnológicas e até pervertem o sentido da opção bioeconômica ao orientar tudo para o mercado, como é o caso das propostas da “intensificação sustentável” e da “agricultura climaticamente inteligente”.

IMPACTOS DA AGRICULTURA CONVENCIONAL E A “INTENSIFICAÇÃO SUSTENTÁVEL”

A FAO considera que a Revolução Verde possibilitou a ampliação da produção monocultural, sobretudo de cereais, pelo uso de variedades de culturas melhoradas e de alto rendimento, além do intenso uso de irrigação, fertilizantes e agrotóxicos, que foram substituindo práticas da agricultura tradicional. Entretanto, também informa que não se pode desconsiderar que isso resultou em muitos impactos no longo prazo, como a degradação de terras férteis, esgotamento de águas subterrâneas, aumento de pragas e erosão da biodiversidade, somados à poluição do ar, água e solo (FAO, 2013).

Nesse sentido, a FAO vem promovendo a abordagem da “intensificação sustentável da produção agrícola” e coloca que ela seria necessária para garantir a segurança alimentar global de forma menos agressiva para o ambiente, ao mesmo tempo que conciliaria os interesses sociais e econômicos.

A abordagem da intensificação sustentável da produção agrícola não define um sistema agrícola ou uma prática agrícola específica como ideal, mas aponta alguns princípios e recomendações, como o distúrbio mínimo do solo e, conseqüentemente, a manutenção da sua cobertura orgânica, a diversificação de espécies cultivadas, o uso de variedades adaptadas de alto rendimento, o manejo integrado de pragas, a nutrição de plantas baseada em solos saudáveis, a utilização de leguminosas para auxiliar a nutrição do solo, a gestão eficiente da água, a integração de culturas, pastagens, árvores e gado, além do uso reduzido de fertilizantes químicos, agrotóxicos e outros (FAO, 2011b 2011a).

Uma das críticas a essa abordagem coloca que ela incorpora alguns procedimentos técnicos da agroecologia, mas não abandona muitas das práticas utilizadas pelos sistemas de agricultura convencional, além de vislumbrar práticas impossíveis em sistemas monoculturais, como o da “diversificação de espécies cultivadas”. Além disso, apesar de ser possível adotar um sistema de produção orgânica e estar alinhado aos princípios da intensificação sustentável, as preocupações da agricultura orgânica, muitas vezes, podem se limitar a não utilizar fertilizantes químicos e agrotóxicos e a substituí-los por insumos orgânicos ou biológicos.

Já a agroecologia se preocupa em eliminar os impactos negativos e também em causar impactos positivos aos ecossistemas pela interação humana com os ambientes naturais, gerando mais recursos e energia (Costabeber; Caporal, 2004). O seu grande

diferencial em relação à produção orgânica está no manejo baseado na diversidade, no envolvimento de questões que vão além da produção e do consumo e em considerar os impactos sociais da agricultura, não tendo como foco apenas o aumento de produtividade, já que o maior problema está no acesso aos alimentos. Além disso, é muito difícil, se não impossível, aumentar a produção desenfreadamente sem impactar fortemente o ambiente em geral e o clima em particular.

A “AGRICULTURA CLIMATICAMENTE INTELIGENTE”

Segundo a abordagem da agricultura climaticamente inteligente, a produção agrícola e, conseqüentemente, a segurança alimentar mundial estão sendo impactadas pelas mudanças climáticas. Destaca ainda que a própria agricultura contribui para as mudanças climáticas e, portanto, pode cooperar para frear as mudanças mitigando as emissões e sequestrando carbono. Portanto, a avaliação da eficiência do setor agrícola também deveria levar em conta a sua resiliência, adaptação e sua capacidade de contribuir para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas (FAO, 2013).

A agricultura, associada à atividade pecuária, emite parte considerável dos gases de efeito estufa para a atmosfera, sendo eles principalmente o metano (CH_4), emitido pelo sistema digestivo dos animais de criação e pela produção de arroz irrigado, e o óxido nitroso (N_2O), emitido pela produção e uso de fertilizantes; além disso, ambos os gases são liberados no manejo do esterco (IPCC, 2007). Ademais, o gás carbônico (CO_2) é emitido na queima de biomassa, sobretudo no desmatamento para a conversão de uso das terras. Para se ter uma dimensão, o IPCC (2022) estimou que a agricultura, a silvicultura e outros usos da terra contribuíram com cerca de 13% do CO_2 , 44% do CH_4 e 82% do N_2O emitidos pelas atividades humanas durante os anos de 2007 a 2016.

Por outro lado, os impactos causados pelas mudanças climáticas incluem: a escassez de água; os riscos à saúde, por exemplo, pelo favorecimento da proliferação de vetores de doenças; os impactos negativos na agricultura, levando a quebras de safra e declínios de produção devido à maior variabilidade climática, além das mudanças na precipitação e na frequência de eventos climáticos extremos, como secas e inundações; as temperaturas mais altas, afetando os rendimentos e favorecendo ervas daninhas e pragas nas culturas; e o aumento do nível do mar (FAO, 2013; Lipper; Zilberman, 2018; Taylor, 2018). Tudo isso exige respostas por parte da agricultura que sejam adaptáveis a diferentes contextos.

A produção agrícola é a principal fonte de renda da população rural, além de ser atividade essencial para a sua subsistência. Assim, há também a necessidade, em termos sociais, de melhorar as práticas e estratégias da agricultura visando sua adap-

tação às mudanças climáticas e à proteção dos meios de subsistência e da segurança alimentar no campo (FAO, 2013).

Assim como a “intensificação sustentável”, a abordagem da agricultura climaticamente inteligente não apresenta uma tecnologia ou uma prática agrícola específica como a mais apropriada, mas sim uma estrutura estratégica e diretrizes para auxiliar na escolha e implementação das tecnologias e práticas mais adequadas. Ela também ressalta a importância de uma governança agrícola, do fortalecimento das instituições e da cooperação entre elas, da avaliação de possíveis compensações entre os seus objetivos de aumento de produtividade, adaptação e mitigação, além de ressaltar a existência de barreiras locais à adoção de determinadas tecnologias, apesar dos benefícios delas quanto à sustentabilidade (FAO, 2013; Lipper; Zilberman, 2018).

Para a FAO, a agricultura climaticamente inteligente não é outra abordagem, e sim uma continuação da abordagem da intensificação sustentável da produção agrícola, porém agora adaptada, visando contemplar os desafios específicos representados pelas mudanças climáticas (Taylor, 2018). Portanto, as práticas propostas não buscam se basear em novos princípios, mas sim incluir questões de adaptação e mitigação aos princípios da intensificação sustentável já existentes.

Diferentes técnicas e práticas, consideradas agroecológicas ou não, podem ser consideradas “climaticamente inteligentes”, contanto que contribuam para ao menos um dos três objetivos dessa abordagem, sendo eles: aumentar a produtividade; criar resiliência às mudanças climáticas; e reduzir as emissões de gases de efeito estufa. No entanto, a agricultura climaticamente inteligente é alvo de algumas críticas, sobretudo por privilegiar a identificação de tecnologias e práticas agrícolas consideradas climaticamente inteligentes entre as existentes, no contexto da produção, e não considerar as questões de desigualdade e acesso à terra e aos insumos (Taylor, 2018).

Portanto, a abordagem não questiona as relações de poder envolvidas na agricultura, desde a produção até o consumo, e não integra a agroecologia em termos do seu conteúdo político, somente algumas práticas (Taylor, 2018). Ademais, ela também se concentra muito na produção e pouco na distribuição e consumo dos alimentos, sendo que boa parte dos problemas atuais não se restringem à produção e muito do que é produzido é perdido, exportado ou usado como ração para o gado ou para a produção de biocombustíveis.

Uma abordagem crítica à proposta da agricultura climaticamente inteligente poderia ser a de uma “agricultura sábia em relação ao clima” (Taylor, 2018, p. 104). Para ele, o foco não deve ser estritamente técnico, ou seja, não deve reduzir a agroecologia aos simples princípios e práticas de, por exemplo, aumentar a eficiência no uso de práticas convencionais e de insumos externos para diminuir os impactos ambientais, nem somente substituir algumas práticas e alguns insumos convencionais por outros

alternativos. Essa crítica coloca também a possibilidade de não ser possível atender igual e simultaneamente todos os três objetivos da agricultura climaticamente inteligente, apesar de isso ser desejável, pois pode haver conflitos entre maior produtividade, sustentabilidade e mitigação, sendo necessário muitas vezes escolher entre favorecer mais um ou outro aspecto (Taylor, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi citado, a FAO aponta que uma efetiva intensificação sustentável necessita de incentivos para os pequenos agricultores, sendo que a adoção das novas abordagens poderia levar a uma redução de custos com recursos externos pela maior precisão no seu uso, além de desenvolver a resiliência dos pequenos agricultores e de suas terras e aumentar a produtividade a um custo ambiental mais baixo. Melhorar a infraestrutura de transporte também seria essencial, pois tornaria mais fácil o acesso a insumos, como fertilizantes e sementes, e aos próprios mercados.

No entanto, as críticas às abordagens da intensificação sustentável e da agricultura climaticamente inteligente ressaltam também a simplificação que significa reduzir a agroecologia à adoção de uma ou outra prática dita como “agroecológica”, ou mesmo se limitar a reduzir o uso de insumos externos, já que essas ferramentas configuram somente os primeiros níveis de uma efetiva mudança no sistema alimentar vinculado aos sistemas agrícolas convencionais. Somado a isso, a agroecologia é considerada uma ciência, um movimento e uma forma de agricultura, sendo que determinadas práticas agrícolas somente são consideradas “agriculturas ecológicas” ou “agriculturas sustentáveis” se necessariamente seguem os princípios e fundamentos da agroecologia.

O que se observa muitas vezes é a inclusão de algumas práticas conservacionistas ou a adoção de estilos alternativos de agricultura sem que isso necessariamente exija a alteração fundamental do modelo de agricultura convencional.

Ademais, a FAO, com sua abordagem da intensificação sustentável, propõe como solução os mesmos métodos convencionais que resultaram na atual crise socioambiental, já que o manejo integrado de pragas, por exemplo, consiste em integrar diferentes técnicas, ou seja, é um sistema de manejo que propõe considerar todos os métodos de proteção de plantas disponíveis, o que não implica em excluir o uso de insumos químicos. Além disso, ainda prega o uso da adubação química, de sementes melhoradas, entre outros, e não deixa de propor uma intensificação da produção agrícola, a qual implica em gastos com insumos externos.

Há a necessidade de uma mudança de paradigma, de enxergar e tornar a agricultura regeneradora dos ambientes, ao invés do foco em aumentar a produção e os retornos financeiros a qualquer custo, objetivo que muitas vezes leva as grandes cor-

porações a somente se adaptar a algumas práticas e sistemas potencialmente “agroecológicos”, mas sem que isso represente uma mudança de paradigma.

Ainda, uma efetiva “agricultura climaticamente inteligente” deve tratar de algumas questões importantes. A primeira é que deve ser dada maior atenção à questão da distribuição e acesso aos alimentos, ao invés das políticas agrícolas se concentrarem somente nos problemas envolvidos na produção. A segunda diz respeito ao entendimento de que a agricultura, apesar de qualquer desenvolvimento tecnológico presente e futuro, é essencialmente dependente do ambiente e das mudanças que ele enfrenta. A terceira retoma a necessidade de fortalecer os processos naturais e biológicos capazes de aumentar a produtividade das culturas, ao invés de focar somente baratear insumos externos e usá-los de forma mais eficiente.

Por fim, essa abordagem envolve maior participação dos pequenos agricultores e outros grupos sociais de interesse na produção de conhecimento e no debate sobre o setor agrícola, já que atualmente ambos são dominados pelas grandes corporações, assim como os mercados.

A agroecologia traz uma metodologia baseada no estudo dos agroecossistemas, que busca entender de forma mais profunda o funcionamento destes e os impactos da aplicação de tecnologias, práticas e conhecimentos, considerando de forma integrada aspectos ecológicos, agronômicos e socioeconômicos. Visa, portanto, uma forma de intervenção mais adequada que não somente reduz os impactos negativos, mas faz da agricultura regeneradora dos ecossistemas. Ela resgata conhecimentos tradicionais importantes, que foram desprezados com a consolidação da agricultura convencional, para criar agroecossistemas produtivos e saudáveis.

REFERÊNCIAS

- AKRAM-LODHI, H. A. Accelerating towards food sovereignty. *Third World Quarterly*, v. 36, n. 3, 2015. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24523064>. Acesso em: 27 set. 2024.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Disponível em: https://arca.furg.br/images/stories/producao/agroecologia_short_port.pdf. Acesso em: 7 out. 2024.
- ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. *Revista NERA*, n. 16, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362>. Acesso em: 27 set. 2024.
- ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 6, 2011.
- COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

- FAO – Food and Agriculture Organization. Farming systems. *In: A policymaker's guide to the sustainable intensification of smallholder crop production*. [S.l.], 2011a. Disponível em: <https://www.fao.org/docrep/014/i2215e/i2215e.pdf>. Acesso em: 4 out. 2024.
- FAO – Food and Agriculture Organization. The challenge. *In: A policymaker's guide to the sustainable intensification of smallholder crop production*. [S.l.], 2011b. Disponível em: <https://www.fao.org/docrep/014/i2215e/i2215e.pdf>. Acesso em: 4 out. 2024.
- FAO – Food and Agriculture Organization. Climate-smart crop production. *In: Climate-smart agriculture sourcebook*. [S.l.], 2013. Disponível em: <<https://www.fao.org/climate-smart-agriculture-sourcebook/en/>>.
- FAO – Food and Agriculture Organization. *The 10 elements of agroecology: guiding the transition to sustainable food and agricultural systems*. [S.l.], 2018. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/3d7778b3-8fba-4a32-8d13-f21d-d5ef31cf/content>. Acesso em: 27 set. 2024.
- GLIESSMAN, S. The framework for conversion. *In: GLIESSMAN, S.; ROSEMEYER, M. The conversion to sustainable agriculture: principles, processes, and practices*. Boca Raton: Taylor & Francis, 2010.
- GLIESSMAN, S.; FRIEDMANN, H.; HOWARD, P. H. Agroecology and food sovereignty. *IDS Bulletin – Transforming Development Knowledge*, Brighton, 2019.
- IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. *Climate Change: synthesis report. contribution of working groups I, II and III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. [S.l.], 2007. Disponível em: <http://www.ipcc.ch/report/ar4/syr/>. Acesso em: 27 set. 2024.
- IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. *Synthesis report of the IPCC sixth assessment report (ar6): summary for policymakers*. [S.l.], 2022. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-cycle/>. Acesso em: 27 set. 2024.
- KHATOUNIAN, C. A. *A reconstrução ecológica da agricultura*. Botucatu: Agroecológica, 2001.
- LIPPER, L.; ZILBERMAN, D. A short history of the evolution of the climate smart agriculture approach and its links to climate change and sustainable agriculture debates. *In: LIPPER, L. et al. Climate smart agriculture: building resilience to climate change*. [S.l.]: FAO, 2018.
- SCHERR, S.; STHAPIT, S. Mitigating climate change through food and land use. *In: Relatório Worldwatch: ecoagriculture partners e Worldwatch Institute*. Disponível em: <http://www.semanticscholar.org/paper/Mitigating-Climate-Change-Through-Food-and-Land-Use-Scherr-Sthapit/67cc14d53958daa85c8421c43bd36c392143d724>. Acesso em: 27 set. 2024.
- TAYLOR, M. Climate-smart agriculture: what is it good for? *The Journal of Peasant Studies*, v. 45, n. 1, p. 89-107, 2018.

VIA CAMPESINA. La Cumbre de Naciones Unidas sobre Sistemas Alimentarios: ¿nos encaminamos hacia un sistema alimentario corporativo-medioambiental? *Boletín Nyéléni*, n. 45, set. 2021. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/prensa-y-publicaciones/>. Acesso em: 27 set. 2024.

WORLD BANK. *Agriculture and food: overview*. [S.l.], 2022. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/topic/agriculture/overview>. Acesso em: 27 set. 2024.

DOSSIÊ

“Tensões em torno do
esporte e do lazer”

CAPÍTULO 8

O acessório do amor: Antígona entre antagonismos e agonismos na Copa do Mundo do Catar¹

Marina Thereza Santos de Souza Özdemir

Marco Antonio Bettine de Almeida

CHERCHEZ LA FEMME: MULHERES NA GEOPOLÍTICA ESPORTIVA

“Envergonhada, ridicularizada, zombada: nunca antes uma equipe alemã de futebol retornou de uma Copa do Mundo tão desajeitada” (Nyary, 2022). Por trás do resultado? Uma mulher. A análise da cobertura jornalística de duas mídias alemãs sobre um gesto realizado na Copa do Mundo do Catar é também a análise de como um megaevento esportivo reproduz, enquanto instrumento geopolítico, as relações sociais.

A expressão *cherchez la femme*, “procure a mulher”, que atribui ao feminino a responsabilidade por atos socialmente praticados, integra a literatura investigativa desde o século XIV, e representa uma tradição que remonta aos primórdios do patriarcado, suportada por Eva e combatida por Sherazade.

A análise da conduta de mulheres com acesso ao poder, pós-conquistas de direitos humanos femininos, como o direito ao trabalho, estudo, voto e propriedade privada, reflete a existência de um *double bind*, um duplo vínculo de interpretação de suas ações. Pierre Bourdieu assim entende o fenômeno, construído em resposta às ações femininas:

1 Este capítulo faz parte do projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) denominado “O fim de uma era nos megaeventos esportivos: análise dos eventos em nações em desenvolvimento, África do Sul, Brasil, Índia e Catar” (processo n. 2021/10443-3).

[...] se atuam como homens, elas se expõem a perder os atributos obrigatórios da “feminilidade” e põem em questão o direito natural dos homens a posições de poder; se elas agem como mulheres, parecem incapazes e inadaptadas à situação (Bourdieu, 2010, p. 84).

O futebol e os eventos esportivos, enquanto fatos sociais, reproduzem a existência desse duplo vínculo. Para ser visto como interessante, o jogo requer garra, tração e força, qualidades que, quando empregadas por mulheres, são entendidas como a “masculinização das jogadoras”.

Ao mesmo tempo, a ocupação de assuntos ligados ao cuidado, tipicamente estereotipados como femininos, é censurada. A crítica se dá tanto em relação à maternidade, entendida como “diminuição do rendimento profissional”, fato ilustrado pela jogadora australiana Katrina Gorry, elogiada por “não ter perdido a garra após a gravidez” (Wright, 2023), quanto em relação à paternidade, como exercida pelo jogador brasileiro Paquetá, criticado por acarinhar um filho aos prantos em um treino da seleção brasileira (Sahd, 2022).

Da mesma forma, o duplo vínculo interpretativo se apresenta no palco político da Copa do Mundo do Catar. O julgamento midiático das ações da ministra do Interior da Alemanha, Nancy Faeser, ao utilizar um acessório de roupa estampado com um coração, expõe o conflito interpretativo de ações oriundas do feminino.

Deve-se ressaltar que a discussão aqui proposta não tem a pretensão de julgar o gesto narrado como feminista. Tampouco visa apresentar a ministra como paradigma moral. A análise aqui pretendida visa apenas expor o julgamento moral enfrentado por uma mulher normativa, de classe alta, ministra de Estado do terceiro principal país do mundo em *soft power*. Os conflitos aqui expostos demonstram avanços e retrocessos em prol de um direito “moderno”, também em luta contra o poder hegemônico patriarcal.

Para tanto, discutiremos, com ideias do filósofo alemão Jürgen Habermas, novos caminhos para a organização coletiva, reconheceremos, com a filósofa Chantal Mouffe, a necessidade da existência do conflito para a conversão de antagonismos em agonismos, e analisaremos, com o mito de Antígona, diferentes interpretações morais do mesmo fato, o que implica na existência de diferentes percepções de justiça.

DOS FATOS

As mídias aqui analisadas, embora do mesmo espectro político, entendidas como progressistas de “esquerda” (Der Spiegel [...], 2017) e com as maiores tiragens da Europa em seus segmentos, são voltadas para públicos diferentes. Enquanto a revista *Spiegel* é voltada para investigações jornalísticas, o *Bild* é um tabloide, voltado ao alemão médio.

No jogo Alemanha *versus* Japão, apesar da vitória japonesa de virada por 2x1, o evento se destaca por fotos tiradas de alemães no estádio. Antes do início da partida, a seleção alemã posa para a foto oficial da Fifa com o icônico protesto em pose de silenciamento, contra a proibição da braçadeira “One Love” (Figura 8.1).



Figura 8.1 – Protesto da seleção alemão de futebol.

Fonte: <https://www.bild.de/sport/fussball/fifa-wm-2022/wm-2022-beruehmter-katar-blogger-verhoehnt-dfb-elf-82044806.bild.html> (Witters).

Nas arquibancadas, outra foto, de Nancy Faeser, ministra do Interior da Alemanha, utilizando a proibida braçadeira ao lado do presidente da Fifa, Gianni Infantino, é registrada (Figura 8.2).



Figura 8.2 – Gianni Infantino com Nancy Faese.

Fonte: <https://www.bild.de/sport/fussball/fifa-wm-2022/wm-2022-gianni-infantino-mit-nancy-faeser-wie-es-zu-diesem-irren-foto-kam-82048308.bild.html> (Bild: twitter/loculobo).

Dias depois, a *Spiegel* relata que a abraçadeira, agora peça de museu, é fruto de uma ação imatura e inconsequente:

Ela contrabandeou a braçadeira para dentro do estádio, por baixo do blazer, como uma adolescente planejando uma pegadinha. Foi bem recebida em casa. O líder do partido SPD, Lars Klingbeil, curtiu a campanha no Instagram “Nancy estável”, escrita por um usuário online (Gebauer; Medik, 2022).

Para a revista, Infantino “zombava dela” (Gebauer; Medik, 2022) enquanto apontava sorridente para a braçadeira. O *Bild*, por outro lado, interpreta o gesto de Infantino como “vejam, proibimos essa faixa de vocês”, e assim julga a ação:

A Ministra do Interior Nancy Faeser (52, SPD) fez no Catar o que a seleção alemã de futebol (DFB-Elf) não ousou fazer sob pressão da FIFA: ela usou uma braçadeira “One Love” no estádio. De forma bem visível, em seu braço nu (!), a mensagem era: “Eu não vou permitir que me proíbam! Nem mesmo quando estou sentada entre xeques e ao lado do presidente da FIFA, Gianni Infantino (52)” (Kottmann; Fabian, 2022).

Por trás da foto, a história. Faeser faz parte do governo de centro-esquerda do “novo” primeiro-ministro alemão Olaf Scholz, que visa reformular algumas práticas da era Merkel, vista como conservadora. Dentre as ações de seu governo, destaca-se o rompimento do contrato de fornecimento de gás liquefeito (GNL) com a Rússia, item fundamental para a matriz energética alemã, justificado como sanção à guerra na Ucrânia (Hill, 2022).

O lema político de Scholz é “Respeito para você”. Em 23 de junho de 2021, em campanha do partido, ele afirma, segurando uma bandeira LGBT, que respeito inclui o respeito “o respeito a quem quer que se queira amar” (Twitter, 2021).

Após a escolha do Catar para o torneio, entendida pelo *Bild* como uma “catástrofe” visto “o desrespeito do país aos direitos humanos”, a campanha liderada pela sociedade civil “Liebe kennt keine Pause” (O amor não conhece pausa) ganha destaque político.

A iniciativa também é apoiada pelo governo, que assim se pronuncia sobre a iniciativa, na figura do próprio primeiro-ministro Scholz, no Facebook, em 17 de janeiro de 2022, alguns meses antes do evento:

Eu apoio “O Amor não conhece pausa” porque estou convencido de que nós devemos nos tratar uns aos outros com respeito. Não importa quem você ame. Quer você tenha nascido como homem ou mulher, e como você queira viver sua vida. Não apenas aqui na Alemanha, mas em todo o mundo e, também, no Catar, onde a próxima copa do mundo vai acontecer em 2022. Vamos ter certeza de que esta mensagem seja ouvida e espalhada. E vamos deixar que as comunidades LGBT no Catar e de todo o mundo saibam que nós as apoiamos (Liebe [...], 2022).

Com uma trajetória política descrita como “dura contra o radicalismo de extrema-direita” e pela “liderança em iniciativas parlamentares contra neonazistas” (Editorial, 2022), Faeser manifesta suas reservas em relação à escolha do Catar para o evento. “Irritando os sheiks”, diz em televisão “que achava “totalmente difícil” conceder a Copa do Mundo ao Catar. Seria melhor [...] se os eventos desportivos não se realizassem nesses Estados no futuro” (Gebauer; Medik, 2022).

Meses antes do torneio, visita o país anfitrião, acompanhada pela comissária de Direitos Humanos do governo federal e representantes da iniciativa “O Amor não conhece pausa”.

Segundo seu porta-voz, a intenção era discutir, entre outros pontos, a questão da comunidade LGBT e declarar seu ponto de vista: “Atos homossexuais são proibidos no Catar e podem resultar em até sete anos de prisão – os muçulmanos enfrentam até mesmo a pena de morte (...) Isso é inaceitável, e queremos expor nosso ponto de vista durante esta viagem” (Schenk, 2022).

Após o início do evento, explodem relatos de confiscos de bandeiras e símbolos pró-LGBT (Heising, 2022). Indignadas, as seleções europeias ponderaram deixar a Copa. A própria Federação Alemã de Futebol (DFB) estuda ingressar com um processo na câmara arbitral esportiva internacional (Bossmann *et al.*, 2022), mas, no final, nenhuma delas teve a coragem de enfrentar a proibição da Fifa.

Faeser assim interpreta os atos:

Proibir a faixa One-Love é um grande erro da FIFA. Isso dilacera o coração de todos os fãs, ver como a FIFA coloca esse conflito nas costas dos jogadores. É uma vergonha que a entidade mundial ameace os jogadores e os impeça de lutar pela tolerância. Deve ser possível mostrar abertamente a diversidade. E é mais do que lamentável que as associações europeias não tenham se oposto a isso em conjunto. Isso teria sido um sinal importante. Neste momento, a postura de todos, especialmente das associações, é crucial (Kottman; Fabian, 2022).

Antes do uso da braçadeira, já com as proibições em curso, Faeser anuncia em uma entrevista à televisão nacional que iria pessoalmente ao Catar, visto que o “debate político” não deveria ficar a cargo dos atletas, mas dos políticos. Para ela, direitos humanos são valores inegociáveis. Sua ida ao jogo contra o Japão seria o “caminho difícil”, mas “importante” para uma discussão entre “os tomadores de decisão”, visto entender “ser possível a abertura para a diversidade levantar-se e continuar levantado de forma aberta e assim continuar” (Heising, 2022).

“Coincidentemente” orientada a ocupar o assento de honra perto do presidente da Fifa, já que um assento especial surgiu “depois que um representante do governo do Catar não compareceu” (Heising, 2022), a foto aqui analisada é registrada e causa um mal-estar internacional, criticada por jornais, políticos e diplomatas de ambos os países.

Dias depois, ainda durante a Copa, o governo de Scholz escolhe o Catar como fornecedor alternativo de gás natural, fechando um bilionário contrato de quinze anos de fornecimento de gás natural liquefeito (GNL). Para o *Bild*, a contratação é entendida como hipócrita e potencial financiadora de atos terroristas (Piatov; Tiede, 2022), visto que as violações aos direitos humanos pelo Catar são de conhecimento público e foram, inclusive, combatidas pelo próprio governo alemão.

AS LENTES PARA O OCIDENTE

Para o filósofo alemão Jürgen Habermas, escolher e realizar a Copa do Mundo em um local que reconhecidamente viola direitos humanos fragiliza a crença da sociedade civil internacional na política e em suas instituições democráticas. Em suas palavras:

A própria esperança na força de configuração política da sociedade internacional, minguante, provoca uma tendência à despolitização dos cidadãos. Face aos conflitos e as injustiças sociais gritantes de uma sociedade mundial fragmentada em larga escala, cresce, a cada insucesso no caminho da constitucionalização do direito internacional das gentes (que foi iniciado após 1945), o desapontamento (Habermas, 2007, p. 122).

O governo alemão, ao simultaneamente realizar o protesto e firmar o contrato de GNL, expressa o que Habermas chama de “inação política”, a marca dos tempos atuais. Para o autor, isso acontece porque os pensamentos políticos utópicos, “responsáveis por traçar condições para uma vida digna do homem e para a felicidade socialmente organizada”, estão, agora, fundidos ao pensamento político histórico,

“saturado de experiência”, baseado na racionalidade burocrática e científica (Habermas, 1987, p. 104).

Afastado da moral religiosa, que “deixa de orientar a vida em sociedade” (Habermas, 1987, p. 103), o debate público ocidental perde a moral comum e passa a ser pautado por quatro correntes de pensamento racional: a filosofia analítica, a fenomenologia, o estruturalismo e o marxismo ocidental. Entendidas como “figuras do espírito”, as correntes de pensamentos filosóficos são por natureza voláteis, pois “quando tal corrente é nomeada e reconhecida em sua inconfundibilidade, já foi colocada à distância e condenada ao desaparecimento” (Habermas, 1990, p.12).

Neste terreno escorregadio de racionalidade, tanto a classe política quanto a acadêmica e científica estão em “inação” diante da “inteligibilidade”, a falta de clareza de ações e de consenso sobre soluções para um futuro comum (Habermas, 1987, p. 105).

Por outro lado, a secularização do debate público permitiu a aquisição de direitos humanos e o reconhecimento da diversidade, como os direitos LGBT. Apenas em 1990 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que: “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio mental e nem perversão” (Heising, 2022). Reconhecida há apenas poucas décadas pelo capitalismo, a homossexualidade tampouco foi mais bem tratada pelo regime socialista, que a taxou no passado como ‘desvio burguês’ e ‘crime social’.

Em luta para a consolidação de direitos de fraternidade, para os direitos coletivos ou difusos, que pertencem a todos, não são necessárias “novas leis”, mas, sim, processos que façam com que “os textos de leis existentes sejam cumpridos” (VASAK, 1977).

Habermas sugere que seja adotado um novo processo de racionalidade democrática, voltado à linguagem aplicada, que deve ser racional, argumentativa e comprovável ao longo do tempo, diferindo da racionalidade atual, pois:

[...] coloca em jogo um espectro de argumentos mais amplo: argumentos epistêmicos para discutir a verdade de afirmações; pontos de vista éticos para avaliar a autenticidade de uma decisão vital; indicadores para detectar a sinceridade de confissões, de experiências estéticas, de explicações narrativas, de padrões culturais valorativos, de pretensões de direito, de convenções, etc. (Habermas, 2007, p. 47).

A moralidade, para o processo racional de Habermas, está baseada nos estudos de Lawrence Kohlberg, que, analisando diferentes perspectivas filosóficas, escolhe a justiça como valor paradigmático de ação moral, por ser ela, em sua visão, a fonte primária dos valores morais:

O sentido de justiça de uma pessoa é o que é mais distintivo e fundamentalmente moral. Pode-se agir moralmente e questionar todas as normas, pode-se agir moralmente e questionar o bem maior, mas não se pode agir moralmente e questionar a necessidade de justiça (Kohlberg, 1992, p. 197).

O CHAMADO PARA A LUTA

A filósofa Chantal Mouffe discorda de Habermas e de seu processo baseado no privilégio racional. Para a autora, o problema central da democracia recai sobre as emoções. A lealdade política é obtida não racionalmente, mas via “paixões e afetos”. A reconstrução política dependeria de práticas que possibilitem a formação de cidadãos democráticos, no modelo agonístico, termo oriundo da prática dos jogos corporais institucionalizados como o esporte moderno, ligado à valorização positiva da disputa. “O antagonismo é uma luta entre inimigos, já o agonismo é uma luta entre adversários” (Mouffe, 2005, p. 21).

Mouffe propõe que seja aceito e reconhecido que a distorção faz parte da comunicação política, uma vez que ela é feita de processos e de pessoas. A parcialidade dos agentes políticos é sempre – e naturalmente – contestável, visto representarem a dimensão plural da sociedade, seus conflitos e relações de dominação-opressão.

Reconhecer a natureza antagonista do político como parte do processo político é atender ao propósito da política democrática de “transformar o antagonismo em agonismo” (Mouffe, 2005, p. 21), o aceite da versão do adversário como possibilidade, desde que resguardados os princípios fundamentais do debate.

Para a autora, a crise política de representação atual é resultado do modelo político neoliberal, pós-democrático, em que tanto direita quanto esquerda se alinham em um fictício centro, o que, na prática, faz com que ambos os espectros de governo tenham agendas semelhantes, principalmente no que tange à agenda econômica. A busca pelo ideal do consenso racional é um dos responsáveis pela desilusão da população, pois não elimina o conflito e piora a qualidade da discussão política. Em suas palavras:

No lugar do conflito entre “direita e esquerda”, vemo-nos diante do conflito entre “certo e errado”. Meu argumento é que, quando não existem canais disponíveis por meio dos quais os conflitos poderiam assumir uma forma “agonística”, eles tendem a surgir de maneira antagonística. Ora, quando, em vez de ser formulado como um confronto político entre adversários, o confronto nós-eles é visto como um confronto moral entre o bem e o moral, o oponente só pode ser percebido como um

inimigo a ser destruído, e isso não favorece um tratamento agonístico (Mouffe, 2015, p. 5).

Pesquisas neurocientíficas sustentam que a racionalidade, base para a vida em sociedade civil, corresponde apenas a uma pequena parte do processo cognitivo. As emoções, oriundas da “sombra evolucionária” – ou seja, a soma de reações arcaicas, instintivas, intuitivas e ancestrais –, permanecem com grande influência na mente moderna.

O “domínio do pensamento emocional” é fruto da somatória das “sensações corporais que chegam à [...] consciência” como sensações emocionais. O pensamento emocional é a plataforma para a “memória, tomada de decisão e criatividade”, tanto em contextos sociais, políticos e culturais quanto subjetivos. A “alta razão, ou o pensamento racional”, corresponde a apenas uma “pequena seção do diagrama mental” e requer, para o seu alcance, “o despertar da consciência emocional” (Immordino-Yang; Damásio, 2007, p. 8).

Para o psicólogo Jonathan Haidt, a proposta de Kohlberg, embora “não desconsidere” que “os julgamentos morais não são puramente cognitivos” e “possuem componentes afetivos e motivacionais”, pode ser entendida como “racionalista”, ao ignorar toda a sua motivação “intuicionista” (Haidt, 2020, p. 94).

Herdada de nossos ancestrais pré-históricos, valorizamos, acima de uma “linguagem moral comum”, as “inferências inconscientes ou não-verbais” (Haidt, 2020, p. 58), responsáveis pela formação de diferentes alicerces morais instintivos e inatos, anteriores ao exame racional e compartilhados com os animais que se estruturam em grupos.

Criados em respostas aos desafios evolutivos, os valores morais “são instintivos”, oriundos de emoções que permanecem na psique humana, como o instinto de escape associado ao medo. Assim, ele define, além da justiça, outros quatro eixos para a análise moral: a Pureza, a Lealdade, a Autoridade e o Cuidado.

Os pilares de justiça e cuidado serão analisados em pormenor na sequência, não obstante, o caso da ministra de Estado da Alemanha estampa a influência da moralidade subjacente, tal como apontado por Haidt.

Para os cataris, o uso da bráçadeira foi interpretado como afronta ao seu valor moral da pureza, entendido como “dupla provocação”, pois, além do símbolo pró-LGBT, Faeser estava com seus braços “descobertos” (Heising, 2022). Oriundo do desafio de sobreviver a parasitas e patógenos, o pilar moral da pureza é influente em grupos que desenvolvem hábitos e costumes associados à segurança e coesão, inclusive com a imposição de vestimentas e costumes.

A desclassificação da Alemanha foi entendida pela Fifa como motivada pelo abandono do pilar da lealdade ao esporte. Tanto que, para a entidade, apenas “as equipes que se concentraram no futebol seguiram adiante”. Da mesma forma, após a eliminação, surgiram relatos de que “apenas poucos jogadores queriam fazer o protesto”, por quererem “se concentrar apenas no torneio” (Gebauer; Medik, 2022).

O pilar de autoridade, construído pela tradição, se funda em sinais e comportamentos de respeito às normas já estabelecidas. O ministro de Energia do Catar, Saad Sherida al-Kaabi, responsável pelo contrato de GNL, se mostrou em entrevista mais indignado com o gesto de Nancy Faeser do que com as afirmações do ministro das Finanças alemão Rudolf Hauberk de que a realização da Copa do Mundo no Catar só poderia ser “explicada pela corrupção” (Ronzheimer, 2022).

Para ele, o gesto da ministra representa uma “falta de tato diplomático”, aliada a um imperialismo moral, que “não foi bem recebido pelas pessoas”. Como representante do governo e visitante de outro país, ele respeitaria o anfitrião e não o ofenderia “por um gesto específico” (Ronzheimer, 2022).

Em correspondência oficial, o embaixador da Alemanha no Catar, Claudius Fishbar, entendeu que as ações de seu país, dentro e fora do campo, representaram um “desrespeito por uma cultura estrangeira”. Para o diplomata, a agenda de discussão política com o Catar já está definida: “fornecimento de energia, mediação de conflitos bem-sucedida em um ambiente hostil e investimento confiável na Alemanha” (Gebauer; Medik, 2022).

É possível especular que a própria atuação de mulheres em ambientes historicamente dominados por homens seja interpretada como afronta ao pilar da autoridade. Fishbar termina sua missiva aconselhando o novo governo a adotar abordagem semelhante à de “Sigmar Gabriel” (Gebauer; Medik, 2022), um antecessor masculino de um governo com posicionamento político diferente de Faeser. Ao invés de criticar a abordagem do governo de esquerda, a discussão foi concluída com o comparativo entre paradigmas de gêneros diferentes.

Entrevistada ao vivo após o retorno da seleção alemã, Faeser é questionada se reconhece sua culpa pela desclassificação da DFB. Ela nega a responsabilidade, separando a natureza dos temas. Para ela, o resultado da DFB “trata-se de desempenho esportivo”, e é necessário “separar o debate sobre o cumprimento dos direitos humanos no Catar do evento esportivo”. Embora tenha ouvido em resposta que praticava uma “política simbólica vazia” e “um debate totalmente moralizador!”, ela buscava o uso do pilar da Justiça, desenvolvido instintivamente como resposta ao desafio de obter benefícios de uma cooperação sem ser explorado. Para ela, seu gesto é tão justo quanto o dos jogadores. “Os jogadores fizeram seu protesto e eu fiz o meu” (Nyary,

2022). A falha no altruísmo recíproco levou à punição contra os trapaceiros do acordo inicial (Figura 8.3).



Figura 8.3 – Ministra do Interior, Nancy Faeser, com a braçadeira “One Love”.

Fonte: <https://www.bild.de/politik/2022/politik/klartext-statement-von-innenministerin-nancy-faeser-traegt-one-love-binde-in-kat-82037388.bild.html> (Kai Pfaffenbach/Reuters).

O JULGAMENTO DE ANTÍGONA

Ao compararmos as diferentes possibilidades de compreensão da moral, podemos detectar os conflitos aqui expostos. A comparação entre as interpretações das ações sob a ótica racional de Kohlberg ou emocional-instintiva de Haidt é ilustrada pelo julgamento do mito de Antígona, quando confrontada com a análise sob a ótica do cuidado.

Para o mitólogo Mircea Eliade (1954, p. viii), “Os mitos preservam e transmitem os paradigmas, os modelos exemplares, para todas as atividades responsáveis nas quais os homens se engajam”, podendo ser utilizados para o alcance de conceitos atemporais e universais.

O mito de Antígona fala sobre o questionamento, por uma mulher, das normas estabelecidas. Filha do trágico casamento entre Édipo e Jocasta, Antígona, diante do dilema de descumprir a lei e ser condenada à morte ou garantir um enterro digno a seu irmão, escolhe desobedecer às normas. Presa, diante das revoltas políticas à sua volta, se suicida no cárcere.

Para Kohlberg (1992), as ações de Antígona não refletem uma moralidade racional superior, a justiça na observância de valores universais. Para o autor, ela é motivada por interesses estratégicos, pautados na aprovação à observância de normas de

uma autoridade superior, no caso, divina. Suas ações estão baseadas na “moralidade da lealdade nas relações de parentesco”. Sua natureza não vem da consciência, mas do “respeito pela autoridade e à sanção divina, respeito pelos mortos, expresso na manutenção de regras concretas e arbitrárias”, o que implica em “uma moralidade voltada para a ordem divina em lugar da ordem cívica” (Freitag, 1992, p. 37, *apud* Kohlberg, 1992, p. 386).

É possível, então, afirmar que o conflito entre o feminino e o valor moral da autoridade requeira a adoção da perspectiva de gênero em seu julgamento. Nesse contexto, Carol Gilligan, psicóloga, feminista e assistente de pesquisa de Kohlberg, afirma que a teoria dos estágios de desenvolvimento moral de Kohlberg, voltada à psique masculina, deu expressão inadequada às preocupações e experiências das mulheres.

Ao se estudar mulheres e extrair construtos de desenvolvimento de suas vidas, o esboço de uma concepção moral diferente daquela descrita por Freud, Piaget ou Kohlberg começa a surgir e informa uma descrição diferente do desenvolvimento (Gilligan, 1982, p.19).

Carol Gilligan, destarte, sustenta a “existência de uma linguagem moral distinta” para as mulheres. Uma linguagem entre “o egoísmo e a responsabilidade, que define o problema moral como uma obrigação de exercer cuidado e evitar prejudicar” (Gilligan, 1982, p. 73).

O pilar moral do cuidado, exigido e ensinado estruturalmente ao sujeito nascido sob o sexo feminino, é responsável pelo desenvolvimento de uma ética voltada à preocupação com os outros. Iniciado com o instinto de sobrevivência animal, a preocupação com o próprio eu se expande para os demais, na fase do cuidado com os outros. O autossacrifício, ideal de virtude feminina, orientado pelo conceito maternal de moralidade, só é eliminado na fase de moralidade madura, em que a mulher assume responsabilidade pelas consequências de suas escolhas, em que “a moralidade é regida por um princípio universal de não violência e condenação à exploração e ao dano”.

O desenvolvimento do feminino se dá em direção a um equilíbrio entre a satisfação de necessidades antagônicas e o enfrentamento à violência imposta pela sociedade moldada para atender ao masculino. “No desenvolvimento de uma compreensão ética pós-convencional, as mulheres passam a perceber a violência inerente à desigualdade”, lutando, portanto, pela não violência, enquanto “os homens passam a enxergar as limitações de uma concepção de justiça que não reconhece as diferenças na vida humana” (Gilligan, 1982, p. 100).

Nesta análise, sobre a Antígona, embora suas ações sejam iniciadas pelo autossacrifício, a não violência, com a motivação do cuidado, é sua causa de ação final. Seu

ato, contrário ao tempo natural dos deuses e sua autoridade religiosa, demonstra a existência de uma moralidade que transcende a tradição e as regras.

O debate entre Kohlberg e Gilligan ressalta a importância de considerar diferentes perspectivas e valores morais na compreensão das ações humanas. A moralidade não pode ser reduzida a um único modelo ou medida de crescimento, mas deve considerar a complexidade das experiências individuais e das identidades de gênero.

Naturalmente, o pilar do cuidado não se limita às mulheres. Ele apenas reproduz o que é estruturalmente ensinado, visto a identidade de gênero ser entendida como uma construção social complexa, sem a atribuição de qualidades fixas, inatas e próprias a homens e mulheres. As questões de gênero estão intrinsecamente ligadas ao poder e à política. Nas palavras de Conceição Nogueira (2017, p. 33):

As diferenças não existem num vácuo político. Pelo contrário, a força da diferença, os tipos de diferença, os valores atribuídos a diferentes formas e a dominância de determinadas formas, tudo é modelado pelo contexto (DeFrancisco & Palczewsky, 2007). No entanto, apesar das complexidades e da fluidez da identidade, muitas instituições continuam estruturadas à volta de categorias identitárias como se elas fossem fixas, facilmente identificáveis e facilmente distinguíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cientista política marxista Nancy Fraser, semi-homônima da ministra objeto desta análise, inspirada na política externa alemã, cunha o termo “neoliberalismo progressista” para denominar a estratégia política que torna as discussões no debate público voltadas mais para as causas identitárias do que para aquelas de cunho econômico. O caso aqui analisado, em que o protesto é acompanhado do obscuro contrato de GNL, ilustra tal conduta. Para a autora, a luta feminista deve entender que você não pode separar gênero de raça, classe, sexualidade, ecologia, democracia e políticas econômicas.

Em um contexto em que “quase 9 em cada 10 homens e mulheres em todo o mundo” ainda mantêm algum preconceito com as mulheres (PNUD, 2023), a identificação dos conflitos entre as moralidades existentes pode ser um caminho para uma nova configuração social democrática.

Tal discussão não é nova e já se encontrava em tela no século XVIII, na concepção da democracia moderna. A piedade é o que faz Jean-Jacques Rousseau ser considerado um autor romântico. Para ele, a piedade é a origem das virtudes cívicas e deve ser o ponto de apoio da razão, sem a qual “os homens nunca teriam passado de monstros”

(Rousseau, 2017, p. 63-61). A democracia liberal, na perspectiva de Rousseau, nasce voltada ao cuidado, e não à racionalidade burocrática.

Da mesma forma, a análise aqui perpetrada demonstra que, ao mesmo tempo que se espera de políticos e líderes masculinos, inclusive jogadores de seleções nacionais, uma atuação cheia de “paixão pela equipe”, “fogo pelo sucesso”, “ambição” e competência, para “a realização do esperado” (Gebauer; Medik, 2022), tal desempenho é rejeitado se realizado por mulheres ou se atrelado ao feminino, ainda mais se acompanhado de continuidades estratégicas.

Maior do que o caso Faeser, é a exposição da “tragicomédia” reproduzida pela análise aqui proposta. Romper com a tradição e propor mudanças, em um sistema voltado ao seu próprio benefício, que pune a iniciativa, produz “pessoas sem peito” (Gebauer; Medik, 2022). Ainda que se espere socialmente a virtude e a iniciativa, “mais movimento”, “dinamismo”, “abnegação” e “criatividade”, a reação diante de ações não tradicionais fomenta o conformismo e a covardia, já que “zombamos da honra e ficamos chocados ao encontrar traidores em nosso meio. Castramos e exigimos dos castrados que sejam frutíferos” (Gebauer; Medik, 2022, p. 30).

O caminho para superar o “terror da história”, que impede o acesso à criatividade para imposição de um novo tempo, é, segundo Eliade, a transcendência dos “arquetipos de repetição”, que acontece apenas quando uma nova “filosofia de liberdade” é proposta, tendo como item fundamental a fé. Em suas palavras:

A fé [...] significa emancipação absoluta de qualquer tipo de “lei” natural e, portanto, a mais alta liberdade que o homem pode imaginar: liberdade para intervir até mesmo na constituição ontológica do universo. É, conseqüentemente, uma liberdade eminentemente criativa. [...] Constitui uma nova fórmula para a colaboração do homem com a criação, a primeira, mas também a única fórmula desse tipo concedida a ele desde que o horizonte tradicional de arquetipos e repetição foi transcendido (Eliade, 1971, p. 159).

Descolada de religiões, a fé, enquanto prática de liberdade, implica no credo pessoal da possibilidade de reconfiguração da sociedade e, no caso aqui exposto, de reconhecimento de direitos humanos. Responsável pelas revoluções sociais, aliada ao pilar do cuidado, ela se contrapõe à moralidade tradicional, constituidora de autoridade.

O reconhecimento da existência de uma dupla moral, a racional e a instintivo-emocional, nos proporciona ferramentas para interpretar a existência de um duplo vínculo entre a justiça e o cuidado. Acima das leis e do Direito estabelecido, reside o desejo pela transcendência das normas injustas e o alcance de uma sociedade igualitária.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOSSMANN, B. et al. Wegen Verbot der „One Love“-Binde DFB zieht gegen Fifa vor Gericht. *Bild*, Berlim, 22 nov., 2022. Disponível em: <https://www.bild.com/sport/fussball/fifa-wm-2022/wegen-verbot-der-one-love-binde-dfb-zieht-gegen-fifa-vor-gericht-82024278.bild.html>. Acesso em: 3 set. 2023.
- “DER Spiegel” faz 70 anos em meio a desafios. *DW*, São Paulo, 4 jan. 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/der-spiegel-faz-70-anos-em-meio-a-desafios/a-3699010>. Acesso em: 3 set. 2023.
- EDITORIAL. Metade de mulheres, um descendente de turcos, um epistemologista: conheça o novo gabinete da Alemanha. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 dez. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/metade-de-mulheres-um-descendente-de-turcos-um-epidemiologista-conheca-novo-gabinete-da-alemanha-25310660>. Acesso em: 3 set. 2023.
- ELIADE, M. *Cosmos and history: the myth of the eternal return*. Trad. Willard R. Trask. New York: Harper & Brothers Publishers, 1971.
- FREITAG, B. *Itinerários de Antígona: a questão da moralidade*. Campinas: Papirus, 1992.
- GEBAUER, M. et al. Neue Machtverhältnisse im Fußball. Deutschlands Selbstverzwergung. *Spiegel*, Hamburgo, 9 dez, 2022. Disponível em: <https://www.spiegel.de/sport/fussball/wm-2022-wie-deutschland-in-katar-unter-die-raeder-geriet-a-d8f962cb-dd8a-4cf-7-b7ab-833f87eedeb8>. Acesso em: 3 set. 2023.
- GEBAUER, M.; MEDIK, V. Vertrauliche Diplomatenkorrespondenz aus Katar: Die Stimmung wird mir als miserabel beschrieben. *Spiegel*, Hamburgo, 2 dez. 2022. Disponível em: <https://www.spiegel.de/politik/deutschland/katar-und-die-wm-vertrauliches-schreiben-des-deutschen-botschafters-warnt-vor-miserabler-stimmung-a-3fa0dfcb-c44d-4582-9581-5acc2e404c66>. Acesso em: 3 set. 2023.
- GILLIGAN, C. *Uma Voz Diferente* RJ: Rosa dos Tempos, 1982.
- HABERMAS, J. A nova intransparência. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 18, p. 103-114, set. 1987.
- HABERMAS, J. *Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos*. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.
- HABERMAS, J. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- HAIDT, J. *The righteous mind: why good people are divided by politics and religion*. Nova York: Vintage Books, 2012.
- HEISING, N. Infantino mit Faeser: Wie es zu diesem irren Foto kam. *Bild*, Berlim, 25 nov. 2022. Disponível em: <https://www.bild.com/sport/fussball/fifa-wm-2022/wm->

- 2022-gianni-infantino-mit-nancy-faeser-wie-es-zu-diesem-irren-foto-kam-82048308.bild.html. Acesso em: 3 set. 2023.
- HILL, J. Guerra na Ucrânia: como a Alemanha deixou de depender de gás russo em poucos meses. *BBC News*, Wilhelmshaven, 28 nov. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63769249l>. Acesso em: 3 set. 2023.
- IMMORDINO-YANG, M. H.; DAMÁSIO, A. *We feel, therefore we learn: the relevance of affective and social neuroscience to education*. Nova Jersey: International Mind, Brain, and Education Society/Blackwell Publishing, 2007.
- KOHLBERG, L. *Psicología del desarrollo moral*. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 1992.
- KOTTMANN, N.; FABIAN, P. Klartext-Statement von Innenministerin Nancy Faeser trägt „One Love“-Binde im Stadion. *Bild*, Berlim, 23 nov. 2022. Disponível em: <https://www.bild.com/politik/2022/politik/klartext-statement-von-innenministerin-nancy-faeser-traegt-one-love-binde-in-kat-82037388.bild.html> Acesso em: 3 set. 2023.
- LIEBE kennt keine Pause. Vídeo: *Olaf Scholz*. Texto Wir haben die große Ehre, dass unser Bundeskanzler Olaf Scholz (SPD) uns persönlich [...]. Berlin, 17 jan. 2022. Facebook: [facebook.com/watch/?v=630998091286256](https://www.facebook.com/watch/?v=630998091286256). Acesso em: 2 dez. 2021.
- MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 25, p. 11-23, nov. 2005.
- NOGUEIRA, C. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires, 2017.
- NYARY, J. Was Infantino über die “One Love“-Binde sagte. *Bild*, Berlim, 8 dez. 2022. Disponível em: <https://www.bild.de/politik/talk-kritik/talk-kritik/faeser-bei-maischberger-was-fifa-chef-infantino-ihr-zur-armbinde-sagte-82186446.bild.html> Acesso em: 3 set. 2023.
- PYATOV, F.; TIEDE, P. 10 Gründe Die Katar-Debatte ist nur noch verlogen! *Bild*, Berlim, 25 nov. 2022. Disponível em: <https://www.bild.com/politik/kolumnen/kolumne/10-gruende-die-katar-debatte-ist-nur-noch-verlogen-82035268.bild.html>. Acesso em: 3 set. 2023.
- PNUD. *Novos dados mundiais do PNUD mostram que preconceitos de gênero continuam enraizados*. [S.l.], 12 jun. 2023. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/news/novos-dados-mundiais-do-pnud-mostram-que-preconceitos-de-genero-continuam-enraizados>. Acesso em: 3 set. 2023.
- RONZHEIMER, P. *Er ist unser neuer Gas-Lieferant Das sagt der Katar-Minister über den Habeck-Knicks Exklusives BILD-Interview*. Berlim, 30 nov. 2022. Disponível em: <https://www.bild.com/politik/ausland/politik-ausland/er-ist-unser-neuer-gas-lieferant-katar-minister-wuetet-gegen-habeck-schwule-und-82101916.bild.html>. Acesso em: 3 set. 2023.
- ROUSSEAU, J.-J. *A origem da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.

- SAHD, L. Afinal, a quem o filho do jogador Paquetá atrapalhou nessa Copa do Mundo? *UOL*, São Paulo, 20 nov. 2022. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/colunas/luiza-sahd/2022/11/22/afinal-a-quem-o-filho-do-jogador-paqueta-atrapalhou-nessa-copa-do-mundo.htm>. Acesso em: 3 set. 2023.
- SCHENK, M. Kurz vor Start der Katar-WM: Faeser reist mit LGBT-Aktivisten nach Katar. *Bild*, Berlim, 21 out. 2022. Disponível em: <https://www.bild.com/lgbt/2022/lgbt/kurz-vor-start-der-katar-wm-faeser-reist-mit-lgbt-aktivisten-nach-katar-81696712.bild.html>. Acesso em: 3 set. 2023.
- Twitter: @OlafScholz. 23 jun. 2021. Disponível em: <https://twitter.com/olafscholz/status/1407670386909659138?lang=pl>. Acesso em: 3 set. 2023.
- VASAK, K. A 30-year struggle; the sustained efforts to give force of law to the Universal Declaration of Human Rights. *The UNESCO Courier: a Window Open on the World*, v. XXX, n. 11, p. 29-32, 1977. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000074816>. Acesso em: 11 ago. 2022.
- WRIGHT, N. 'Motherhood' Matilda responds to outrage over TV commentary. *The Sydney Morning Herald, Sydney*, 24 july. 2023. Disponível em: <https://www.smh.com.au/sport/soccer/motherhood-matilda-responds-to-outrage-over-tv-commentary-20230724-p5d-qw8.html>. Acesso em: 3 set. 2023.

CAPÍTULO 9

Manifestações práticas do esporte adaptado e paralímpico no processo de desenvolvimento da pessoa com deficiência¹

Danilo Lutiano Valerio

Entender as manifestações práticas esportivas adaptadas e paralímpicas como possíveis ferramentas de desenvolvimento para a pessoa com deficiência em todas as suas dimensões demanda uma série de posicionamentos críticos acerca da forma como essas atividades podem ser condicionadas. Para tanto, é preciso colocar em debate os ambientes de prática esportiva em que são instituídas essas ações. Neste sentido, trazer luz ao ambiente de prática esportiva de rendimento, de lazer e educacional autoriza a concepção de um diagnóstico material sobre os elementos constitutivos que permitem definir de modo concreto essa determinação. Em vista disso, de maneira específica o exercício esportivo adaptado, ao tangenciar todas essas possibilidades de envolvimento prático, pode se configurar como um instrumento de desenvolvimento pleno da pessoa com deficiência (físico-cognitivo-social).

Para pensar o esporte adaptado e paralímpico como uma ferramenta de desenvolvimento para a pessoa com deficiência é preciso compreender as múltiplas formas de manifestação do fenômeno esportivo na contemporaneidade. Do ponto de vista histórico e sociológico são vários os autores que se debruçaram acerca desse programa

1 Pesquisa de pós-doutorado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no Programa de Desenvolvimento da Pós-graduação (PDPG) Pós-Doutorado Estratégico.

de pesquisa e dissertam a respeito da maneira como o esporte² foi concebido e passou a se desenvolver conforme motivações sociais ocorridas no transcurso histórico da sociedade que limita o seu engendramento.³

Esses conceitos permitem identificar a estruturação básica do esporte moderno perante a constatação de atributos elementares que foram descritos pelo historiador Allen Guttman (1978), que o definiu como sendo secularizado, especializado, racionalizado, burocratizado, quantificado, que permite a igualdade de disputa e envolve a busca por recordes dos seus praticantes. Ao expor essas características é factível admitir a presença de uma noção nítida a respeito do formato do esporte como tal, porém essas propriedades não suportam a assimilação de todas as relações sociais que estão estabelecidas no seu interior.

A demarcação das conexões, ligações e encadeamentos que são fundados hoje no cerne da sociedade entre o fenômeno esportivo e os demais espaços sociais aparecem na leitura de um texto clássico de Pierre Bourdieu (2019), “Como podemos ser desportistas?”, que define a existência de uma esfera social esportiva (campo esportivo).

Na medida em que foram ocorrendo as transformações histórico-sociais, o esporte como elemento constitutivo da sociedade foi assumindo em sua estrutura formas distintas em relação à maneira como os indivíduos concebiam a sua prática esportiva e social. Essa apreensão em relação aos condicionamentos sociais aderidos pelo esporte em cada época faculta o enxergar como um objeto heterogêneo, que se expressa hoje como um fenômeno sociocultural contemporâneo que apresenta peculiaridades distintas daquelas instituídas durante a sua gênese. Marques, Almeida e Gutierrez (2007) fundamentam o conceito de esporte contemporâneo,⁴ que nos ajuda na tarefa teórico-metodológica de assimilá-lo e apreendê-lo conforme as suas atuais configurações.

Nesse sentido, é possível identificar alguns exemplos da efetivação do esporte ao longo da sua história, visualizando sua utilização como um instrumento político, econômico, cultural e ideológico. Essa demarcação pode ser exemplificada perante o seu reconhecimento como um aparelho político-ideológico de Estado, como parte constitutiva da indústria cultural ou ideológica,⁵ como um elemento cultural fundan-

-
- 2 Guttman (1978), Brohm (1982), Elias e Dunning (1992), Bracht (2000) e Bourdieu (2019) trazem em suas concepções teóricas a leitura de ruptura do esporte. Essa perspectiva de análise diferencia o fenômeno esportivo contemporâneo de caráter sociocultural que tem sua gênese a partir da formação da sociedade burguesa dos “esportes” da Grécia clássica, Roma antiga e dos jogos medievais.
 - 3 A dinâmica do surgimento, desenvolvimento, consolidação e processos de crise da sociedade burguesa é investigada conforme o exame marxista concebido por José Paulo Netto (2021).
 - 4 Esse construto tem na investigação das transformações dos movimentos históricos que ocorreram na sociedade a chave para a compreensão dos elementos centrais que motivaram a constituição heterogênea das manifestações e expressões esportivas que ocorreram ao longo dos anos.
 - 5 O filósofo venezuelano Ludovico Silva aprofunda seu entendimento acerca do conceito de indús-

te dos mais diferentes países e como uma mercadoria que vem se transformando e sendo consumida de diversas formas a partir do avanço da tecnologia que o impulsiona nessa direção (Silva, 2017; Souza; Oliveira; Marchi Júnior, 2018; Rocco Júnior, 2021; Almeida, 2023).

No que se refere a sua realização efetiva (prática esportiva), o esporte é conceituado como uma ação de caráter competitiva que demanda o emprego de habilidades motoras especializadas e a presença de uma determinação de ordem física (Tani; Manoel, 2004; Barbanti, 2006). Diante dessa caracterização é possível expor uma ordenação conceitual em relação ao esporte adaptado.

Segundo Araújo (2011), o esporte adaptado é definido pela adaptação dos processos racionais (regras) relativos às modalidades esportivas convencionais com o objetivo principal de possibilitar a sua prática a indivíduos que apresentam algum tipo de deficiência. Para tal propósito, pode-se identificar uma série de modalidades esportivas convencionais que tiveram as suas regras adaptadas para esse fim. Cita-se a natação adaptada (deficiência física/visual/intelectual) e o futebol de cinco (deficiência visual), por exemplo. É importante destacar o conceito de esporte para deficiente que consiste na criação de uma nova modalidade esportiva para esse fim. A modalidade esportiva *goalball* é um exemplo que se configura dentro dessa definição. Essas perspectivas teóricas exemplificam de modo nítido a diferença entre essas duas conceituações que definem as práticas esportivas que são instituídas para essa população (Araújo, 2011).

Ao traçar de modo breve o conceito de esporte adaptado e esporte para deficiente, faz-se necessário apresentar a noção básica do sentido de esporte paralímpico. A partir da concepção das modalidades esportivas adaptadas, surge o Movimento Paralímpico, que se configurou como elemento fundamental de manifestação desse tipo de conjuntura esportiva e que tem nos Jogos Paralímpicos (Verão e Inverno) sua principal forma de expressão (Marques; Gutierrez, 2014).

Desse modo, é preciso considerar os espaços em que essas ações podem ocorrer. De tal maneira, deliberar sobre a existência do ambiente de prática esportiva de rendimento (esporte profissional – da formação à profissionalização), ambiente de prática esportiva de lazer (esporte de participação) e ambiente de prática esportiva educacional (esporte escolar – ensino formal) permite enxergar a multiplicidade das demandas que estão presentes no empreendimento prático tanto do esporte convencional como do esporte adaptado/paralímpico (Marques; Gutierrez; Almeida, 2008).

tria cultural, concebido pelos pensadores da Escola de Frankfurt Adorno e Horkheimer, e avança, expondo a definição de indústria ideológica. Ver mais sobre essa noção no livro *A mais-valia ideológica* (Silva, 2017).

De acordo com esse diagnóstico é admissível compreender os diferentes delineamentos que podem suportar as manifestações práticas esportivas de acordo com o local em que estiverem sendo efetuadas. É necessário posicionar nessa apreensão qual ou quais são os sentidos que estão empregados durante a realização dessas ações de caráter esportivo. Para tanto, é preciso entender quais são as motivações que estão postas no interior de cada um desses ambientes.

Ao constatar esse delineamento, é factível admitir que a intenção que formata e envolve o ambiente de prática esportiva de rendimento tem como fundamento essencial o alcance de uma performance ótima (busca do alcance máximo dos aspectos físico, técnico, tático e cognitivo), na medida em que esse rendimento deve ser de origem obrigatória e necessária.

Essa correspondência faculta à instituição uma ação que se conforma perante a confirmação de um espaço que se sistematiza de modo excludente. Isso significa que a realização efetiva do esporte nessa formatação fomenta o seu desenvolvimento funcional a partir da escolha dos melhores praticantes, ou seja, aqueles que apresentam maiores qualidades técnicas, atributos físicos e consciência tática. Em vista disso, a exclusão se confirma como um fator preponderante nesse ambiente, uma vez que aqueles que não desenvolvem um nível elevado dos parâmetros físico, técnico, tático e cognitivo são excluídos automaticamente desse ensejo (Marques; Gutierrez; Almeida, 2008).

No ambiente de prática esportiva de lazer/participação a ocorrência de um rendimento excelente não é uma razão determinante. A confirmação do esporte nesse ambiente manifesta como preocupação essencial a busca pela satisfação da prática pela prática. Essa disposição que demarca esse espaço prático distintivo do esporte traz uma atitude que visa o alcance de um deleite simplesmente pela ação desenvolvida em si. Logo, a exigência motora, física e mental que suporta a sua realização não necessita envolver um grau máximo, demandando apenas um padrão mínimo. Essa configuração permite identificar em seus termos práticos um rendimento esportivo ressignificado como condição básica.

O suporte dessa especulação carrega o exercício esportivo como uma atividade de lazer, tendo em vista que a satisfação da prática como um fim pauta a atitude central do sujeito em detrimento dessa intervenção (Marcellino, 2012). O regimento que fundamenta essa atividade surge perante uma predileção de caráter comportamental que vai determinar as escolhas das modalidades esportivas que serão promovidas com o escopo básico de auferir o máximo de recompensa na forma de contentamento, regozijo e sensação de prazer durante e após a sua execução.

De tal modo, essa particularidade que comporta esse tipo de ação esportiva permite compreender esse ambiente como um local que se estrutura exibindo um perfil

que tem suas ações vinculadas a um aspecto de inclusão que pode promover uma participação ampla, já que a prática dessas atividades não requer um alicerce elevado das variáveis corporais e mentais. O seu processamento poderá então proporcionar como resultado direto um desenvolvimento intrapessoal e interpessoal que consiste na obtenção de qualidade de vida, saúde, sociabilidade e inclusão social, por exemplo (Holanda *et al.*, 2015; Nahas, 2017).

Ao encaminhar a consideração sobre o ambiente de prática esportiva educacional, deve-se elevar a consciência em relação ao critério decisivo e substantivo que atesta a prática esportiva nessa perspectiva como uma ação de intervenção social, que deve ser instrumentalizada como uma ferramenta de conscientização política, de educação intelectual e cultural e de desenvolvimento físico e social. Dessa forma, os procedimentos que são ofertados nesse espaço fundamentam-se com a intenção de proporcionar um processo educacional de formação integral a partir do esporte (Bracht, 2000; Tani; Manoel, 2004).

Por apresentar essa estrutura, esse *locus* esportivo tem por escopo vital a busca pela implementação de práticas pedagógicas específicas a esse universo, com o intuito de garantir o envolvimento integral de todos que estiverem presentes. O objetivo expresso de acordo com essa determinação é o de disseminar uma cultura esportiva pela sociedade. Portanto, deve-se confirmar esse ambiente a partir de um atributo inclusivo e participativo que possibilite o desenvolvimento de todos os fatores que marcam os seus praticantes (Betti, 2005; Marques; Gutierrez; Almeida, 2008).

Esse quadro admite distinguir as objetivações e significados que correspondem a cada espaço de prática esportiva. A exposição delineada faculta perceber que esse panorama se estrutura conforme o modo em que estão postos os condicionantes que demarcam cada um desses ambientes. A confirmação dos sentidos fundamentais que condizem com o seu núcleo prático particular sustenta o exercício esportivo em si.

Diante dessas observações, fica lícito expor o caráter não determinante que o esporte assume enquanto objeto de realização efetiva de ordem prática. Essa diretriz joga luz sobre uma série de concepções que definiam uma certa universalidade que não considerava o espaço em que essas ações estavam sendo instituídas.⁶ Utiliza-se como exemplos para essa ilustração a exposição de uma *consciência ingênua*⁷ que

6 Analisar as práticas esportivas sem a observação acerca do ambiente em que essas atividades estão sendo desenvolvidas não condiz de maneira consciente e verdadeira a respeito dos elementos fundamentais próprios que se expressam e simbolizam as motivações que determinam de forma elementar as ações esportivas em cada um dos ambientes mencionados.

7 Os conceitos de *consciência ingênua* e *consciência crítica* foram apreendidos e retirados da obra do filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto (2020), *Consciência e realidade nacional: a consciência ingênua* (volume 1).

se funda de acordo com frases que garantem a confirmação de um senso comum a respeito das possíveis representações acerca do caráter funcional do esporte (Pinto, 2020).

Descrições como “esporte é saúde”, “esporte é inclusão”, “esporte é educação” exemplificam o caráter ideológico que a prática esportiva pode assumir. Logo, uma leitura que não opera uma abstração com o intuito de exceder os aspectos superficiais imediatos da realidade concreta em relação às práticas esportivas torna-se infecunda e não transmite de modo real os aspectos conscientes que são formatados para sua estruturação (Santos, 2018; Netto, 2021). Essas generalizações não condizem com a complexidade que existe no esporte enquanto elemento prático. Por essa razão, esse conjunto de marcadores gerais que não coincidem com as concretudes que validam o exercício esportivo, tem por traço peculiar perturbar o esforço de compreender a realidade de toda a magnitude que condiciona e motiva o seu empreendimento. Deve-se então superar esses aspectos subordinando-os a um exame que preserva as unidades materiais que estruturam de maneira exata as ações que são desenvolvidas no interior de cada um desses espaços.

Ultrapassar as aparências e captar de modo abstrato os elementos essenciais que ordenam de forma prática a realização do esporte de acordo com o seu local de execução, provoca a instituição de uma *consciência crítica* que permite marcar a correspondência fundamental que sustenta os motivos concretos que determinam o seu propósito (Pinto, 2020). Ao dispor dessas considerações, define-se brevemente que as propriedades capitais que organizam esses ambientes são distintas. Portanto, sabe-se que compreender todos os aspectos comportamentais (de ordem pessoal e cultural) que estão colocados nessas áreas e que são responsáveis por motivar a sua prática demandaria uma análise mais complexa e profunda em relação a essa temática, o que não cabe neste instante.

Porém, a título de clarificação e simplificação para esse momento, pode-se afirmar perante esta célere teorização que cada ambiente de prática esportiva mencionado é delineado conforme um elemento preciso. Esse dado permite considerar que o envolvimento esportivo que se fundamenta a partir do rendimento traz como um componente substancial a performance máxima dos seus praticantes com conseqüente caráter de exclusão no seu interior. O esporte como recurso definido nas atividades de lazer tem em sua base inegociável a satisfação proveniente exclusivamente da prática em si. Por fim, a efetivação do esporte no âmbito escolar (educação formal) tem como foco central a disposição dos processos educacionais como objetivo central que alicerça o seu esforço de operação.

Para analisar e compreender como as manifestações práticas esportivas adaptadas/paralímpicas podem se configurar como ferramentas de desenvolvimento para

a pessoa com deficiência, é necessário empregar nessa intervenção de caráter abstrato os elementos especulativos que foram descritos até aqui. Toda essa elaboração teórica permite agora colocar o esporte adaptado/paralímpico em posição de investigação, para, de tal modo, considerar quais são os incentivos materiais que definem sua ocorrência.

Essa crítica consiste na interpretação de dados empíricos⁸ que sinalizam para uma aproximação em relação a esses questionamentos. A presença de informações que registram as causas que fundam os elementos constitutivos da prática esportiva adaptada permite interpretar de maneira autêntica suas possíveis justificações. Além desse ponto levantado, a aplicação desse procedimento possibilita obter uma visão patente sobre o caráter funcional que ampara cada um dos ambientes de prática esportiva que compõem esse cenário.

Eu vou colocar a própria missão institucional que nós temos, que é o desenvolvimento do Esporte Paralímpico em âmbito nacional, desde a base ao alto rendimento, e também o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) tem um papel na inclusão da pessoa com deficiência. Então é a missão institucional do CPB por meio do esporte nós conseguimos promover a inclusão de pessoas com deficiência sempre com o foco da nossa missão institucional que é o alto rendimento (SD).

E a gente ter o trabalho com a base, com a inclusão, promover mais oportunidades para as pessoas com deficiência, criar mais Centros de Referência pelo Brasil, oferecer as condições que hoje as crianças e os adolescentes vêm tendo, que os militares vêm tendo, pessoal dos centros de reabilitação terão com os projetos, e uma coisa puxa a outra (SD).

O CPB ainda precisa fazer isso, e eu acho que o papel dele hoje ainda é completo, desde a iniciação até o alto rendimento, e não deveria ser. As Confederações, o COB se quer saber o que acontece na iniciação, o COB pega um atleta pronto que veio ali do Pinheiros, da Hebraica, do Tênis Clube de Campinas pronto e vai levar para uma Missão, o CPB não. Pega uma criança, uma pessoa com deficiência dentro do Centro

8 Os dados apresentados fazem parte de duas entrevistas semiestruturadas realizadas uma com um atleta do esporte paralímpico do Brasil (SA) e outra com um dirigente do Comitê Paralímpico Brasileiro (SD). As entrevistas foram realizadas para elaboração da tese *A institucionalização do Comitê Paralímpico Brasileiro e o campo esportivo paralímpico do Brasil: uma análise a partir das categorias de campo, capital e habitus* (Valerio, 2022). Na tese as entrevistas estão transcritas na íntegra.

de Reabilitação, ensina o que é o Esporte, ensina esse cara a ser competitivo, e quando esse cara está pronto ele leva para os Jogos. Então o papel do CPB ainda é maior do que ele deveria. (SD).

O Programa de Esportes nos Centros de Reabilitação que tinha também um escopo semelhante com o do Programa Militar, mas visava e ainda visa, porque existe ainda esse programa que não está mais comigo, mas visa trazer as pessoas que estão fazendo reabilitação na REDE LUCY MONTORO, na AACD, na REDE SARAH, em todos os outros centros para o Esporte. Então criar estratégias e parcerias com esses centros para o desenvolvimento do Esporte junto a essas pessoas. Desde 2017 minha principal atividade aqui dentro do CPB é justamente essa, é o Programa Militar Paralímpico, a gente vem apresentando estratégias, buscando parcerias com as Forças Armadas, com as Forças Policiais para fazer com que aqueles militares e policiais que adquirem deficiência possam conhecer o Esporte Paralímpico, utilizar o esporte como uma ferramenta de inclusão, como uma ferramenta de qualidade de vida, uma ferramenta que traz um novo norte para a sua vida, e também com isso fortalecer o Esporte Paralímpico (SD).

Aqui no Setor onde eu trabalho hoje nós temos, por exemplo, o desenvolvimento que eu quero mostrar para você das Escolinhas de Esporte Paralímpico, onde a gente recebe crianças com deficiência aqui no C.T. No ano passado, ou melhor no ano retrasado antes da pandemia nós tínhamos aqui 539 crianças que treinavam semanalmente, hoje nós já estamos com algo em torno de 280 salvo engano (SD).

Então na verdade o alto rendimento e o Esporte Paralímpico inclusivo, vai utilizado de maneira inclusiva, apesar de parecerem e serem de fato por vezes antagônicos, porque o esporte de alto rendimento é excludente, agora quando a gente faz o uso do esporte em uma sala de aula, com crianças, a gente está trabalhando o esporte como inclusão, mas são os 2 lados da mesma moeda, porque um depende do outro (SD).

O CPB tem as Paralimpíadas Escolares, certo? Olha para você ver, nessas Paralimpíadas Escolares já têm condições do atleta ser bolsista, entendeu? No ranking escolar que já ajuda com a Bolsa o atleta se mantém mais ou menos com um estímulo para ele não parar, entendeu? Então

todo ano tem as Paralimpíadas Escolares, e algumas instituições já levam os atletas direto para Paralimpíadas Escolares sem passar pelos Regionais. Esse atleta aqui não vai precisar nem passar pelo Regional, de repente ele já é abraçado de uma vez para ir direto, por exemplo se ele está lá em São Paulo, ele já vai direto para o C.T. (SA).

Eu participei, cheguei a pegar uma bolsa quando eu fui para as Paralimpíadas do Rio, até um pouco antes. Mas eu peguei, além de ser por indicação, ela te abriu assim uma qualificação. Ah tá, pelo Governo Federal até o 20º atleta ele consegue pegar uma Bolsa Pódio, só que a verba que vem, eu acho que não dá para pagar todos os atletas. Então eles têm que indicar. Chega em uma fase que eles têm que indicar. O cara até 4º lugar é impossível ele não pegar, ali ele vai pegar mesmo, aí 5º, 6º, 7º lugar já vai começando a ser meio por indicação, sabe? Além dele estar bem ranqueado, ele tem que ser indicado pelo Comitê Paralímpico (SA).

Ao posicionar em perspectiva de análise esse conjunto de elementos empíricos, observa-se que as principais abstrações consideradas nas linhas anteriores se aproximam das ocorrências exibidas. A confirmação dessas especulações sinaliza para a presença da prática esportiva adaptada/paralímpica em todos os espaços mencionados⁹ (*Ambiente de Prática Esportiva de Rendimento – Jogos Paralímpicos – Ambiente de Prática Esportiva de Lazer – centros de reabilitação médica e programas com forças de segurança – Prática Esportiva Educacional – Paralimpíadas escolares*).

Os dados fornecem recursos que permitem o reconhecimento dessa conjuntura como um meio para o desenvolvimento da pessoa com deficiência em todas as suas vertentes (físico – cognitivo – social). Entretanto, é preciso abstrair dessa aparência geral a sua determinação essencial, dado que os condicionantes que estruturam cada uma dessas práticas são resultados de uma série de subordinações que estão presentes de modo a confirmar suas aspirações. Isso significa expor que o processamento do esporte adaptado/paralímpico não se realiza de maneira estática e uniforme. Ao identificar todas essas possibilidades é assimilado que suas realizações não ocorrem sempre correspondendo a uma mesma idealização.

9 Chama atenção nesse movimento especulativo a relação de proximidade que envolve suas esferas práticas. Pode-se observar que, devido a questões próprias do esporte adaptado e paralímpico (menor quantidade de praticantes e maiores dificuldades de prática), o fomento dessas atividades no espaço escolar e de lazer acaba por se confirmar como canal de desenvolvimento para o âmbito de rendimento.

As ações esportivas em centros médicos, espaços de lazer, ambientes escolares formais e nos locais que visam a performance máxima dos atletas são elaboradas com objetivos distintos, que buscam desde a obtenção de um processo de reabilitação física, sentimento de satisfação, desenvolvimento da qualidade de vida, saúde e inclusão social, até a competição máxima dos seus praticantes, que pode significar a conquista do sucesso esportivo e conseqüente melhora das suas condições socioeconômicas.

Essa interpretação nos move em um caminho que sinaliza para as condições objetivas que promovem a estruturação das práticas esportivas que permeiam o esporte adaptado/paralímpico. No instante em que são eliminados os pressupostos genéricos que atrapalham a obtenção de sua essência, emergem uma série de considerações que suportam sua efetivação. Condicionar as práticas esportivas adaptadas/paralímpicas perante um olhar que as interpreta exclusivamente conforme um instrumento homogêneo que permite o desenvolvimento integral da pessoa com deficiência é um equívoco, pois os significados sensíveis que as fundamentam carregam consigo uma série de processos.

Essa consideração aproxima o esporte convencional do esporte adaptado no instante em que as práticas esportivas estiverem colocadas em um exame crítico. O intuito de determinar suas diretrizes funcionais deve portar o esforço de confirmar sua estruturação a partir da profusão de condicionantes que marcam os incentivos desses processos. O que está posto é que a prática esportiva, seja ela qual for, está condicionada a aspectos elementares que estruturam cada um dos seus ambientes de prática.

Colocar em evidência as informações que registram as causas fundamentais que sustentam os elementos constitutivos que fundam as ocorrências das práticas esportivas adaptadas/paralímpicas, expondo as especificidades vigentes em cada uma dessas circunstâncias, permite considerá-las como instrumentos de desenvolvimento para a pessoa com deficiência em todas as suas dimensões de maneira efetiva.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. A. B. O futebol e a sociabilidade: a ginga habermasiana e dionisiaca. *Movimento*, Porto Alegre, v. 29, p. 1-14, jan./dez. 2023.
- ARAÚJO, P. F. *Desporto adaptado no Brasil*. São Paulo: Phorte Editora, 2011.
- BARBANTI, V. O que é esporte? *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 54-58, jan./abr. 2006.
- BETTI, M. Educação física como prática científica e prática pedagógica: reflexões à luz da filosofia da ciência. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 183-197, jul./set. 2005.
- BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2019.

- BRACHT, V. Educação física & ciência: cenas de um casamento (in)feliz. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 53-63, set. 2000.
- BROHM, J. M. *Sociología política del deporte*. Ciudad del México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. *A busca pela excitação*. Lisboa: Difusão Editorial, 1992.
- GUTTMANN, A. *From ritual to record: the nature of modern sports*. New York: Columbia University, 1978.
- HOLANDA, C. M de. A. *et al.* Redes de apoio e pessoas com deficiência física: inserção social e acesso aos serviços de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 175-184, jan. 2015.
- MARCELLINO, N. C. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 2012.
- MARQUES, R. F. R.; ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L. Esporte: um fenômeno heterogêneo: estudo sobre o esporte e suas manifestações na sociedade contemporânea. *Movimento*, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 225-242, set./dez. 2007.
- MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, G. L. *O esporte paralímpico no Brasil: profissionalismo, administração e classificação de atletas*. São Paulo: Phorte Editora, 2014.
- MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, G. L.; ALMEIDA, M. A. B. O esporte contemporâneo e o modelo de concepção das formas de manifestação do esporte. *Conexões*, Campinas, v. 6, n. 2, p. 42-61, mai./ago. 2008.
- NAHAS, M. V. *Atividade física, saúde & qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo*. Florianópolis: Ed. do Autor, 2017.
- NETTO, J. P. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2021.
- PINTO, A. V. *Consciência e realidade nacional: a consciência ingênua*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. v. 1.
- ROCCO JÚNIOR, A. J. Gestão do esporte no Brasil e no mundo: evolução histórica, organizações e perspectivas. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, São Paulo, v. 13, p. 178-199, dez. 2021.
- SANTOS, T. *Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2018.
- SILVA, L. *A mais-valia ideológica*. Florianópolis: Insular, 2017.
- SOUZA, J. de.; OLIVEIRA, V. M. de; MARCHI JÚNIOR, W. A. “família intelectual” marxista e os estudos sociais do esporte no Brasil: recepção, rotinização e implicações epistemológicas. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, Taguatinga, v. 26, n. 2, p. 103-112, abr./jun. 2018.
- TANI, G.; MANOEL, E. J. Esporte, educação física e educação física escolar. In: GAYA, A.; MARQUES, A.; TANI, G. (orgs.). *Desporto para crianças e jovens: razões e finalidades*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 113-141.

VALERIO, D. L. *A institucionalização do Comitê Paralímpico Brasileiro e o Campo Esportivo Paralímpico da Brasil: uma análise a partir das categorias de campo – capital – habitus.* Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

CAPÍTULO 10

Esporte e lazer na cidade: a trajetória da municipalização de uma política pública federal no município de São Bernardo do Campo-SP

Evandro Brandão Secco

Edmur Antonio Stoppa

Douglas Roque Andrade

INTRODUÇÃO

O presente capítulo versa sobre dois aspectos importantes e pertinentes ao desenvolvimento das políticas públicas em nosso país, que são a municipalização de ações implementadas pelo governo federal e a participação social enquanto elemento capaz de promover a permanência de uma política pública em determinado território. O objeto de estudo para a discussão desses elementos é o Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc), realizado pelo Ministério do Esporte (ME) e executado em municípios em todo o território nacional, com o objetivo de promover o lazer e o esporte recreativo.

Em relação ao lazer, é importante destacar que, com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 (Brasil, 1988), ele passou a ser entendido como um direito social, condição também assegurada em praticamente todas as leis estaduais e orgânicas de municípios do Brasil. No entanto, diferentemente de outros direitos, a Constituição Federal não define princípios, diretrizes, objetivos e regras institucionais que deveriam orientar a concretização do lazer na vida da população brasileira.

Ainda que se considere a nova Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597), promulgada em 14 de junho de 2023 (Brasil, 2023b), que inclui o lazer como elemento da prática esportiva, no âmbito do “esporte para a vida toda”, não se estabelece na referida legislação instrumentos práticos para a efetivação desse direito. Importante salientar

que este é um problema recorrente, visto que a anterior Política Nacional do Esporte, aprovada em 14 de junho de 2005, pela Resolução nº 5 do Conselho Nacional do Esporte, e a legislação correspondente também não apresentavam as diretrizes e orientações para o seu desenvolvimento.

Para suprir essa lacuna, a partir de experiências práticas de políticas públicas locais, somadas à contribuição de estudiosos da área, o ME, no ano de 2003, implantou programas e projetos de forma a garantir que tal direito fosse efetivado, e um destes foi o Pelc, política pública de promoção do lazer e do esporte recreativo, pensada e implementada pelo ME e executada pelos municípios, com o compromisso de despertar nos gestores locais a necessidade de desenvolver políticas públicas específicas, de forma autônoma, inclusive com recursos financeiros externos.

Além do viés de formação de agentes e gestores públicos, durante sua execução, o Pelc promove atividades sistemáticas (oficinas) e assistemáticas (eventos) junto à comunidade, contemplando os diferentes conteúdos culturais do lazer (Dumazedier, 2008; Camargo, 1986). O programa possui ainda princípios e diretrizes que priorizam a auto-organização comunitária, o trabalho coletivo, a intergeracionalidade, respeito e fomento à cultura local, respeito à diversidade e a intersetorialidade (Brasil, 2023a).

A gestão compartilhada é uma das diretrizes do Pelc, estimulando a participação da comunidade e de organizações da sociedade civil antes, durante e depois da realização do programa, tanto pelo compromisso em se implementar conselhos gestores nos núcleos de atividades quanto pela obrigatoriedade da indicação de uma organização social ou conselho municipal para exercer o papel de entidade de controle social durante sua execução (Brasil, 2013, 2023a).

Secco e Stoppa (2021), em estudo sobre a participação social em São Bernardo do Campo, demonstraram a importância da tecnologia social presente em um dos conselhos gestores do Pelc, no exercício da participação social e na mobilização dos gestores públicos para assegurar a continuidade das ações do programa, após o encerramento dos recursos oriundos do governo federal, operando assim mudanças na política pública em nível local.

Ante essas considerações iniciais, pretende-se no presente texto apresentar o desenvolvimento do Pelc enquanto política pública de esporte e lazer, dentro do município de São Bernardo do Campo, apresentando ao leitor peculiaridades das quatro edições do programa, buscando identificar os principais elementos que possibilitaram o amadurecimento da política pública no município, amadurecimento esse capaz de mobilizar os atores políticos a reconhecer a sua importância, destinando recursos próprios para sua municipalização.

O texto está organizado em quatro partes, sendo a primeira esta introdução, que precede uma breve apresentação do Pelc enquanto política pública e o conceito de

municipalização. Posteriormente, descrevemos as quatro edições do Pelc em São Bernardo do Campo, financiadas pelo governo federal, descrevendo a trajetória da municipalização da política ao final da quarta edição.

Por fim, apresentamos as considerações finais, apontando elementos que podem ser considerados significativos nesse processo, com o objetivo de descrever o desenvolvimento da política pública, iniciada no ano de 2009, e que teve seu ponto máximo, dez anos mais tarde, em 2019, com a efetiva municipalização e a incorporação dos princípios e diretrizes do programa federal no município.

O PELC E O CONCEITO DE MUNICIPALIZAÇÃO

O Pelc nasce em 2003, junto com recém-criado ME, com o compromisso de implementar um novo modelo de política pública de esporte e lazer, respeitando princípios e diretrizes alinhados com a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/2001), já apontando a preocupação de valorizar o papel dos municípios na construção e implementação das políticas públicas de esporte e lazer (Ewerton, 2016; Castellani Filho, 2007).

Alinhado ao objetivo de democratizar o lazer e o esporte recreativo (BRASIL, 2011, 2013, 2023a), o Pelc estabeleceu um novo conceito de política pública, pois, além da efetiva transferência de recursos financeiros para sua execução, o programa é marcado pelo compromisso em contribuir com a formação de agentes sociais de esporte e lazer, no sentido de multiplicar no território nacional seus princípios e diretrizes, estimulando que os municípios se organizem e estabeleçam políticas próprias, em conformidade com suas características e anseios.

A importância da continuidade das ações do programa mediante sua municipalização esteve presente em todos os documentos e editais do Pelc. No entanto, somente depois de dez anos, no Edital de 2013 (Brasil, 2013), é que a palavra municipalização passa a ser utilizada enquanto diretriz, pois até então o programa utilizava o conceito de autogestão. Ribeiro e Ferraz (2016), ao apresentar esse processo de mudança, destacam que a opção pelo termo municipalização deixou mais clara a necessidade de que o município assegure a continuidade das ações do programa, mesmo após o encerramento do convênio com o ME.

Não é intenção do programa conceber a municipalização enquanto uma cópia fiel a ser reproduzida integralmente pelos municípios, pelo contrário, em seus princípios e diretrizes, o Pelc (Brasil, 2023a) deixa clara a importância de se respeitar e valorizar a cultura e a diversidade local. Nesse sentido, a municipalização pode se dar de diferentes formas, seja pela adoção da tecnologia social do programa, seja pela continuidade das oficinas, dos eventos, dos conselhos gestores, da ressignificação dos equipamentos públicos, entre outros.

Ungheri e Isayama (2020, 2021), avaliando o desenvolvimento dessa política pública, identificaram a importância dos investimentos do ME e os resultados desses investimentos no que tange aos benefícios dessa municipalização. Além de possibilitar novas formas de utilização dos equipamentos esportivos, democratizando o acesso para públicos até então excluídos, municípios que receberam recursos do Pelc passaram a diversificar seus próprios investimentos, se afastando da tendência histórica de atender, por exemplo, somente as práticas esportivas tradicionais, em especial o futebol.

Ainda assim, mudanças de entendimento diante do desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer não se efetivam sem a intervenção dos gestores públicos envolvidos. Nesse sentido, um diferencial do programa corresponde à realização de formações em serviço, contemplando, além dos agentes vinculados ao programa, gestores públicos e lideranças comunitárias. Pintos e Bonalume (2016) destacam as contribuições e os diálogos realizados entre os gestores locais e os formadores do ME, em especial durante os momentos de formação e avaliação do programa, como relevantes na construção e elaboração das políticas públicas municipais

Ao longo de sua trajetória, o Pelc experimentou diferentes modelos de formação continuada, mediante o intercâmbio entre as experiências dos formadores e os conhecimentos da comunidade que recebia o programa. Nesse sentido, verificou-se um processo de amadurecimento no modelo de formação, que foi se tornando mais eficiente e efetivo a cada novo edital (Rodrigues; Pinto, 2016).

Esse aperfeiçoamento do Pelc, mediante a relação estabelecida com os municípios ao longo dos anos, representou um aumento das ocorrências de municipalização e continuidade das ações do programa, como demonstram Soares e Guadanini (2018), especialmente no período entre 2013 e 2015. Entretanto, como identificaram os autores, para muitas cidades a principal alternativa para a municipalização ainda seria a realização de um novo convênio com o ME, especialmente pelo aporte de recursos financeiros e possibilidade de contratar recursos humanos específicos para o programa.

Em São Bernardo do Campo, Secco e Stoppa (2017) demonstraram a importância desse processo de formação em um dos núcleos de atividade, especialmente na construção de uma relação autônoma diante da utilização do espaço e do tempo de lazer. Capi e Assis (2017) relatam a importância da formação no processo de sensibilização dos gestores e da comunidade, no sentido de municipalizar algumas das ações do programa, principalmente pelo protagonismo dos conselhos gestores instalados pelo programa.

A importância do processo de formação pode ser verificada em depoimentos dos formadores que participaram da implementação e desenvolvimento do Pelc nos municípios. De modo geral, eles apontam como diferenciais para a municipalização do

programa a participação e o envolvimento dos gestores públicos, lideranças comunitárias e agentes políticos nas reuniões de formação inicial e avaliação do programa. Além disso, os formadores salientam que o próprio programa se aperfeiçoou muito com o diálogo com os municípios, se tornando, assim, uma política mais efetiva a cada edição (Joras; Maia, 2016).

Como lembra Pintos (2018), o objetivo do Pelc consiste em conscientizar os gestores locais para organizar e pleitear recursos específicos para o desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer no município, mas, ainda assim, o grande elemento dificultador desse processo no período foi a falta de reserva de recursos financeiros específicos para desenvolver ações do programa com a população. Cumpre ressaltar que muitos municípios brasileiros não possuem sequer um setor ou secretaria específica de esporte e/ou lazer, tampouco recursos humanos e financeiros para o desenvolvimento de ações na área, diferente do que se observa em outras áreas, como saúde, educação e assistência social, por exemplo, em que a legislação impõe aos municípios a manutenção de uma estrutura mínima permanente de servidores e políticas públicas.

Ungheri e Isayama (2022) também identificaram a falta de recursos financeiros como um dos limitadores da municipalização do Pelc, entretanto, os autores alertam para o fato de que a existência de um quadro efetivo de recursos humanos capacitados para a continuidade da política pode ser um diferencial, visto que, em alguns casos, gestores municipais afirmaram dispor de recursos próprios para a continuidade, mas não encontraram formas de se organizar para tal, devido à falta de conhecimento técnico e de profissionais específicos.

Nos últimos anos, cabe salientar que o desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer recebeu maior atenção do governo federal, entretanto, não se pode ignorar a instabilidade política que impacta diretamente na continuidade desse processo. Carneiro, Athayde e Mascarenhas (2019), ao avaliar o percurso histórico dos investimentos realizados pelo ME, identificam uma queda brusca nos valores realizados a partir de 2016, impactando significativamente no desenvolvimento de programas como o Pelc.

Mesmo com poucos recursos, os convênios firmados foram executados, entretanto, o pior momento se deu com a extinção do ME, no ano de 2019, que impôs um total rompimento com o modelo de gestão até então existente. Nesse contexto, não se verificou nenhum edital do Pelc no período entre 2019 e 2023. Com o renascimento do ME, em 2023, um novo Edital já foi publicado, ainda assim, nunca é demais refletir sobre os novos desafios, e quais caminhos o programa deve trilhar para os próximos anos, especialmente considerando sua trajetória, pontos positivos e aspectos a serem aperfeiçoados.

Ante o exposto, o presente texto busca contribuir com esse debate, levantando informações sobre a trajetória do Pelc no município de São Bernardo do Campo, apontando os principais caminhos que levaram a sua municipalização, resgatando informações do primeiro convênio, realizado ainda no ano de 2009, passando por um movimento de dependência de novos editais e culminando com a efetiva municipalização em 2019, quando o Programa passou a ser uma política pública municipal autônoma, garantindo recursos próprios para seu desenvolvimento.

Os dados que subsidiam as discussões a seguir apresentadas correspondem a um estudo de caso (Yin, 2004; Bruyne; Herman; Schoutheete, 1991), parte da tese, elaborada para o Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política (PROMUSPP) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (Each-USP).

Para descrever o fenômeno em questão, recorreremos às contribuições de Gil (2008), quando apresenta os pressupostos de uma pesquisa descritiva e exploratória, e seu compromisso em descrever determinado fenômeno social e/ou realidade, no caso específico, os elementos que contribuíram para a municipalização da política pública.

Em relação às fontes de consulta para a realização do estudo adotamos as diretrizes apontadas por Severino (2007), quando trata da pesquisa documental, avaliando os documentos referentes à execução dos convênios e que se encontram disponíveis para consulta livre na Plataforma TransfereGov,¹ portal do governo federal que disciplina os convênios com os demais entes federativos.

Os documentos submetidos ao presente estudo foram os relatórios de execução dos seguintes convênios: Pelc/Pronasci, registrado na Plataforma sob nº 700488/2008; Pelc Todas as Idades, registrado na Plataforma sob nº 71729/2010; Pelc Vida Saudável, registrado na Plataforma sob nº 774094/2012, e o Pelc Urbano, registrado na Plataforma sob nº 817878/2015.

Além disso, o estudo também recorreu às publicações institucionais nos portais institucionais do município, como as leis e decretos relacionados à temática, legislação e instrumentos de transferência de recursos, documentos relacionados a municipalização da política, além dos relatórios de execução disponíveis no portal da transparência dos processos administrativos do município, com acesso livre à consulta pública (Brasil, 2023c).²

1 Link para acesso livre à Plataforma: <https://idp.transferegov.sistema.gov.br/idp/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

2 Link para acesso ao portal de acesso aos processos administrativos do município de São Bernardo do Campo: <https://prodigi.saobernardo.sp.gov.br/cpav-portal-externo/>. Acesso em: 25 set. 2023.

A TRAJETÓRIA DA MUNICIPALIZAÇÃO DO PELC EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

Considerada enquanto elemento obrigatório dos editais do Pelc, a municipalização no município de São Bernardo do Campo não se realizou imediatamente após o encerramento do primeiro convênio, finalizado no ano de 2010, pelo contrário, foi necessária a realização de mais três convênios com o ME para que o município adotasse o programa e suas diretrizes enquanto política pública municipal.

Evidente que a cada convênio realizado novas bases foram estabelecidas e elementos da política pública permaneciam, tanto junto à população quanto junto aos profissionais vinculados à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, configurando assim um processo que se iniciou nas primeiras ações do programa, ainda em 2009, e se fortaleceu ao longo dos anos.

Entretanto, como já mencionado, um dos aspectos que dificultaram o processo de municipalização, no caso específico de São Bernardo do Campo, correspondeu à certeza de que o município iria receber novos recursos junto ao ME, visto que, antes mesmo do encerramento de um convênio, o município já tinha recursos aprovados para a realização de um novo convênio. Isso contribuiu para que governantes e gestores públicos municipais ignorassem a necessidade de uma eventual destinação de recursos municipais e elaboração de uma política municipal.

O PELC/PRONASCI (2009-2010)

A primeira edição do Pelc em São Bernardo do Campo foi assinada ainda em 2008, para o desenvolvimento de quatro núcleos da modalidade Pelc/Pronasci,³ fruto de uma parceria com o Ministério da Justiça para o desenvolvimento de núcleos de esporte e lazer em situação de extrema vulnerabilidade social.

A principal característica dessa modalidade corresponde ao compromisso de promover atividades para o público com idade entre 15 e 24 anos, com um olhar atento aos jovens à beira da criminalidade, ou até aqueles que já estiveram em conflito com a lei. Após identificar uma carência de políticas públicas específicas para esse público, o então Ministério da Justiça, em uma ação de integração com os Ministérios do Esporte, Cultura e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, buscou, pela realização do Pelc, suprir essa carência (Brasil, 2010).

Alguns desafios se impuseram na realização desse primeiro convênio em São Bernardo do Campo, visto que, por se tratar de uma ação intersetorial, impôs aos ges-

3 O Pelc/Pronasci foi fruto de uma ação intersetorial entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Justiça, mediante o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), instituído pela Lei Federal nº 11.530, de 24 de outubro de 2007.

tores a obrigatoriedade de estabelecer um diálogo entre as secretarias municipais de Esporte e Lazer e Segurança Urbana, até então inexistente. Outro ponto diz respeito ao fato de que o convênio foi assinado no dia 31 de dezembro de 2008, último dia de governo do então prefeito Willian Dib,⁴ que deixaria a execução total para seu sucessor, Luiz Marinho.⁵

Ao longo de sua execução o programa passou por algumas mudanças, visto que, inicialmente, seria desenvolvido nos campos de futebol da periferia da cidade, mas, após a mudança de governo, com a devida autorização do ME, os núcleos permaneceram nos bairros escolhidos, mas foram realizados em quadras das unidades escolares da região, especialmente no período da noite e aos finais de semana.

Neste primeiro convênio, os bairros contemplados foram o Montanhão/São Pedro, Jardim Silvina, Alvarenga e Cooperativa. A principal característica dos bairros escolhidos é a grande densidade demográfica, além de uma ocupação significativa de pessoas com baixo poder aquisitivo e em condições de vulnerabilidade social.

Para a realização desse convênio foram contratados quatro professores de Educação Física e 24 estudantes bolsistas. No relatório final disponível na Plataforma TransfereGov, o gestor municipal apontou como uma das principais dificuldades do convênio a necessidade de se criar uma legislação municipal específica para a contratação de recursos humanos por tempo determinado para atuar no programa. Além disso, os valores repassados para pagamento de salários, naquele momento, estavam aquém dos valores médios da região, o que dificultou o interesse dos profissionais em atuar no projeto.

No que diz respeito ao quantitativo de atendimentos, os dados do relatório apontam para uma quantidade de atendidos maior do que o previsto inicialmente. Esse aspecto se deu pela opção do gestor em oferecer as oficinas no período noturno e nos finais de semana, permitindo, assim, uma ampliação do atendimento, entretanto, verifica-se a prevalência do público jovem e adultos, do sexo masculino, com idade entre 16 e 25 anos.

Interessante salientar que, mesmo sendo considerado um programa de lazer, o Pelc tem em suas diretrizes o compromisso do município em informar periodicamente os dados quantitativos de atendimento do programa. Evidente que tal demanda se faz importante diante da necessidade de se monitorar a utilização dos recursos financeiros destinados ao programa; ainda assim, não podemos ignorar o fato de que,

4 Willian Dib foi eleito e cumpriu mandato pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), de 1 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2008.

5 Luiz Marinho foi eleito e reeleito, cumprindo dois mandatos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), nos períodos de 1 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2016.

em se tratando de um programa de lazer, a obrigatoriedade de manter a presença nas oficinas, pode em determinadas situações, se colocar em contradição com os princípios elencados nos documentos que norteiam suas ações.

Sobre a municipalização, não se verifica nenhuma ação efetiva do município nos relatórios, entretanto, isso não significa que as regiões atendidas foram totalmente ignoradas pelo poder público ao final do convênio, pelo contrário, conforme relato de gestora pública à época, algumas oficinas foram mantidas pela Secretaria de Esportes e Lazer, mediante terceirização de mão de obra, com a contratação de profissionais de ginástica, dança e futebol (Secco, 2019).

O Pelc/Pronasci foi a primeira experiência do Programa em São Bernardo do Campo, e, ainda que tenha se verificado algumas dificuldades em sua realização, a ação abriu portas para novos convênios, visto que, a partir dessa primeira experiência, o município passou a encaminhar e ter aprovado propostas para a realização de outros três convênios do Pelc.

PELC NÚCLEOS TODAS AS IDADES (2011-2012)

A segunda experiência do Pelc em São Bernardo do Campo foi a versão “Todas as Idades”, concebido e executado dentro de um mesmo governo, já com uma equipe definida para o acompanhamento do convênio, que escreveu a proposta durante a execução do convênio anterior, ou seja, mesmo cientes da obrigatoriedade de municipalizar a política, os gestores daquele momento optaram por mais um pleito para obter recursos junto ao governo federal.

Em comparação ao convênio anterior, o Pelc Todas as Idades não se apresenta com o compromisso de humanizar as políticas de segurança pública, pelo contrário, nessa edição, ele se apresenta como um programa específico de lazer, com o compromisso de democratizar o lazer e o esporte recreativo, deixando de lado as demais dimensões do esporte, como o esporte educacional e o esporte de alto rendimento.

Em São Bernardo do Campo, o programa implementou seis núcleos, localizados nos bairros do Montanhão, Jardim Silvina, São Pedro, Alves Dias, Jardim das Orquídeas e Jardim do Lago, com subnúcleo no Jardim Lavínia. O perfil dos bairros selecionados corresponde às características verificadas no convênio anterior, como alta densidade demográfica e grande concentração de pessoas com poder aquisitivo baixo, bem como com índices consideráveis de violência e vulnerabilidade social.

Ainda assim, os bairros selecionados possuíam equipamentos esportivos específicos, como ginásios poliesportivos, e é nesses espaços que as atividades do programa foram realizadas. Diferente do primeiro convênio, que dedicou maior atenção aos conteúdos físicos desportivos do lazer (Dumazedier, 2008; Camargo, 1986), nessa

edição, o município incorporou novos conteúdos nas oficinas, por exemplo, as oficinas de artesanato, cinema e teatro.

No relatório final de prestação de contas, o gestor afirmou que a realização do convênio foi muito importante para a ampliação do atendimento esportivo e de lazer do município, especialmente nas regiões mais carentes, e ressaltou ainda o fortalecimento do vínculo da comunidade com o núcleo e com os agentes sociais, apresentando pequenos avanços na formação de conselhos gestores, sendo que apenas nos núcleos do Jardim do Lago (Lavínia) e Orquídeas houve a continuidade.

Mesmo com poucos registros encontrados na Plataforma TransfereGov, foi possível verificar a realização de reuniões entre a comunidade e os gestores públicos, inclusive com os representantes da entidade de controle social, que no caso específico desse convênio foi a Liga de Futsal do município. As reuniões ocorreram com periodicidade bimestral e versaram sobre os eventos de lançamento do programa, seu desenvolvimento e encerramento.

Importante destacar que não se verificou nas atas das reuniões nenhuma menção referente à municipalização das atividades, entretanto, no relatório final, encontrou-se a indicação de que o município já tinha um novo projeto do Pelc aprovado junto ao governo federal, agora na modalidade Vida Saudável, e acreditava que a destinação de recursos para esse novo convênio poderia assegurar a continuidade de parte das ações em andamento.

Um ponto significativo foi a indicação de cinco profissionais de Educação Física efetivos do município para atuar na coordenação geral e na coordenação dos núcleos, participando assim de todo o desenvolvimento do programa, suas formações e diretrizes, possibilitando que seus princípios fossem gradativamente incorporados no trabalho por seus profissionais e promovidos pelo município.

Encerrados os recursos oriundos do governo federal, algumas oficinas de práticas corporais foram continuadas pelos profissionais acima citados, oficinas de dança e ritmos foram implementadas mediante contratação de uma empresa (gestão indireta) com profissionais formados nesta área, e a maior parte das atividades foram encerradas devido à dificuldade em mobilizar recursos para tal, e pela expectativa de receber uma nova edição do programa já aprovada junto ao ME.

O PELC VIDA SAUDÁVEL (2014-2015)

A terceira edição do Pelc em São Bernardo é iniciada no município com uma particularidade, não mais sendo destinado ao atendimento às crianças ou adolescentes, mas com o foco no trabalho junto ao público adulto e idoso, com mais de 45 anos de idade. A proposta foi enviada e aprovada em 2012, último ano do primeiro mandato

do então prefeito Luiz Marinho, e sua execução se deu já no seu segundo mandato, no ano de 2014.

Ainda que destinado a um público diferente dos anteriores, os bairros escolhidos para receber o programa não foram tão diferentes daqueles que já haviam recebido edições anteriores. Os núcleos foram instalados nos bairros: Ferrazópolis, Jardim das Orquídeas, Jardim Lavínia, Vila São Pedro e Montanhão/Areião.

Um novo bairro foi contemplado nesta edição, o Ferrazópolis, bairro localizado próximo ao centro da cidade, mas também com grande densidade demográfica e com carências significativas nos serviços públicos. Os bairros do Jardim Lavínia, São Pedro e Jardim das Orquídeas receberam a segunda edição do programa. Já o núcleo localizado no bairro Montanhão/Areião recebeu o programa pela terceira vez.

No texto da proposta de trabalho, cadastrada na Plataforma TransfereGov e aprovada pelo ME, o município se compromete a municipalizar o programa ao final do convênio de 2015, assim como incorporar seus princípios e diretrizes, ampliando a oferta de vagas e diversificando as modalidades a serem oferecidas. Avaliando os documentos referentes à execução do Pelc Vida Saudável, verifica-se a afirmação dos gestores sobre a total efetivação do programa, entretanto, os relatórios e as comprovações são escassos, inclusive com menor número de informações se comparado ao disponibilizado no convênio anterior.

No relatório final existe a menção de atendimento integral das metas e objetivos estipulados, e, no que diz respeito à municipalização, não se verifica com clareza quais os compromissos do município para assegurar a continuidade das ações. Importante salientar que, assim como nos convênios anteriores, antes mesmo do encerramento do Vida Saudável, o município já teve aprovado mais uma proposta para um novo convênio, agora na modalidade Pelc Urbano, convênio esse que veio a ser executado no final do ano de 2016.

PELC URBANO (2016-2018)

A quarta e última experiência do Pelc em São Bernardo do Campo chega com números bem maiores que os anteriores, visto que o Pelc Urbano contemplou dez núcleos de atividades, dez coordenadores de núcleos, sessenta agentes sociais de esporte e lazer, e um coordenador geral, com o objetivo de atender 4 mil pessoas pelo período de 24 meses.

Fruto de uma proposta enviada ainda no ano de 2013, o programa só foi iniciado em novembro de 2016, mais de três anos depois, e em um momento político turbulento, tanto no âmbito nacional, com o recém-golpe contra a então presidenta Dilma

Rousseff,⁶ e com uma transição no âmbito municipal, com a derrota do candidato à sucessão de Luiz Marinho para seu opositor, Orlando Morando.⁷

O Programa teve uma abrangência e uma capilaridade muito significativa, visto que conseguiu estar presente em praticamente todas as regiões da cidade. Além disso, com uma equipe composta por um coordenador de núcleo e seis agentes sociais de esporte e lazer em cada um dos dez núcleos, a oferta de oficinas e atividades era muito ampla e variada, o que possibilitou uma grande adesão da população ao programa.

Avaliando os relatórios e documentos do programa disponibilizados na Plataforma TransfereGov, verificou-se que houve um cuidado no processo de seleção dos agentes sociais, buscando diversificar os conteúdos, selecionando profissionais nas áreas relacionadas ao desenvolvimento de atividades físicas desportivas, oficinas culturais, artes marciais, ritmos e dança e oficinairos para turmas de artesanato.

Os bairros que receberam o programa foram: Jardim das Orquídeas, São Pedro, Areião, Jardim Lavínia, Ferrazópolis, Jardim do Lago, Alves Dias, Pauliceia, Vila Marlene e Baeta Neves. Enquanto alguns bairros receberam pela quarta vez o programa, como é o caso do Areião, bairros como Pauliceia, Vila Marlene e Baeta Neves, por exemplo, receberam pela primeira vez.

Essa foi uma diferença significativa nessa edição do Pelc, visto que, enquanto as edições anteriores privilegiavam equipamentos localizados na periferia, no Pelc Urbano, bairros de classe média, em que se concentram pessoas com maior poder aquisitivo, puderam tomar conhecimento do Programa, o que de certa forma também contribuiu com sua municipalização, como veremos posteriormente.

A experiência adquirida a partir dos convênios anteriores, conforme relatado pelos próprios gestores, permitiu avanços no processo de organização dos núcleos, seleção de recursos humanos, aquisição de materiais esportivos, organização do quadro de oficinas e, principalmente, permitiu um maior investimento nas reuniões de formação em serviço e no desenvolvimento dos conselhos gestores locais.

Os relatórios de execução, disponíveis na Plataforma TransfereGov, sinalizam que a opção por iniciar as atividades do programa ainda no ano de 2016 permitiu uma organização suficiente para que a transição para um governo de oposição já encontrasse o programa em funcionamento e com grande quantidade de atendimentos, dificultando, assim, qualquer possibilidade de rompimento ou cancelamento do pro-

6 Dilma Rousseff foi eleita presidenta da República pelo Partido dos Trabalhadores (PT), por dois mandatos, de 1 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2018, sofrendo processo de *impeachment* em 31 de agosto de 2016.

7 Orlando Morando foi eleito prefeito pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), cumprindo mandato a partir de 1 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2020.

grama, fato esse que permeava as discussões entre os trabalhadores do programa e gestores municipais em função da troca de partidos na gestão local.

Cabe lembrar que, a partir do ano de 2013, o cenário político nacional experimentou certa turbulência que não era vista há anos e, especialmente, a partir de 2015, essa instabilidade política passou a interferir na economia e na arena política, iniciando um processo intenso de polarização, que culminou em uma desconstrução de todo o trabalho realizado pelos governos do Partido dos Trabalhadores nos anos anteriores, colocando em xeque a efetividade de políticas públicas, como o Pelc.

Curiosamente, apesar de opositor voraz do PT, o prefeito eleito, Orlando Morando, assumiu em janeiro de 2017 com o discurso de terminar todas as obras iniciadas pelo governo anterior e, em relação ao trabalho na Secretaria de Esportes e Lazer, ampliar o investimento no esporte de base, esporte educacional e esporte de participação e lazer. Nesse ponto, o Pelc e sua proposta de trabalho foram muito bem recebidos pelo novo governo, que passou a valorizar ainda mais o programa.

Com estabilidade para executar o programa e cumprir na íntegra suas diretrizes, e com um corpo técnico mais experiente e qualificado, a equipe de trabalho do Pelc Urbano, além das oficinas de esporte e lazer, dedicou atenção especial ao fortalecimento dos dez conselhos gestores locais. Ao todo, nos dez núcleos de atividades, os registros demonstram uma média de 6 mil atendimentos diretos ao mês, que, somados a um calendário diversificado de eventos, incluindo os familiares dos beneficiados, contemplava cerca de 15 mil atendimentos mensais.

Outro aspecto relevante diz respeito ao tempo de execução desse convênio, que foi maior que os outros, compreendendo 24 meses, enquanto os convênios anteriores duravam entre doze e dezoito meses. Além disso, a experiência adquirida anteriormente, somada a uma maior aproximação da comunidade e dos agentes sociais envolvidos com os gestores locais, especialmente na figura do Conselho Gestor local, possibilitou um maior reconhecimento da sua importância pelos gestores municipais.

Soma-se a esses pontos a impossibilidade de pleitear um novo convênio, haja vista a redução de investimentos pelo governo federal, e uma maior capacidade de mobilização, seja pelos conselhos gestores locais fortalecidos em alguns núcleos, seja pela influência das pessoas com maior poder aquisitivo junto aos governantes; com isso, o caminho para a municipalização da política pública se abriu, e, ao final de 2018, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer decidiu destinar parte dos recursos de seu orçamento para a criação do Pelc municipal no ano de 2019.

MUNICIPALIZAÇÃO DO PELC (2019)

Evidente que o processo de municipalização é resultado de um processo que teve início com a realização da primeira edição do programa. A partir do primeiro con-

tato, bases foram se estabelecendo tanto na esfera da comunidade quanto dentro da própria gestão municipal. A impossibilidade de se pleitear uma nova edição junto ao governo federal, somada a um movimento da população e agentes sociais junto aos gestores municipais, possibilitou a discussão mais efetiva sobre a municipalização, algo que não foi verificado nas edições anteriores.

É importante destacar que, ainda que municipalizado, houve uma redução considerável na estrutura do programa, se comparado à edição custeada pelo governo federal. Enquanto no Pelc Urbano os investimentos federais chegavam a um milhão de reais por ano, no programa municipal foi destinada uma quantia de R\$ 300.000,00 para sua realização (ADC São Bernardo, 2019).

Em relação ao quantitativo de profissionais, de 71 pessoas, o efetivo foi reduzido para 25, afetando assim a carga horária de atendimento junto à comunidade. A periodicidade de reuniões e formação em serviço também foi afetada, visto que, como os agentes sociais desenvolviam apenas suas oficinas, em horários diversificados, a determinação de uma parte da carga horária para reuniões, igual para todos, não foi realizada.

Em relação à quantidade de atendimentos, enquanto no Pelc Urbano a previsão de 4 mil atendimentos foi superada, chegando a mais de 5 mil beneficiados, a partir da municipalização, pouco mais de 2 mil atendimentos foram registrados. A redução de atendimento é significativa, entretanto, cumpre ressaltar que, naquele momento histórico, prevalecia na sociedade brasileira uma discussão intensa sobre a economia de recursos públicos, muito conveniente para o gestor à época, que soube se apropriar desse fato, reduzindo os recursos para o programa recém-municipalizado.

Como aspecto positivo, quatro dos onze coordenadores do Pelc Urbano permaneceram no programa municipal, com o compromisso de atuar em conjunto com os servidores de carreira do município, participando das reuniões, da organização e realização de eventos e, principalmente, no fomento e manutenção das atividades dos conselhos gestores locais, como forma de que a ação dos coordenadores tivesse como objetivo assegurar a manutenção dos princípios e diretrizes do programa nas comunidades.

O instrumento utilizado para a municipalização do programa foi mediante subvenção a uma entidade esportiva do município, aproveitando um modelo de transferências de recursos utilizado até então, para realizar e promover equipes de esporte de alto rendimento da cidade. Da totalidade de recursos destinados à subvenção, o Pelc recebeu cerca de 10%, representando assim, mesmo que pequeno, um avanço na distribuição de recursos municipais.

Após a realização dos objetivos propostos no ano de 2019, o programa foi renovado para o ano de 2020, entretanto, não teve seu desenvolvimento completo, em

virtude da suspensão das atividades esportivas presenciais, devido à pandemia de covid-19 (ADC São Bernardo, 2020). Somente em 2022, com o avanço da vacinação e o controle da pandemia, o Pelc municipal foi gradativamente restabelecido e, em 2023, encontra-se em desenvolvimento, mediante convênio com uma organização social sem fins lucrativos do município, a Associação de Incentivo ao Desporto, Educação, Arte e Labor (Aideal), fundada e gerida por alguns dos agentes sociais e coordenadores do Pelc Urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descrever e avaliar o desenvolvimento de uma política pública de iniciativa do governo federal e seus impactos em âmbito municipal não é uma tarefa fácil. Nosso objetivo, no presente texto, correspondeu a descrever aspectos relacionados ao processo de municipalização de um programa de lazer e esporte recreativo, contribuindo com elementos e possibilidades para novos trabalhos e novas intervenções no campo das políticas públicas de esporte e lazer.

O exemplo verificado em São Bernardo do Campo aponta para o fato de que a continuidade das políticas públicas, a mobilização e conscientização da comunidade sobre essas políticas, o fortalecimento dos conselhos gestores, a mobilização de recursos próprios, humanos e financeiros, pelos gestores locais, pode conduzir à concretização de um dos objetivos da política pública, em especial efetivar a autonomia do município em implementar, executar e avaliar suas próprias ações.

Destacam-se, ainda, dois fatores que contribuíram com a municipalização, a impossibilidade de se pleitear novos recursos junto ao ME, tanto pela inexistência de novos editais no período entre 2016-2018, e sua posterior extinção em 2019, e o segundo fator a qualificação dos agentes sociais envolvidos nos convênios anteriores, mobilizando a comunidade e dialogando com as autoridades públicas, políticos e gestores, atuando na incidência política internamente junto aos gestores públicos para se estabelecer um novo modelo de política pública no município.

A existência de uma estrutura mínima para a realização dos convênios no município pode ser considerada como um diferencial para a consolidação da política pública, visto que a existência de uma Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, com recursos próprios, equipamentos esportivos e equipe de trabalho permanente vinculada ao setor, possibilitou a realização dos convênios, e a incorporação dos princípios e diretrizes do Pelc, sensibilizando os gestores e a comunidade para a importância da municipalização.

REFERÊNCIAS

- ADC SÃO BERNARDO. *Relatório Final de Prestação de Contas do Programa Esporte e Lazer da Cidade*: convênio 04/2019, Processo SB 1423/2019. São Bernardo do Campo, 2019.
- ADC SÃO BERNARDO. *Relatório Final de Prestação de Contas do Programa Esporte e Lazer da Cidade*: convênio 03/2020, Processo SB 1682/2020. São Bernardo do Campo, 2020.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html. Acesso em: 29 jul. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto das Cidades). Brasília, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em 26 set. 2023.
- BRASIL. Ministério do Esporte. *Política Nacional do Esporte*. Brasília: 2005. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/598>. Acesso em: 25 set. 2023.
- BRASIL. Ministério do Esporte. *Política Intersetorial: Pelc e PRONASCI*. Volume 3. Brasília, 2010. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/pelcPronasciv3.pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.
- BRASIL. Ministério do Esporte. *Programa Esporte e Lazer da Cidade*: orientações para a implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade, 2011. Brasília: SNEELIS, 2011. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/snelis/PELC2012/diretrizesPELC2011.pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.
- BRASIL. Ministério do Esporte. *Programa Esporte e Lazer da Cidade*: orientações para implementação / Edital 2013. Brasília: SNEELIS, 2013. Disponível em: http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/snelis/PELC2013/Prorrogaao_Edital%20001-13.pdf. Acesso em: 25 set. 2023.
- BRASIL. Ministério do Esporte. *Programa Esporte e Lazer da Cidade*: diretrizes 2023-2026. Brasília: SNEELIS, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/esporte/pt-br/noticias-e-conteudos/esporte/mesp-publica-edital-para-projetos-relacionados-ao-programa-esporte-e-lazer-da-cidade/DiretrizEditalPelc2023.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei 14.597 de 14 de junho de 2023b. Institui a Lei Geral do Esporte. Brasília, 2023b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Lei/L14597.htm. Acesso em: 25 set. 2023.
- BRASIL. Portal de Convênios. Plataforma TransfereGov. [S.l.], 2023c. Disponível em: <https://idp.plataformamaisbrasil.gov.br/idp/>. Acesso em: 25 set. 2023.
- BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- CAMARGO, L. O. L. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- CAPI, A. H. C.; ASSIS, A. F. Programa Esporte e Lazer da Cidade e Programa Vida Saudável em Santa Cruz dos Milagres/PI e São Bernardo do Campo/SP: caminhos para a consolidação de uma política pública de esporte e lazer. *Revista Esporte e Lazer: Direito de Todos*, Brasília, p. 64-77, 1 jul. 2017.
- CARNEIRO, F. H. S.; ATHAYDE, P. F. A.; MASCARENHAS, F. Era uma vez um ministério do esporte...: seu financiamento e gasto nos governos Lula, Dilma e Temer. *Revista Motrivivência*, Florianópolis, v. 31, n. 60, e65541, out. 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-80422019000400002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 set. 2023.
- CASTELLANI FILHO, L. O projeto social Esporte e Lazer da Cidade: da elaboração conceitual a sua implementação. In: CASTELLANI FILHO, L. (org.). *Gestão Pública e política de lazer: a formação de agentes sociais*. Campinas: Autores Associados, 2007.
- DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva; Sesc, 2008.
- EWERTON, A. N. Programas Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável: passos para a qualificação das gestões de políticas públicas de esporte e lazer. In: PINTOS, A. E. S.; ISAYAMA, H. (orgs.). *Formação de agentes sociais dos programas Esporte e Lazer da Cidade (Pelc) e Vida Saudável (VS): trajetória, memória e experiências*. Campinas: Autores Associados, 2016. (Coleção Educação Física e Esportes).
- GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- JORAS, P. S.; MAIA, M. C. M. *A formação de agentes sociais de esporte e lazer: a experiência do Programa Esporte e Lazer da Cidade*. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.
- PINTOS, A. E. S. *Análise da experiência em Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Programa Esporte e Lazer da Cidade: Pelc*. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, 2018. (Coleção Grecco). Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/185963/001082267.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 maio 2023.
- PINTOS, A. E. S.; BONALUME, C. R. A formação no Pelc e a relação entre teoria e prática. In: PINTOS, A. E. S.; ISAYAMA, H. (orgs.). *Formação de agentes sociais dos programas Esporte e Lazer da Cidade (Pelc) e Vida saudável: trajetória, memória e experiências*. Campinas: Autores Associados, 2016.
- RIBEIRO, S.; FERRAZ, E. M. Programa esporte e lazer da cidade: autogestão em foco. *Corpoconsciência*, v. 20, n. 2, p. 10–22, 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/4243>. Acesso em: 25 set. 2023.
- RODRIGUES, R. P.; PINTO, L. M. M. Formação continuada na trajetória histórica do programa Esporte e Lazer da Cidade do Ministério do Esporte. In: PINTOS, A. E. S.; ISAYAMA, H. (orgs.). *Formação de agentes sociais dos programas Esporte e Lazer da Cidade (Pelc) e Vida saudável: trajetória, memória e experiências*. Campinas: Autores Associados, 2016.

- SECCO, E. B. *O Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc) e a promoção do lazer: um estudo de caso no Centro Esportivo do Jardim Lavínia no município de São Bernardo do Campo*. 2019. 264f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- SECCO, E. B.; STOPPA, E. A. A formação profissional de agentes sociais de esporte e lazer: considerações iniciais sobre o processo de formação do Pelc no Jardim Lavínia, em São Bernardo do Campo. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, v. 4, n. 2, p. 3-21, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/572>. Acesso em: 25 set. 2023.
- SECCO, E. B.; STOPPA, E. A. Lazer e participação social: a experiência do conselho gestor do Pelc em São Bernardo do Campo. *Corpoconsciência*, v. 25, n. 3, p. 131-146, 2021. DOI: 10.51283/rc.v25i3.12914. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/12914>. Acesso em: 26 set. 2023.
- SEVERINO, A.J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.
- SOARES, M. M.; GUADANINI, A. S. Resultados de monitoramento e avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (Pelc) e Vida Saudável (VS). *LICERE – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, p. 379-404, 2018. DOI: 10.35699/1981-3171.2018.1946. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1946>. Acesso em: 25 set. 2023.
- UNGHERI, B.O.; ISAYAMA, H.F. Esporte e lazer: reflexões sobre o não planejamento de políticas públicas. *Revista Motrivivência*, Florianópolis, v. 32, n. 63, p. e73365, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-80422020000300135&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 maio 2023.
- UNGHERI, B. O.; ISAYAMA, H. F. Equipamentos públicos de lazer e esporte: o cenário institucional de municípios que implementaram o Programa Esporte e Lazer da Cidade. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 43, p. e011120, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/QsZq9XrzwMhWjh5X4KqYjcg/?lang=pt#>. Acesso em: 23 maio 2023.
- UNGHERI, B. O.; ISAYAMA, H. F. Municipalização das políticas públicas de esporte e lazer: reflexões sobre o legado do programa esporte e lazer da cidade. *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, v. 11, n. 3, p. 528-562, 2022. DOI: 10.5585/podium.v11i3.20204. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/podium/article/view/e20204>. Acesso em: 25 set. 2023.
- YIN. R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3ª ed., Porto Alegre: Bookman, 2004.

DOSSIÊ

“Tensões em torno de saberes
científicos e tradicionais”

CAPÍTULO 11

Perspectivas teóricas do estudo da razão comunicativa em Jürgen Habermas

Marco Antonio Bettine de Almeida

INTRODUÇÃO

A questão central da teoria do agir comunicativo (TAC) é retomar a tradição dos estudos clássicos das humanidades que defendem que os processos de modernização da sociedade ainda podem ser analisados sob o ponto de vista da racionalização, tal qual se constituiu na tradição ocidental, e há a possibilidade de pensarmos em racionalizações (Habermas, 2012a, 2012b). Nesse sentido, não há como negar uma racionalização patológica e colonizadora da vida das pessoas.

Os estudos de Hannah Arendt (1999) em *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* e os escritos recentes de Foucault (1987) em *Vigiar e punir*, por exemplo, apontam racionalidades perversas na sociedade contemporânea. No entanto, Habermas vai defender a existência de outra racionalidade, pouco aprofundada na filosofia. Tal racionalidade estaria livre de coerções e seria a forma de construção da própria humanidade; o pano de fundo para as relações humanas, a potencialidade de criação, de comunicação e de desenvolvimento.

Por esse motivo, Habermas, nas primeiras páginas da TAC, aponta seus objetivos, bem como os fundamentos que o levaram a escrever uma obra de tão grande vulto. O primeiro fundamento é construir os alicerces epistemológicos de uma racionalidade comunicativa; o segundo fundamento é interpretar a dinâmica da sociedade pautada em uma dicotomia entre agir estratégico e agir comunicativo.

Na construção do segundo fundamento, a teoria habermasiana sinaliza um processo de colonização do mundo da vida. Esse processo, a princípio fácil de entender, seria, *grosso modo*, a vitória de uma racionalidade patológica na sociedade atual. Entretanto, ele, na verdade, esconde o essencial: a racionalidade patológica, para existir, precisa colonizar o mundo da vida. Sem colonizar os alicerces que constituem a humanidade, a patologia não existiria; ela seria um ente para si, e não em si.

Para escrever a TAC, Habermas (2012a, p. 261-262) vai utilizar a seguinte estrutura metodológica: primeiro vai debruçar-se sobre a teoria da racionalização de Max Weber, atentando para as alterações estruturais de imagens de mundo religiosas e sobre o “potencial cognitivo das esferas de valores ciência, moral e arte” (Habermas, 2012a, p. 261), e a forma como a racionalização capitalista se constituiu. Da tradição de György Lukács a Max Horkheimer e Theodor Adorno, discutirá a recepção marxista da tese weberiana da racionalização, propondo que é possível ampliar o conceito de ação que tenha como fundamento o agir comunicativo.

Da teoria da comunicação de George Mead e da sociologia da religião de Émile Durkheim, Habermas vai tirar a proposição de que a linguagem “verbalização” foi constituída a partir do sagrado, ou, nas palavras de Habermas (2012a, p. 261): “a ideia de transformação do sagrado em linguagem [*Versprachlichung*] apresenta-se como ponto de vista em que convergem as assunções de Mead e de Durkheim sobre a racionalização do mundo da vida”. Com o desenvolvimento da teoria dos sistemas de Talcott Parsons, será possível convergir para a teoria da ação desenvolvida na recepção da racionalização capitalista e a abordagem marxista fundamentada no agir comunicativo, para reformular a tese de Max Weber e empregá-lo nos dias atuais. Para conseguir isso, Habermas vai radicalizar a disjunção do sistema e mundo da vida.

Em outras palavras, a colonização do mundo da vida é uma desacoplagem progressiva da integração social pelos caminhos do mundo da vida e da integração sistêmica. Esta última radicalizar-se-á a ponto de originar uma submissão do mundo da vida aos imperativos como o mercado e o poder administrativo (burocrático) no sentido weberiano do termo. Nesse caso, temos uma submissão dos valores do mundo da vida aos meios sistêmicos que resulta em uma colonização do mundo da vida.

Para debater tal processo, o capítulo fará uma busca conceitual dos estudos sobre as racionalidades, a fim de mostrar que a racionalidade comunicativa sempre esteve latente em clássicos da sociologia; esse trilhar teórico será feito em quatro momentos, o primeiro é compreender as racionalidades, o segundo a transformação das visões de mundo, o terceiro os conceitos de ação e, por último, o sentido.

RACIONALIDADES E A RACIONALIDADE COMUNICATIVA

Na TAC, Habermas apresenta uma breve introdução da diferença entre racionalidade e saber; no senso comum, fala-se que determinado sujeito conhece algo por conta de ter um raciocínio, uma racionalidade correta, rápida. Nesse caso, racionalidade tem menos a ver com a posse de conhecimento e mais com o modo como as pessoas adquirem e empregam tal saber.

Isso nos leva à seguinte questão: o que significa comportar-se racionalmente? Nesse sentido, seria entender o comportamento dos seres humanos a partir de uma compreensão da totalidade e dos seus condicionantes. Esse comportamento determina a forma como as pessoas à nossa volta agem, os valores sociais que dão suporte para determinadas ações e o saber que cada ação contém, isto é, busca-se que determinada ação possa ser explicada, ser compreendida, ser entendida. Assim, temos a ideia de que o comportamento é racional.

Para que determinado comportamento seja racional, ele deve – usando as palavras de Habermas – referir-se às coisas que existem no mundo, por exemplo, dizer para alguém: “Vou sentar, pois estou cansado”. Tal comportamento deve ser eficaz, ou seja, deve ser uma intervenção no mundo para que as pessoas a nossa volta compreendam os motivos de determinada ação: “quanto melhor puder fundamentar uma pretensão de eficiência ou de verdade proposicional associadas às pretensões tanto mais racionais elas serão” (Habermas, 2012a, p. 34).

Habermas quer estabelecer a existência de uma racionalidade nas ações de todos os indivíduos; nesse sentido, a eficiência de determinada ação e a intenção de comunicar-se para fazer-se entender já oferecem subsídios importantes para aceitar a racionalidade como elemento fundamental da sociologia. Para ele, “o mundo só conquista objetividade ao tornar-se válido enquanto mundo único para uma comunidade de sujeitos capazes de agir e utilizar a linguagem” (Habermas, 2012a, p.40)

A compreensão de um mundo – e aqui Habermas se utiliza do conceito da fenomenologia: mundo da vida – é pressuposto para a prática comunicativa. Esse contexto possibilita partilhar intersubjetivamente todas as formas de entendimento de um determinado contexto social. Habermas persegue esse local, em que é possível uma comunicação livre de coerções.

No primeiro capítulo da TAC, Habermas procura, com grande profundidade, dialogar com os teóricos da filosofia da linguagem e trazê-los para uma análise macrosocial.

Existe uma lógica da TAC: inicia-se com uma discussão epistemológica da filosofia da linguagem, o embate à filosofia da consciência, para, depois disso, introduzir os conceitos trabalhados de uma ação comunicativa nos clássicos da sociologia. Na TAC,

temos uma discussão importante com Max Weber, György Lukács, Theodor Adorno, Max Horkheimer, Karl Marx, Émile Durkheim, Herbert Mead e Talcott Parsons.

Habermas se propõe a fechar cada ponto, cada discussão. Objetivamente ele faz a seguinte narrativa: (a) mostrar que a ação é um conceito primordial para a sociologia; (b) afirmar que há um local em que tal ação é recepcionada, o mundo da vida; (c) apresentar que as pessoas utilizam argumentos para se fazerem entender.

Há uma discussão importante na filosofia da linguagem cujo foco são as pretensões de validade no argumento da fala. Para construir a originalidade de sua obra, Habermas enfrenta os grandes autores de referência.

Começando com a questão da pretensão de validade, o primeiro debate promovido é com Stephen E. Toulmin, no qual mostra que, para haver uma argumentação e um aprofundamento da argumentação, as pessoas devem aprender a partir dos fracassos, da refutação de hipóteses e do insucesso de algumas intervenções. Uma comunidade comunicativa é parte de um aprendizado profundo da sociedade. Para a argumentação conseguir atingir sua função na sociedade, tal aprendizado é necessário. Para cada tipo de argumento em determinada situação, o sujeito vai utilizar uma forma de discurso.

Habermas apresenta um resumo dos tipos de discursos e as possibilidades de aprendizado desses discursos. Por exemplo, no discurso teórico, os problemas levantados são cognitivos e instrumentais; as pessoas necessitam de instrumentos para darem conta de determinada afirmação e se fazerem entender, como na universidade: os alunos, no seu processo, precisam construir os argumentos e incrementar seu discurso teórico em sala de aula ou com grupos de colegas universitários para, em seguida, enfrentarem uma plateia em um congresso e, posteriormente, seguir uma carreira na academia científica.

No discurso do cotidiano, os problemas levantados são cognitivos e práticos; as pessoas necessitam das normas sociais e dos valores para compreenderem se determinada afirmação é válida, como em um supermercado: a pessoa pergunta o preço de determinado produto para outra que está com o uniforme do estabelecimento; espera-se que a pessoa consiga responder a essa questão, pois a pergunta está dentro dos contextos normativos. O que Habermas quer dizer com isso? Ele quer explicar que existem tipos de discursos em determinados contextos – esses discursos são atos de fala – e que há um aprendizado social deles. Usando um contraexemplo: um sujeito que usar um discurso prático em sala de aula, perguntando para um professor de química o preço de uma maçã, não aprendeu os usos dos contextos do discurso; do mesmo modo, se o sujeito perguntar a fórmula estrutural de uma maçã para a atendente do supermercado, também não compreendeu os discursos. Resumidamente,

Habermas afirma que as pessoas vão amadurecendo seu discurso à medida que convivem em sociedade e compreendem as regras que estruturam cada espaço social.

Para finalizar seu entendimento de discurso e sua pretensão de validade, após todo o diálogo com a teoria dos discursos, Habermas utiliza a tese de livre-docência de Scheit, de 1987: “Estudos sobre a teoria consensual da verdade”, resumindo seu ponto de vista da seguinte forma: existe o discurso, se – e somente se – o sentido da pretensão de validade for passível de problematização e se as pessoas puderem – isso não quer dizer que devem – almejar um comum acordo racionalmente motivado.

Habermas defende tipos de racionalidades e saberes plurais. Quando cada fala ou argumento cumpre seu papel racional, constrói-se uma visão do mundo, com toda a estrutura para compreender a argumentação. Este ponto é importante na TAC, pois demonstra que há um processo histórico de construção do saber e da linguagem – e, por conseguinte, da comunicação –, alicerçado em acordos sociais livres de coerção e, por isso, comunicativos. Na próxima seção, trataremos da crítica de Habermas à unilateralidade do conhecimento ocidental e da própria ideologia científica.

PASSAGEM DAS VISÕES DE MUNDO DO MÍTICO AO MODERNO

Habermas não quer ser julgado eurocêntrico, como muitos dos seus colegas europeus. Por isso, ele busca fazer todo um diálogo com a antropologia social a fim de demonstrar a existência de racionalidades nas diferentes culturas. Nesse sentido, ele tem o cuidado de ressaltar que a forma como o europeu construiu a sua racionalidade é uma das subjetividades possíveis dentro do espectro múltiplo de visões de mundo dos seres humanos, a partir da relação com a natureza e da produção material.

Na teoria habermasiana, existe um mundo social, partilhado por todas as comunidades humanas, e uma subjetividade, a forma como o sujeito compreende a sua sociedade. Habermas quer demonstrar, com traços da compreensão mítica e moderna de mundo, a estrutura do mundo da vida e seu formato tripartite – os mundos objetivo, social e subjetivo – como parte constitutiva das comunidades.

Outro ponto a destacar é o embate entre as teorias que conduzem a um pensamento de um agir-teleológico, isto é, um agir que busca um fim voltado a uma vontade do sujeito ou a uma imposição dele. Por exemplo, na política clássica, a ideia de existência de um Leviatã, com acordos dos quais os homens não participam. A teoria habermasiana defende a participação nas esferas sociais de ação, por meio do debate público sem coerções. O autor quer apresentar seu agir comunicativo, trazendo elementos de estudos antropológicos nos quais o entendimento – e não o fim – é que constituiu a sociedade. Desse modo, o mundo da vida seria baseado em consensos e, com a TAC, Habermas pretende enfrentar a tarefa de reconstrução de uma teoria crítica da sociedade, sem o obscurantismo da distopia.

O teórico também busca construir o conceito de imagens de mundo, que seria a forma como cada comunidade interpreta o mundo. Assim, levantam-se as seguintes questões: como os seres humanos interpretam o mundo? Como é possível representar uma racionalidade para todas as sociedades humanas? A resposta é encontrada na obra *Observações filosóficas*, de 1953, de Ludwig Joseph Johann Wittgenstein (2005). Segundo esse estudo, a linguagem é a forma como os sujeitos interpretam o mundo. A língua é uma referência para tal realidade, na qual cada unidade apresenta um sistema linguístico que permite a cada pessoa fazer-se entender na dinâmica de sua cultura.

No entanto, fica a dúvida sobre como a pessoa acessa tais mecanismos e coordena as ações no mundo da vida. Nesse momento, Habermas se utiliza de duas teorias de campos diferentes do conhecimento para esclarecer esse processo: a teoria cognitiva de Jean Piaget (1974) e as análises antropológicas da tribo Azande, feitas por Edward Evan Evans-Pritchard (2007). Nesse sentido, o indivíduo acessa o mundo da vida na convivência cotidiana dos valores da comunidade. Segundo Evans-Pritchard, há um mundo da vida comum, em que os sujeitos são racionais e buscam o entendimento, que se dá a partir do compartilhamento desse mundo. Segundo Piaget, o sujeito apenas acessa esse mundo se tivesse o desenvolvimento cognitivo, que, segundo Habermas, é uma tomada de uma “*posição descentralizada* por parte de uma *compreensão de mundo egocentricamente marcada*” (Habermas, 2012a, p.137, grifos do autor). No mundo subjetivo, piagetiano, os sujeitos podem refletir sobre o que ocorre no mundo objetivo, social, e também podem compreender a própria subjetividade.

O interessante é que, no v.2 da TAC, Habermas faz o mesmo esforço teórico para mostrar que Mead, quando vai explicar a forma de internalização das normas pelo consenso – e não pela opressão –, parte de um sujeito que deve dialogar com o mundo subjetivo. Todo esse esforço parece trazer uma herança de Marcuse e de Fromm sobre Freud (Rouanet, 1986), mas Habermas utiliza-se de forma diferente da apropriação do self, ego e do alter ego, buscando relacioná-los com o mundo da vida e, assim, formar uma trama de conceitos que dará base para o que seria o fundamento da sociedade, ou seja, o mundo da vida. Assim, ele afirma que “todo ato de entendimento pode ser concebido como parte de um procedimento cooperativo de interpretação, voltado a alcançar definições situacionais intersubjetivamente reconhecidas” (Habermas, 2012a, p. 138).

Nos limites deste texto, podemos apontar que a categoria mundo da vida acumula um trabalho interpretativo prestado pelas gerações precedentes; sendo um contrapeso conservador que se opõe ao risco de dissenso, que surge com todo processo atual de entendimento. As imagens de mundo descentradas permitem maior aprofundamento nas orientações das ações racionais. Habermas discute aqui o papel de sair do nível de determinado conjunto de crenças e valores particulares, imagens de mundo

centradas, para um descentramento dessas imagens. Quanto mais descentradas elas forem, mais as pessoas buscarão o entendimento e utilizarão a comunicação como forma de chegar a um consenso.

As sociedades, para buscar o entendimento, devem estar abertas a novas formas de compreensão de mundo. Para que isso ocorra, Habermas acredita em quatro processos relacionados. Desse modo, a fim de se constituir uma tradição cultural em determinado contexto social, é necessário: 1) admitir as pretensões de validade; 2) admitir que uma reflexão “precisa despir-se de seu dogmatismo a ponto de se poder colocar profundamente em questões as interpretações herdadas da tradição e de submetê-las a uma revisão crítica” (Habermas, 2012a, p. 141); 3) deixar realimentar com argumentações especializadas os processos de aprendizagem para que possam ser socialmente institucionalizados; 4) construir espaços comunicativos eficazes, descentrando o agir instrumental das relações sociais, como na administração estatal ou nas relações entre empregado e empregador, marginalizando o agir teleológico.

Habermas, ao utilizar o conceito de descentramento para pensar a questão da tradição cultural e aplicar na análise das sociedades, abre o caminho teórico para a introdução de uma racionalidade comunicativa.

OS QUATRO CONCEITOS SOCIOLÓGICOS DE AÇÃO

Na seção anterior, construímos as bases do mundo da vida, que são as três interfaces (social, objetivo, subjetivo). No mundo da vida, os sujeitos realizam uma série de tarefas, mais ou menos complexas, cercadas de significados. Podemos compreender as ações porque são racionais e, com o conhecimento delas, é possível construir as bases para uma teoria sociológica. Nesse aspecto, Habermas dialoga com Karl Popper (2013), particularmente no livro *Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento*, para a construção de suas bases, propostas em quatro formas de “agires”: teleológico; regulado segundo normas; dramatúrgico; comunicativo.

Esses “agires” estão em uma sequência de profundidade e em níveis de inter-relação entre sujeitos, bem como no processo histórico de se apresentarem nas discussões acadêmicas. O agir teleológico vem da tradição aristotélica; o agir regulado por normas é weberiana; o agir dramatúrgico é ligado a Goffmann; e o agir comunicativo é habermasiano.

Na discussão sobre o conceito de agir e seus quatro formatos, a TAC enfrenta o agir teleológico da tradição aristotélica. Segundo essa forma de agir, o sujeito realiza uma ação provocando um estado almejado. Existe, portanto, a ideia de controle das pessoas à volta e o uso de poder e influência, sem a preocupação com valores éticos e morais; o *telos* (fim) justifica os meios (Habermas, 2012a, p. 163).

O grande passo de Habermas é ampliar o modelo teleológico do agir para o agir estratégico, separando o modelo aristotélico em dois tipos: o primeiro seria sujeito-objeto; o segundo, sujeito-sujeito. Desse modo, o agir puro teleológico só existe na relação sujeito-objeto; nesse formato, existe apenas uma subjetividade controlando a natureza. Quando há a relação sujeito-sujeito, existem duas subjetividades em disputa e seu conteúdo necessariamente é relacional. O fim que S^1 deseja passa necessariamente pela subjetividade de S^2 ; o fim almejado passa por uma reflexão de outro sujeito racional, que provavelmente tem uma lógica dos fins próprios; nesse caso, os fins devem dar espaço às estratégias de ação. O agir estratégico é exatamente o processo de coordenar fins entre sujeitos racionais S^1 e S^2 .

A separação do modelo aristotélico de agir é muito importante para o pensamento habermasiano, na medida em que questiona a natureza da ação teleológica, que é diferente da ação estratégica, pois a primeira é finalística e a segunda, relacional. Nesse sentido, Habermas amplia os potenciais de ação e as formas de agir. Com esse mecanismo, é possível ter uma virada interpretativa, já que a comunicação será fundamental para uma ação relacional. Daí o termo estratégico, uma vez que sempre há a possibilidade de o sujeito não conseguir que o outro aja conforme seus interesses, e seu objetivo finalista da ação deve ser relativizado.

O conceito do agir regulado por normas traz os estudos durkheimianos de religião. Habermas procura apenas definir o agir regulado por normas, afirmando haver uma ação seguida pelos membros, que se orientam por valores em comum. Isso fica evidente ao percebermos, na realidade concreta, uma série de ações que realizamos por normas consensualmente construídas, como obedecer aos sinais de trânsito, entrar e sair dos transportes públicos ou utilizar pronomes de tratamento em uma conversa formal ou informal.

O mundo social é o que estabelece as justificações das normas seguidas por determinado agrupamento e o modo como devem ser acessadas essas normas.

No agir dramaturgico, Habermas busca aliar tanto uma perspectiva de que o sujeito pode se enganar como se autoenganar, que não seria necessariamente estratégico. Pode ser uma encenação, representar um papel social diante de uma determinada situação – por exemplo, o aluno que vai apresentar um seminário ou uma performance teatral. Ou o sujeito tem uma informação equivocada e não o sabe. A ideia principal desse tipo de agir é a de que há certo tipo de território social, no qual homens e mulheres representam papéis, não necessariamente estratégicos ou normativos, mas sim uma representação social. No mundo universitário, podemos pensar nos momentos de defesa de tese; no mundo empresarial, na apresentação de uma proposta para o financeiro; no mundo esportivo, na performance de uma ginasta de solo. Todos esses atos são performativos, em que sujeitos desempenham papéis sociais.

No agir comunicativo há a interação de pelo menos dois sujeitos capazes de falar e agir que estabelecem uma relação interpessoal. Não estamos falando de uma estratégia para um fim, de um agir orientado por uma norma socialmente válida ou de uma performance, mas sim de uma relação social em busca do entendimento. Esse mecanismo baseia-se na construção do entendimento pela linguagem e diferencia-se do teleológico porque busca o entendimento e o diálogo. As normas serão seguidas com os sujeitos utilizando-as em favor de ambos, no intuito de construir consensos; desse modo, eles não estão representando, e sim buscando coordenar seus planos e, com isso, suas ações.

Na TAC, há todo um esforço teórico para sustentar que todas as formas de agir pressupõem um agir comunicativo e que o consenso só será possível com altruísmo, conquistado pelo agir comunicativo. No modelo teleológico, a linguagem é um dos vários meios que o sujeito utiliza para atingir seus fins egocêntricos. Apesar do sentido egoico dado pelo sujeito, ele estará sempre amparado por uma relação social comunicativa, ancorada no mundo da vida. No modelo normativo de ação, a TAC pressupõe uma linguagem que transmite valores culturais, isto é, uma linguagem prática; o consenso é estabelecido pelas relações sociais e pelo conteúdo normativo, moral e ético que baliza as ações do agrupamento. O modelo dramatúrgico de ação pressupõe a linguagem como autoencenação, uma linguagem assimilada no seu formato estilístico e estético. Por último, o modelo produzido pelo próprio Jürgen Habermas, o comunicativo, em que a linguagem é o meio de entendimento no mundo das relações espontâneas. Utilizando-se das referências aos seus mundos (objetivo, social e subjetivo) a fim de compor definições em comum, esses estudos aprofundam os esforços da pragmática formal e da análise sociolinguística.

Habermas resume esse esforço teórico nos seguintes termos:

A unilateralidade das três outras concepções de linguagem revela-se no fato de os três tipos de comunicação assinalados por cada uma delas constituírem casos limite do agir comunicativo, a saber: *primeiro*, o entendimento indireto dos que têm em vista somente a realização de seus próprios propósitos; *segundo* o agir consensual dos que apenas tratam de atualizar uma concordância normativa já subsistente; e, *terceiro* a autoencenação direcionada a espectadores (Habermas, 2012a, p. 184, grifos do autor).

Para construir seu agir comunicativo, Habermas baseia-se na junção de diversas perspectivas que abordam a linguagem. O interacionismo simbólico de Mead, con-

cepção wittgensteiniana de jogo de linguagem, com a teoria dos atos de fala de Austin e a hermenêutica gadameriana.

Nesta seção buscamos desconstruir os quatro modelos de ação e trazê-los para o seu entendimento de agir; este seria o fundamento de todas as outras formas de agir. O entendimento de dois sujeitos em busca de um consenso é fundamental para a construção da própria linguagem.

Na próxima seção, debateremos a questão do sentido da ação social; claramente o sentido da ação será um diálogo com Weber, e Habermas sistematizará as aproximações feitas entre agir teleológico e agir estratégico.

A COMPREENSÃO DO SENTIDO

Nesta última seção, faremos um diálogo com os clássicos da sociologia para conceituar a forma como o pesquisador nas áreas de humanidades pode compreender a TAC. Tal qual feito com o fato social de Durkheim, ou a ação racional do sujeito weberiana, ou as relações entre classes em Marx. Habermas entende que a problemática do compreender ganhou importância na estrutura metodológica nas ciências humanas. Em sua opinião, o cientista social não consegue acesso à realidade somente pela observação e sua compreensão de sentido das ações sociais. O agir e falar são conceitos fundamentais e dificilmente explicados por pertencermos a um mundo da vida sociocultural, o ser-parte de um mundo dificulta o acesso a sua compreensão.

Neste caso, o cientista social “não tem acesso diverso ao mundo da vida do que tem um leigo em ciências sociais” (Habermas, 2012a, p. 207). Como então propor uma análise da sociedade que saia do subjetivismo ou da interpretação leiga da realidade?

O pesquisador na área de humanas deve ser capaz de compreender o mundo. Ser parte deste mundo, participar ativamente da sua geração.

*O compreender uma exteriorização simbólica exige em princípio a participação em um processo de *entendimento*. Significados, estejam eles corporificados em ações, instituições produtos do trabalho, palavras, relações cooperativas ou documentos, só podem ser desvelados *a partir de dentro*. (Habermas, 2012a, p. 213, grifos do autor)*

Apenas sujeitos aptos a acessar o mundo da vida podem interpretá-lo; esse acesso se constrói por meio da participação do sujeito com outros, de modo que ele mesmo se torne um envolvido. Estamos no campo de como o pesquisador pode acessar e compreender o mundo. Para Habermas, a resposta a essa questão deve ser feita com o auxílio de epistemologias que deram base para o conhecimento ser conhecido hoje;

para isso a TAC abordará o historicismo e o neokantismo para encontrar pressupostos da sociologia compreensiva. Posteriormente, apropria-se da categoria de paradigma e toda a discussão sobre a verdade, discutido por Thomas Kuhn, Karl Popper, Imre Lakatos e Paul Feyerabend. Todo esse fôlego teórico será para demonstrar que as ciências humanas têm no paradigma da filosofia da linguagem um potencial de ancoragem e que a objetividade do conhecimento, o método de compreensão do sentido do agir e a própria ideia de conhecer estão fundados nesse paradigma.

Com uma interpretação que é racional, o intérprete depara-se com estruturas que buscam pretensões de validade. Para Habermas, se o pesquisador neutralizasse essa forma de agir, ele seria apenas um observador que privilegiaria a objetivação, processo no qual o espírito humano experimenta uma alienação de sua real natureza subjetiva. Portanto, o pesquisador deve construir pontes entre a compreensão das ações e a interpretações das ações. Um movimento dialógico entre intérprete e mundo da vida.

Após apontar sua compreensão e a possibilidade de o pesquisador acessar o mundo da vida, Habermas vai discutir cada um dos conceitos de agir (teleológico, normativo, dramático e comunicativo) e como cada uma dessas formas de agir impede um conhecimento em busca de um significado. “Os conceitos fundamentais do agir teleológico, do agir regulado por normas e do agir dramático asseguram um *des-nível metodológico relevante* entre o plano em que se interpreta a ação e o plano da ação interpretada” (Habermas, 2012a, p. 223, grifo do autor).

No agir teleológico o pesquisador utiliza os dados para aquilo que objetivamente quer demonstrar, e o conhecimento é utilizado estrategicamente para os fins, como os exemplos de uma pesquisa para validar determinado medicamento ou certo tipo de atitude a tomar no mundo do trabalho. O pesquisador não quer pesquisar, mas encontrar uma resposta que satisfaça seus interesses subjetivos.

No agir regulado por normas, o pesquisador poderia em um primeiro momento utilizar as normas, como jurista, mas não acessaria os valores do mundo da vida para compreender o social; é possível que o pesquisador faça uma descrição via mundo social, normativo, mas não teria a capacidade de debater a validade de normas a partir da sua descrição. Nesse sentido, o agir regulado por normas não alcança uma metodologia compreensiva.

No agir dramático o pesquisador utiliza-se apenas de seu mundo subjetivo. Ele não consegue compreender o real, pois está obcecado na sua visão de mundo; são pesquisadores egocêntricos que acreditam que a sua interpretação é a única possível.

Por fim, Habermas vai apontar seu método de pesquisa. Inicia discutindo a importância da hermenêutica para a realidade simbolicamente pré-estruturada de Alfred Schütz (1932), no livro *A construção significativa do mundo social*, apontando

três decisões metodológicas prévias para desenvolver um método de pesquisa com base no agir comunicativo:

- (1) Decisão de descrever a realidade social de tal modo que ela seja concebida como uma construção do mundo cotidiano surgida das realizações interpretativas dos envolvidos – mundo social. “[...] o cientista social certamente também precisa servir-se desse *modus* da experiência. É por meio dele que chega seus dados” (Habermas, 2012a, p. 228).
- (2) Decisão de perguntar quem são estes indivíduos pesquisados e que conteúdos devem ser atribuídos a eles para que os fatos observados sejam explicados em um contexto compreensível – mundo subjetivo. “O cumprimento desse postulado garante a possibilidade de remeter todo o tipo de agir humano” (Habermas, 2012a, p. 229).
- (3) Decisão de formular hipóteses associadas a modelos pré-teóricos em que os envolvidos interpretam tanto a sua situação como o contexto da ação que participam – mundo objetivo.

Todo conceito em um modelo científico do agir humano precisa ser construído de tal maneira que uma ação executada de acordo com a construção típica por um indivíduo no interior do mundo da vida seja tão compreensível para o próprio ator quanto para seus semelhantes, e isso tudo no âmbito do pensamento cotidiano (Habermas, 2012a, p. 229).

Para Habermas, Schütz é de opinião que o observador ligado às ciências sociais assume um posicionamento teórico que lhe permite alçar-se acima da perspectiva vinculada ao mundo da vida, assumida tanto na sua própria práxis quanto na práxis que ele investiga. A etnometodologia crítica pode ser um elemento agregador à interpretação das ciências sociais, pois ela parte da premissa de que os intérpretes partilham os mundos objetivo, social e subjetivo. Procurando entender os estados de coisas existentes, os valores e as vivências dos indivíduos. “O intérprete só entenderá o que o autor possa ter *pensado*, à medida que discernir as razões que possibilitem considerar *razoáveis* as exteriorizações do sujeito da ação social” (Habermas, 2012a, p. 245, grifos do autor).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizando-se de todos esses referenciais, Habermas adequa seu pensar a partir da hermenêutica filosófica, em que o intérprete só pode esclarecer o significado de uma exteriorização simbólica enquanto participante no processo de entendimento entre

os envolvidos; buscando fazer uso da estrutura interna do agir orientado pelo entendimento, com o intuito de relacionar seu mundo da vida ao da sociedade a ser analisada, para assim reconstruir o significado do *interpretandum* como substância objetiva de um conhecimento passível de crítica.

Ao buscar este estágio de desenvolvimento das ciências sociais, utilizando uma metodologia que dê conta das diferentes culturas e formas de pensar o mundo, enfrentando a relação kantiana de sujeito e objeto para uma sujeito-mundo, ser-em-si, pode-se apresentar três caminhos para uma tentativa de universalidade do conceito de racionalidade comunicativa. “O *primeiro* é o da elaboração formal-pragmática do conceito de agir-comunicativo” (Habermas, 2012a, p. 257, grifo do autor), que seria a reconstrução das ações de fala orientadas ao entendimento, aproximar a semântica formal da teoria dos atos de fala e da pragmática linguística. “Em *segundo* lugar, podemos empreender a tentativa de avaliar a utilidade empírica de discernimentos formal-pragmáticos” (Habermas, 2012a, p. 257, grifo do autor); para isso seria necessária a explicação de modelos de comunicação patológicos, a evolução dos fundamentos de formas de vida socioculturais e a história de determinadas ações. “Em *terceiro* lugar, o processamento das abordagens sociológicas para uma teoria da racionalização social” (Habermas, 2012a, p. 259, grifo do autor).

Desses três formatos que podem auferir uma maior legitimidade às ciências humanas, Habermas escolhe o terceiro caminho, com a seguinte explicação:

Esse é o caminho que escolho (terceiro), certamente sem a intenção de proceder a investigações históricas. Mais que isso, pretendo retomar as estratégias conceituais, assunções e argumentações de Weber a Parsons, com a intenção sistemática de abordar problemas que possam ser resolvidos com o auxílio de uma teoria da racionalização desenvolvidos por meio dos conceitos básicos do agir comunicativo (Habermas, 2012a, p. 259, grifo do autor).

A história das teorias é mais importante para essa condução metodológica do que a história das ideias; nesse contexto, possibilita enfrentar a concorrência de paradigmas das ciências sociais assumindo a originalidade dos grandes teóricos da sociedade, como Marx, Weber, Durkheim e Mead, e os teóricos da cognição, como Freud e Piaget. Habermas alerta que há um limite dos paradigmas nas ciências sociais que às vezes não é captado pelos teóricos da filosofia da ciência, afirmando que “os paradigmas das ciências sociais estão *internamente* vinculados ao contexto em que eles surgem e se tornam efetivos” (Habermas, 2012a, p. 260, grifo do autor).

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- EVANS-PRITCHARD, E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. Perspectiva, 2007.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HABERMAS, J. *Teoria do Agir Comunicativo – Volume 1: Racionalidade da ação e racionalização social*. São Paulo: Martins Fontes, 2012a.
- HABERMAS, J. *Teoria do Agir Comunicativo – Volume 2: Sobre a crítica da razão funcionalista*. São Paulo: Martins Fontes, 2012b.
- PIAGET, J. A *Epistemologia genética e a pesquisa psicológica*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974.
- POPPER, K. *Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento*. São Paulo: Unesp, 2013.
- ROUANET, S. P. *Teoria crítica e psicanálise*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.
- WITTGENSTEIN, W. *Observações filosóficas*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

CAPÍTULO 12

Economia política da ignorância: a difusão dos negacionismos científicos entre o capitalismo de vigilância e os regimes de pós-verdade

Thiago Pires Oliveira
Gisele da Silva Craveiro

INTRODUÇÃO

A comodificação de dados informacionais, ou seja, o seu tratamento como uma *commodity*, constitui um dos desafios que repercutem nos mais distintos campos, como ocorre com a economia política da atenção, que envolve desde o mercado da opinião pública, verificado com as pesquisas eleitorais, passando pelo recente mercado de dados digitais, que abarcam desde o escândalo *Cambridge Analytica* até aquilo que, na atualidade, compreende-se como capitalismo de vigilância.

Mas esta economia da atenção também se constata no campo da ciência e tecnologia, especialmente no que se refere aos mais distintos matizes de negacionismos científicos, como o negacionismo do Holocausto ou da ditadura civil-militar brasileira de 1964, que buscam desafiar a historiografia, ou o negacionismo climático, o qual se encontra diretamente imbricado com os discursos e práticas denominadas por Vasques (2021) como antiambientalismo.

Nesse viés, importa recordar a observação feita por Carvalho e Cervi (2018, p. 98) sobre a contribuição das características da comunicação online para a potencialização de uma lógica populista na comunicação política, quando afirmam que

É relevante destacar que distante de um determinismo tecnológico, as relações políticas online tendem a refletir a política tradicional, seus fe-

nômenos, suas lógicas de estruturação e organização, bem como o comportamento dos seus atores.

Neste ponto, importa explicitar o que seria entendido como negacionismo científico por este trabalho. Utilizando a definição lexical da palavra “negacionismo” feita pela Academia Brasileira de Letras (ABL), entende-se que ela seria a “Atitude tendenciosa que consiste na recusa a aceitar a existência, a validade ou a verdade de algo, como eventos históricos ou fatos científicos, apesar das evidências ou argumentos que o comprovam” (ABL, 2021).

Partindo de tal premissa, mas sem ser completamente dependente dela, entende-se, para os propósitos deste trabalho, que o negacionismo científico seria uma prática discursiva que consistiria em um artifício estratégico para fins ideológicos que, ao recusar a aceitação da existência, da validade ou da verdade de um fato científico, ignorando em sua argumentação qualquer fundamentação em um método reconhecido pelo próprio campo científico responsável pela produção do fato, faria uso de outras práticas discursivas como a pseudociência e a anticiência.

Independentemente do teor da prática discursiva negacionista envolvida, utilizando a concepção de discurso como uma prática, tal como observado em Foucault, para se referir aos distintos negacionismos que possuem poucos pontos em comum, porém, a difusão de tais práticas no ambiente digital possui contornos semelhantes no que se refere às interações com a dinâmica do capitalismo informacional contemporâneo.

A base material que norteia o contexto contemporâneo tem na informação uma das mercadorias mais essenciais que integram relevantes processos de produção e troca. Tais relações se dão em bases distintas de tradicionais concepções associadas ao capitalismo agrário e ao capitalismo industrial que pautaram a economia política desde a sua constituição como um campo de estudos.

Compreender o desenvolvimento do capitalismo e as interfaces existentes com as tecnologias da informação e comunicação faz com que seja preciso compreender a ascensão de modos de desenvolvimento associados com as novas tecnologias que fazem com que o capitalismo ganhe contornos informacionais e que desembocaram em um contexto de controle e vigilância.

No presente texto, pretende-se discutir a condição do capitalismo na era da informação, avançando para um panorama sobre o capitalismo da vigilância até um desfecho das interações entre esta nova ordem econômica e aquilo que vem sendo caracterizado como pós-verdade.

O DESENVOLVIMENTO DOS DISPOSITIVOS INFORMACIONAIS NO CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA EM UM CONTEXTO DE COMPLEXIDADE ALGORÍTMICA

Castells (2005, p. 119) propõe que a “era da informação” como uma periodização da história contemporânea que teria como marco inicial a década de 1970 e seria caracterizada pela “emergência de um novo paradigma tecnológico organizado em torno de novas tecnologias da informação”.

Nesse paradigma tecnológico emergente, a própria informação se tornaria o resultado do processo produtivo e, conseqüentemente, decorreria a ascensão do surgimento do modo de desenvolvimento, ainda que pertencente ao modo de produção capitalista, chamado “informacionalismo” que se afigura “a nova base material, tecnológica, da atividade econômica e da organização social” (Castells, 2005, p. 51-54).

As sociedades da “era da informação” seriam aquelas “formadas pela interação entre a Net e o Ser, entre a sociedade em rede e o poder da identidade” considerando a abordagem realizada por Castells (1999, p. 429). Logo, haveria duas forças que, interagindo por meio de complexas relações de cooperação ou conflito, traduziriam a condição contemporânea.

Partindo das concepções de rede como “conjunto de nós-interconectados” e que elas configuram “estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede” (Castells, 1999, p. 429), vislumbra-se a “sociedade em rede” como a que exerceria a primazia da morfologia social (o poder dos fluxos canalizados pelas redes) sobre a própria ação social. Já a identidade seria compreendida de maneira emancipatória (“poder libertador da identidade”) e comunitária.

A concepção de Castells da sociedade em rede como aquela em que há a predominância do “poder dos fluxos sobre os fluxos do poder” hiperdimensiona a morfologia social gerada pelas redes, pois estas não somente funcionariam como mecanismos necessários para o entendimento da sociedade contemporânea, mas a leitura acrítica desse autor pode implicar em uma interpretação secundarizante da problemática política inerente a tais mecanismos. Logo, um diálogo crítico com o pensamento de Foucault se faz oportuno.

Foucault (2005, p. 19) compreende os “dispositivos” como meios operadores materiais do poder, afirmando que o que está em jogo no fenômeno do poder é, justamente, a determinação de “quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esses diferentes dispositivos de poder que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em campos e com extensões tão variadas”.

As redes configuram dispositivos a serviço do poder. Elas não seriam interpretadas em termos de hierarquia com o fenômeno político, mas seriam entendidas como um de seus componentes mais importantes, principalmente por serem um mecanismo de dominação. Portanto, a pretensão de conceber a rede como um elemento hierarquicamente superior em termos de importância ao próprio poder deve ser analisada criticamente para evitar que seja escamoteada a natureza da lógica de poder que se beneficia das relações viabilizadas por elas.

As redes são dispositivos fundamentais para o exercício do poder, principalmente por causa do avanço tecnológico que tem permitido um tratamento de dados cada vez mais individualizado, componentes do fluxo de informações transmitido pela internet, personalização por meio da atuação de algoritmos (Bucci, 2018). Assim, o dispositivo das redes digitais tende a ser, também, uma manifestação de uma microfísica do poder à medida que a imaterialidade do ambiente virtual cresce em relevância no contexto das relações humanas intersubjetivas.

Assim como o poder disciplinar foi “um dos instrumentos fundamentais da implantação do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correlativo” (Foucault, 2005, p. 43), com o advento das redes digitais, estas se constituem em dispositivos políticos de dominação que aperfeiçoam esse poder e são correlatas à economia informacional, cuja “produtividade e a competitividade na produção informacional baseiam-se na geração de conhecimentos e no processamento de dados” (Castells, 2005, p. 165).

A amplitude no alcance e a rapidez na circulação das informações assumem um papel estratégico nesse novo modo de desenvolvimento do capitalismo. Considerando que as duas características citadas constituem o âmago dessa nova realidade econômica, o conteúdo das informações acaba sendo um elemento secundário e prescindível dessa equação, o que atinge os aspectos relacionados com a verdade das informações mercantilizadas por esta nova configuração do capitalismo.

Outra abordagem que dialoga criticamente com o pensamento de Castells é aquela que sustenta que estaríamos em uma “Era da Desinformação” ou *Disinformation Age* (Cheyfitz, 2017), ou então em uma “Era da Informação Incorreta” ou *Misinformation Age* (O’Connor; Weatherall, 2019), isso sem falar daqueles que defendem que a existência de um modo de desenvolvimento baseado na informação e conhecimento implica em uma correlata “Economia da Ignorância” ou *Ignorance Economy* (Roberts; Armitage, 2008).

Afirmam Roberts e Armitage (2008) que a economia do conhecimento está enraizada na “produção, distribuição e consumo da ignorância e da falta de informação”. A economia do conhecimento envolveria não apenas a produção e o uso do conhecimento, como também a criação e a exploração da ignorância. Assim, a igno-

rância contribui destacadamente para a formação do capitalismo global avançado, de modo que a economia do conhecimento é, concomitantemente, uma economia da ignorância.

O capitalismo de vigilância seria definido por Zuboff (2020, p. 7) como “uma nova ordem econômica que reivindica a experiência humana como matéria-prima gratuita para práticas comerciais dissimuladas de extração, previsão e vendas”. Essa nova ordem opera sob uma “lógica econômica parasítica” que tem nos dados envolvendo os *Sapiens* a sua commodity principal, assim como o extrativismo do capitalismo industrial utilizava os elementos da natureza como sua matéria-prima.

Esse tipo de capitalismo seria um modelo padrão para o capitalismo de informação baseado na internet, que, diferente do capitalismo financeiro, que especula sobre capitais, especularia sobre comportamentos dos *Sapiens*, os quais seriam compreendidos nessa lógica como meros consumidores no espaço virtual (Zuboff, 2020).

A especulação comportamental envolveria a utilização dos dados pessoais disponibilizados para as *big techs* como contrapartida pela utilização aparentemente gratuita das suas plataformas de serviços e também a interação comportamental dos *Sapiens* com tais plataformas.

Logo, os usuários de plataformas digitais incorporariam, concomitantemente, na mesma pessoa, as funções de consumidor e de produtor, gerando uma nova categoria de agentes econômicos, os chamados “prossumidores”, tradução de *prosumers* (Dowbor, 2015, p. 112).

O olhar otimista da questão por Toffler (1980, p. 283) àquilo que ele denomina de “terceira onda” fica evidente no fato de que os prossumidores não seriam uma novidade contemporânea, mas, no passado, eram uma realidade associada à economia da “primeira onda”, que era predominantemente agrária, e havia uma fusão entre produtores e consumidores. A partir da “segunda onda”, a Revolução Industrial teria criado as condições materiais para uma segmentação dos agentes produtivos em relação aos consumidores e, assim, atenderia às necessidades da sociedade industrial gerada por essa transição paradigmática do modo de desenvolvimento que passou a ser baseada na “produção para troca”. Com o advento da “terceira onda”, baseada nos avanços tecnocientíficos e na crescente centralização do papel da informação na sociedade, transitaria o *Sapiens* para uma nova civilização. De acordo com Toffler, é sob essa nova onda que há a retomada da condição de prossumidor pelos agentes econômicos.

Por meio de seu comportamento *online* não diretamente mercadológico (por exemplo, as interações com mídias e conteúdos), os prossumidores de plataformas digitais gerariam dados que permitiriam às *big techs* não apenas aperfeiçoar sua tecnologia, como também conhecer seus usuários.

Esse mecanismo que possibilita às corporações extraírem aquilo que Zuboff (2020) chama de “superávit comportamental” é a estrutura fundacional para a economia da vigilância. Tal superávit constitui um “ativo de vigilância” que serviria como matéria-prima para abastecer as “fábricas de predição”, cujos produtos são vendidos em “mercados futuros comportamentais” para “qualquer ator com algum interesse em adquirir informação probabilística sobre o nosso comportamento e/ou influenciar comportamento futuro”, a exemplo de anunciantes.

Avaliando as mudanças estruturais que têm se operado no capitalismo, o economista brasileiro Ladislau Dowbor (2020) se contrapõe ao otimismo toffleriano e dialoga com a abordagem zuboffiana ao apontar para a tendência atual de a civilização dos Sapiens estar se direcionando a uma “catástrofe em câmera lenta” composta por tragédias ambientais, pela desigualdade explosiva e pelo emprego dos recursos financeiros e tecnológicos em finalidades não essenciais, que segundo esse autor envolveriam finalidades contrárias à noção de bem comum.

Estando distante do bem comum, o capitalismo da vigilância tende a trazer um cenário crítico até mesmo para a compreensão cognitiva da gravidade da crise ecológica e da iminência da emergência climática. Não é infundado que, mantidas as tendências atuais relacionadas a essa forma de deslocamento do capitalismo, Dowbor (2020, p. 165) acabe afirmando que:

[...] o sentimento que emerge é o de que estamos evoluindo rapidamente para uma sociedade de vigilância, em que as tragédias sociais e ambientais serão explicadas como necessárias por um poder crescentemente desequilibrado e, por isso mesmo, mais opressivo.

É preciso recordar a ainda recente prática discursiva designada de notícias fraudulentas (*fake news*). O conceito de notícias fraudulentas se encontra em nítida disputa no campo acadêmico (Ribeiro; Ortellado, 2018). Mas, utilizando a proposta conceitual de desordem informacional, foram identificados estudos que as compreendem inseridas dentro do conceito de desinformação (Wardle; Derakhshan, 2017), enquanto há autores, como Shu *et al.* (2020), que identificam nessa prática discursiva elementos que mesclam a desinformação (*disinformation*) com a informação incorreta (*misinformation*).

Uma das definições para notícias fraudulentas é a elaborada pelos economistas Allcott e Gentzkow (2017), que as concebem como artigos de notícias que são deliberadamente falsas, tendo o potencial de enganar leitores. Trata-se de um conceito de que: a) a mensagem veicularia uma aparente “notícia”; b) constariam elementos de intencionalidade e falsidade comprovada; c) aptidão para enganar outrem. McIntyre

(2018, p. 173) insere a discussão no contexto de sua reflexão sobre as implicações científicas da pós-verdade para definir as notícias fraudulentas como a “desinformação deliberadamente criada para parecer uma notícia real a fim de ter um efeito político”.

Utilizando a perspectiva dos leitores das notícias fraudulentas em meios eletrônicos, ou seja, de usuários da internet, a “cartografia” sobre os territórios da publicação de notícias por parte da imprensa e do interesse de leitores na busca de notícias online elaborada por Vitorino e Renault (2020) associa a irrupção das *fake news*, ou seja, os acionamentos da expressão teriam se intensificado no Brasil, e em outros países, tendo como pano de fundo discursos político-eleitorais.

De acordo com Silva e Oliveira (2020), a divulgação de notícias fraudulentas levaria à vulgarização de informações mentirosas e/ou do pseudoceticismo. Logo, a relativização da verdade em sentido factual pela *fake news* atua como mecanismo de pós-verdade.

Esse fenômeno tanto apresenta desafios, sendo que Bucci credita aos meios digitais a parcela de “responsabilidade pela desvalorização da verdade factual” (Bucci, 2018, p. 26), como também temos um abandono por parte dos pesquisadores de mídias sociais da noção de sítios de *fake news* em favor do reconhecimento da emergência do que seria concebido como uma “mídia hiperpartidária”. O que leva a compreender melhor que a finalidade de amplificar a polarização da esfera pública é a hiperpartidarização (Ribeiro; Ortellado, 2018).

Sob a ótica da economia da competição pela atenção, Hendricks e Vestergaard (2019) não destoam dos autores anteriores ao concluir que um mercado livre e desregulado de informações e notícias não implica obrigatoriamente que os produtores de notícias de “baixa qualidade” seriam eliminados automaticamente. Logo, haveria um otimismo excessivo na crença de que as informações verdadeiras, sem qualquer interferência ou censura, superariam as informações falsas ou fraudulentas por aqueles que justificam a desregulação desse mercado.

Essa concepção se baseia no modelo ideal de *Homo oeconomicus*, figura que constituiu elemento de base da razão governamental formulada no século XVIII e que orientou o pensamento liberal e neoliberal dos séculos XIX a XXI (Foucault, 2008, p. 370), principalmente no âmbito do neoliberalismo, quando esse agente personifica a “escolha racional do individualismo”, o que implica em seu comportamento ser dirigido “racionalmente com relação a fins” (Ianni, 1999, p. 220).

Tal crença compreende os *Sapiens* como agentes racionais que amparam suas opiniões e decisões na objetividade factual e na sobriedade do raciocínio. Inexoravelmente, ela ignora as dimensões emocionais e os mecanismos psicológicos que interferem nos comportamentos e opiniões individuais (Hendricks; Vestergaard, 2019).

A concepção de racionalidade do *Homo oeconomicus* figura como um discurso passível de manipulação ideológica por quaisquer pensamentos de matriz liberal independentemente da condição exteriorizada pelo agente econômico que a encarna (produtor, consumidor ou prossumidor) e que acaba contribuindo para o não enfrentamento dos problemas estruturantes envolvendo a economia de vigilância.

Considerando que todos os aspectos das subjetividades são mercantilizadas como matéria-prima para a geração de lucros no capitalismo de vigilância, Hendricks e Vestergaard (2019, p. 135) irão propor que a ausência de uma regulação que estabeleça limites e garanta uma proteção efetiva aos dados individuais poderia manifestar uma nova variante de totalitarismo corporativo.

Apesar do paralelo entre os fenômenos, Zuboff rejeita a comparação do capitalismo de vigilância com o totalitarismo. Para ela, o capitalismo de vigilância é um fenômeno inteiramente inédito que tem no instrumentarismo a sua principal forma de exteriorização do poder.

O instrumentarismo ou poder instrumentário é definido pela citada autora como “a instrumentação e instrumentalização do comportamento para propósitos de modificação, predição, monetização e controle” (Zuboff, 2020, p. 402). Logo, visualiza-se a necessidade de explicitar as diferenças semânticas de dois termos semelhantes: instrumentação e instrumentalização.

De acordo com Zuboff (2020, p. 402), a “instrumentação” constitui a “arquitetura material conectada que participa da computação sensível, a qual [...], compila, interpreta e aciona a experiência humana”, enquanto a “instrumentalização” faz referência às “relações sociais que orientam os titeriteiros para a experiência humana como capital de vigilância a nos transformar em meios para alcançar os objetivos alheios de mercado”.

As relações sociais forjadas no ambiente digital implicam na circulação da informação por redes interconectadas em escala global. Considerando a existência do poder instrumentário pelo capitalismo de vigilância, tais informações fariam com que os regimes de pós-verdade interagissem no contexto dessa nova economia informacional, contribuindo para a disseminação da ignorância.

O poder instrumentário do comportamento nas redes sociais digitais visando a modificação, predição, monetização e controle configura uma potência simbólica e, utilizando uma expressão foucaultiana, até mesmo biopolítica, em que a manipulação da informação atende os fins que sejam coerentes com os meios de alcance do lucro pelas *big techs*.

A mais-valia obtida a partir de tal realidade adquire novos contornos. Ela sai de uma materialidade assentada em uma massa trabalhadora assalariada tradicional-

mente empregada em fábricas, estabelecimentos comerciais e fazendas para alcançar um patamar no qual o imaterial compõe a sua tônica.

Observa-se isso em plataformas digitais que demandam prosumidores, como as plataformas em que há o compartilhamento de produtos audiovisuais (por exemplo, YouTube, Vimeo, DailyMotion, Facebook), nas quais os prosumidores que geram conteúdo de negacionismo científico tendem a alimentar as bolhas de informação nutridas desse conteúdo.

Em razão do alto “engajamento” que tais plataformas obtêm daqueles indivíduos pertencentes a uma bolha que não produzem conteúdo, mas que também geram dados, utilizados pelo poder instrumentário e que permitem a predição comportamental, graças à atuação algorítmica (por exemplo, as sugestões de vídeos ou de páginas), os prosumidores criadores de conteúdo acabam inseridos na economia da vigilância e, concomitantemente, estimulados pela monetização auferida por um conteúdo negacionista.

A partir da noção de poder instrumentário, Zuboff a confronta com o conceito de totalitarismo desenvolvido por Arendt (1989) em *Origens do totalitarismo* para concluir que o capitalismo de vigilância consagra uma nova espécie de poder, sem precedentes na história, e que teria raízes teórico-ideológicas no “behaviorismo radical” de Skinner. Logo, para Zuboff (2020, p. 403), igualar instrumentarismo com totalitarismo “prejudica a nossa compreensão, bem como a nossa habilidade de resistir, neutralizar e, em última instância, derrotar a sua força”.

De acordo com Arendt (1989), o sujeito passa a ser objeto de controle totalitário quando se delimitam rigidamente os limites de sua cidadania ou, então, restringem-se os espaços territoriais nos quais os sujeitos devem desenvolver todas as potencialidades de sua existência, confinando-os em territórios controlados, sem possibilidade de expansão, além de ser constantemente submetido ao terror total.

A proposta de Zuboff constitui um aporte teórico crucial que avança nos estudos sobre a ascensão do autoritarismo nos ecossistemas digitais, que não deixam de ser uma nova dimensão da esfera pública neste século XXI. Zuboff denuncia uma nova forma de controle que, prescindindo das técnicas totalitárias, não deixa de ser eficiente no exercício do domínio biopolítico sobre as subjetividades, especialmente no que se refere à manipulação ideológica dos regimes de verdade (e de pós-verdade).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender o negacionismo científico como uma prática discursiva, a conclusão a que se chega é a de que tais produtos, por se expressarem como dados, são suscetíveis de serem manipulados pela economia da vigilância gerada pela complexi-

dade algorítmica utilizada pelo instrumentalismo das *Big Techs*, que são os principais atores desse capitalismo.

A pretexto de ser uma manifestação de plenitude da liberdade de expressão, a pós-verdade constitui a perversão desta. O capitalismo da vigilância é um terreno fértil para o afloramento de distintas práticas discursivas geradoras de uma paisagem de incerteza que dá contornos hiper-realistas para as subjetividades, o que é crítico em razão do crescente impacto das novas tecnologias no cotidiano.

A manipulação do poder instrumentário em redes sociais digitais constitui uma relevante potência simbólico-biopolítica que interfere na indústria do imaginário dominada pelas *big techs*. A apropriação dos espaços digitais por elas representa desafios para o exercício da cidadania no século XXI em razão da crescente commodificação informacional.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS [ABL]. *Negacionismo*. Rio de Janeiro: ABL, [2021]. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/negacionismo>. Acesso em: 10 mai. 2021.
- ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*, v. 32, n. 2, p. 211-236, 2017.
- ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BUCCI, E. Pós-política e corrosão da verdade. *Revista USP*, São Paulo, n. 116, p. 19-30, 2018.
- CARVALHO, F. C. de; CERVI, E. U. Mais populismo, menos representatividade: monitoramento e lógica populista da comunicação política em redes sociais online. *Revista Estudos Políticos: a Publicação Semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF)*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 86-103, jul. 2018.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 8. ed. Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2005 (col. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura; v. 1).
- CASTELLS, M. *Fim de milênio*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999 (col. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura; v. 3).
- CHEYFITZ, E. *The disinformation age: the collapse of liberal democracy in the United States*. New York: Routledge, 2017.
- DOWBOR, L. *O pão nosso de cada dia: processos produtivos no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- DOWBOR, L. *O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020.

- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HENDRICKS, V. F.; VESTERGAARD, M. *Reality lost: markets of attention, misinformation and manipulation*. Cham: Springer Open, 2019.
- IANNI, O. *A era do globalismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- MCINTYRE, L. C. *Post-truth*. Cambridge, MA: MIT Press, 2018.
- O'CONNOR, C.; WEATHERALL, J. O. *The misinformation age: how false beliefs spread*. New Haven: Yale University Press, 2019.
- RIBEIRO, M. M.; ORTELLADO, P. O que são e como lidar com as notícias falsas. *Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 15, n. 27, p. 71-83, 2018.
- ROBERTS, J.; ARMITAGE, J. The ignorance economy. *Prometheus: Critical Studies in Innovation*, v. 26, n. 4, p. 335-354, 2008.
- SHU, K.; WANG, S.; LEE, D.; LIU, H. Mining disinformation and fake news: concepts, methods, and recent advancements. In: SHU, K.; WANG, S.; LEE, D.; LIU, H. (ed.). *Disinformation, misinformation, and fake news in social media emerging research challenges and opportunities*. Cham: Springer, 2020. p. 1-19.
- SILVA, L. T. de A.; OLIVEIRA, J. C. de. Pós-verdade e política: um estudo do fenômeno fake news no campo do discurso político. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, Lisboa, v. 6, n. 4, p. 1637-1663, 2020.
- TOFFLER, A. *The third way*. New York: William Morrow and Company, 1980.
- VASQUES, P. H. Anti-ambientalismos nos Estados Unidos e no Brasil: uma avaliação sobre os elementos que contribuíram para sua emergência. *Sul Global*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 173-198, 2021.
- VITORINO, M. M.; RENAULT, D. A irrupção da fake news no Brasil: uma cartografia da expressão. In: TOURAL, C.; CORONEL, G.; FERRARI, P. (orgs.). *Big Data e fake news na sociedade do (des)conhecimento*. 2. ed. Aveiro: Ria Editorial, 2020. p. 41-69.
- WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. *Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Strasbourg: Council of Europe, 2017.
- ZUBOFF, S. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Trad. George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

CAPÍTULO 13

Ideologia racista e capitalismo no Brasil: uma crítica à interpretação institucionalista do racismo

Rodrigo de Araujo Merida Sanches

Dennis de Oliveira

INTRODUÇÃO

Causa grande desconforto na burguesia nacional qualquer tipo de evolução do marxismo brasileiro, de suas ideias e de seus intelectuais orgânicos, protagonistas no movimento social de base. Esse fato fica ainda mais evidente quando observamos a crescente onda de divulgação das ideias marxistas na internet nos últimos anos.

Personagens como Jones Manoel, Sabrina Fernandes e Thiago Torres – o Chavoso da USP –, e tantos outros e outras que estão democratizando o acesso ao conhecimento, e despertando a juventude negra e periférica para a mobilização revolucionária, são alvos de erseguição diária pela mídia burguesa e pelo conjunto dos aparelhos ideológicos do capitalismo doméstico. Essa situação descortina a força da luta de classes no nosso tempo, mesmo para quem reluta em aceitar sua existência

Mas, além disso, o avanço da dialética marxiana na academia e na pesquisa também são alvos de ataques constantes dos emissários do grande capital, e, nesse escopo, o conceito de “racismo estrutural” (Almeida, 2019; Oliveira, 2021), no seu potencial revolucionário, não escapou dessas investidas. É com o objetivo de marcar posição nessa batalha das ideias que este artigo foi escrito.

Muniz Sodré (2023), em entrevista à *Folha de S.Paulo* em 18 de março de 2023 para a divulgação do seu novo livro *O fascismo da cor*, ressaltou que o racismo não é estrutural, mas sim institucional, e justifica essa afirmativa da seguinte forma: “Para mim, o racismo é institucional e intersubjetivo. Por isso ele é muito difícil de comba-

ter. Se o racismo brasileiro fosse estrutural, já teríamos acabado com ele” (Meireles, 2023). Dessa forma, o objetivo de nosso artigo é reforçar a tese de que o racismo é, sim, estrutural e, contrapondo-se tanto a Sodré quanto aos institucionalistas, pretendemos argumentar que, além de estrutural, o racismo é uma ideologia funcional ao capitalismo e, ademais, as instituições não geram a ideologia, mas sim são afetadas internamente por práticas ideológicas – formas sociais –, ou seja, na realidade concreta não se trata de instituições racistas, mas sim de uma ideologia racista praticada nas instituições.

Para tanto, organizamos a apresentação da seguinte forma: na primeira seção produzimos uma revisão mais aprofundada sobre o conceito de aparelhos ideológicos e o papel das instituições e da ideologia na estrutura política e social. Na segunda seção realizamos uma breve apresentação sobre a relação entre racismo e ideologia aplicada especificamente no caso brasileiro. Na terceira seção realizamos uma crítica ao campo epistemológico do institucionalismo e apresentamos seus limites na análise da realidade, o que nos dará base para a produção de uma crítica ao conceito de racismo institucional na seção final e conclusiva do artigo.

A IDEOLOGIA PRODUZ AS INSTITUIÇÕES OU AS INSTITUIÇÕES PRODUZEM A IDEOLOGIA?

O processo histórico-concreto de formação do sistema de produção e troca capitalista é compreendido pelo surgimento das suas formas de relação social entre os sujeitos. Essas formas – ou práticas sociais concretas – darão sustentação material para esse modo de produção, para essa infraestrutura. Segundo Mascaró (2019, p. 8), formas sociais são “constructos das relações sociais, operando tanto coerções quanto possibilidades de interação entre indivíduos, grupos e classes”.

O surgimento da forma política estatal e da forma jurídica, como concepções sociais e ideológicas do capitalismo, se dá para sustentar a produção e reprodução do próprio modo de produção e da valorização de valor.¹ Ou seja, a reprodução do capitalismo como sistema e estrutura social e modo de produção econômica de valores ao longo da história depende estruturalmente da existência do Estado e do direito, da forma política estatal e da forma jurídica.

1 Para Marx (2017a) o processo de valorização do valor se dá, basicamente, quando o capital aumenta seu valor por meio do acréscimo do trabalho humano, e com isso se reproduz. Segundo Grespan (2021, p. 48): “o capital apenas adota uma forma específica, seja a dos meios de produção, seja a do dinheiro pago na compra de força de trabalho e matérias-primas, seja a das mercadorias produzidas; mas não se reduz a nenhuma delas. Como valor que se valoriza, o capital está sempre no fluxo entre essas formas”.

Pachukanis (2017, p. 87) cita diretamente Marx e Engels para afirmar que as formas sociais do capitalismo são “formulações ideológicas”, ou “formas de representação”. Segundo o autor (Pachukanis, 2017, p. 87): “o direito é psicologicamente experimentado pelas pessoas [...] as categorias jurídicas não têm nenhum outro significado além do ideológico”. Entretanto, o capitalismo é um sistema coletivo que se efetiva tanto no nível psicológico, subjetivo, quanto objetivamente, no nível material, por meio do Estado, do direito e da forma mercadoria.

As relações sociais objetivas no capitalismo ganham forma de relações de troca de valor, criam sujeitos de direito, e a ideologia tem o papel de consolidar e reproduzir essas relações como um valor universal e absoluto, criando estruturas de representação que possibilitam a assimilação mental do modo de produção e troca capitalista pela sociedade, em todos os seus níveis – produção, circulação e valorização – e complexidade; é a famosa relação entre infraestrutura e superestrutura.

A subjetividade capitalista – ou o que Marx (2017b, p. 892) chama de “religião da vida cotidiana” – atua como determinante ideológico no consciente e no inconsciente das pessoas para que a reprodução do sistema e a valorização do valor continuem atuando de maneira ininterrupta, mesmo contra a vontade dos indivíduos. Essa determinação ideológica se dá, materialmente, pela intersecção entre infraestrutura e superestrutura, ou seja, é o Estado ampliado e a atuação dos aparelhos ideológicos de Estado que impõem por meio da coerção física e mental a ideologia do capital, legitimando o modo de produção capitalista.

Assim, vemos que a ideologia atua no plano mental e, de forma simultânea, se sustenta materialmente no modo de produção capitalista. Ela determina as relações concretas entre os seres humanos e com isso impulsiona a reprodução do modo de produção objetiva e subjetivamente, ou, como afirma Grespan (2021, p. 55), “a consciência está imbricada na atividade material”. Essa relação entre ideologia e reprodução acontece devido à existência do que Althusser (2008, p. 100-101) chama de aparelhos ideológicos de Estado (AIE), que o autor define como:

[...] um sistema de instituições, organizações e práticas correspondentes, definidas. Nas instituições, organizações e práticas desse sistema é realizada toda a Ideologia de Estado ou uma parte dessa ideologia (em geral, uma combinação típica de certos elementos). A ideologia realizada em um AIE garante sua unidade de sistema “ancorada” em funções materiais, próprias de cada AIE, que não são redutíveis a essa ideologia, mas lhe servem de “suporte”.

São os AIE que, atuando na formação do inconsciente das pessoas, possibilitam a constituição e a determinação das práticas materiais e as relações sociais de produção pelas formas sociais – que têm na forma mercadoria seu átomo – e assim fazem com que o sistema se reproduza. Porém os AIE são múltiplos, eles constituem – no nível da subjetividade – a totalidade das formas sociais do capitalismo, todas as práticas sociais sob o capitalismo são atravessadas por algum AIE, seja na religião por meio dos valores morais e da visão de mundo burguesa, seja na educação como formação das gerações futuras, ou até mesmo na comunicação, reforçando diariamente os padrões culturais impostos pela modernidade (Althusser, 2008, p. 108).

A ideologia é um suporte fulcral para a reprodução do capitalismo; não existe reprodução sem ideologia. As formações ideológicas do capital, os AIE, fornecem a carga valorativa subjetiva que legitima a exploração, o trabalho como mercadoria. A forma de relação social de compra e venda de força de trabalho determina a prática social da exploração do trabalho pelo capital, por meio do salário, mas esse sistema não funcionaria se ele não fizesse sentido na cabeça das pessoas. Se as pessoas não acreditassem na representação de que o salário é um valor equivalente pelas horas que são despendidas para a produção, elas não venderiam sua força de trabalho para os capitalistas, portanto é nesse âmbito que atua a ideologia, legitimando todas as formas de representação da relação de compra e venda e criando a ideia dos sujeitos de direito livres no mercado para comprar e vender tudo, por meio de contratos validados pelo Estado. É a partir da ideologia que esse ciclo de exploração do trabalho pelo capital se perpetua.

Althusser (2008, p. 105) afirma que as ideologias não são produzidas pelas instituições; essa confusão é recorrente na academia, principalmente entre os não marxistas – como veremos mais à frente. Dessa forma, é comum encontrar alguns dizendo que as instituições inculcam suas ideologias na sociedade. Porém Althusser discorda dessa visão. Para ele, as instituições – políticas, sociais, ou privadas – são compostas por um conjunto de práticas, e essas práticas, sim, são determinadas pelas formas sociais do capitalismo. São as formas que, por meio dos AIE, inculcam as ideologias nas instituições e nas práticas sociais que as compõem, não o contrário. Portanto, não são as instituições que produzem a ideologia, mas, segundo Althusser (2008, p. 105), “determinados elementos de uma Ideologia (a Ideologia de Estado) que ‘se realizam’ ou ‘existem’ em instituições correspondentes, e suas práticas”.

As instituições do Estado reproduzem práticas sociais, compõem a forma política estatal derivada da forma mercadoria, elas nada mais são do que o Estado atuando para a reprodução do valor. Já os AIE interpelam a totalidade social do capitalismo, e por isso a forma política estatal do sistema capitalista. As práticas existentes dentro do poder do Estado são influenciadas pelos AIE da mesma forma que as relações

e práticas sociais das pessoas fora do Estado também são, mas cada um tem uma função específica na reprodução do capital. É isso que diferencia, por exemplo, as funções do Estado das funções da mídia.

O poder do Estado, por estar de certa forma submetido aos AIE, atua conforme a ideologia dominante dos aparelhos, independentemente da ideologia da classe que assuma o comando das instituições ou o controle do poder estatal. Portanto, coalizões políticas que são construídas para assumir o poder do Estado tendo por objetivo a alteração da Ideologia dominante dentro dos marcos do capitalismo tendem ao fracasso completo, pois tanto o poder estatal quanto os AIE têm seu funcionamento articulado estruturalmente à forma mercadoria e à forma valor do capitalismo.

A ideologia, ou a formação ideológica dominante no modo de produção capitalista, é a *ideologia da mercadoria*, o modo como o capital se apresenta na realidade, ou seja, composta por várias ideologias que se materializam nas práticas e nas relações sociais de produção e troca, como racismo, machismo e lgbtfobia, por exemplo. As formas sociais do capitalismo determinam as relações sociais por meio da imposição da ideologia dominante – e seu conjunto de ideologias –; é a inculcação da ideologia dominante na subjetividade humana que compõe as práticas sociais capitalistas.

Porém o que conseguimos identificar fisicamente de toda essa superestrutura complexa atuante no nosso cotidiano é o Estado ampliado (Mascaro, 2013, p. 72). Esse conceito propicia a compreensão de como a ideologia espalha nas instituições do Estado e enraíza nas nossas práticas diárias.

A construção desse Estado ampliado por meio da totalidade social capitalista, e das suas formas sociais, se dá pela fusão entre as práticas sociais e o poder estatal, que se dá, segundo Mascaro (2013, p. 69), por repressão tanto física quanto ideológica. Portanto, ideologia também é repressão, ou imposição, como dissemos anteriormente. Por trabalhar no positivo do capital, a dinâmica das formas sociais capitalistas – ou das relações sociais de produção – cria contextos de contradições e conflitos, com isso, a ideologia atua no contexto da luta de classes, em um contexto de frequente atuação do Estado ampliado e dos AIE na disputa pelas condições ideais de reprodução do modo de produção capitalista.

É por estar constantemente imerso nesse contexto de contradições e conflitos que a ideologia atua muitas vezes de modo repressivo por meio do Estado ampliado. A repressão, junto com a constituição ideológica, é uma função central para a reprodução capitalista (Mascaro, 2013, p. 69). Althusser (2008, p. 105) trata da questão do duplo funcionamento dos aparelhos de Estado, ou do Estado ampliado, da seguinte forma: “todo aparelho de Estado, seja repressor ou ideológico, funciona, simultaneamente, por meio da repressão e por meio da Ideologia”.

IDEOLOGIA E RACISMO NO BRASIL

A repressão para a reprodução capitalista não se dá apenas de forma violenta, física, mas também por meio da assimilação ideológica, e essa função do Estado para a reprodução do capitalismo orientou a constituição dos outros aparelhos estatais além do ideológico – por meio do cultural, midiático e educacional, na transferência dos valores ocidentais – como o militar e administrativo.

Porém, mesmo se tratando de um aparelho específico do Estado, a ideologia também é repressão, é imposição. O processo de colonização dos países africanos e asiáticos que ocorreu entre os séculos XIX e XX foi de intensa violência ideológica com a justificativa de levar a civilização moderna para os povos subjugados pelo Ocidente. Todo esse processo nada mais foi do que a violência da ideologia capitalista atuando para normatizar, doutrinar ou dizimar outras culturas.

Um processo mundial de universalização da forma de organização e representação mental do capitalismo, de seu modo de ocultação da realidade concreta da exploração, essa é a base ideológica na qual se formou o racismo, a imposição dos conceitos de raça, nação, desenvolvimento, civilização, democracia, ou seja, toda a carga valorativa ocidental moderna (Biondi, 2021, p. 2), ou, como também afirma Oliveira (2021, p. 68), “o fato de a categoria raça se consolidar com a conquista da América, como uma classificação construída para legitimar a colonização demonstra a sua função ideológica: legitimar e naturalizar relações de exploração”.

Ou seja, o racismo como se conhece é uma forma de relação social específica do capitalismo moderno, tendo como ponto de partida em comum a todas as outras formas sociais a mercadoria. É um constructo ideológico que deu base para a formação de todo o modo de produção contemporâneo e condicionou seu funcionamento; relações sociais capitalistas – representadas pelas formas sociais – e a forma social baseada na raça são mutuamente dependentes, portanto, enquanto existir capitalismo, existirá o racismo inevitavelmente, ou, parafraseando a famosa afirmação de Malcolm X (2020, p. 20-21): “não se pode ter capitalismo sem racismo”. A ideologia racista é elemento central no mecanismo de reprodução capitalista, o racismo é funcional para o capitalismo (Oliveira, 2016, *passim*; 2021, *passim*). Segundo Biondi (2021, p. 3), o capitalismo “não pode suprimir das suas bases o profundo histórico de opressão racial e colonial que se iniciou com a acumulação primitiva de capital”.

No caso brasileiro, com o surgimento das formas sociais capitalistas e a constituição da ideologia dominante (branqueamento e dependência econômica), que se deu durante a transição entre o escravismo para o capitalismo – período que Clóvis Moura (2020, p. 120) chama de escravismo tardio –, as práticas sociais escravistas dos anos anteriores concorriam com relações “modernizadas”, ou seja, por meio da “criação de um setor de trabalhadores *livres* nas brechas da economia escravista” (Mou-

ra, 2020, p. 102). Esse processo fez com que as relações sociais de produção fossem baseadas na exploração racial, tornando-se assim o suporte ideológico do modo de produção capitalista que estava se formando, adentrando nas estruturas do capitalismo dependente brasileiro atual.

Segundo Moura (2020, p. 104), nesse momento de transição entre modos de produção no Brasil existiu uma contradição latente entre relações sociais escravistas e uma introdução de relações liberais e capitalistas de produção. Moura (2020, p. 104) dá a esse dilema ideológico, que determinou o modo de produção escravista tardio, o nome de “liberalismo escravista”.

Ainda segundo o autor (Moura, 2020, p. 104, grifo nosso):

[...] Era como se estivéssemos em uma sociedade de economia livre. Não se computava a realidade de sermos uma sociedade escravista e, por isto mesmo, para conseguirmos ser uma sociedade industrial teríamos de abolir o trabalho escravo. Nisto a tarefa é omissa. O aceno à industrialização não levava em consideração nem o fato de termos uma grande massa de trabalhadores ainda considerada coisa e por isto incapaz de poder participar desse modelo de modernização, nem uma superestrutura jurídica e política que legaliza esse *status quo*, brecando qualquer possibilidade de mudança social nesse sentido. *Havia duas sociedades no Brasil para os formuladores da nossa sociedade.*

Todo esse contexto ideológico de transição moldou as estruturas sociais, políticas e culturais do Brasil contemporâneo. Com isso, os aparelhos ideológicos de Estado no Brasil e, conseqüentemente, as relações sociais no pós-abolição – ou as formas sociais capitalistas – se estruturam e operam a partir desta base: racismo, dependência econômica externa e superexploração da força de trabalho. Essa característica ideológica irá determinar toda a formação do capitalismo brasileiro ao longo dos séculos XX e XXI.

Como vimos, o racismo é ideologia, e essa ideologia é fundamental para a reprodução do capitalismo. No Brasil essa característica se acentua devido às características particulares da formação do capitalismo dependente nacional. O capitalismo brasileiro nasce dependente e racista, e isso o torna estrutural no Brasil. Nesse sentido, Clóvis Moura (2021, p. 64) argumenta sobre como essa estrutura ideológica se materializa nas condições concretas de sobrevivência da população negra brasileira atual:

[...] A existência do negro marginalizado por questões socioeconômicas, oriundas da forma como a escravidão foi extinta no Brasil, e do

negro conscientizado, que procura resolver a sua problemática, mesmo nos quadros da atual sociedade, criou a imagem do *mau cidadão negro*. Imagem que é apenas uma racionalização negativa, plasmada pelas classes dominantes para continuarem a usá-lo como exército industrial de reserva e contingente de mão-de-obra não qualificada.

Clóvis Moura (2021, p. 64, grifo nosso) prossegue seu raciocínio e demonstra, de forma precisa e ilustrada, o funcionamento do aparelho ideológico brasileiro, que opera a reprodução do capitalismo dependente por meio da manutenção do racismo, da estrutura extremamente enrijecida de classes e raças, e da reprodução das relações sociais capitalistas baseadas na discriminação racial:

[...] *isso explica a sua atual situação na escala da estrutura social brasileira*. Compelido por esse processo centenário, e, ao mesmo tempo, sofrendo uma carga de barragem permanente, o negro brasileiro sem conscientização não conseguiu superar os elementos que o marginalizaram, como, também, não conseguiu descartar-se de uma série de fatores inibidores que se transformaram em normas de comportamento suas, oriundas do *traumatismo da escravidão*, assimilado e conservado pelo negro livre.

A lógica de todo esse sistema – ou “forma geral de reprodução” (Mascaro, 2013, p. 55) – é a forma como o capitalismo brasileiro se reproduz, tendo o racismo como central nesse processo. Assim, para a manutenção da dominação burguesa sobre os meios de produção e do poder – subjetivo e objetivo –, mantendo o povo negro na mesma condição marginalizada na qual se encontrou durante toda a história do capitalismo nacional, o racismo é funcional e determinante.

O INSTITUCIONALISMO E SEUS LIMITES

Para os pesquisadores que têm por objeto de seus trabalhos as instituições – e os conflitos sociais que elas intercedem – e se apropriam de uma abordagem liberal sobre o tema, em suma, as instituições políticas são definidas por desempenhar um papel central na organização da sociedade contemporânea, influenciando a distribuição de poder, as políticas públicas adotadas e a forma como as decisões são tomadas. Segundo esse campo, o bom funcionamento das instituições políticas e sociais é essencial para a construção de sociedades justas, democráticas e estáveis, capazes de enfrentar os desafios e demandas do mundo moderno e de suas contradições (March; Olsen, 1984).

Almeida (2019, p. 38-39, grifo nosso) resume bem o papel que as instituições têm para as teorias sociais e políticas criadas pelo campo metodológico do institucionalismo:

[...] A estabilidade dos sistemas sociais depende da capacidade das instituições de absorver os conflitos e os antagonismos que são inerentes à vida social [...] *assim, as instituições moldam o comportamento humano*, tanto do ponto de vista das decisões e do cálculo racional, como dos sentimentos e preferências.

A visão liberal das instituições sociais não considera a questão da ideologia como fundamental para o entendimento das contradições das sociedades capitalistas, e, quando considera, o faz entendendo ser a ideologia um produto das práticas sociais internas das instituições, ou seja, as instituições produzem as ideologias e as práticas sociais, diferente das conclusões que alcançamos na seção anterior. Se por um acaso houvesse algum desvio ideológico dentro das instituições, este seria combatido pelos próprios mecanismos internos de controle de cada organização e esse problema seria sanado pelas normas e práticas internas.

Para os institucionalistas, as instituições políticas e sociais estão acima das vontades humanas, que são geradas por suas normas e práticas reguladoras. Ora, mas se isso fosse real, se as instituições de fato controlassem as práticas e a ideologia dos indivíduos, o problema da ideologia racista seria resolvido com uma simples reforma institucional, uma alteração das normas que regem as práticas de determinada instituição, ou com a troca de comando por uma pessoa que não é racista, ou seja, segundo essa corrente teórica, o movimento social negro deveria assumir uma posição reformista para a superação do racismo. A experiência histórica nos mostra que essa tese está equivocada; mas por que então alguns cientistas ainda insistem em reproduzir essa falácia?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando Sodré afirma que “o racismo foi estrutural nos Estados Unidos” (Meireles, 2023), ele limita o conceito de estrutura apenas ao campo do jurídico e do político, ou o que conhecemos por superestrutura, mas a sociedade humana em sua fase capitalista não se organiza dessa maneira; a superestrutura jurídica, ou a forma jurídica é apenas uma fração, uma parcela de um todo estrutural maior e mais complexo. Sodré, em seu livro *O fascismo da cor*, avalia o fenômeno do racismo apenas na sua manifestação cultural, ou como ele diz: “uma forma *sistemática* [...] baseada no ima-

ginário da raça” (Sodré, 2023, p. 32); de fato a ideologia racista se manifesta no imaginário e nas práticas cotidianas, mas essa é só a ponta do iceberg.

Em um modo de produção como o capitalista, fundado na superexploração e na dominação dos meios de produção, a discriminação se dá de forma concreta, não imaginária; a ideologia tem como função legitimar a exploração e reproduzi-la, por isso ela se espalha por todos os setores da sociabilidade, não apenas no cultural, mas principalmente nas relações de produção de valor. Seguindo a visão de Sodré sobre o racismo, de fato apenas uma reforma nas instituições sociais resolveria o problema, pois o racismo seria um fenômeno anacrônico da sociedade, um desvio de função das instituições reguladoras, uma falha social.

Pelo contrário, por termos uma formação ideológica encarregada da reprodução do modo de produção por meio dos aparelhos ideológicos e das práticas sociais, somente uma mudança institucional não surtiria efeito concreto, pois as instituições também são manifestações pontuais de um todo ideológico maior. Desse modo, o racismo não é um desvio social; a prática social racista é a forma como a sociabilidade capitalista foi estruturada para ser.

Como vimos na primeira seção, o modo de produção capitalista é composto pelas formas sociais de relação entre os sujeitos, relações de produção, que são fruto de uma formação ideológica mais ampla, ou seja, nossas práticas sociais e nossas relações enquanto sujeitos sociais são determinadas por aparelhos ideológicos de Estado, e a forma jurídica também é determinada pelos AIE; portanto o racismo é estrutural tanto nos Estados Unidos como também o é no Brasil, mas a manifestação social das práticas racistas entre os indivíduos se dá de forma diferente nas duas localidades, respeitando as formações sociais de cada país.

O racismo é estrutural na sociedade justamente porque ele é um elemento central da reprodução do modo de produção capitalista. E isso se dá porque a ideologia racista faz parte da formação ideológica geral do capitalismo, o racismo é funcional para o capitalismo.

Desse modo, é a “dinâmica das relações de produção”, segundo Mascaro (2013, p. 20), que estrutura as práticas sociais, não as instituições do Estado nem o poder estatal. São essas dinâmicas que “individualizam, separam, constituem, chancelam, insculpem valores, repressões e desejos” (Mascaro, 2013, p. 20). Ou seja, o racismo como forma de relação social específica do capitalismo, como elemento determinante das relações de produção de valor, determina as práticas sociais, que, por sua vez, se materializam nas instituições.

As instituições são influenciadas pelos aparelhos ideológicos e pela ideologia racista, e não o contrário. Não são as instituições que produzem e reproduzem as ideologias – como o racismo; de maneira oposta, as ideologias são compostas por um

conjunto de práticas, e essas práticas, sim, são determinadas pelas formas sociais do capitalismo.

Nesse sentido, o desenvolvimento da nossa crítica ao conceito de racismo institucional se dá no questionamento de que, se a ideologia não é produzida pelas instituições, mas sim pelas práticas sociais que se dão em seu interior, práticas essas regidas pelas formas sociais capitalistas, então o conceito de racismo institucional não tem validade científica, pois o racismo é produzido e reproduzido pela estrutura ideológica e pelas formas sociais capitalistas, ou seja, o racismo é determinado pelo modo de produção capitalista, independentemente das instituições sociais do capitalismo.

A prática racista e discriminatória existe, sim, no interior das instituições políticas e sociais, principalmente nas que acumulam um vício histórico no clientelismo, despotismo e na acumulação de poder político e econômico. Mas essas práticas racistas não são mais do que manifestações concretas da ideologia racista, que compõe o aparelho ideológico dominante. Analisando o fenômeno do racismo a partir desse prisma teórico, podemos extrair uma direção de luta antirracista decisiva para o movimento negro: o fim do racismo deve passar necessariamente pelo fim do capitalismo, a luta antirracista deve ser uma luta revolucionária, por uma nova sociabilidade e por um novo modo de produção, que não seja baseado na exploração e na discriminação – seja ela de raça, gênero, orientação sexual etc. Lutar contra o racismo tendo como orientação uma agenda institucionalista ou reformista dará resultados apenas pontuais; trata-se de uma tática de luta social e política estéril do ponto de vista da mudança social mais profunda.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. 1. ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BIONDI, P. Racismo e sujeito de direito: premissas raciais da subjetividade jurídica na modernidade capitalista. *Cadernos Cemarx*, Campinas, n. 14, 2021, p. 1-18. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/14888>. Acesso em: 24 jan. 2023.
- GRESPLAN, J. *Marx: uma introdução*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- MALCOLM X. *Há uma revolução mundial em andamento: discursos de Malcolm X*. 1. ed. São Paulo: Lavrapalavra, 2020.
- MARCH, J.; OLSEN, J. The new institutionalism: organizational factors in political life. *The American Political Science Review*, Washington, v. 78, n. 3, p. 734-749, 1984. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1961840>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política – Livro I: O processo de produção do capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

- MARX, K. *O capital: crítica da economia política – Livro III: O processo global da produção capitalista*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- MASCARO, A. L. *Estado e forma política*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MASCARO, A. L. Formas sociais, derivação e conformação. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 5-16, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/89435>. Acesso em: 2 jun. 2023.
- MEIRELES, M. Aceito a expressão, mas racismo não é estrutural no Brasil, diz Muniz Sodré. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 mar. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/03/aceito-a-expressao-mas-racismo-nao-e-estrutural-no-brasil-diz-muniz-sodre.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2023.
- MOURA, C. *Dialética radical do Brasil negro*. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.
- MOURA, C. *O negro, de bom escravo a mau cidadão?* 2. ed. São Paulo: Dandara, 2021.
- OLIVEIRA, D. Dilemas da luta contra o racismo no Brasil. *Margem Esquerda*, São Paulo, n. 27, p. 31-37, out. 2016.
- OLIVEIRA, D. *Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica*. 1. ed. São Paulo: Dandara, 2021.
- PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- SODRÉ, M. *O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2023.

CAPÍTULO 14

Experimentações enteogênicas: devires no Santo Daime¹

Jessica Rocha
Salvador Schavelzon

Entoamos os cânticos, seguimos o rito, concebemos a benção e acolhemos as confusões e confissões. Foram exatos nove anos de imersão em um universo totalmente distante e novo, ao mesmo tempo que próximo e atemporal. Nestes escritos aqui lançados, constam as experimentações enteogênicas que atravessaram o corpo na pesquisa e o corpo da pesquisa. Sendo que o primeiro foi sendo disponibilizado às afetações e percepções que eram agenciadas dentro de um território demarcado como sendo um neoxamanismo-cristão, o que para muitos poderia ser uma distopia, demonstra que o corpo da pesquisa é mais complexo do que a decolonialidade pressupõe ser possível desatar. E, assim, será como que preparando um *ebó ético-político-epistemológico* que a narrativa desta cartografia procurou tratar dos processos de devir planta, devir xamã e devir exu no Santo Daime/Iceflu.

Com o intuito de produzir um reencantamento do olhar sobre os processos encontrados nas encruzilhadas dessa cartografia, convidamos para que estejamos atentos aos pesos da *culpa* que vem com o *carrego colonial* (Rufino, 2019, p. 12-13). Propomos o conceito de devir para tratar desses processos de vir a ser algo, valendo-se,

1 Este texto é oriundo da pesquisa de mestrado intitulada “Experimentações enteogênicas: Santa Maria e Exu no Santo Daime”, produzida no Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. O professor Salvador Andreas Schavelzon participou dela na condição de orientador.

principalmente, do candeeiro aceso por Deleuze (2016) e Deleuze e Guattari (2010, 2012), bem como de outros/as autores/as que compuseram nessa troca cruzada; este trabalho visa acompanhar os processos que produziram e continuam a produzir dentro da doutrina do Santo Daime. Apontando devires que possam agir por contágio, entendendo que “devir e [...] multiplicidade são uma só e mesma coisa” (Deleuze; Guattari, 2012), é que, atenta à diferença, à dessemelhança, esta cartografia foi produzida acompanhando os processos de devir planta, devir xamã, devir exu e devir negro, a partir das comunidades daimistas.

Nesse sentido, desconfiando do esquecimento e dos apagamentos, procuramos cartografar por meio das afetações no e com o campo, nas quais fora possível descobrir que os conhecimentos ancestrais atravessam as tentativas de uma história que sufoca e silencia os *devires minoritários*. E, assim como os orixás, “forças cósmicas montando nos suportes corporais como cavalos de santos”, também vislumbramos o que Rufino (2019, p. 9) chamou de “os saberes incorporados [que] narram o mundo através da poesia a reinventar a vida com a possibilidade de saber imanente”, no intuito de expor que, mesmo onde há traição da tradição, também há resistência. Bem como onde há resistência há acordos, conciliações, alianças, contágios e assim por diante.

Nessa perspectiva, assumimos o compromisso de não trazer o repertório colonial, meramente para que possamos ser aceites de forma subordinada na tecedura das malhas da história. E, sim, nos disponibilizamos ao desafio de cruzar e “imacumar”, ou seja, avivar o mundo com a força vital de nossas presenças (Rufino, 2019, p. 10), pois perscrutamos, também aqui, estar a contar a nossa própria história. Quando, ao “sair do mato, do cativo”, como num ato de *potência para agir*, sentimos na pele como a violência “é para os seres aprisionados pela raça uma *marafunda* – mentira e sopro de má sorte – que cristaliza o ser na condição vacilante de racializado” (Idem). Por isso, convidamos para perspectivar desde a encruzilhada, para explorar as contradições das binariedades, da escassez e do desencantamento, na confiança de que, no encontro das singularidades e subjetividades, possamos avistar a diversidade e as contradições que transbordam no plano de consistência habitado durante essa pesquisa, e que, por sua vez, resultam das forças que por vezes são contrárias à reprodução colonial e civilizatória, e em outras tantas reforça em nós os microfascismos do ser humano.

Assim, agenciando e mobilizando a palavra, cartografamos alguns dos processos acompanhados na doutrina do Santo Daime/Iceflu e em algumas de suas dissidências, de modo que essas contradições se evidenciam na liturgia dos cânticos, mas também por meio da prática de um suposto silêncio introspectivo, como quando, em rituais de “concentração”, no “estudo de si” induzido e guiado antes pela palavra, somos levadas ao plano de consistência daimista por intermédio do conceito de “Eu

Sou”, que é o movimento de encontrar deus em si mesmo. Com isso, ampliando a percepção do mundo a própria volta, conforme consta na estrutura da pesquisa da qual este texto deriva, experimentamos: i) devir planta para se transformar na “doutrina da Floresta” a partir da habitação de um plano de imanência com as singularidades dessa; ii) devir xamã ao coletivizar o agenciamento dos processos de individuação de nossas próprias subjetividades, ou seja, criando e reforçando concepções sociais sobre si mesmo; iii) devir exu para nos disponibilizarmos às trocas, mas também para avistar e cobrar os furtos e apropriações que ainda ocorrem em decorrência do *carrego colonial*; e iv) devir negro ao cortar a carne e já não ver mais sangrar.

Gostaríamos de ressaltar que uma das principais forças da Doutrina ensinada por mestre Irineu era a de que ela ajudava seus seguidores a impor uma certa ordem no caos de suas experiências naquele ambiente tão inóspito, tanto em termos físicos quanto sociais. A uma população sofrida, recém-saída do isolamento da floresta, desenraizada e desorganizada, o Daime oferecia um sentimento de pertença comunitária, uma crença comum e a disciplina necessária para viver em sociedade (MacRae; Moreira, 2011, p. 161). O que, se entendida como ordem social ou controle comunitário, ainda segundo MacRae e Moreira, se tratava de uma demanda do grupo que se formara em torno de mestre Irineu, pois necessitaria, supostamente, de ser conduzida por “um lado disciplinador e que ajudasse a tornar mais compreensível a dor à qual todos estavam sujeitos”, considerando a difícil experiência na floresta, as condições de vida e de trabalho precários, e os problemas ocasionados pelo alcoolismo.

Para tanto, as sessões de daime “proporcionavam grandes lições de autodisciplina aos seus participantes, que tinham de aprender a enfrentar e dominar os aspectos mais difíceis da experiência ayahuasqueira”, em seu movimento de devir xamã. Dito isso, a “peia”, essa que pode ser caracterizada pelos momentos de tormenta e sofrimento, comuns para quem ingere o daime/*ayahuasca*, pode ser também conduzida pelos cânticos da ritualística dos trabalhos, que tem por função elaborar e enunciar as subjetividades a serem agenciadas na experiência dela. Daí o devir xamã de si mesmo ser constantemente atravessado por narrativas doutrinárias, messiânicas e, conseqüentemente, colonizadoras. Algo não muito diferente ocorre décadas depois, ao ser ritualizada a Santa Maria na Iceflu, de modo que suas subjetividades foram condicionadas à pureza inerente à ideia do conceito cristão de Virgem-Mãe. Fazendo uma dobra nos discursos acerca dos usos da maconha que foram perseguidos e proibidos junto dos cultos a Exu, entre o final do século XIX e começo do XX, e que retomam, de certa forma, para sacralizar e afirmar a “verdade da Santa Maria”, pois sua semelhança com a Virgem “pura e imaculada” é, portanto, “livre de pecados”, e merece ser reconhecida em um “uso mediúnic”. Assim, a erva trazida ao conhecimento do “caboclo-Sebastião” pelos jovens da classe média sudestina, afeitos ao

movimento de contracultura estadunidense, é subjetivada à imagem e semelhança da Virgem-Mãe no intuito de abandonar o “nome feio”, reconhecido por esses/as como sendo “de origem africana como macumba, mocambo, etc.” (Mortimer, 2000, p. 137), bem como o que é entendido como sendo um “uso tóxico”, ou seja, não sacralizado (Alverga, 1998).

Em contrapartida, Exu se instala no panteão daimista a contragosto de muitas dessas pessoas, que a antropóloga Sandra Goulart (1996) cunhou de “daimistas do sul”, e então é por meio do caos, característica inerente à sua subjetividade iorubá, que essa nova figura no panteão daimista surge como uma possibilidade de troca, que poderia favorecer a comunidade. Contudo que, para tal, passasse a ser considerado como sendo da função de Exu: “iluminar os espíritos sofredores”, “doutrinar as legiões de Exu na linha do Santo Daime” etc. Essas concepções encontram âncora nas concepções de uma Umbanda Branca, que tem esse nome por sua característica de sincretismo com o kardecismo, e que, quando no encontro de Sebastião com a mãe-de-santo Baixinha, acaba por abolir elementos, práticas e concepções que são comuns nas religiosidades mais comprometidas com a ancestralidade africana, tais como o uso do marafo (cachaça), do fumo, das ervas, o preparo de oferendas aos orixás e, principalmente, dar de comer a Exu etc.

DEVIR EXU: ENCRUZILHADAS E ALIANÇAS NO SANTO DAIME

Partindo da experiência de Exu no Santo Daime é possível compreendermos como, mesmo na atualidade, encontramos produções de subjetividades acerca da apropriação de conceitos, ritos, práticas e crenças de genealogia afroameríndia de maneira controversa, porém, tão múltipla quanto a sua própria experiência, que sequer permite ser essencializada, capturada ou comedida. Entre repressões, incompreensões, mas também muitas reverências por parte de alguns grupos daimistas, Exu é entendido ora como entidade, ora como orixá, sem que haja um consenso de que este seja cultuado em ambas as formas ou em apenas uma. Ainda assim, prevalece, majoritariamente, a compreensão deste enquanto entidade, a quem se acende uma vela na entrada de cada igreja vinculada à linha da Iceflu, e de algumas de suas dissidências.

Exu que, mesmo quando é cultuado como entidade, “serpenteia na espiral do tempo praticando suas estripulias, transformando a escassez em fartura, a certeza em dúvida e o ponto primeiro em tom do acabamento” (Rufino, 2019, p. 33). Por isso, na luta contra a essencialização de Exu, o colonialismo não tem vigorado, e Exu, em sua multiplicidade, devém “antidisciplinas e táticas para nossa encruzilhada-mundo, praticando a cisma com o caminho único”, de modo que o movimento de Umbandaime ou de umbandização do Santo Daime devém exu “ao nos deixarmos agir por potências que baixam e nos arrebatam de um modo tão forte que não apenas

inventamos outras possibilidades, mas também transmutamos o que nos foi lançado” (Rufino, 2019, p. 34); isso, onde quer que acompanhamos, se apresentou como uma fissura no endurecimento da institucionalização desses ritos.

Fazendo coro quando se reivindica “a multiplicidade no uno”, encontramos muitas pessoas que sentem a necessidade de manifestar seres, entidades e guias espirituais durante os trabalhos com daime, e isso, às vezes, ainda é encarado com maus olhos pelos comandos de muitas casas daimistas. Ou seja, nem toda igreja do Santo Daime, mesmo quando vinculada à Iceflu, tem abertura e interesse que essas manifestações ocorram, enquanto outras, em contrapartida, estimulam e desenvolvem trabalhos próprios para isso. Alega-se muito que é necessário que esse tipo de trabalho ocorra tendo pessoas que tenham a instrução necessária para lidar com a situação, mas o que acompanhamos é que poucas são as pessoas interessadas em buscar essa formação fora da comunidade daimista, o que dificulta que haja um acolhimento e compreensão sobre o tema. Exu segue sendo “como meninx nas asas do vento” que brinca “com a frágil obsessão colonial pelos esclarecimentos e verdades, operando no vazio desses regimes de discurso”, e engana-se quem acredita que exu é “palavra que salva”, pois “Exu é a palavra que encanta” (Rufino, 2019, p. 35) enquanto confunde.

Exu, liberto do aprisionamento colonial ocidental de sua multiplicidade, também liberta as “possibilidades de vida engarrafadas, cativas, servis, aprisionadas de maneira absoluta” (Rufino, 2019, p. 36), e assim aponta para o diabo cristão para que haja cisma, ruptura, deslocamento, para que se evidenciem as contradições. Pois toda e quaisquer invenção colonial é suspensa, e, mesmo quando a reivindicam do lado de Exu, paira o vento produzido pelo drible, pelo rodopio, pela volatilidade do marafo soprado ao vento, quando Exu, em seu “devir arteiro”, forja entre as possibilidades de existência. É assim também que surgem as comunidades daimistas que recriaram o modo de acolhimento das pessoas tidas por “rodadas” dentro do daime, aquelas que não se adequam, ou tensionam e confrontam a hegemonia do poder que estrutura a institucionalização do daime e a normatização dos corpos pela disciplina discursiva.

Para exemplificarmos isso, é importante constatar que as fardas utilizadas nos trabalhos de daime, as indumentárias que as pessoas iniciadas necessitam usar, são abolidas nos trabalhos de gira, tanto de Umbandaime, voltado para todas as linhas, quanto nos trabalhos em que se privilegia a chamada das falanges exurianas, dando por si só mais liberdade ao corpo disposto no rito, ainda que se mantenha a definição de saias às mulheres e calças aos homens. O tom de informalidade que essas giras pintam é dessemelhante, dada a seriedade investida na uniformização do salão, e é válido lembrar que é nessas casas que praticam os rituais de Umbandaime, que se canta para pomba-giras concebendo-as como mulheres que levaram uma vida repleta de recriminações por sua liberdade com o corpo, seja ela sexual ou não; canta-se

para Exu solicitando a sua proteção, reverenciando a sua força, e se honra o que recebe oferecendo o que tem para trocar; também é com alegria que se chamam os Exu-mirins, para extravasar e realinhar, por meio da desordem.

Ainda assim, mesmo ao devir exu e ser contagiado por suas estripulias, na doutrina do Santo Daime Exu também pode ser doutrinado. A energia volátil do tabaco e do marafo (álcool) que ele manipula desde seus mitos mais antigos, nesse contexto, não é permitida, e o daime e a santa maria são justapostos. O colonialismo que furta o acesso ao conhecimento ancestral, aos saberes praticados, impôs “o paradigma hegemônico monocultural, monoracionalista e monocórdico”, produzindo muitas fissuras, de modo que, mesmo que a sabedoria de grupos subalternizados “opere golpes astutos na dimensão do contínuo colonial” (Rufino, 2019), o desencantamento é ainda o nosso déficit. Por isso, tomamos a palavra para dizer que “não apostamos na redenção colonial”, mas acreditamos que a descolonização tem “um deus que sabe dançar”, tal como Exu. E é nessa sabedoria de encruzilhada, de muitos caminhos, de fresta, de festa, que se versa pelas potências de Exu, entendendo que “é na escolhambação das lógicas dicotômicas” que vigorará a transgressão dessa trama que tem regulado não só nossas epistemes, mas também os nossos corpos (Rufino, 2019, p. 37).

Portanto, para devir exu no Santo Daime, esse orixá tão incompreendido pelas lentes colonizadas, ainda se faz necessário que se imploda uma semiótica que “não se manifesta como verdade, mas como possibilidade”. Quando a lógica colonial produz no colonizado a marca do *verdadeiro*, da história única, ocorre que a sua singularidade é subjetivada por uma liturgia que diz: “a verdade não se nega/ a verdade não se esconde/ que a verdade é Deus/ e Deus é o verdadeiro *homem*”² (grifo nosso), e com isso pode ser mais difícil de receber, acolher e manifestar a multiplicidade de Exu.

Por isso, quando exu e pomba-gira se manifestam nos salões das igrejas daimistas menos afeiçoadas com essas entidades, são muitas as caras de espanto, de medo e constrangimento que encontramos, pois a incompreensão é daquelas que perscrutam a experiência com a retina já colonizada. E, para essas, alertamos que, para que a confusão possa fazer sentido, que o caos se reorganize e não seja ordenado, é necessário perspectivar esse “exu transladado, multiplicado e ressignificado nas bandas de cá no Atlântico” como sendo “a esfera de golpes aplicados e da transgressão necessária a colonialidade, como princípio e potência da descolonização, penetrando no complexo cultural enquanto saber diaspórico que escolhamba a maquinaria ocidental” (Rufino, 2019, p. 38). Não há mais tempo para se tentar conter ou sequer doutrinar o rompante de Exu. E, para esse devir, aceitamos o convite para entrever o que diz o educador Luiz Rufino:

2 Hino n. 127, intitulado “Assim eu quero ser”, do hinário “O Justiceiro”, de padrinho Sebastião.

[...] na encruza, permanecemos, sacrificando nossas questões e nos fazendo vadios, carnavalizando o mundo, destronando reis e invocando Exu para andanças nos terrenos do conhecimento, riscando a possibilidade de uma pedagogia das encruzilhadas como potência, entrecruzando conhecimentos coexistentes com o mundo que em seus encontros, geram confrontos, atravessamentos e diálogos que percorrem esquinas (Rufino, 2019, p. 40).

Esse convite é feito com urgência, pois ainda é preciso confrontar a intolerância religiosa, o proibicionismo e o racismo estrutural no Brasil, mecanismos que operam no (e para o) processo histórico do genocídio dos povos pretos e indígenas. O cristianismo, como toda expressão minoritária que ascende política e socialmente, “passou a ocupar a posição de algoz” (Nogueira, 2020, p. 48), mesmo outrora tendo sofrido a perseguição do Império Romano, que entendia essa manifestação religiosa como sendo uma rebeldia contra o Estado, contra o poder soberano. Quando se torna religião de Estado, a cristandade passa a perseguir os grupos contrários ou dissidentes da Igreja católica, e assim, processualmente, o Tribunal da Santa Inquisição ou o Santo Ofício é instaurado para que as práticas e sujeitos/as “que eram repositórios dos saberes tradicionais, herdeiros das práticas do sagrado nativo de diversos povos europeus”, fossem exterminadas/os, queimadas/os em fogueiras e torturadas/os até a morte. Assim, mesmo essas pessoas não sendo racializadas, mas sendo “donas das técnicas e do manejo secular do conhecimento das ervas, de encantamentos e de modos diversos de lidar com o sagrado, passaram a ser demonizadas e forçadas ao epistemicídio de suas heranças cosmológicas ancestrais” (Nogueira, 2020, p. 49); enquanto isso, o monopólio do conhecimento e da cura ia sendo institucionalizado entre a Igreja católica e o advento da medicina branca, na época ainda principiante.

Essa investida da Igreja católica não se limitara ao território europeu, e com essa experiência, unida ao movimento das Cruzadas, não demorou para que também as Américas e o Oriente sofressem com as torturas e crueldades do período inquisitorial. No caso do Brasil, a intolerância religiosa afetou e tem afetado, principalmente, a população racializada, muito embora haja participação de pessoas brancas nas religiosidades de matriz e genealogia afro-indígena. Nesse sentido é que Exu é associado à imagem do diabo cristão, e ocorre a criminalização das práticas religiosas de matriz africana, bem como da capoeira, do samba, e do consumo da maconha, ou do “pito de Angola”, durante as primeiras décadas do século XX. E, com a invenção do mito da democracia racial, o mito das três raças que supostamente estariam em pé de igualdade no Brasil, essas práticas foram descriminalizadas e apropriadas pela capitalização – exceto no caso dos usos da maconha, esses capitalizados pela famigerada

guerra às drogas. Ela teve o seu uso não somente proibido, como também penalizado, e foi assim que o Brasil aderiu às políticas proibicionistas disseminadas pelo imperialismo estadunidense, iniciando o que hoje conhecemos como encarceramento em massa da população negra.

Desde então, a proibição da maconha no Brasil tem servido para uma certa política da morte (Mbembe, 2018b) que, se valendo do estigma criado em torno do uso dessa substância, corroborou com a adjetivação negativa das pessoas negras. O estigma do drogado e, nesse cenário, consequentemente, do criminoso foi empregado e serviu de justificativa à investida da medicina criminológica, que buscava por particularidades que, por sua vez, justificassem o fenótipo e biotipo do criminoso. Havia dados estatísticos sobre a quantidade de pessoas pretas pegadas pela força policial usando, portando ou comercializando maconha e outras drogas, e essas informações foram utilizadas em congressos acadêmicos para exemplificar a tendência das pessoas negras ao crime (Henman; Pessoa Jr., 1986), sendo, posteriormente, base para as narrativas persecutórias criminal e judicialmente das populações racializadas neste país.

No que tange à persistência da medicina em contribuir para que se criminalizasse a maconha e seus/suas usuários/as, o médico Rodrigues Dória (Henman; Pessoa Jr., 1986) teve um papel fundamental na elaboração de um racismo científico pautado na criminalização da existência não branca. Por meio da perseguição às práticas culturais de origem afro-ameríndia no Brasil, foi sendo consolidada a concepção de representação de um suposto “perigo” às classes sociais elitizadas que se pressupunham majoritárias, mesmo que quantitativamente não fossem. Com isso, uma verdadeira guerra foi inventada, para que se pudesse promover a morte daqueles/as que, supostamente, estariam promovendo a produção e o comércio de entorpecentes tornados ilícitos, e que assim demonstravam ter maior propensão ao crime. Nesse contexto é que foram inventados muitos mitos a respeito dos efeitos da maconha em quem a utilizasse, tendo a indústria fílmica um papel importante na reformulação desse imaginário social. O advento da indústria farmacêutica, em conjunto com o estabelecimento da medicina branca e ocidental, protagonizou o lobby do remédio versus veneno. E tendo a população racializada ocupado os morros e iniciado os processos de favelização, a guerra às drogas sempre esteve endereçada, promovendo o genocídio da população negra e pobre e o encarceramento em massa de jovens pretos/as usuários/as.

As leis criadas para regulamentar o porte de drogas no Brasil nunca trataram de classificar quantitativamente o porte para definição de quem usa e de quem vende, e, assim, o Brasil chegou à posição de 3ª maior população carcerária do mundo em 2019, e 65% desta já era composta por pessoas negras em 2016, segundo o último levantamento realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen). O ge-

nocídio contra a população negra no Brasil age por epistemicídio quando cristianiza e desencanta Exu, e, com isso, mina as possibilidades de acessar a sabedoria ancestral dessa população; mas também é por meio do encarceramento em massa e dos “autos de resistência”³ que essa guerra que se diz contra plantas e drogas tem obtido êxito em matar pessoas majoritariamente racializadas.

Os regimes de verdade que alimentam esse genocídio são colocados em xeque quando, por exemplo, temos a legalização da *ayahuasca* no Brasil, sendo considerada pelo seu uso ritualístico garantido pela constitucionalidade de dois direitos fundamentais: a liberdade de consciência e a liberdade religiosa. E nesse contexto, tendo a maconha também sido ritualizada, tanto com esse formato ritualístico como base como com outros, a manutenção de sua proibição incita que cogitemos quais incômodos acabar com uma das principais justificativas para se matar e prender negros/as e pobre nesse país pode vir a causar. Enquanto o seu uso é permitido para que seja feito “escondido”, de modo que comunidades inteiras continuem acessando-a, e se beneficiem de suas propriedades, os caminhos apontam para uma mudança nas estruturas da doutrina daimista, que até então, em sua formação, era composta majoritariamente por pessoas racializadas.

O embranquecimento causado pela expansão para os grandes centros urbanos evidencia que os corpos que empreenderam a subjetivação por meio de um agenciamento coletivo da Santa Maria estão a reforçar as concepções que lhes aprazem, principalmente por entender que é na cristianização dessas relações que a retina colonial se vê assegurada de toda e qualquer contravenção. Contudo, Mbembe alerta que não somente pessoas que se autodeclarem negras podem ser racializadas, ao contrário, a enunciação de si pouco importa quando existe um *devoir negro do mundo*, no qual pessoas são racializadas também por suas características regionais e socioeconômicas, por exemplo. Assim, também no caso de padrinho Sebastião e sua família, descendentes de pessoas de “peles mais claras”, ou mesmo de pessoas brancas, a sua condição regional de pertença (norte) e genealogia (nordeste) depunha em seu desfavor para que fossem entendidos/as como pessoas brancas, ainda que a “pele mais clara” possa figurar graduações menores da violência a ser enfrentada socialmente, e somente com a aliança com o “povo do sul” é que esse embranquecimento se torna algo palpável e visível na doutrina do Santo Daime.

3 Quando pessoas são mortas em “confronto” com a polícia, esses casos são registrados como “autos de resistência”. E, muito embora sejam homicídios, a morte dessas pessoas é classificada pela própria polícia como “exclusão de ilicitude”, por ocorrerem, supostamente, em legítima defesa ou com o objetivo de “vencer a resistência” de quem esteja com a suspeita de cometer um crime.

É sabido que o período conhecido como modernidade foi palco da produção da globalização de alguns conceitos que antes eram restritos aos conflitos entre pequenos grupos. A balcanização do mundo moderno trouxe consigo as questões identitárias que passaram a se forjar, primeiro, nos nacionalismos e culturas nacionais. Mas é também desse delírio homogeneizante das diversidades existentes mundo afora que surgira a marginalização, segregação e opressão de determinados grupos minoritários. E que, durante essa pesquisa que fora desenvolvida por quase uma década, abrindo possibilidades para o pensamento crítico, procuramos fazer um apanhado de acontecimentos históricos que inventaram um *outro* racializado, um *outro* que, segundo Mbembe, “vemos quando nada se vê, quando nada compreendemos e, sobretudo, quando nada queremos compreender” (Mbembe, 2018a, p. 13).

Esse outro marcado pela raça, já que, onde quer que esteja, “o negro desencadeia dinâmicas passionais e provoca uma exuberância irracional que invariavelmente abala o próprio sistema racional” (Idem). Esse outro que é subjetivado por marcadores racializantes, ou seja, é a própria invenção das raças e suas definições que produzem este corpo, devém território engendrado de tal forma que esteja disposto às invasões, à neocolonização que produz violências cognitivas que afetam as possibilidades de compreensão da existência para além de um padrão de uma suposta hegemonia.

DEVIR NEGRO: UM CORPO NO MUNDO

As políticas de embranquecimento que foram investidas pelo Estado brasileiro são um exemplo importante para refletirmos sobre os modos de operação da maquinaria capitalística. Esta agiu de muitas formas, mas principalmente com ações afirmativas que asseguravam a migração e o acesso às terras por parte de europeus e asiáticos que, se valendo disso, fizeram riquezas por meio da exploração dessas terras. Assim, também ao reduzir as populações autóctones e as sequestradas de África às suas aparências, às suas peles, às suas cores, e, com isso, vincular seus comportamentos sociais ao apelo biológico, trama discursivamente uma pretensa homogeneização inexistente. A colonização foi responsável por transformar “o negro” e “a raça” em uma única figura, o que Mbembe (2018a, p. 13) chama de “loucura codificada” e que pode ser percebida até os dias atuais, quando atentamos às relações de poder que legitimam as instituições.

No curso da história é perceptível que esse condicionamento é responsável pela manutenção das bases do capitalismo e seus meios e modos de exploração, sendo que “a todos os acontecimentos e todas as situações do mundo da vida [pode] ser atribuído um valor no mercado” (Vogl, 2013, p. 152 *apud* Mbembe, 2018a, p. 15), e, pela voz de Elza Soares, não esquecemos que “a carne mais barata do mercado é a carne

negra”⁴ Dito isso, perspectivamos a condição do negro, ou melhor, do *devir negro* no contexto brasileiro, observando quais corpos são produzidos, regulados e interditados pela ordem discursiva do outro que é racializado, e visualizamos em mestre Irineu esse movimento quando os antropólogos Edward MacRae e Paulo Moreira (2011, p. 370, grifos nossos) dizem que

[...] não é de se estranhar que certos participantes do Daime buscassem branquear a imagem de Mestre Irineu, para melhor projetá-la junto à sociedade acreana. Para tanto tentavam projetar uma imagem de seu líder como alguém que, *apesar de ser negro*, seria identificado com os valores então hegemônicos, ou seja, teria uma “*alma branca*”. Essa tentativa de branqueamento transparece explicitamente em certas ilustrações produzidas dentro da comunidade, que retratam Mestre Irineu de maneira a minimizar seus fenótipos negros, como sua cor e cabelo.

Considerando os dados do último censo do IBGE/PNAD (Cor [...], [s.d.]) realizado em 2019, atualmente no Brasil 57,3% da população é não branca (1,1% amarelo ou indígena, 9,4% pretos e 46,8% pardos), conseguimos entender o que Achille Mbembe quer dizer com a produção de uma alteridade marcada pela pele, pela cor, pela raça. Pois, ainda que o colonialismo tenha condicionado de forma mais incisiva e violenta as transformações cosmológicas, epistemológicas e das organizações sociais na vida dos/as ancestrais destes/as autodeclarados/as ao IBGE, e as políticas de embranquecimento populacional promoveram ações afirmativas com concessão de terras para mais pessoas brancas migrarem da Europa ao Brasil, com todo um cenário favorável para o genocídio engendrado desde o início da colonização, os povos não brancos e as suas práticas socioculturais vigoraram, encontrando caminhos outros, como avistamos nessa pesquisa, por meio de alianças e contágios.

Por população parda podemos compreender as pessoas de pele não retinta, porém com marcadores raciais, que podem ser definidos tanto por fenótipos quanto por regionalismos, como é o caso dos estereótipos que são atrelados aos nordestines e nortistas. Ou seja, no Brasil é possível *devir negro* ao ser preto de pele clara ou retinta, ao ser nordestine ou nortista, e também por fatores socioeconômicos, como a condição das pessoas sem moradia, em situação de rua, ou ainda com uso abusivo de substâncias lícitas e ilícitas, por exemplo. Com isso, é válido ressaltar que o termo “negro”, que fora cunhado com fins de racializar e designar o inimigo, assim como

4 Ouça “A carne”, de Elza Soares, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yktrUMoc1Xw>. Acesso em: 3 out. 2024.

o conceito de raça, “nunca foram elementos fixos” (Mbembe, 2018a, p. 20). Se na contemporaneidade fala-se de um “racismo sem raças”, que se forja com o “intuito de praticar com mais desenvoltura a discriminação, ao mesmo tempo em que se faz dela algo conceitualmente impensável”, isso se deve, em partes, também à mobilização das “culturas” e “religiões”, institucionalizadas tal qual a “biologia”, e a invenção de novas categorias racializantes confina as pessoas não brancas à dessemelhança do universal (Mbembe, 2018a, p. 21-22), do homem branco, cisgênero e heterossexual.

Daí a importância de pautarmos a descolonização na produção do conhecimento científico, inclusive dentro dos estudos culturais e das práticas de pesquisa transdisciplinar, para que se questione e tensione o estilhaçar do paradigma das identidades, pois, quando nos damos conta do que se pretende com as categorias eleitas para essa distinção, é possível perceber o quão maniqueísta é a política da morte que está engendrada nas sociedades colonizadas e reverbera nos pequenos grupos, que, mesmo quando racializados, reproduzem o racismo estrutural, supostamente por estarem alheios à globalização desses conceitos. Sob a luz do candeeiro do preto-velho Fanon (2005), avistamos a ignorância branca (Mills, 2018, pp. 58-59) se chocar quando concordamos que “uma Igreja nas colônias é uma Igreja de brancos, uma Igreja de estranhos”, pois esta não pretende “salvar” e/ou conduzir o outro racializado para “o caminho de Deus”, e sim para “o caminho do branco, o caminho do senhor, o caminho do opressor”. Haja vista os contorcionismos esforçados em tornar os saberes da negritude consumíveis pelos brancos, transformando a erva demonizada em sinônimo de feminino passivo, e a presença de Exu sendo reivindicada para salvar-lhes dos apuros que a própria ignorância branca se coloca, ao devir xamã de si mesmo com mecanismos de culpabilização nesse processo.

Por isso, quando Fanon (2005, pp. 57-58) nos diz que não tem como o questionamento desse mundo forjado pelo colonialismo ser “um confronto racional dos dois pontos de vista”, ele se refere não somente às limitações físicas que estão impostas às pessoas colonizadas, mas também remete às subjetividades que fazem do/a colonizado/a “uma espécie de quintessência do mal”, pois, ainda segundo ele,

Os valores, com efeito, são irreversivelmente envenenados e infectados desde que são postos em contato com o povo colonizado. Os costumes do colonizado, suas tradições, seus mitos, principalmente seus mitos, são a própria marca dessa indigência, dessa depravação constitucional. É por isso que é preciso situar no mesmo plano o DDT que destrói os parasitas, vetores de doença, e a religião cristã, que combate no germe as heresias, os instintos, o mal. O recuo da febre amarela e os progressos da evangelização fazem parte do mesmo balanço. Mas comunicados

triumfantes das missões informam, na realidade, a importância dos fermentos de alienação introduzidos no seio do povo colonizado (Fanon, 2005, p. 58).

No plano de imanência do Santo Daime, por exemplo, em uma gira para Iemanjá realizada na praia do Santinho em fevereiro de 2020, em um dos bairros da classe média florianopolitana, as práticas rituais de incorporação, bem como a ingestão do daime, o consumo de rapé, santa maria e outras medicinas comuns ao campo, ocorriam livremente, mesmo com algumas pessoas alheias à situação transitando pela praia. Essa condição de liberdade ao culto, de liberdade de uso, tratando-se tanto de substâncias com fortes estigmas e estereótipos sociais quanto à prática de cânticos e das incorporações na Umbanda, que há muito sofre com a intolerância religiosa em nosso país, registra um acontecimento importante: o embranquecimento da doutrina daimista. Esse acontecimento, com a expansão, pode ser aferido tanto no fenótipo de suas e seus integrantes quanto no sincretismo que abduz preceitos caros e importantes ao culto da ancestralidade africana.

Por fim, o uso da santa maria e a realização dos trabalhos de incorporação já não precisam mais se esconder, inclusive porque o embranquecimento tem sistematizado os elementos caros a essa composição e retirado de cena o que é considerado tradicionalmente como sabedoria ancestral do povo herdeiro de África. É nesse sentido que os caminhos tomados nessa encruzilhada parecem se repetir constantemente no percurso historicizante, como num eterno retorno ao mesmo, a invenção de um inimigo, de uma força do mal a ser combatida, iluminada, doutrinada, produz feitos violentos como o sincretismo de Exu com São Miguel, o que, longe de pressupor uma associação, funciona como justaposição.

O mensageiro responsável por conectar o Orun (plano astral) e o Ayê (plano terrestre), aquele a quem se dá de comer primeiro, a quem se reverência antes, é substituído por um anjo da corte celestial combativo do mal, correspondente à incompreensão causada pela retina colonial que avista o mundo cindido em dois. Assim, até mesmo a aliança que pressupõe uma troca subalterniza essa divindade africana doutrinando-a, e a faz soar como *potência para padecer*, pulsão de morte, escassez da energia vital, apagamento e esquecimento dos saberes ancestrais de um povo. Pois basta voltarmos um pouco no tempo para rememorarmos o flagelo que é efetivado pela força policial, a mando da colonialidade, para que esses saberes vigorassem e continuassem a encantar a experiência de devir ao se ligar a planta, ao investir técnicas xamânicas em si, ao se permitir ser movimento para fora da ordem e da disciplina.

As políticas proibicionistas, o encarceramento em massa e a intolerância religiosa são o tripé que sustenta o genocídio do povo afro-indígena no Brasil, e que só vigo-

ram porque existe uma estrutura racial que garante que o racismo seja tão sutil e tão violento ao mesmo tempo. Nesse sentido, o embranquecimento fora garantido pela força policial, que perseguia as macumbas e candomblés no início do século XX, mas também pelas alterações e concessões que ocorreram para que pudessem subsistir, não sem haver muitas dificuldades para transmutar o *carrego colonial*. Exemplo disso encontramos no Santo Daime com o racismo linguístico da classe média sudestina justificando a mudança do “nome feio” da maconha, e também na iluminação de Exu como sendo a manifestação do mal. Tal como a continuidade dos tempos em que, com a repressão policial, fechavam-se terreiros, apreendiam-se objetos sagrados, aprisionavam-se lideranças pretas, reprimiam-se as festividades de origem não colonial, como o samba e a capoeira, e a maconha era criminalizada; as negociações das lideranças daimistas e, principalmente, a partir do “povo do sul”, na expansão do Santo Daime, tiveram um caráter de intermediação na perpetuação da dominação subjetiva.

Não obstante a forja subjetiva, os soldados da Rainha da Floresta têm desempenhado um importante papel na contenção das manifestações de descontentamento por parte de algumas minorias que coexistem dentro das comunidades dos grandes centros urbanos vinculadas à instituição daimista de maior alcance no mundo, a Iceflu. O silenciamento da diferença, a produção do esquecimento do Daime/Santo Daime como uma religiosidade de genealogia afro-ameríndia, o enaltecimento da Santíssima Trindade, a doutrinação evolucionista de Exu, o condicionamento de subalternidade numa lógica hierárquica que mensura a legitimidade da existência do outro por meio da individuação e a culpabilização cristã têm delimitado as bordas do plano de consistência dessa expressão religiosa, ao mesmo tempo que rachaduras surgem para lembrar que é possível transbordar o cerco colonial. polari

Seguimos cartografando tais movimentos, no intuito de perspectivar alianças e composições culturais que se questionem sobre seus métodos, que revisitem sua própria história enquanto comunidade, bem como enquanto parte da constituição de uma sociedade tão diversa e plural, existente em um país continental. É urgente que a população não racializada deste país se perceba como tal, compreendendo a necessidade de dar o lugar aos que vieram antes, e aprender que o suposto sincretismo e as relações inter-raciais não podem mais ser apropriações culturais que aniquilam, e estupros que repovoam apagando toda uma existência. Tendo consciência da genealogia que remonta a esses conhecimentos e saberes advindos de uma alteridade por muito violentada, caberá ao neoxamanismo urbano evidenciar a quem devemos pela persistência e permanência desses na história.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- ALVERGA, Alex Polari de. O Evangelho Segundo Sebastião Mota de Melo. Boca do Acre: Cefluris, 1998.
- COR ou raça. IBGE Educa, [s.d.]. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- DELEUZE, G. *Dois regimes de loucos*. Trad. Guilherme Ivo. São Paulo: Editora 34, 2016.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs 4*. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 2012.
- FANON, F. *Os condenados da terra*. Juiz De Fora: Ed. UFJF, 2005.
- GOULART, S. L. *As raízes culturais do Santo Daime*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 1996.
- HENMAN, A.; PESSOA JR., O. *Diamba sarabamba: coletânea de textos sobre a Maconha*. São Paulo: Ground, 1986.
- LUNA, L. E. Xamanismo amazônico, ayahuasca, antropomorfismo e mundo natural. In: LABATE, B. C.; ARAÚJO, W. S. (orgs.). *O uso ritual da ayahuasca*. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.
- MACRAE, E.; MOREIRA, P. *Eu venho de longe: Mestre Irineu e seus companheiros*. Salvador: EdUFBA, 2011.
- MAGNANI, J. G. C. Xamãs na cidade. *Revista USP*, São Paulo, n. 67, p. 218-227, set./nov. 2005.
- MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1, 2018a.
- MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1, 2018b.
- MILLS, C. W. Ignorância branca. Trad. Breno Ricardo Guimarães Santos. *Griot: Revista de Filosofia*, Amargosa/Bahia, v. 17, n. 1, p. 413-438, 2018.
- MORTIMER, L. *Bença, padrinho!* São Paulo: Céu de Maria, 2000.
- NOGUEIRA, S. *Intolerância religiosa: feminismos plurais*. Coord. Djâmila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro, Polén, 2020.
- ROCHA, J. Experimentações enteogênicas: Santa Maria e Exu no Santo Daime. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) – Each/USP, São Paulo, 2021.
- RUFINO, L. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.
- TUPPER, K. W. Enteógenos e inteligência existencial: plantas mestres como instrumentos cognitivos. Trad. Mauro Sá Rego Costa. *Revista Periferia*, v. III, n. 2, 2011.

WUNDER, A. Superfícies de encontro com o povo indígena Kariri-Xocó: imagens e o devir.
Linha Mestra, n. 38, p. 23-34, maio-ago. 2019.

DOSSIÊ

“Tensões em torno da educação
e de práticas educativas”

CAPÍTULO 15

Violência nas universidades e vidas precárias – Diálogos a partir de *The hunting ground*¹

Elizabete Franco Cruz

Vima Lia de Rossi Martin

Cláudia Lago

Maria Luisa Sandoval Schmidt

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo problematizar a violência nas universidades, trazendo uma reflexão sobre esta temática que é relevante para os estudos de gênero, para a sociedade e, especialmente, para aqueles(as) que trabalham e estudam em universidades.

Atuamos como professoras em uma universidade pública, a Universidade de São Paulo, e enfrentamos cotidianamente essa questão. A violência sexual e de gênero e a violência no trote foram objeto de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) realizada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 2015. Essa CPI, coordenada pelo deputado Adriano Diogo, visibilizou episódios que eram nomeados como trote, mas que se configuravam como verdadeiras torturas e violências pautadas no exercício arbitrário de poder de estudantes “veteranos” em relação aos “bixos”, visibilizando ainda casos de estupro. Um caso conhecido publicamente foi o do estudante de Medicina que foi acusado de estuprar uma colega (que o denunciou). A notoriedade desse caso e o trabalho dos coletivos feministas de alunas – existentes em várias unidades da universidade – fizeram perceber que o problema não se restringia à Faculdade de Medicina e que em várias faculdades e institutos

1 Esta é uma versão ampliada e revisada do trabalho apresentado pela primeira autora no Seminário Internacional Fazendo Gênero, em 2017.

mulheres jovens, estudantes, relatavam ter sofrido diferentes tipos de violência – assédio, beijos forçados e até penetração quando estavam alcoolizadas ou quando tinham sido dopadas em festas.

Em face desse contexto, estudantes de graduação procuravam acolhimento e suporte de suas professoras, especialmente daquelas com maior abertura para o diálogo sobre questões de gênero e direitos humanos. Paralelamente, funcionárias, professoras e estudantes da pós-graduação também começaram a relatar, informalmente, casos de violência sexual e de gênero.

Com o passar dos meses, observamos que o estudante de Medicina iria se formar – o que aconteceu posteriormente e, diante da resistência do Conselho Estadual de Medicina para a concessão do registro, o novo médico conseguiu o CRM em outro estado. Um grupo inicial de cerca de seis docentes resolveu, então, constituir um coletivo feminista, e formamos uma rede pelo fim da violência sexual e de gênero na universidade, como uma resistência a esses episódios. Na primeira reunião já tínhamos mais de cem professoras e nossa proposta é promover educação implicada com mudanças na cultura de gênero e de violência, fomentar mecanismos de responsabilização dos agressores e garantir espaços de suporte e acolhimento para as pessoas em situação de violência. Aqui, uma ressalva: apesar de sermos membras da coordenação da rede, nosso objetivo aqui não é falar do trabalho desse coletivo. Citamos a iniciativa porque, como mencionaremos a seguir, pensamos que existem importantes estratégias de resistência a situações de violência, e a constituição de coletivos é uma delas.

Uma das atividades que temos desenvolvido como professoras implicadas com a discussão das relações de gênero e como membras da rede é a exibição e debate do documentário estadunidense *The hunting ground*,² e, por isso, pensamos ser oportuno trazê-lo no escopo das reflexões aqui compartilhadas. A análise do filme serve como elemento desencadeador da discussão que queremos realizar.

ESTUPROS NAS UNIVERSIDADES: OS RELATOS EM *THE HUNTING GROUND*

O filme se inicia com o registro de várias alunas festejando o ingresso em diferentes instituições estadunidenses de ensino superior e, posteriormente, apresenta essas mesmas estudantes vivendo os impactos da violência que sofreram. Duas dessas jovens violentadas, Andrea Pino e Annie E. Clark, decidem buscar outras jovens em outras universidades para visibilizar a questão do estupro. Em uma sucessão de depoimentos, vemos que as jovens são violentadas em contextos de festas e de fra-

2 *The hunting ground*. Direção: Kirby Dick, EUA, 2015, 123 minutos.

ternidades constituídas por alunos. O ativismo a que se dedicam é uma estratégia bem-sucedida, que tem como efeitos a instauração de um debate público e a criação – pontual – de instâncias de apuração e eventual punição das violências sofridas.

Entretanto, o filme causa um profundo mal-estar porque, além de apresentar inúmeros casos de violência sexual contra mulheres cometidos em contextos universitários, ainda explicita o cinismo institucional, que se traduz na falta de credibilidade na fala das mulheres-alunas e na fragilidade das respostas institucionais. Ao longo do filme, podemos acompanhar, por exemplo, o sofrimento das famílias e das professoras que foram demitidas porque apoiaram as alunas e a impunidade dos agressores. E quem acompanha de perto as questões de violência nas universidades brasileiras pode facilmente estabelecer paralelos com a realidade exibida pelo filme documental estadunidense.³

A violência é muito similar: mulheres jovens, universitárias, cheias de projetos e sonhos, violentadas por homens, colegas universitários que cometem a violência frequentemente com o apoio de outros colegas e com a utilização de substâncias para dopar as jovens, ou aproveitando o momento em que estão alcoolizadas. No filme, fica evidente a relação das violências com o investimento por parte de grupos e instituições de esportistas, que são frutos de investimentos milionários e que dependem de uma imagem idônea, o que ajuda a explicar o silêncio das instâncias que administram as universidades em relação às violências por eles cometidas.

No Brasil, ao menos explicitamente, não há uma dependência direta das universidades públicas em relação a doações financeiras. Justamente por isso fica a pergunta: por que aqui as instâncias de poder que regulam as universidades também tentam omitir situações de estupro? Ou não dão a atenção devida a essa questão, ou, ainda, como no caso da universidade em que trabalhamos, o tema entra em pauta de modo mais amplo apenas após exaustivas ações dos coletivos feministas e de uma visibilidade midiática que interpela a instituição.

O pano de fundo, sabemos, é o machismo estrutural. Respostas comuns para a apatia institucional são: “para não termos problemas”, “porque não enxergamos o problema”, “porque a violência está naturalizada e é difícil combatê-la” ou, ainda, para “a preservação da imagem da universidade”. Essas posições, propaladas desde as esferas institucionais de maior poder, circulam na comunidade universitária de forma mais ampla. Apesar de não ditas abertamente, essas lógicas se espriam em todos os níveis e não apenas nos de gestão. As universidades são plurais, e não um

3 A série documental brasileira *Rompendo o silêncio*, dirigida por Marina Person e Giuliano Cedroni (2021), focaliza, a partir de depoimentos pessoais, diferentes violências ocorridas nos *campi* universitários do país, dialogando diretamente com *The hunting ground*.

bloco politicamente homogêneo, e onde há poder há resistência. Constituídas como arenas de disputa entre diversas perspectivas ideológicas, espaço de tensões e conflitos, contemplam discursos e práticas que estão na contramão da invisibilização das violências sexuais e de gênero. Assim, se a ação, sobretudo dos gestores, tende ao silenciamento, outros agentes – principalmente professoras e alunas sensíveis ao tema – atuam cotidianamente em sentido contrário.

Parte da produção do conhecimento universitário mais atual sobre o tema foi publicada em duas importantes coletâneas da Universidade de Brasília (UnB) (Stevens *et al.*, 2017; Almeida; Zanello, 2022) nas quais encontramos artigos que abordam a questão da violência de gênero nas universidades. No primeiro livro temos quatro trabalhos dedicados ao tema da violência nas universidades. Em um artigo, Almeida (2017) faz um panorama da violência, mencionando a pesquisa Avon,⁴ os trotes, ações realizadas em Brasília e a relevância do protagonismo dos coletivos feministas nas universidades. Outro artigo, escrito por Cruz (2017), relata uma experiência de intervenção na Universidade Federal do Acre, destacando o medo que as mulheres têm ao frequentar o espaço universitário e mencionando, inclusive, a adoção da mesma estratégia de enfrentamento da violência que temos utilizado: o debate do filme *The hunting ground*. Em um terceiro artigo, Leal *et al.* (2017) destacam outra importante dimensão do debate, que é o assédio moral vivenciado por docentes e funcionários/as nas universidades. E, por fim, Portela (2017) aponta a subalternidade com que as universidades tratam epistemologias não hegemônicas como o conhecimento produzido por pesquisadoras indígenas.

Já o segundo livro editado pela UnB em 2022 é totalmente dedicado à questão da violência nas universidades e tem um conjunto de capítulos muito interessantes que nos permitem acompanhar o cenário nacional e internacional. Destacamos aqui o artigo de Almeida (2022), que aponta o cenário de violência na Universidade de São Paulo (USP) e mostra que há uma polissemia de termos usados nos contextos de violência e em torno dos significados de assédio sexual. A autora conclui:

[...] que essa categoria ainda recente em nossa experiência de gestão universitária precisa ser melhor compreendida e tratada pelas universidades no país. Falar sobre assédio é encarar uma forma de violência de gênero entranhada na vida acadêmica, formada por práticas naturalizadas que demarcam desigualdades de gênero (e raça e classe), mas que no caso da academia é composta pelas suas hierarquias, promovida por grupos que buscam evitar o acesso de (mais) mulheres e pessoas negras

4 A pesquisa sobre assédio no ambiente digital foi realizada entre 2015 e 2017. Ver Instituto [...] (s.d.).

a determinadas áreas e campos do saber. Entranhado que está nas desigualdades de gênero naturalizadas em nossa sociedade, falar sobre o assédio tem sido uma forma de lutar por direitos na universidade, uma luta por reconhecimento (Almeida, 2022, p. 213, 214).

Esse breve panorama demonstra que diversos estudos e publicações brasileiras já observam a temática da violência universitária e que temos vários elementos teóricos que balizam a discussão, como o próprio conceito de violência, o papel da educação superior, a interseccionalidade de classe, gênero, sexualidade e raça, que se entrelaçam com o fenômeno, as noções de punição e direito, as diferenças hierárquicas entre vítima e agressor, entre outros. Há um campo em aberto para diferentes possibilidades analíticas e, a partir desses lugares, documentos e conhecimentos são produzidos. Como exemplo podemos mencionar que membras da rede estiveram envolvidas com uma Comissão da Superintendência da Assistência Social da Universidade que abordou, em 2017, casos de violência na moradia estudantil da USP e produziram um relatório sobre o quadro. O relatório aponta que a maioria dos casos de violência contra a mulher no Crusp não é reportada ou não é registrada formalmente, e que a maioria dos casos reportados não é objeto de apuração formal pela universidade. Além disso, indicou que inexistem protocolos específicos para orientar a atuação institucional em casos de violência contra a mulher e faltam ferramentas nas normas da instituição para abordagens cautelares e específicas. Tudo isso favorece o desamparo e a reincidência. Atualmente essas questões estão novamente sendo debatidas e encaradas pela gestão da USP, mesmo que tenhamos a sensação de que seu enfrentamento consistente ainda esbarra em diversas questões da estrutura universitária.

Em síntese, a questão está posta, não somente na USP, onde atuamos, mas em várias universidades públicas e particulares do Brasil e do mundo, entre as quais muitas inclusive se orgulham de sua excelência e do alto desempenho nos *rankings*, mas ainda abrigam formas arcaicas de violência contra as mulheres e corpos dissidentes.

VIDAS DE JOVENS MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS: VIDAS PRECÁRIAS? VIDAS PASSÍVEIS DE LUTO?

O quadro exposto mobiliza a produção de reflexões teóricas. Entretanto, como nos lembra Foucault (2004), não há um espaço fora do discurso e dos engendramentos e atravessamentos de poder e contexto. Nesse sentido, discutir o tema é correr o risco de se enredar numa produção discursiva que pode produzir a estudante vítima e o estudante monstro, ou os lugares ameaçadores, como a Faculdade de Medicina da USP e os espaços de confraternização. Observamos que, no cotidiano, frequentemente a tendência é fazer o que apontam Duschatzky e Skilar (2001, p. 121): “criar o

outro como fonte de todo mal”, alocar a violência num lugar, num contexto específico. Circunscrever o problema às faculdades estadunidenses, com suas sistemáticas de proteção de atletas, ou na USP, ou na Faculdade de Medicina, ou no Crusp. Nos discursos corremos o risco de achar um lugar fixo para o mal, e invariavelmente ele tende a estar fora e/ou longe de nós.

Mas, se há riscos no dizer (como universalizações, fixações, binarismos etc.), há o risco de não dizer, traduzido como o silêncio que compactua com a barbárie e com a naturalização das violências.

Há que se fazer escolhas nos respiros que encontramos nos espaços que vivemos. Um viver que é marcado pela precariedade, pela vulnerabilidade dos vínculos e da incerteza da convivência com o outro. Butler (2015, p. 32) afirma em *Quadros de guerra*:

Nós não nascemos primeiro e em seguida nos tornamos precários; a precariedade é coincidente com o próprio nascimento (o nascimento é por definição, precário), o que quer dizer que o fato de uma criança sobreviver ou não é importante, e que sobrevivência depende de uma rede de ajuda. É exatamente porque um ser vivo pode morrer que é preciso cuidar dele para que possa viver. Apenas em condições nas quais a perda tem importância, o valor da vida aparece efetivamente.

Butler nos ajuda a pensar que a vida tem uma inteligibilidade e que algumas vidas terão mais valor que outras, a depender de algumas normas, que são construídas como naturais e inevitáveis. Sua leitura é instigante porque nos interpela a pensar nos enquadramentos que fazemos da vida, dos problemas que enfrentamos. Mais do que adequar pessoas às normas que definem que vidas têm reconhecimento e valor, precisamos questionar como as normas atribuem reconhecimento e valor de modo diferenciado às pessoas.

Mulheres têm sofrido violência sexual e de gênero nos espaços universitários, aparentemente “mais protegidos”, e precisamos visibilizar esse fato. Este é um enquadramento fundamental, mas existem outros que talvez não estejamos conseguindo destacar em nossas molduras. Quem são essas mulheres? Dizemos estudantes, mas são também funcionárias e professoras, como aponta o trabalho de Leal *et al.* (2017). E também mulheres trans, *gays* e pessoas negras, como sinalizou a pesquisa Interações, conduzida por Gustavo Venturi na USP.

Existem esses e outros enquadramentos possíveis, mas aqui queremos destacar uma dimensão específica do problema: quais as consequências da violência?

O trabalho de Schraiber e D'Oliveira (1999) mostra que a violência tem consequências na saúde, como adoecimento físico, adoecimento psicológico e até depressão e suicídio. Almeida (2017) aponta que jovens têm sua vida escolar afetada.

Em nossa experiência na Universidade, esses relatos de falta de continuidade nos estudos e sintomas físicos e emocionais se repetem rotineiramente. A vida é afetada fortemente pela violência. Tão fortemente que pode perder o sentido.

No documentário estadunidense temos o relato de que a jovem estadunidense Lizzy Seeberg cometeu suicídio após ter sofrido violência e se sentir desacreditada. Almeida (2017) menciona uma jovem egressa da Universidade de Brasília, Ariadne Wojcik, que, com 25 anos, se suicidou após fazer uma denúncia no Facebook contra um professor. Na internet encontramos uma notícia de que a jovem Isadora, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), cometeu suicídio depois de ter sofrido uma tentativa de estupro. Uma matéria publicada por *O Globo* traz os seguintes trechos:

Ela reagiu à tentativa de estupro e registrou a ocorrência na delegacia. Nossa indignação é porque o agressor não foi punido. O episódio, ocorrido num alojamento da Rural, a afetou totalmente. Ela era uma menina que estudava e, de repente, não conseguia mais tomar conta de si mesma. Teve os sonhos interrompidos devido à falta de estrutura e segurança na universidade. Como você oferece alojamento, se não tem condições de cuidar dos alojados? É um absurdo – desabafa a irmã da jovem. Por meio de nota, a universidade informou que é solidária à família, aos amigos e aos colegas da estudante. De acordo com a instituição, o agressor, também aluno da Faculdade de Educação Física, foi punido pelo Código Disciplinar do Aluno, com repreensão formal e desligamento do alojamento da Rural, mas não foi afastado do curso. A vítima havia trancado a matrícula da faculdade em abril (Boere, 2016).

“Estava em depressão”

Colegas da jovem contam que ela era integrante da equipe de líderes de torcida da universidade e chegou a ganhar campeonatos nacionais e internacionais, como aparece na matéria:

Ela era uma menina muito alegre, vivia com um sorriso lindo no rosto. Há mais ou menos um mês, deixou de ir às aulas, dizendo que precisava se cuidar. Já estava em depressão — conta uma amiga da vítima, que preferiu não ser identificada (Boere, 2016).

Da matéria citada apreendemos que a jovem foi agredida, o agressor se formou, ela se matou. O que se conclui é que ela estava com depressão! Uma depressão que se manifestou após um ato de violência num contexto universitário.

A resolução da questão não considera o que Butler aponta tão brilhantemente, ou seja, qual a condição da vida ser vivida? Pensando em mortes na guerra, a autora aponta:

Quando lemos a respeito de vidas perdidas, com frequência nos são dados números, mas essas histórias se repetem todos os dias, e a repetição parece interminável, irremediável. Então, temos de perguntar o que seria necessário não somente para apreender o caráter precário das vidas perdidas na guerra, mas também para fazer com esta apreensão coincida com uma oposição ética e política às perdas que a guerra acarreta? (Butler, 2015, p. 29).

Se trocássemos a palavra guerra na citação acima por violência na universidade teríamos que nos fazer a mesma pergunta: quais seriam nossas alternativas ético-políticas diante desse quadro de violência?

Ao pensar sobre nossas responsabilidades diante da sustentação da vida, Butler (2015, p. 43) afirma:

Nossas obrigações são precisamente para com as condições que tornam a vida possível, não para com a “vida em si mesma” ou, melhor dizendo, nossas obrigações surgem da percepção que não pode haver vida sustentada sem essas condições de sustentação, e que essas condições são, ao mesmo tempo, nossa responsabilidade política e a matéria de nossas decisões éticas mais áridas.

É nossa obrigação ética, portanto, discutir as condições de sustentação das vidas, ampliar essa noção para que todas as vidas possam e mereçam ser sustentadas em nossos espaços. Desnaturalizar a violência cotidiana contra determinadas vidas deve ser nosso imperativo categórico.

ÉTICA E ESTÉTICA DA EXISTÊNCIA: UM DEBATE NECESSÁRIO SOBRE A AMIZADE

No contexto de uma violência que é naturalizada, inscrita como não existente e que atravessa de forma tão avassaladora algumas existências, talvez possamos dialogar com algumas reflexões desenvolvidas por Foucault (2004), chamando para nossas

conversas conceitos importantes como ética e estética da existência e o debate sobre a amizade.

Sobre ética, o autor comenta:

– Sim, pois o que é a ética senão a prática da liberdade, a prática refletida da liberdade?

[...] A liberdade é a condição ontológica da ética. Mas a ética é a forma refletida assumida pela liberdade (Foucault, 2004. p. 267).

Existem muitos relatos (na USP, em outras universidades, no documentário) de jovens que estupraram meninas desacordadas. Alguém é capaz de passar nos vestibulares mais difíceis do país e não tem um limite ético diante de uma colega desacordada? O que um homem poderia fazer nesta situação? Ignorar? Cuidar? Penetrar?

Se um homem pode achar oportuno estuprar sua colega que está impossibilitada de participar da relação sexual, o que isso nos diz sobre a ética e a estética da existência? Por que alguns jovens consideraram que têm a liberdade e o direito de dopá-la a fim de que possa usá-la sem oposição (e sem participação)?

Esse suposto exercício da liberdade sexual desconsidera a existência do outro, no caso da outra, a mulher que não consentiu. A liberdade configura-se como violência e se distancia da ética e também do cuidado de si.

Foucault sinaliza que a ética está ligada ao cuidado de si. O cuidado de si implica no modo como criamos uma forma de viver, inclusive de regular a própria liberdade. E o cuidado de si implica no cuidado com o outro e na criação de uma estética da existência (Castro, 2015).

A violência não pode ser entendida sem a moldura das relações de gênero (e de classe, raça/etnia, geração), mas talvez tenhamos que trazer, inspiradas nas ideias de Foucault, algumas perguntas para o nosso debate: o que fazemos com nossa vida? Qual ética e estética da existência temos produzido e debatido nos espaços educativos?

Ortega (1999, p. 170), ao comentar a amizade em Foucault, sinaliza que “a dimensão ética transgressiva da amizade consiste na recusa das formas impostas de relacionamento e de subjetividade”. Ou seja, a amizade só comporta um valor transgressivo quando se constitui em contraposição às formas naturalizadas de relacionamento, de subjetividades.

O debate sobre a amizade, nesses moldes, realizado com educandos/as, poderia ser uma alternativa para pensarmos formas de sustentação da vida em outros moldes, de forma ampla, envolvendo inclusive aquelas (e aqueles) que têm vidas que não são valorizadas, sustentadas.

Outro ponto importante para reflexão é pensar essas mortes, que estão alocadas como suicídio, e revestidas de uma intencionalidade individual, mas são frutos da violência de gênero nas universidades. Ou seja, elas não podem ser computadas simplesmente como suicídio. Precisamos dar visibilidade para a dor que fica pós-violência e as partes mortas das mulheres que permanecem vivas. Partes mortas como alegria, autoestima, vontade de estudar, confiança no outro, confiança em si.

Mas, diante daquelas que tiram a própria vida, temos que apontar que o suicídio não é fruto de uma depressão individual, é fruto de uma violência sexual e de gênero. É fruto de uma falta de sustentação da vida. São os enquadres normativos de gênero, de culpabilização da vítima, de impunidade, de atribuição de vergonha que levam as mulheres a achar que a sua vida que estava com projetos (dada sua vinculação universitária) perdeu o sentido. Nesse sentido, o suicídio relacionado à violência de gênero deveria ser denominado de suicídio-femicídio ou femicídio-suicídio.

Por fim, gostaríamos de mencionar, mais uma vez, as palavras de Butler (2015, p. 33) quando ela nos convida a pensar que uma vida só terá valor se for passível de luto:

[...] em outras palavras, “essa será uma vida que terá sido vivida” é a pressuposição de uma vida cuja perda é passível de luto, o que significa que esta será uma vida que poderá ser considerada vida, e será preservada em virtude desta consideração.

Mencionamos o suicídio de três alunas a partir de histórias a que tivemos acesso, mas imaginamos que possam existir outros casos. Quem chora por essas vidas? Os familiares, as amigas? Butler está certa. Uma vida tem valor se ela é passível de luto. A vida dessas mulheres precisa ser passível de luto e de elaboração coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui desenvolvidas nos apontam alguns caminhos. O primeiro e mais essencial é que, sim, precisamos continuar a fazer o que estamos fazendo: visibilizar a pauta da violência contra mulheres em contextos universitários, cobrar as instituições, fomentar os coletivos, criar espaços de apoio e cuidado, debater como diferentes possibilidades podem se articular num espaço de sustentação da vida. Este texto foi escrito para chorarmos as mortes de Lizzy, Ariadne e Isadora. O feminismo precisa entrar em luto pelas mulheres que tiraram a própria vida após sofrerem violência sexual e de gênero. Neste momento de luto, temos que fazer nossas vidas menos precárias. Temos que dizer umas para as outras e, especialmente, para nossas alunas que nossas vidas valem ser vividas. Temos dor com as mortes, com a violência, mas em

nossa estética da existência há amizade e resistência. A violência e a morte precipitada não devem ser parte compulsória da biografia das mulheres.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, H. B. A visibilidade da categoria assédio sexual nas universidades. In: ALMEIDA, T. M. C. de; ZANELLO, V. (orgs.). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latinoamericanas*. Brasília: OAB Editora, 2022.
- ALMEIDA, T. M. C. de. Violências contra as mulheres nos espaços universitários. In: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V.; SILVA, E. (orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, 2017.
- ALMEIDA, T. M. C. de; ZANELLO, V. (orgs.). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latinoamericanas*. Brasília: OAB Editora, 2022.
- BOERE, N. Jovem cometeu suicídio 3 anos e meio após tentativa de estupro na Rural. *O Globo*, 28 maio 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/jovem-cometeu-suicidio-3-anos-meio-apos-tentativa-de-estupro-na-rural-19389195>. Acesso em: 3 out. 2024.
- BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CASTRO, E. *Introdução a Foucault*. 1. ed., 1. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- CRUZ, M. P. O enfrentamento da violência no ambiente universitário: uma experiência na Universidade Federal do Acre. In: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V.; SILVA, E. (orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, 2017.
- DUSCHATZKY, S.; SKLIAR, C. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- ESCRITÓRIO USP MULHERES. Pesquisa Interações. Disponível em: <http://uspmulheres.usp.br/interacoesnausp/>. Acesso em: 3 out. 2024.
- FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, M. B. (ed.). *Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. v. 5, p. 264-287. (Coleção Ditos & Escritos).
- INSTITUTO Avon divulgou ontem pesquisa inédita sobre assédio e violência no ambiente digital no Fórum Fale Sem Medo. Instituto Avon, [s.d.]. Disponível em: <https://institutoavon.org.br/instituto-avon-divulgou-ontem-pesquisa-inedita-sobre-assedio-e-violencia-no-ambiente-digital-no-forum-fale-sem-medo/>. Acesso em: 3 out. 2024.
- LEAL, D. F. da S.; ANTLOGA, C. S. X.; CARMO, M. M.; MOREIRA, R. dos S. Gênero e assédio moral no trabalho: cenário das universidades brasileiras. In: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V.; SILVA, E. (orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, 2017.

- ORTEGA, F. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- PORTELA, C. de A. Gênero, etnicidade e suas interseccionalidades: narrativas Kura-Bakairi na Universidade de Brasília. In: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V.; SILVA, E. (orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, 2017.
- SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. Violência contra mulheres: interfaces com saúde. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, v. 3, n. 5, p. 11-26, 1999.
- STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V.; SILVA, E. (orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, 2017.

CAPÍTULO 16

Estudos de gênero: ideologia, ciência e currículo escolar

Lenina Vernucci da Silva
Cynthia Harumy Watanabe Correa
Juliana Pedreschi Rodrigues

INTRODUÇÃO

A aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – em 2017 a etapa do ensino fundamental e em 2018 a etapa do ensino médio – ocorreu em meio a um embate político sobre sua construção – que supostamente deveria ser participativa – considerando os estudos de gênero enquanto um campo de pesquisa interdisciplinar dedicado à identidade de gênero e à representação de gênero como categorias centrais de análise. Apesar de esses termos terem sido excluídos, a defesa dos direitos humanos e o combate às discriminações continuam presentes no documento e deverão ser norteadores dos currículos. Assim, este capítulo aborda a relação entre ciência e ideologia que incide nos estudos de gênero na educação básica, na BNCC e nas mudanças no Currículo Paulista com a Medida Provisória nº 746/2016, que instituiu o Novo Ensino Médio (NEM).

Duas dimensões precisam ser entendidas nesse contexto: as transformações socioeconômicas no país com o avanço do conservadorismo, acompanhadas dos ataques às conquistas sociais e políticas de grupos minoritários, e as mudanças no currículo. Quando predomina uma visão conservadora no discurso da extrema direita brasileira, que divulga equivocadamente a chamada “ideologia de gênero”, os feminismos e a teoria *queer* acabam sendo tratados como uma caricatura (Miguel, 2021), ao invés de serem reconhecidos como uma concepção de identidade de gênero, a qual remete à experiência de uma pessoa com o seu próprio gênero (ONU,[s.d.]).

Portanto, o trabalho visa recuperar a categoria gênero enquanto um conhecimento científico, enfatizando a sua importância para que a educação avance na garantia dos direitos humanos de distintos sujeitos sociais, em contraponto a uma narrativa conservadora antigênero que tem ganhado destaque nas mídias mediante o apelo a valores ditos tradicionais, como família e pátria (Junqueira, 2022).

Partiremos da relação entre ciência e ideologia, entendendo gênero enquanto uma categoria de análise científica (Scavone, 2008; Scott, 2017), para mostrar que a narrativa conservadora só gera confusão na população ao associar o termo gênero à noção de ideologia, que, para além de descabida, é vista como perigosa para as famílias e, principalmente, para as crianças. Por último, será analisado, com o apoio da pesquisa documental, o conteúdo da BNCC e do Currículo Paulista no que se refere à exclusão de termos como gênero e orientação sexual. De maneira similar, termos como igualdade, identidade e cidadania aparecem de forma genérica em competências e habilidades em ambos os documentos, sem desenvolvê-los e problematizá-los, ou seja, não valorizam o conhecimento científico.

CIÊNCIA E IDEOLOGIA: ESTUDOS DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO

Os estudos de gênero, enquanto parte de uma sociologia feminista (Scavone, 2008), contribuem para uma educação emancipatória, crítica e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que valorize e respeite as diferenças culturais e identitárias. Todavia, é interessante observar que o Brasil avança em um projeto de poder antigênero (Junqueira, 2022), acompanhando o crescimento da ultradireita no mundo, mas paralelamente assina tratados internacionais de garantia de não violência às mulheres e a outros grupos identitários. No mesmo ano do golpe que tira a primeira mulher eleita presidenta do país, Dilma Rousseff, e é aprovada a Medida Provisória nº 746/2016, que institui o NEM e possibilita a finalização da BNCC para essa etapa da educação básica, a Organização das Nações Unidas (ONU) produz um material para promover nas escolas a igualdade de gênero (ONU Mulheres, 2016).

O avanço de direitos foi uma característica do nosso país pós-ditadura militar. Ainda que a crítica ao período não tenha culminado em uma efetiva punição aos torturadores, o avanço dos debates na defesa dos direitos humanos resultou em uma Constituição relativamente progressista. Podemos afirmar que a Constituinte de 1987/1988 trouxe conquistas louváveis para o movimento de mulheres; um destaque foi a eleição de 26 mulheres para a Câmara dos Deputados em 1986, conhecido como *Lobby do Batom*.

A atuação da bancada atendeu às expectativas do movimento reivindicatório das mulheres brasileiras que participaram da campanha Mulher

e Constituinte, promovida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), criado dois anos antes, para estimular a participação da população feminina no processo e eleger maior número de parlamentares do sexo feminino (Monteiro, 2018).

Até então a manifestação de vozes contrárias era tímida. Após 2010, no entanto, o jogo virou. Segundo Miguel (2016), o discurso meritocrático adentrou o senso comum que passa a ver nos defensores dos direitos humanos algo criminoso, como se fosse uma proteção indevida a sujeitos que não se esforçam para conquistar espaço. Ao Estado é relegado um espaço de corrupção e deformidade, impedindo o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas, principalmente por propor políticas públicas a grupos específicos, como mulheres, negros e homossexuais. Não cabe aqui elencar como a política de transferência de renda e o aumento do poder de consumo gerou uma nova classe média que se distanciou da classe à qual efetivamente pertence – a classe trabalhadora –, mas focar como o conservadorismo galgou espaço suficiente para convencer ambas de que uma nova moral é necessária para o país avançar. Entre os inimigos da moral e bons costumes, estariam os novos sujeitos sociais que a categoria gênero abarca (Scavone, 2008; Scott, 2017).

A educação brasileira passou a ser o centro da vigilância moral. Aliás, neste período nasceu o movimento Escola sem Partido, que tem pressionado professoras e professores tanto da rede pública quanto privada e de qualquer nível de ensino, orientando as crianças e jovens a filmarem e denunciarem seus educadores. O movimento atua desde 2004 (Escola sem Partido, 2019), porém, ganhou notoriedade em 2015, após terem sido apresentados projetos de leis pelos filhos do ex-presidente Jair Bolsonaro (Flávio e Eduardo Bolsonaro). Notamos, então, que há um marco divisor no país de fortalecimento das agendas de direita, tanto liberal quanto reacionária, e retração e ataques à esquerda após as jornadas de junho de 2013 (Jinking; Doria; Cleto, 2016).

Vale realçar que o movimento encerrou as atividades justamente por falta do apoio de Bolsonaro, de acordo com seu idealizador, Miguel Nagib. O advogado – que deixou o movimento em 2020 – afirma que o movimento busca a neutralidade e é contra as ideologias – independe de qual for – nas escolas. Mas, ao lermos artigos e entrevistas encontrados no site do movimento e demais mídias, percebemos a presença do discurso ideológico da extrema direita. Portanto, precisamos refletir sobre o próprio conceito de “ideologia”.

Ao propor, por exemplo, o cartaz afixado nas salas de aula com os deveres do professor de promover uma educação livre de ideologia, respeitando o direito dos pais, de modo que os filhos recebam educação moral conforme suas próprias convicções,

o advogado não está sendo neutro, muito pelo contrário. Na aba *perguntas e respostas* de seu *blog*, temos o seguinte posicionamento:

P.: Afinal, existe neutralidade ideológica? A objetividade científica não é um mito?

R.: A justificativa-padrão utilizada pelos promotores da doutrinação ideológica nas escolas é a de que “não existe imparcialidade”, já que “todo mundo tem um lado”. Para os professores e autores militantes, isto resolve o problema, pois, se não existe neutralidade, cada um que cuide de “puxar a brasa para a sua sardinha”. A dose de má-fé embutida nesse raciocínio é extraordinária. O fato de o conhecimento ser vulnerável à distorção ideológica – o que é uma realidade inegável, sobretudo no campo das ciências sociais – deveria servir de alerta para que os educadores adotassem as precauções metodológicas necessárias para reduzir a distorção. Em vez disso, a militância utiliza esse fato como salvo-conduto para a doutrinação. A perfeita objetividade científica pode ser impossível; mas perseguir o ideal da objetividade científica é não apenas possível, como moralmente obrigatório para um professor (Escola sem Partido, 2019).

Na tentativa de esclarecer a importância de se retirar a categoria gênero dos debates escolares, os favoráveis ao “fim da doutrinação ideológica nas escolas” convocaram algumas audiências públicas. Parciais, levando apenas detratores dos estudos de gênero, eles não contavam com a reação de pesquisadores, professores e pessoas ligadas aos mais variados movimentos sociais sobre os direitos humanos. As audiências públicas, ocorridas de 2014 a 2015, criaram um monstro inexistente a ser combatido como forma de solução para as crises identitárias e familiares pelas quais a sociedade contemporânea passa, divulgado por aplicativos de comunicação e plataformas de redes sociais, como WhatsApp e Facebook.

A educação moral, sexual e das relações de gênero, importante no processo de desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças e jovens, deve ser restrita ao núcleo familiar ou é função da escola, logo, uma política de Estado? É possível uma educação axiologicamente neutra, sem ideologia? Ao estudar o que seria a tal “ideologia de gênero” que os movimentos antigênero propagam sem qualquer fundamento, Junqueira (2022, p. 24) afirma que, em termos sociológicos, “o discurso antigênero é uma autêntica expressão da ideologia de gênero”, justamente porque quem pode produzir ideologia são os grupos dominantes.

Antes disso, a pesquisadora Furlani (2016a), da área de gênero, já havia buscado a origem da expressão. Para esclarecer, produziu uma série de vídeos e uma breve cartilha em que desmonta as ideias dos detratores do uso da categoria gênero nos planos educacionais (Dip, 2016). Por sua vez, Miguel (2021) avalia que o mito da “ideologia de gênero” é um dos alimentos da radicalização da direita no Brasil.

A objetividade das ciências humanas e sociais foi objeto de estudo dos fundadores da sociologia. Para Durkheim, a neutralidade é o fundamento da ciência. Weber separa ciência e política como duas vocações distintas. A exceção foram Engels e Marx (2007, p. 72), ao afirmarem que “as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante”. Além da famosa frase de Marx, a Tese 11 sobre Feurbach: “os filósofos interpretaram o mundo, mas o que importa é mudá-lo”, declarando que a ciência, tal qual a política, a educação, o Direito, estão intimamente ligados com as relações sociais de produção, sendo determinados por elas e as determinando, num movimento dialético.

No meio acadêmico, o funcionalismo de Durkheim, herança direta do positivismo, dominante no advento da modernidade, e a sociologia compreensiva de Weber foram mais aceitos, visto que Marx fora considerado mais entre os críticos da modernidade e, portanto, do capitalismo e, dada a sua militância política (Marx foi cientista e dirigente comunista), foi duramente criticado em sua teoria do social (Aron, 1999; Quintaneiro; Barbosa; Oliveira, 2002). Ainda que o método marxista de análise tenha valor objetivo, seus adversários são ferrenhos. O teórico que conceituou ideologia foi pejorativamente cunhado de ideólogo – percebemos, assim, a disputa que a ciência enfrenta, em particular as ciências humanas. Para compreender a disputa, é preciso recuperar o conceito de ideologia enquanto reflexo da materialidade. Segundo Meszáros (2004, p. 110):

[...] as várias ideologias e formas de consciência a elas correspondentes não possuem história própria, não têm uma dinâmica independente de desenvolvimento, devendo ser entendidas como ligadas do modo mais íntimo com os processos de desenvolvimento da vida material dos indivíduos reais.

Foi após os anos 1960, com a entrada de novos sujeitos nas pesquisas científicas, que a ciência foi novamente questionada em sua neutralidade. Os estudos de gênero e feminismos foram significativos para levar à academia o que os movimentos sociais de luta por igualdade e direitos das mulheres problematizavam na sociedade. Conforme Scavone (2008, p. 174):

Guerras e movimentos de descolonização que, no Primeiro Mundo, trouxeram à tona não só os “internamente colonizados” (as chamadas minorias, os marginais, as mulheres, os homossexuais) como os “externamente colonizados” (os habitantes do mundo colonizado), colocando em cena novas vozes coletivas e contribuindo para a desconstrução de um sujeito único e universal.

O senso comum trabalha com a ideia de que há naturalmente (biologicamente) maneiras de ser e estar na sociedade para homens e mulheres. O debate entre natureza e cultura, sexo e gênero é caro às ciências sociais, que despendem inúmeros esforços para entender a formação social do ser humano. As teorias feministas, em particular, buscam inserir essa questão na academia, trazendo o conceito de gênero como uma forma de dar sentido às relações de poder entre os sexos, questionando a própria neutralidade da ciência (Scott, 2017).

As perguntas filosóficas essenciais – quem somos e qual a melhor forma de viver – perpassam gerações, épocas e lugares. Questões que não encontram respostas definitivas – característica própria da ciência – buscam formas de estar no mundo e com ele se relacionar. A educação das crianças e adolescentes está no cerne desse debate, visto que envolve uma ética de como viver em grupo. Para Durkheim (2013), seguindo o pensamento de Platão, a educação é assunto eminentemente social, tanto pelas suas origens como pelas suas funções, e é o professor o sujeito responsável pela integração das crianças e adolescentes. Além do funcionalismo, a psicologia social de Vigotsky coloca o sujeito humano como social, por meio do trabalho e da transformação da natureza (Marsigliá, Batista, 2012). Dessa forma, a educação dá sentido ao mundo dos objetos.

Na contramão desses autores, estão aqueles que reforçam o papel da família. Como a linha aristotélica, em que o Estado é apenas o suporte, os liberais veem a educação escolar como um complemento da educação familiar. Longe de ser um consenso sobre o papel do governo, esses pensadores da educação, na origem do Estado moderno, concordavam em um ponto: a igreja não deveria se misturar com a política educacional (e com a política como um todo). No Brasil, o documento representativo desse viés é o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932. Foi um grande avanço, contudo, tanto liberais quanto conservadores sacralizaram a família, como se no ambiente familiar não houvesse opressão e violência. Por isso não é suficiente discutir qual o tipo de família a ser ou não aceito – ainda que seja um debate fundamental a pluralidade familiar –, mas sim o *status* atribuído à família, ou seja, a autoridade do adulto sobre a criança.

A escola é o espaço das ciências, dos saberes e dos conhecimentos culturais sistematizados, organizados e aceitos, diferentemente da família, instituição que reproduz o senso comum e, portanto, seus inúmeros preconceitos. Assim, é fundamental que a escola possa trazer aquilo que a sociedade não poderá dar: elementos científicos de ser e estar no mundo. Conforme Saviani (1992, p. 66):

[...] o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas. Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação.

O gênero, assim, enquanto uma categoria útil (Scott, 2017) para a compreensão das relações de poder, é imperativo para a construção de uma sociedade igualitária e para uma juventude mais livre.

CURRÍCULO PAULISTA E ESTUDOS DE GÊNERO

O estado de São Paulo, em virtude de mudanças advindas da BNCC, homologou em agosto de 2020 o volume 2 do Currículo Paulista – Etapa Ensino Médio. O volume 1, etapa Educação Infantil e Ensino Fundamental, foi homologado em 2019, o qual

[...] define e explicita, a todos os profissionais da educação que atuam no Estado, as competências e as habilidades essenciais para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes paulistas do Ensino Médio, com foco em sua formação integral na perspectiva do desenvolvimento humano (São Paulo, 2020, p. 9).

É esse documento que orienta as propostas pedagógicas das escolas no território estadual. Assim como na BNCC, o processo de implantação do currículo contou com consultas públicas. Segundo o documento, houve ampla participação de estudantes, profissionais da educação e sociedade civil. Entretanto, o documento de 33 páginas é recheado de chavões empresariais como “visão de futuro”, “gestão de pessoas”, “eficiência operacional” e “gestão baseada em evidências”.

Ademais, a consulta pública não considerou as observações de estudiosos de gênero, que afirmaram ser necessária a inclusão da categoria gênero para a formação de uma sociedade mais justa, sendo ignorada e excluída dos documentos (Ministério [...], 2017).

A BNCC foi inclusive denunciada por um de seus idealizadores, Cesar Callegari. O professor integrante ativo do Conselho Nacional de Educação (CNE) anunciou sua saída do órgão, por meio de uma carta, afirmando que

O atual governo diz que o “novo ensino médio” já teria sido aprovado pela maioria dos jovens. Não é verdade. Nenhuma mudança chegou às escolas e talvez para a maioria elas nunca cheguem. Alardeia a oferta de um leque de opções para serem escolhidas pelos estudantes, mas na sua BNCC não indica absolutamente nada sobre o que esses “itinerários formativos” devem assegurar. Se defendemos uma Base como expressão dos direitos de aprendizagem, devemos enunciá-los para todo o ensino médio e não apenas para uma parte dele. Se mantida a arquitetura proposta pela Lei, que articula um núcleo comum com itinerários diversificados, precisa haver BNCC tanto para a parte comum nuclear quanto para cada um dos itinerários que compõem a parte diversificada. Deverá ser sobre esse conjunto integralizado na BNCC que os currículos e projetos pedagógicos serão criados, contextualizados e implementados. Trata-se, pois, de um grande e complexo trabalho ainda por fazer, envolvendo necessariamente uma ampla participação de todos os setores interessados. Obviamente, não cabe ao CNE fazer o que o MEC não quis ou não foi capaz de realizar (Callegari, 2018).

Callegari (2018) ainda comenta sobre a possibilidade de se ofertar educação a distância, e a substituição de professores e do espaço escolar, como laboratórios e bibliotecas, um tema que envolve a adoção de tecnologia na escola.

O Currículo Paulista do Ensino Médio é um documento com trezentas páginas, sendo as 45 páginas iniciais divididas entre apresentação do documento, introdução e fundamentos pedagógicos, e as demais páginas tratam da organização curricular, que detalha as habilidades e competências de cada área de conhecimento e dos itinerários formativos.

A palavra gênero enquanto um conhecimento científico que revela as relações de poder na sociedade, definindo funções sociais, aparece no documento apenas três vezes: primeiro na página 22, na definição sobre equidade, em que cita a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a Constituição, afirmando que:

Segundo a perspectiva defendida pelo Currículo Paulista, a equidade diz respeito à inclusão de todos os estudantes nas escolas e à garantia de seu direito à educação pública e de qualidade prevista na LDB, na Cons-

tituição, na legislação estadual e dos municípios paulistas. Diz respeito, ainda, à necessidade de respeitar a diversidade cultural, socioeconômica, étnico-racial, de gênero e socioculturais [sic] presente no território estadual (São Paulo, 2020, p. 22).

O termo também aparece na página 35, quando vai definir a juventude. Por fim, o termo consta na página 258 do Itinerário Formativo Integrado de Ciências Humanas e Sociais e Matemática, no pressuposto metodológico, para as habilidades desse itinerário.

Já na BNCC, um documento igualmente denso, a categoria gênero não aparece em nenhum momento. A pesquisa documental revelou, em ambos, poucas citações de outros verbetes englobados no conceito de gênero, como orientação sexual, homossexuais/homossexualidade, mulheres, movimento feminista, equidade, direitos humanos e identidade. Infelizmente, observamos que a abordagem por habilidades e competências exclui do currículo escolar temas tão pertinentes para o desenvolvimento da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto abordamos um tema sensível à linha de pesquisa de Educação, Saúde e Marcadores Sociais da Diferença, do Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP), com o objetivo de esclarecer a importância dos estudos de gênero para a formação de cidadãos diretamente responsáveis pela luta e defesa dos direitos humanos.

Por sua vez, o debate serviu para elucidar a confusão propositalmente articulada pela extrema direita brasileira em torno do mito da “ideologia de gênero”, visto que gênero é uma categoria científica de análise e, portanto, não pode ser definida como uma ideologia. Ademais, a expressão divulgada de forma errônea para alarmar a população faz um trocadilho com a concepção de identidade de gênero, a forma como a pessoa se relaciona com o seu próprio gênero, a qual é diferente do sexo que lhe foi designado no momento de seu nascimento. Vale situar que identidade de gênero também é diferente de orientação sexual, pois pessoas trans, por exemplo, podem ter qualquer orientação sexual, incluindo heterossexual, homossexual, bissexual e assexual (ONU,[s.d.]).

REFERÊNCIAS

- ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

- CALLEGARI, C. Carta aos conselheiros do Conselho Nacional de Educação – Cesar Callegari renuncia à presidência da comissão da BNCC. Brasília, 29 jun. 2018. Disponível em: <https://www.epsvj.fiocruz.br/carta-aos-conselheiros-do-conselho-nacional-de-educacao-cesar-callegari-renuncia-a-presidencia-da>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- DESMURGET, M. *A fábrica de cretinos digitais: os perigos das telas para nossas crianças*. São Paulo: Vestígio, 2022.
- DIP, A. Entrevista com Furlani. Existe ideologia de gênero? *Pública*, 30 ago. 2016. Disponível em: https://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/#.Wdk15Q_OU_8.facebook. Acesso em: 25 jun. 2023.
- DURKHEIM, E. *Educação e sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- ENGELS, F.; MARX, K. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ESCOLA SEM PARTIDO. Movimento Escola sem Partido, 2019. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- FURLANI, J. “*Ideologia de gênero*”? Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha. Versão Revisada 2016. Florianópolis: FAED, UDESC; Laboratório de Estudos de Gênero e Família, 2016a. Disponível em: <https://www.facebook.com/jimena.furlani>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- FURLANI, J. *Ideologia de gênero: quem criou, por que e para que?* *YouTube*, 2016b. (34m22s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5ro1O10l0v8>. Acesso em: 13 nov. 2018.
- JINKING, I.; DORIA, K.; CLETO, M. *Por que gritamos golpe?* Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.
- JUNQUEIRA, R. D. *A invenção da “ideologia de gênero”*: um projeto reacionário de poder. Brasília: Letras Livres, 2022.
- KILBEY, E. *Como criar filhos na era digital*. São Paulo: Fontanar, 2018.
- MALANCHEN, J.; MATOS, N. da S. D. de; ORSO, P. J. *A pedagogia Histórico-Crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular*. Campinas: Autores Associados, 2020.
- MARSIGLIA, A. C.; BATISTA, E. L. *Pedagogia histórico-crítica: desafios e perspectivas para uma educação transformadora*. Campinas: Autores Associados, 2012.
- MARTINS, L. M.; MARSIGLIA, A. C. G. *As perspectivas construtivista e histórico-crítica sobre o desenvolvimento da escrita*. Campinas: Autores Associados, 2015.
- MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.
- MIGUEL, L. F. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. *Cadernos Pagu*, v. 62, p. 1-14, 2021.

- MINISTÉRIO tira identidade de gênero e orientação sexual da base curricular. *Folha de S.Paulo*, 6 abr. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/04/1873366-ministerio-tira-identidade-de-genero-e-orientacao-sexual-da-base-curricular.shtml>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- MONTEIRO, E. Lobby do Batom: marco histórico no combate a discriminações. *Senado Notícias*, 6 mar. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- ONU. *Pessoas transgênero*. [s.d.]. Disponível em: https://unfe.org/system/unfe-91-Portuguese_TransFact_FINAL.pdf?platform=hootsuite
- ONU MULHERES. *Geração igualdade*. [S.l.], 13 abr. 2016. Disponível em: <http://www.onu-mulheres.org.br/programasemdestaque/genero-na-escola/>. Acesso em: 3 out. 2024.
- QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. de O.; OLIVEIRA, M. G. de. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- RAVITCH, D. *Vida e morte do grande sistema escolar americano: como testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- SÃO PAULO. Lei nº 13.068, de 10 de junho de 2008, e a Resolução SE 42, de 18 de agosto de 2015, que Institui o Projeto “Quem Falta Faz Falta”, no âmbito do Programa Educação – Compromisso de São Paulo, 2015. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/42_15.HTM?Time=05/07/2023%2007:54:06. Acesso em: 4 out. 2024.
- SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. *Currículo Paulista – Etapa Ensino Médio*. São Paulo: SEDUC-SP, 2020.
- SÃO PAULO. Governo lança programa Sala do Futuro para modernizar a educação e reduzir a evasão escolar de SP. [S.l.], 2023. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/governo-lanca-programa-sala-futuro-para-modernizar-educacao-e-reduzir-evasao-escolar-de-sp/>. Acesso em: 4 out. 2024.
- SAVIANI, D. *Escola e democracia*. Campinas: Autores Associados, 1992.
- SAVIANI, D. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. *Movimento-Revista de Educação*, v. 3, n. 4, p. 54-84, 2016.
- SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? *Estudos Feministas*, v. 16, n. 1, p. 173-186, 2008.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 2017.

Índice remissivo

- Adolescências periféricas 35, 195
- Agir comunicativo 10, 169, 170, 173, 175, 177, 180, 181
- Alterações socioespaciais 54, 70
- Alteridade 39, 40, 42, 43, 44, 45, 48, 217, 220
- Antropologia 42, 43, 173
- Ayahuasca* 209, 215
- Base Nacional Comum Curricular 237
- Caiçara(s) 81, 83-87, 92
- Capitalismo de vigilância 10, 183-185, 187-188, 190-192
- Ciência 18-21, 26, 43, 112, 170, 183, 237-238, 241-243
- Colônia Z-13 81, 88, 91, 92
- Comunidade(s) 10, 24, 40, 53-54, 56, 58-59, 61, 67, 70, 72-74, 81-84, 86-87, 92-93, 98-99, 123, 150, 152, 158, 162-163, 171-174, 208, 210-211, 215, 217, 220, 227
- Comunidades extrativistas 53-54, 62, 74
- Conhecimentos tradicionais 53-54, 62, 68, 73-75, 113
- Conselho Gestor 161
- Currículo escolar 237, 245
- Currículo Paulista 237-238, 243-244
- Democracia radical 123, 241
- Devir negro 11, 208, 209, 215, 216-217
- Direitos humanos 10, 119, 122, 124-125, 128, 132, 226, 237-240, 245
- Economia política da ignorância 183, 186, 187
- Enteógenos 221
- Escrita poética 10, 35
- Esporte e lazer 10, 11, 117, 149, 150-153, 155, 158-161, 163
- Experiência 10, 18, 24, 32-33, 36, 40, 42, 44-48, 131, 187, 190, 209
- Exu 207-213, 215, 218-220

- Gênero 11, 32, 41, 4, 128, 130, 131, 205, 225-226, 228-230, 233-234, 237-245
- Habermas 10, 120, 124-126, 169-181
- Identidade de gênero 131, 237, 245
- Ideologia 11, 173, 195-205, 237-241, 245
- Investigação Baseada nas Artes 20
- Judith Butler 11, 230, 232, 234
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação 244
- Maconha 209, 213-215, 220
- Megaeventos esportivos 119
- Metodologia de pesquisa 21
- Moral 120, 125-132
- Movimento feminista 120, 130-131, 225-228, 238, 242, 245
- Municipalização 149-163
- Negacionismo científico 183-184, 191
- Neoxamanismo 207, 220
- Novo Ensino Médio 237, 244
- Paraty Mirim 81-87, 92
- Participação social 149-150
- Patrimônio imaterial 62, 73, 74
- Pedagogia do teatro 32, 34, 158
- Pescador(es) 58, 81-82, 88-92
- Pesquisa qualitativa 16, 19-20, 25, 41, 44-45
- Políticas públicas 34, 75, 82, 83, 91, 92, 95, 149-155, 161, 163, 202, 239
- Pós-verdade 183-184, 189-191
- Praia 53, 66, 70, 82-83, 85, 87, 88, 91, 92, 219
- Produção de subjetividades 11, 210
- Razão comunicativa 169
- Rede Não Cala! 252, 253, 255, 256
- Relações de gênero 11, 226, 233, 240
- Rio de Janeiro 81, 82, 88, 89, 91, 92
- Sociologia do esporte 137-138
- Suicídio 231, 234
- Teatro verbatim 39-48
- The hunting ground* 225-228
- Turismo 53, 55-56, 59-61, 66, 70, 73, 83, 87, 92-93
- Turistificação 10, 81-87, 92
- Vidas precárias 225, 229
- Violência sexual 225-227, 230, 228, 230, 234
- Violência de gênero 225, 226, 228, 230, 234

Sobre os autores

Amanda André Sabino Santos. Consultora ambiental. Graduada em Gestão Ambiental pela Universidade Metodista de São Paulo e mestra em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP). Doutoranda em Mudança Social e Participação Política, também pela USP. Atua na elaboração de estudos e diagnósticos ambientais, sendo estes estudos técnicos específicos no âmbito de: regularização fundiária; gerenciamento de riscos e impactos ambientais; licenciamento ambiental; *due diligence* ambiental; gerenciamento de resíduos sólidos e recursos hídricos; saneamento e programas ambientais; análise técnica de projetos; e ordenamento territorial. Possui vivência no controle e acompanhamento dos processos ambientais por meio das normas ISO e na elaboração de mapas via QGis e experiência como docente responsável por treinamentos e cursos de capacitação profissional.

Ana Paula Fracalanza. Professora associada da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (Each) e do Instituto de Energia e Ambiente (IEE), ambos da USP. Docente do bacharelado em Gestão Ambiental da USP, do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP) da Each-USP e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental do IEE-USP. Possui pós-doutorado em Geografia, na temática de governança da água, em Girona, na Espanha. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e em Ciências Econômicas pela Unicamp. É mestra em Sociologia pela Unicamp e doutora em Geografia pela Unesp. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental entre 2018 e 2019. Participa do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Sociedade do Instituto de Estudos Avançados (IEA/

USP). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Gestão Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: recursos hídricos, políticas públicas, gestão de recursos hídricos, governança da água e aprendizagem social.

Angela Fileno da Silva. Historiadora com doutorado em História Social pela USP. Atuou por mais de quinze anos como docente em cursos de graduação e de pós-graduação em universidades particulares. Desde 2019 trabalha no Instituto Çarê, desenvolvendo projetos de história oral. Coordena o Núcleo de Acervo no mesmo Instituto.

Anna Carolina Longano. Doutoranda no ProMuSPP. É mestra em Ciências pela Each-USP e bacharela em Artes Cênicas pela USP. Atriz, escritora, pedagoga e pesquisadora, faz parte do grupo de pesquisas Ecoar – Estudos em Corpo e Arte (Each-USP). Cocriadora da Cia. Ruído Rosa. Investiga feminismo, corpo, arte e pedagogia.

Cláudia Lago. Jornalista e professora no Departamento CCA da Escola de Comunicações e Artes (ECA), no curso Licenciatura em Educomunicação e no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, todos na USP. Foi presidente da Comissão de Direitos Humanos da ECA-USP em 2017-2020. Desenvolve pesquisas na área de Comunicação, relacionadas aos estudos de alteridade, especialmente de gênero em narrativas não ficcionais. Integra a coordenação da Rede Não Cala! de professoras e pesquisadoras pelo fim da violência sexual e de gênero na USP. Participa do coletivo de docentes antirracistas da ECA-USP.

Cynthia Harumy Watanabe Correa. Professora associada da Each-USP. Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Docente do ProMuSPP. Líder do Grupo de Pesquisa Humanitas Digitalis (CNPq/USP) e integrante da Association of Internet Researchers (AoIR).

Danilo Lutiano Valério. Doutor em Educação Física pela Faculdade de Educação Física da Unicamp, pós-doutorando na Each-USP. Mestre em Ciências da Atividade Física pela Each-USP e bacharel em Educação Física e Saúde pela mesma instituição.

Dennis de Oliveira. Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela USP. Mestre e doutor em Ciências da Comunicação pela USP. Professor livre-docente em Jornalismo, Informação e Sociedade na ECA-USP, no ProMuSPP e no Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da USP. Coordenador do GT “Epistemologias decoloniais, territorialidades e cultura” do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso) 2019-2022 e do Centro de Estudos Latino-Americanos de Cultura e Comunicação (Celacc), vice-líder do Grupo de Pesquisa de Jornalismo Alternativo e Popular (Alterjor) e membro do Núcleo de Estudos Interdisciplinares do Negro Brasileiro (Neinb), todos da USP.

Diamantino Alves Correia Pereira. Geógrafo pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Doutor em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor associado da Each-USP.

Tem direcionado suas pesquisas e estudos para a compreensão da dinâmica dos sistemas alimentares com ênfase no setor de produção e seus aspectos socioambientais, assim como os movimentos sociais relacionados com a alimentação, com ênfase no movimento pela soberania alimentar.

Douglas Roque Andrade. Doutor em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Docente do curso de Educação Física e Saúde e do ProMuSPP da Each-USP. Profissional de Educação Física. Diretor de Comunicação do Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação em Cidades Saudáveis. Membro do Grupo de Trabalho de Política Públicas da Sociedade Brasileira de Atividade Física e Saúde e assessor científico do Programa Agita São Paulo.

Edmur Antonio Stoppa. Doutor em Educação Física pela Unicamp, na área de Estudos do Lazer. Professor doutor da Each-USP e docente do Programa de Pós-Graduação em Turismo na mesma instituição. Líder do Grupo Interdisciplinar em Estudos em Lazer (Giel-USP) e membro do Laboratório e Pesquisas sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer (Oricolé) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Elizabete Franco Cruz. Psicóloga e professora do curso de Obstetrícia e do ProMuSPP, ambos da USP. Trabalha com temas voltados para relações de gênero, raça-etnia e interseccionalidades, saúde e educação e saúde mental. Coordena o grupo de estudos Tear. Integra a coordenação da Rede Não Cala! de professoras e pesquisadoras pelo fim da violência sexual e de gênero na USP. Participa do Fórum de Debates do Suicídio das e nas Universidades.

Evandro Brandão Secco. Professor de Educação Física nas Faculdades Integradas de Santo André (Fefisa). Especialista em Educação Física Escolar pela Fefisa e em Gestão Pública Municipal pela Unifesp. Mestre em Ciências da Atividade Física pela Each-USP. Doutorando em Mudança Social e Participação Política na Each-USP. Gestor público de esporte e lazer no município de São Bernardo do Campo (2015-atual).

Gisele da Silva Craveiro. Bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestre em Ciência da Computação pela Unicamp e doutora em Engenharia Elétrica pela USP. Docente da USP, onde lidera o grupo de pesquisa Colaboratório de Desenvolvimento e Participação (Colab-USP), vinculada ao ProMuSPP. Ministra disciplinas e realiza pesquisas sobre as temáticas de governo aberto, espaços cívicos on-line, transparência e dados abertos. Lidera iniciativas premiadas tais como Cuidando do Meu Bairro (Prêmio Nacional de Educação Fiscal) e Diário Livre (Prêmio Conip de Excelência em Inovação na Gestão Pública).

Giovanna Xavier Zacarias. Graduanda em Gestão Ambiental na Each-USP. Bolsista do Programa Unificado de Bolsas (PUB) em projeto de pesquisa envolvendo biodigestão de resíduos orgânicos. Já foi bolsista do mesmo programa, e participou do projeto de pesquisa “Sistemas alimentares, agroecologia e sustentabilidade”.

Jessica Rocha. Licenciada em História pela UFMS e em Ciências Sociais pela Universidade Cidade de São Paulo (Unicid). Mestra em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais e doutoranda em Ciências no ProMuSPP, ambos da Each-USP.

Juliana Pedreschi Rodrigues. Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da USP. Docente na graduação e no ProMuSPP. Lidera o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação não formal e animação sociocultural – GEPENFAS/CNPq/Each/USP.

Lenina Vernucci da Silva. Licenciada em Ciências Sociais pela Faculdade Faceres e bacharel pela Faculdade de Ciências e Letras da Unesp. Professora efetiva da rede pública estadual paulista desde 2014, atuando desde 2022 como coordenadora. Mestra em Ciências Sociais pela Unesp de Araraquara e doutoranda no ProMuSPP.

Lígia Helena de Almeida. Mestranda no ProMuSPP pela linha Arte, Mídia e Sociedade, sob orientação da Profa. Dra. Marília Velardi. Desenvolve a pesquisa “Teatro, afeto e adolescências periféricas: um mar grande demais pra navegar com pressa”. Arte-educadora, atriz e escritora, é coautora da obra *Pupa – Contos fantásticos e outras narrativas sobre adolescências*. Em 2024, publicou a obra dramática *Urucum: as árvores não têm culpa*, pela editora Mi Parió Revolução e Cia. Estrela D’Alva de Teatro.

Luzimar Soares Bernardo. Doutoranda no ProMuSPP. Mestre em História Social pela PUC-SP. Bacharel em Turismo e licenciada em História, é uma das idealizadoras do *podcast* Sarau da Casa Azul e uma das fundadoras do *blog* Box Digital de Humanidades (BDH). É autora dos livros: *A dor de ser Ana* e *Nas ondas do mar carioca: o moderno e as tradições vistos a partir da história dos pescadores da Colônia Z-13 na praia de Copacabana*.

Marcelo Vilela de Almeida. Bacharel em Turismo pela Faculdade Anhembi Morumbi e especialista em Planejamento e Marketing Turístico pelo Senac/Ceatel. Mestre e doutor em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Docente e ex-suplente da coordenação do Curso de Lazer e Turismo da Each-USP. Docente e coordenador do ProMuSPP da Each-USP.

Marco Antonio Bettine de Almeida. Professor associado III da Each-USP. Membro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades e da International Sociology of Sport Association. Realizou pós-doutorado com bolsa do CNPq em Sociologia do Esporte pela Universidade do Porto em 2012 e em Relações Internacionais e os Megaeventos Esportivos no IEA-USP. Recebeu financiamento das principais agências de pesquisa do Brasil, principalmente da Fapesp. Orientador do ProMuSPP da Each-USP nos níveis de mestrado e doutorado e do Programa de Pós-graduação em Educação Física e Esporte da Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto (EE-FERP) da USP. Foi coordenador do Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política. Líder de grupos de pesquisa do CNPq. Produz videoaulas e *podcasts* para divulgação científica. Dentre as publicações, destacam-se os livros *Para compreender a teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas* e *A bola, os trilhos e a cidade: os caminhos do futebol pelo estado de São Paulo*. Possui artigos publicados nas principais revistas

nacionais e internacionais, capítulos de livro principalmente em editoras universitárias, e publicou e organizou livros.

Marcos Paulo Sales do Nascimento. Jornalista, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (PPGPTDS) da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Integrante dos grupos de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza (DSN) e do Centro de Ecologia e Conservação Animal (Ecoa). Doutorando do ProMuSPP.

Maria Luisa Sandoval Schmidt. Psicóloga e professora titular sênior do Instituto de Psicologia da USP. Tem experiência na área de Psicologia, atuando principalmente nos seguintes temas: pesquisa qualitativa (participante, etnográfica e interventiva), políticas públicas de saúde, saúde mental e atenção básica; metodologia com relatos orais e memória coletiva e institucional. Integra a coordenação da Rede Não Cala! de professoras e pesquisadoras pelo fim da violência sexual e de gênero na USP.

Marília Velardi. Professora associada da Each-USP, é docente no curso de graduação em Educação Física e Saúde, no Ciclo Básico e no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política. É, ainda, professora no curso de Canto e Arte Lírica, da ECA-USP. Preparadora corporal do NUO-ÓperaLab, é líder do grupo de Estudos Ecoar, que se dedica a conhecer e construir conhecimento sobre possibilidades de investigação acadêmica, especialmente em e a partir das artes.

Marina Thereza Santos de Souza Özdemir. Doutoranda no ProMuSPP, com formação na área jurídica e administrativa. É bolsista da Fapesp, e investiga eventos esportivos em nações periféricas. Além disso, desenvolve projeto de pesquisa relacionado à governança global.

Paulo Maron. Maestro, compositor, dramaturgista. Doutor em Artes pelo Departamento de Música (CMU) ECA-USP, mestre em Música pelo Instituto de Artes da Unesp, realizou seu estágio pós-doutoral (2023) na Each-USP sob supervisão de Diósnio Machado Neto. Foi docente no ensino superior. Criou, dirigiu e regeu orquestras profissionais e estudantis. Fundador e diretor artístico do NUO-Ópera Lab, grupo independente que atua na cena paulistana desde 2003, construiu o Espaço Núcleo, sede da companhia, local em que investiga novas possibilidades para a dramaturgia, composição, encenação e adaptação em ópera.

Raquel Fernandes de Araujo Rodrigues. Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Tiradentes e mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Analista de marketing da Embrapa Tabuleiros Costeiros, unidade de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em Aracaju (SE), desde 2001, desenvolvendo trabalhos de pesquisa e inovação (estudos prospectivos, estudos socioeconômicos e avaliação de políticas públicas) com comunidades tradicionais e agricultores familiares do Nordeste. Atuou como secretária-executiva e supervisora editorial do Comitê Local de

Publicações da Embrapa Tabuleiros Costeiros, no período de 2007 a 2017. É doutoranda no ProMuSPP.

Rodrigo de Araujo Merida Sanches. Doutorando no ProMuSPP. Bacharel em Gestão de Políticas Públicas e mestre em Ciências (com ênfase em Mudança Social e Participação Política), também pela Each-USP. Licenciado em História pela Universidade Nove de Julho. É membro da coordenação política da Rede Antirracista Quilombação.

Salvador Schavelzon. Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Sociologia e Antropologia pela mesma universidade, e graduado em Ciências Antropológicas pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Professor no Departamento Multidisciplinar da Unesp, campus Osasco. Professor credenciado pleno no Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina.

Sílvia Helena Zanirato. Professora associada livre-docente pela USP. Atua no curso de bacharelado em Gestão Ambiental e nos Programas de Pós-graduação em Ciência Ambiental e em Mudança Social e Participação Política, ambos da USP. Membro do IEA-USP. Foi pesquisadora principal no projeto temático Fapesp – Governança ambiental da Macrometrópole Paulista face à variabilidade climática; coordena o Projeto Vulnerabilidades das pequenas cidades da Macrometrópole Paulista à variabilidade climática; desenvolve pesquisas com temas relacionados a políticas públicas, pequenas cidades, gestão urbana e ambiental e conservação e proteção de comunidades tradicionais e de espaços protegidos como patrimônio cultural e natural.

Thiago Pires Oliveira. Doutor em Ciências (área de concentração: Mudança Social e Participação Política) pela USP. Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Direito do Estado e bacharel em Direito pela mesma instituição. Professor substituto no bacharelado interdisciplinar em Humanidades do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da UFBA. Foi chefe da assessoria jurídica da Superintendência de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Salvador/BA (2009-2010). Subcoordenador de Economia Cultural da Prefeitura Municipal de Salvador/BA (2011). Conselheiro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) (2012-2014). Autor do livro *Conselho Nacional do Meio Ambiente e democracia participativa* e coautor do livro *Direito da saúde animal*.

Vima Lia de Rossi Martin. Bacharel e licenciada em Letras/Português. Docente do curso de Letras e da Pós-graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da FFLCH-USP. Trabalha com temas como: exclusão e resistência nas literaturas de língua portuguesa; e literatura e ensino: a formação de leitores na contemporaneidade. Integra a coordenação Rede Não Cala! (rede de professoras e pesquisadoras contra a violência sexual e de gênero na USP), o Núcleo de Apoio à Pesquisa Brasil-África (FFLCH-USP) e o GT Literatura e Ensino da ANPOLL.

Yuri Bassichetto Tambucci. Violinista, integrante da Camerata do NUO-Ópera Lab, cientista social e mestre em Antropologia Social pela USP. Pesquisador associado do Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana (LabNAU-USP). Possui experiências em pesquisas etnográficas com enfoques relacionados à Antropologia Urbana, como lazer e práticas de sociabilidade, mobilidade, cultura, movimento estudantil e esporte.



Esperança e medo, sentimentos que afligem nossos espíritos de diversas maneiras, se apresentam, neste livro, associados aos processos de transformação sociocultural que estamos vivendo. Os capítulos aqui reunidos trazem diferentes aspectos de tensões que anunciam os desafios da complexidade contemporânea, na qual sentir/pensar, viver/sobreviver, formular/responder, avançar/retroceder/prosseguir... se imbricam.

Textos que provocam a pensar nas formas que a arte, como expressão do conhecimento, assume, mesmo em um mundo ainda conformado pela confiança cartesiana. Como viver em um mundo cada vez mais urbanizado em espaços nos quais se aglomeram populações com demandas múltiplas? Como permitir o acesso dos sujeitos sociais ao esporte e ao lazer, à vida, com direitos iguais? Como tornar a escola, cujo arcabouço é intensamente homogeneizante, uma instituição que responda às necessidades de um mundo plural e diverso? Como confiar se as certezas científicas e o processo indefinido do conhecimento estão sendo profundamente questionados?

Tais questões assumem o formato de um convite ao leitor para mergulhar nas páginas deste livro, fruto das reflexões oriundas de docentes e discentes do Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo.



openaccess.blucher.com.br

Blucher Open Access